



U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO DE UM
EQUIPAMENTO SOCIAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA
(TORRE DE MONCORVO, PORTUGAL 1904 – 1916)

DISSERTAÇÃO CIENTÍFICA

PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA

ESPECIALIZAÇÃO EM INTERIORES E REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

ANA SOFIA DE AREDE CANO

JÚRI

PRESIDENTE: PROFESSORA DOUTORA MARIA DULCE LOUÇÃO

VOGAL ARGUENTE: PROFESSORA DOUTORA MARIA HELENA SOUTO

VOGAL ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARIA LEONOR FERRÃO

VOGAL CO-ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOÃO NUNO PERNÃO

LISBOA, NOVEMBRO DE 2015



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES

ESTUDO HISTÓRICO-ARQUITECTÓNICO DE UM EQUIPAMENTO SOCIAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA
(TORRE DE MONCORVO, PORTUGAL 1904 – 1916)

DISSERTAÇÃO CIENTÍFICA

PARA OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA

ESPECIALIZAÇÃO EM INTERIORES E REABILITAÇÃO DO EDIFICADO

ANA SOFIA DE AREDE CANO

JÚRI

PRESIDENTE: PROFESSORA DOUTORA MARIA DULCE COSTA DE CAMPOS LOUÇÃO

VOGAL ARGUENTE: PROFESSORA DOUTORA MARIA HELENA DUARTE SOUTO NUNES

VOGAL ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARIA LEONOR MORGADO FERRÃO DE OLIVEIRA

VOGAL CO-ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOÃO NUNO DE CARVALHO PERNÃO

PROVAS PRESTADAS A 10 DE NOVEMBRO DE 2015

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho, mais do que o resultado de um longo percurso, é sem dúvida o produto de venturosos encontros.

Faz todo o sentido começar por agradecer ao Professor Doutor João Pernão, pelo seu interesse, pelo seu entusiasmo e pela sua partilha, que desde 2013 nos têm vindo a contagiar. E naturalmente, agradecer-lhe pelo voto de confiança depositado na proposta que fez para o acompanhar neste projecto, que por sua vez, se transformou num desenrolar de novas experiências, conhecimentos e amizades. Não fosse o Professor ter-nos colocado no caminho uma da outra, não poderia hoje agradecer, de forma especial, à Professora Doutora Leonor Ferrão: pelas longas conversas, pelo saber, pela sua orientação e acompanhamento, pela cumplicidade e pelo pragmatismo com que resolveu todos os problemas colocados pela falta de experiência de quem, pela primeira vez, se aventurou na investigação histórica.

Outro especial agradecimento deixo à Professora Doutora Adília Fernandes, cuja inestimável partilha de informações foi crucial para esta investigação; e à Doutora Maria João Moita, responsável pelo arquivo municipal de Torre de Moncorvo que, em conjunto com o Doutor Rui Leonardo, tão amavelmente me recebeu e tudo fez para que nenhuma informação sobre o *Asylo* ficasse por perscrutar, proporcionando novas vias de investigação, intercedendo junto do Sr. Carvalho e Castro e procurando registos perdidos há muito.

Ao Arquitecto Telmo Seromenho e ao Doutor António Moreira, por todo o acompanhamento e prestabilidade, durante as visitas a Torre de Moncorvo.

Um genuíno obrigada a toda a turma do 4.º ano do Mestrado Integrado em Arquitectura de Interiores e Reabilitação do Edificado, do ano lectivo de 2014-2015, pelo brilhante levantamento do edifício que realizaram e que tão útil foi a este trabalho; e em especial aos alunos Marina Charnock, Carolina Almeida, David Tomé e Carlos Lima pelo apoio extra e pela cedência de outros elementos e informações, sem os quais a investigação teria sido muito mais morosa.

Ainda relacionado com este projecto de Moncorvo, gostaria de agradecer ao meu pai e à minha irmã, por terem abdicado de uns dias das suas férias, para que eu pudesse visitar a Bibliothèque nationale de France, em busca da informação necessária sobre a génese dos asilos e, posteriormente, pelo apoio às traduções, quando o meu francês não era suficiente. À minha mãe por todos os quilómetros percorridos em direcção a Torre de Moncorvo e pela companhia nos dias que passei no arquivo. E ao Bruno Reis, que de entre tantas outras coisas, me ajudou nas questões de grafismo, sobre as quais ainda tenho muito que aprender.

Por fim, o meu agradecimento mais profundo, novamente, à família e a todos os amigos que, ao longo destes cinco anos, acompanharam este percurso, e tudo o que o envolveu, dentro e fora da Faculdade de Arquitectura, manifestando sempre o seu total apoio, principalmente nos períodos mais críticos e claro, nos de maior concretização.

RESUMO

A presente dissertação científica em História da Arquitectura é um estudo sobre o *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, situado em Torre de Moncorvo (Bragança, Portugal). Tem como objectivo principal permitir múltiplas leituras do edifício, desde a génese da encomenda, em 1904, até 1916, data de conclusão da primeira campanha de obras. Enquadra-se no protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, a Fundação Francisco António Meireles e a Faculdade de Arquitectura, assinado a 2 de Maio de 2014, que visa o desenvolvimento de diversas propostas de intervenção no edifício, devidamente sustentadas em investigação (histórica e arquitectónica). Neste sentido, foi necessário identificar programas com idêntica vocação social, agenciando coincidências e divergências (ideológicas, arquitectónicas, entre outras), relacionar o perfil sócio-cultural e político do benemérito e do responsável pela execução do testamento com a encomenda, e problematizar a autoria do projecto do edifício. O resultado é uma proposta de reconstituição formal e funcional da primeira fase de construção (identificando alterações de campanhas de obras posteriores), que se disponibiliza para o desenvolvimento de estudos prévios de requalificação e reutilização do edifício.

PALAVRAS-CHAVE

História da Arquitectura – Séc. XX – Portugal

Arquitectura higienista

Assistencialismo público

Filantropia republicana

ABSTRACT

The present scientific dissertation in History of Architecture is a study about the Francisco Antonio Meirelles Asylum, located in Torre de Moncorvo (Bragança, Portugal). Its main goal is to allow multiple interpretations of this building, from its genesis, in 1904, until 1916, when the initial construction works were concluded. It is inserted in the protocol celebrated on 2nd May 2014 among the City Hall of Torre de Moncorvo, the Francisco António Meireles Foundation and the Faculty of Architecture, that seeks the development of several intervention proposals for this building, properly sustained in investigation (historical and architectural). In this sense, it was necessary to identify programs with identical social vocation, analyzing coincidences and divergences (ideological, architectonic, among others), and to relate the benefactor's and the responsible for the will execution's social-cultural and political profiles with the request; finally, to question the authorship of the building's project. The result is a formal and functional reconstitution proposal from the original project (identifying modifications in subsequent works) available for the development of preliminary studies aiming the requalification and reutilization of the building.

KEYWORDS

History of Architecture – Twenty Century – Portugal

Hygienic Architecture

Social assistance

Republican Philanthropy

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	V
RESUMO E PALAVRAS-CHAVE	VII
ABSTRACT AND ABSTRACT.....	IX
ÍNDICE	XI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIII
ÍNDICE DE APÊNDICE DOCUMENTAL	XIX
PARTE I.....	221
1. APRESENTAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO.....	23
1.1. INTRODUÇÃO.....	23
1.2. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	24
1.3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	29
1.4. O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES.....	35
PARTE II.....	39
2. RECONHECER AS PRÉ-EXISTÊNCIAS PARA COMPREENDER O OBJECTO TAL COMO SE APRESENTA NOS DIAS DE HOJE	41
2.1. O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE MONCORVO	41
2.2. TORRE DE MONCORVO E O DISTRITO DE BRAGANÇA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	46
3. UM CASO DE FILANTROPIA REPUBLICANA	49
3.1. FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELLES: BREVE NOTA BIOGRÁFICA E O SEU TESTAMENTO – MOTIVAÇÕES E OBJECTIVOS	49
3.2. ANTÓNIO CAETANO DE OLIVEIRA (PRESIDENTE DA COMISSÃO VIGILANTE), ANTÓNIO AUGUSTO PEREIRA DE MIRANDA (PRESIDENTE DA 1.ª COMISSÃO ADMINISTRATIVA) E OUTROS NOTÁVEIS NA GÉNESE DO ASYLO: PERFIS SOCIOCULTURAIS E POSSÍVEIS LIGAÇÕES MAÇÓNICAS	51
MAPEAMENTO CONCEPTUAL A PARTIR DOS DADOS CONHECIDOS.....	58
4. DA ENCOMENDA À CONSTRUÇÃO.....	59

4.1. A COMISSÃO DE VIGILÂNCIA	59
4.2. O APOIO DO GOVERNADOR CIVIL	60
4.3. Os <i>ESTATUTOS DO ASYLO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELLES</i>	61
4.4. O NOVO REGIME E AS DEMORAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO <i>ASYLO</i>	62
4.5. A MEMÓRIA DESCRITIVA DE 1912	64
4.6. O PROCESSO DE ESCOLHA DO ARQUITECTO: PROBLEMATIZAÇÃO DA AUTORIA DO <i>ASYLO</i>	67
PARTE III	77
5. ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO FORMAL E FUNCIONAL DO PROJECTO ORIGINAL	79
5.1. COMPREENDENDO O EDIFÍCIO	98
5.1.1. PARALELOS COMPARATIVOS NO ESTRANGEIRO	99
5.1.2. PARALELOS COMPARATIVOS EM PORTUGAL	113
CONCLUSÕES	1223
APÊNDICE DOCUMENTAL	129
CRONOLOGIA 1900-1916	167
FIGURAS	194
REFERÊNCIAS	207
BIBLIOGRAFIA	212

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Localização de Torre de Moncorvo em Portugal; O Asylo na vila	24
fonte:	Google Maps e Bing Maps	
Figura 2.	“Moncorvo – Asilo de Francisco Meireles” [Documento icónico]: p&b; 14x9 cm.	35
Edição M. Sousa Moreira, Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, s.d.		
fonte:	Biblioteca Nacional, 1933. 1 postal	
Figura 3.	Fotogramas do documentário <i>Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica</i>	38
fonte:	<i>Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica</i> . [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luis Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português. (00:15:34 – 00:18:12)	
Figura 4.	O Convento e a Igreja, em 1865. Após a construção do Asylo, primeira metade séc. XX.	45
fonte:	ABREU, Carlos. “A Construção do Convento de S. Francisco no Contexto da Evolução Urbanística da vila de Torre de Moncorvo”, in <i>Côavisão – Cultura e Ciência</i> , n.º 6. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2004, pp. 30-31	
Figura 5.	De Convento a Asylo: proposta de evolução do Convento, desde a sua fundação, em 1569, até à sua demolição em 1913 e construção do edifício do Asylo (1913-1915), que aqui é representado como se apresenta actualmente (séc. XXI)	45
fonte:	Marina Charnock (Turma MIAINTRE4A.2014/15)	
Figura 6.	Recibos de pagamentos de cotas das instituições da época	48
fonte:	banco de imagens de ANDRADE, António Júlio. – <i>História Política de Torre de Moncorvo. 1890-1926</i> . Lisboa: Âncora Editora, 2010	
Figura 7.	Francisco António Meirelles	49
fonte:	www.ffam.pt/docs.asp?id_menu=69	
Figura 8.	António Caetano de Oliveira	52
fonte:	MAGALHÃES, Ana Maria. – <i>Tudo Tem o Seu Tempo. Autobiografia</i> , p. 57	
Figura 9.	António Augusto Pereira de Miranda	54
fonte:	www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoEuroSistema/Historia/Paginas/AntigosGovernadores.aspx	
Figura 10.	Memória descritiva de 1912	66
fonte:	Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo	
Figura 11.	António Eugénio de Carvalho e Sá	67
fonte:	banco de imagens de ANDRADE, António Júlio. – <i>História Política de Torre de Moncorvo. 1890-1926</i> . Lisboa: Âncora Editora, 2010	
Figura 12.	Adães Bermudes - Prédio de Guilherme Augusto Coelho. Prémio Valmor 1908; Ventura Terra - Maternidade Alfredo da Costa; Marques da Silva - Estação de S. Bento	73
fonte:	restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/premios-valmor-de-arquitectura-1.html ; <i>REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – Arquitecto Ventura Terra (1866-1919) [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009, p. 466;</i> fims.up.pt/imagens/estacao_sao_bento.jpg	
Figura 13.	Miguel Ventura Terra (1866-1919)	75
fonte:	http://www.parlamento.pt/eventos/Paginas/2009_ArquitectoMiguelVenturaTerra.aspx	
Figura 14.	O Asylo visto da Vila	79

fonte:	a investigadora	
Figura 15.	Fachada Sul do Asylo, ca. 1930 (?) e actualmente	79
fonte:	MONCORVO: O Azilo Francisco Meireles in REBELO, Joaquim Manuel. – Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo. Moncorvo: Escola Preparatória, 1992, p. 9; www.noticiasdonordeste.pt/2014/05/recuperacao-do-antigo-asilo-e-capela-do.html	
Figura 16.	Alterações introduzidas no alçado principal, com base no levantamento realizado, em Outubro de 2014, pela turma MIAINTRE4A	81
fonte:	a investigadora	
Figura 17.	Alterações introduzidas no alçado lateral esquerdo, com base no mesmo levantamento	81
fonte:	a investigadora	
Figura 18.	Alterações introduzidas no alçado lateral direito, com base no mesmo levantamento	82
fonte:	a investigadora	
Figura 19.	Alterações introduzidas no alçado posterior, com base no mesmo levantamento	82
fonte:	a investigadora	
Figura 20.	Distribuição das secções contidas nos Estatutos do Asylo e outras dependências; sem escala	83
fonte:	a investigadora	
Figura 21.	Proposta de reconstituição do 1.º pavimento, em 1916	84
fonte:	a investigadora	
Figura 22.	Proposta de reconstituição do 2.º pavimento, em 1916	86
fonte:	a investigadora	
Figura 23.	Proposta de reconstituição do 3.º pavimento, em 1916	87
fonte:	a investigadora	
Figura 24.	Proposta de reconstituição do 4.º pavimento, em 1916	93
fonte:	a investigadora	
Figura 25.	O Asylo na década de 1970 e nos dias de hoje	93
fonte:	<i>Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica</i> . [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luis Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português. (00:15:34 – 00:18:12); a investigadora	
Figura 26.	Exemplos dados por Camille Jubé de la Perrelle, como salas de asilo ideais	102
fonte:	JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille – <i>Guide des salles d’asile</i> . 2e éd. Paris: Librairie de L. Hachette, 1853 – anexos finais)	
Figura 27.	Calorífero	104
fonte:	JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille – <i>Guide des salles d’asile</i> . 2e éd. Paris: Librairie de L. Hachette, 1853, p. 64	
Figura 28.	Corte transversal, plantas do rés-do-chão e do primeiro piso e alçado principal, s.d.	106
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. II, pl. LIII-LIV	
Figura 29.	Alçado principal, s.d.	107
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. II, pl. LX	
Figura 30.	Plantas do primeiro piso e do rés-do-chão e corte transversal, s.d.	108
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. II, pl. LXI	
Figura 31.	Alçado principal, s.d.	109
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. III, pl. XXXII-XXXIII	
Figura 32.	Plantas do rés-do-chão, geral e do primeiro andar; detalhe da entrada principal, s.d.	110
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. III, pl. XXXIV	

Figura 33.	Corte transversal, plantas do rés-do-chão, do 1.º piso e geral e alçado principal, s.d.	112
fonte:	NARJOUX, Félix. – <i>Architecture communale</i> . Paris: Vve A. Morel, 1870; vol. III, pl. XLVI-XLVII	
Figura 34.	Localização das obras de Ventura Terra, em Lisboa; sem escala	113
fonte:	Bing Maps	
Figura 35.	Configuração geral dos quatro objectos em análise	114
fonte:	a investigadora	
Figura 36.	As fachadas	116
fonte:	A) Joshua Benoliel; B) Núcleo de Arquivo Técnico de Construções Escolares in <i>Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)</i> [catálogo da exposição]. op. cit., pp. 352-353 e 376-377; C) e D) Estúdio Mário Novais, Fotografias da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, disponível em https://www.flickr.com/photos/biblarde/	
Figura 37.	Janelas do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra	117
fonte:	a investigadora	
Figura 38.	Arcos abatidos do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra	118
fonte:	a investigadora	
Figura 39.	Portas de entrada do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra	119
fonte:	a investigadora	
Figura 40.	Degraus de chamada do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra	119
fonte:	a investigadora	
Figura 41.	Guardas e esquemas de disposição dos balaústres metálicos do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra	120
fonte:	a investigadora	
Figura 42.	Guardas e esquemas de disposição dos balaústres metálicos do Asylo e de outros edifícios de Ventura Terra (continuação)	121
fonte:	a investigadora (B) https://www.flickr.com/photos/biblarde/)	
Figura 43.	Levantamento realizado em 1978: Alçado Principal; sem escala	294
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 44.	Levantamento realizado em 1978: Alçado Lateral Esquerdo; sem escala	194
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 45.	Levantamento realizado em 1978: Alçado Posterior; sem escala	194
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 46.	Levantamento realizado em 1978: Alçado Lateral Direito; sem escala	195
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 47.	Desenhos técnicos produzidos em 1978: “Plantas [2]” (proposta de alterações); sem escala	195
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 48.	Desenhos técnicos produzidos em 1978: “Plantas [1]” (proposta final); sem escala	195
fonte:	Fundação Francisco António Meireles	
Figura 49.	Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Plantas parciais do 2.º e 3.º pavimentos (lado esquerdo e lado direito); sem escala	196
fonte:	Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo	
Figura 50.	Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Corte A-B; sem escala.	196
fonte:	Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo	
Figura 51.	Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Planta parcial do 3.º pavimento (frente principal); sem escala	197
fonte:	Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo	
Figura 52.	Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Planta do 4.º pavimento; sem	197

	escala	
fonte:	Arquivo Histórico de Torre de Moncorvo	
Figura 53.	Vista da estrada de acesso ao Asilo, Capela de N.ª S.ª de Fátima e fachada principal	198
fonte:	a investigadora	
Figura 54.	Fachada Norte do Asilo e vista sobre as hortas da cerca	198
fonte:	a investigadora	
Figura 55.	Ala esquerda do primeiro pavimento	199
fonte:	a investigadora	
Figura 56.	Quadro eléctrico	199
fonte:	a investigadora	
Figura 57.	Coberturas da passagem e da capela	199
fonte:	a investigadora	
Figura 58.	Interior da passagem	199
fonte:	a investigadora	
Figura 59.	Galeria da cozinha, alçado poente	199
fonte:	a investigadora	
Figura 60.	Galeria da cozinha, alçado sul.	199
fonte:	a investigadora	
Figura 61.	Lintel sobre vão “exterior” de ligação entre a cozinha e galeria	200
fonte:	a investigadora	
Figura 62.	Desenho das folhas	200
fonte:	a investigadora	
Figura 63.	Camarata antes da instalação dos tabiques	200
fonte:	<i>Gente do Norte ou a História de Vila Rica</i> . [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luis Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português. (00:15:34 – 00:18:12)	
Figura 64.	Vão de comunicação camarata-sala	200
fonte:	a investigadora	
Figura 65.	Lareira no refeitório; ala esquerda	200
fonte:	a investigadora	
Figura 66.	Tubo de extracção de fumos respectivo	200
fonte:	a investigadora	
Figura 67.	Capela: em primeiro plano, o vão onde estaria instalado o vitral originalmente, agora recuado	201
fonte:	a investigadora	
Figura 68.	Vestiário do sacerdote (vislumbre da guarnição da antiga porta de ligação à capela)	201
fonte:	a investigadora	
Figura 69.	Altar da capela do Asilo (sem portas a ladear)	201
fonte:	a investigadora	
Figura 70.	Portão de acesso da cerca	202
fonte:	a investigadora	
Figura 71.	Acesso principal.	202
fonte:	a investigadora	
Figura 72.	Escadas dos asilados, ala esquerda; pormenores da guarda e degrau de chamada	202
fonte:	a investigadora	

Figura 73.	Porta de acesso às secções	203
fonte:	a investigadora	
Figura 74.	Armário da copa com balcão de serviço	203
fonte:	a investigadora	

ÍNDICE DE APÊNDICE DOCUMENTAL

1. ESTATUTOS DO ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES, EM MONCORVO, PUBLICADOS NO DIÁRIO DO GOVERNO.....	131
2. CONDIÇÕES PARA O CONCURSO E ARREMATACÃO DAS OBRAS DO EDIFÍCIO DESTINADO AO ASYLO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES, DE TORRE DE MONCORVO	136
3. AUTO DE ABERTURA DO TESTAMENTO CERRADO DE FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES, DATADO DE 9 DE JUNHO DE 1902	140
4. ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO	142
5. CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADOR CIVIL DE BRAGANÇA DIRIGIDA AO PRESIDENTE DA COMISSÃO INSTALADORA, SEDIADA EM LISBOA, DO ASYLO MEIRELLES DE MONCORVO, CONTENDO OBSERVAÇÕES E ACONSELHAMENTO RELATIVOS À FUTURA INSTALAÇÃO DO ASYLO, COM BASE NAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS DE FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES: A “ESCOLHA DO LOCAL”, “PESSOAL E SEUS VENCIMENTOS” E “ORÇAMENTO”	143
6. MEMÓRIA DESCRITIVA DO PROJECTO DO <i>ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES</i> , EM TORRE DE MONCORVO.....	146
7. CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADOR CIVIL DE BRAGANÇA DIRIGIDA AO MINISTRO DO INTERIOR, RELATIVAMENTE À EXISTÊNCIA DE HERANÇAS OU LEGADOS, NAQUELE DISTRITO, DESTINADOS AO ENSINO OU À ASSISTÊNCIA PÚBLICA, QUE AINDA NÃO TIVESSEM SIDO APLICADOS	148
8. CORRESPONDÊNCIA DO GOVERNADOR CIVIL DE BRAGANÇA DIRIGIDA AO MINISTRO DO FOMENTO, RELATIVAMENTE À APROVAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DO ASYLO	150
9. ANÚNCIO PUBLICADO NO JORNAL <i>PRIMEIRO DE JANEIRO</i> , PUBLICITANDO O CONCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO <i>ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES</i> , EM TORRE DE MONCORVO, DA AUTORIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA, ANTÓNIO AUGUSTO PEREIRA DE MIRANDA.	151
10. ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL <i>NOTÍCIAS DE BRAGANÇA</i> , QUESTIONANDO A PARALISAÇÃO DO PROJECTO DE EDIFICAÇÃO DO ASYLO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELLES, EM TORRE DE MONCORVO, DA AUTORIA DE ACCACIO LOPES.....	152
11. MEMÓRIA JUSTIFICATIVA E DESCRITIVA DO PROJECTO DE REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DO ASYLO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES, EM TORRE DE MONCORVO	154

12. LISTA DOS PROGRAMAS DE ARQUITECTURA DESIGNADOS PARA A ATRIBUIÇÃO DA BOLSA DO <i>PRIX DE ROME</i>	156
13. RELATÓRIO REALIZADO PELA INVESTIGADORA, AQUANDO DA PRIMEIRA VISITA AO EDIFÍCIO, ENTRE 17 E 19 DE OUTUBRO DE 2014	158

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



PARTE I

PARTE I

1. APRESENTAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

1.1. Introdução

Como trabalho final de Mestrado em Arquitectura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado propõe-se o desenvolvimento de uma dissertação científica em História da Arquitectura, enquadrada no protocolo, assinado a 2 de Maio de 2014, entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, a Fundação Francisco António Meireles e a Faculdade de Arquitectura¹, que visa o estudo do edifício do antigo *Asylo* da Fundação Francisco António Meireles, desde o seu levantamento, elaboração e discussão de programas, com vista à execução de uma proposta de intervenção.

Para além da presente dissertação, orientada pela Professora Leonor Ferrão e pelo Professor João Pernão, o protocolo tem várias fases, ao longo de 2 anos lectivos, e conta com as seguintes participações: alunos da turma do 4.º ano do mesmo mestrado integrado (2 Semestres), sob a orientação dos Professores João Pernão, José Aguiar (Conservação, Restauro e Reabilitação) e Carmo Fialho (solução estrutural e construtiva); três alunos em Projecto Final de Mestrado, um aluno de Doutoramento e dois laboratórios da FAUL: ARCHC_3D, coordenado pelos Professores Luís Mateus e Victor Ferreira, com a participação da Doutoranda Margarida Barbosa; e MED•CROMA-Laboratório de Cor, pelo Professor João Pernão.

O objectivo essencial deste trabalho é identificar e interpretar as múltiplas leituras do edifício do antigo *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, localizado em Torre de Moncorvo (Bragança, Portugal), no período compreendido entre a génese da encomenda e a sua execução (1904-1916).

¹ FAUL MIARQ Int&Reab 2014 – Protocolo FAUL/Câmara Municipal de Moncorvo/Fundação António Meireles [em linha] [Consultado a 10 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://miarq-int.fa.ulisboa.pt/index.php/protocolos/protocolo-faul-camara-municipal-de-torre-de-moncorvo>.

Nesta perspectiva, o estudo evoluiu no sentido da compreensão do objecto arquitectónico, nos diversos contextos de concepção, produção e recepção; da caracterização do perfil do benemérito, nomeadamente as motivações e objectivos que justificaram as suas disposições testamentárias sobre o *Asylo*; da problematização da autoria do projecto do edifício; da reconstituição do processo de elaboração da encomenda e alterações

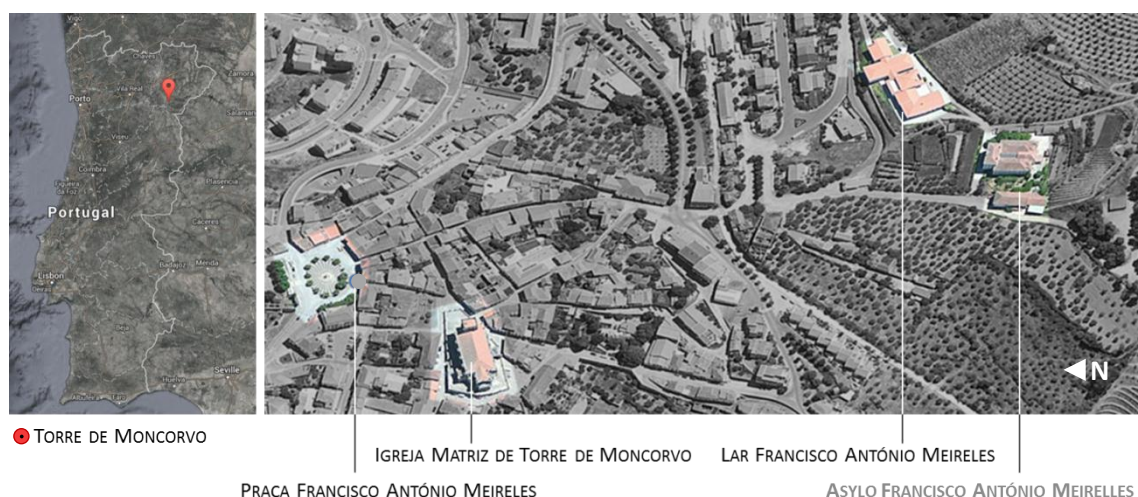


Fig. 1 – Localização de Torre de Moncorvo em Portugal; O *Asylo* na vila

programáticas posteriores, até 1916; da determinação do perfil sócio-cultural e político do responsável pela execução do testamento; da reconstituição formal e funcional do projecto original e identificação de posteriores alterações no edifício, ao longo do seu período útil, através de descrições e meios digitais; e, finalmente, da identificação de paralelos comparativos construídos, no estrangeiro e em Portugal, no início do século XX.

1.2. Metodologia e organização do trabalho

Apresentados os objectivos deste trabalho, que se centra na interpretação histórica de um objecto arquitectónico, compreende-se a importância de procurar traçar o perfil do doador e o alcance social da encomenda, desenvolvimento projectual do programa e execução em obra.

O objecto da história é por natureza o homem. Melhor: os homens. Mais do que o singular, favorável à abstracção, convém a uma ciência da diversidade o plural, que é o modo gramatical da relatividade. Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente e das instituições aparentemente mais

distanciadas dos que as elaboraram, são exactamente os homens que a história pretende apreender.²

O autor que citámos atribui os primórdios da historiografia ao registo de fenómenos naturais – e a sua sucessão ao longo do tempo – que quebravam a rotina do homem e marcavam transformações, determinando períodos temporais³. Com a multiplicação das observações e das próprias áreas de observação, foram sendo construídas bases de registos, formando diferentes campos históricos que se interligam com outros campos de investigação, mais ou menos relacionados com a vida humana. À semelhança do que acontece com a história natural, a história de qualquer acontecimento, invenção, descoberta ou objecto criado pelo homem – e introdutório de uma mudança e de um novo período – existe graças à sua observação e registo por alguém.

O estudo da história prende-se, então, com a investigação do seu objecto, independentemente do objectivo, enquadrando-o num espaço e no tempo e esclarecendo as consequências que trouxe consigo nesses mesmos espaço e tempo.

‘Ciência dos homens’, dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: ‘dos homens no tempo’. O historiador não pensa apenas o humano. A atmosfera em que o seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração.⁴

Do ponto de vista metodológico, esta investigação procura adaptar-se ao objecto de estudo: pode observar, inquirir, analisar; pode mesmo colocar questões, mas estas surgirão apenas depois do primeiro confronto com o objecto e serão resolvidas na mesma base da observação e análise de registos.

A palavra [“história”] não proíbe, de antemão, nenhuma direcção de pesquisa, quer deva orientar-se de preferência para o indivíduo ou para a sociedade, para a descrição das coisas momentâneas ou para a indagação dos elementos mais duradouros; ela não contém em si mesma nenhum credo; não obriga, consoante a sua etimologia primeira, a outra coisa além da “investigação”.⁵

² BLOCH, Marc. – “A História, os Homens e o Tempo”. in *Introdução à História*. 4.ª Edição. Sintra : Publicações Europa-América, anterior a 1980, p. 28.

³ Idem, p. 26.

⁴ Idem, p. 29.

⁵ Idem, p. 24.

Esta ideia de que uma investigação histórica não tem uma metodologia pré-definida é acentuada, quando se trata de uma investigação em micro-história, em que o objecto é tão específico, que o modo de o estudar se torna igualmente particular.

No capítulo “Microhistory”, em *New Perspectives on Historical Writing* de Peter Burke, Giovanni Levi esclarece as particularidades na abordagem e na escrita sobre objectos ou fenómenos específicos e que consequentemente se enquadram neste tipo de estudos, fazendo um paralelo com investigações em História, ou seja, a uma escala maior. Para aquele autor, os estudos em micro-história surgem quando se aumenta a escala de observação de um objecto, revelando novos detalhes do seu papel na história que antes não tinham sido considerados⁶. O conceito de micro-história não está então relacionado com as dimensões do objecto em análise, mas com o detalhe na observação, prestando atenção às suas particularidades⁷, o que permite reconhecer/identificar novos significados⁸.

*Microhistory as a practice is essentially based on the reduction of the scale of observation, on a microscopic analysis and an intensive study of the documentary material.*⁹

No presente estudo, apresenta-se uma análise detalhada de um objecto arquitectónico específico – o *Asylo* –, tentando compreender o papel que desempenhou nos primeiros anos da República, num contexto geográfico inesperado, Moncorvo. De um modo geral, compreende-se a actividade desenvolvida por este tipo de instituições e as alterações que introduziram na sociedade, no modo de pensamento e acção, as suas consequências, mas ao estudar uma instituição, podem encontrar-se detalhes que passam despercebidos quando se generaliza, do período e espaço em que esta se insere, que são afinal relevantes para o estudo de outros objectos – como paralelos comparativos –, ou áreas da História. Neste caso, o objectivo não é tanto focar a história do assistencialismo público em Portugal – embora importante numa fase de contextualização –, mas um objecto específico resultante da sua acção e do ponto de vista da Arquitectura.

Contextualization [...] consists of the formal, comparative placing of an event, form of behaviour or concept in a series of others which are similar though they may be separated in time and space.

⁶ LEVI, Giovanni. – “On Microhistory.” in BURKE, Peter (ed.). – *New Perspectives on Historical Writing*. 2.ª Ed. Cambridge: Polity Press, 2001, p. 101.

⁷ Idem, p. 96.

⁸ Idem, p. 102.

⁹ Idem, p. 99.

This contextualization presupposes that formalized and explicit structures are comparable but is concerned not only with grouping individual items characterized by one or more common aspects but also with classification based on 'indirect' similarities via analogy.

[...]

Microhistory tries not to sacrifice knowledge of individual elements to wider generalization, and in fact it accentuates individual lives and events. But, at the same time, it tries not to reject all forms of abstraction since minimal facts and individual cases can serve to reveal more general phenomena.¹⁰

O discurso utilizado em investigações de micro-história, esclarece Levi, diferencia-se da “forma de discurso tradicional assertiva e autoritária” utilizada pelos historiadores, que tendem a apresentar a realidade como objectiva, pois o processo e as limitações da pesquisa, as hipóteses formuladas, as interpretações e as linhas de pensamento seguidas estão expressas neste: o leitor fica a par do processo de construção do raciocínio histórico, entendendo determinados aspectos que se perdem aquando da generalização e quantificação habituais do estudo da História.¹¹

Considerando o carácter específico do objecto de estudo do presente trabalho em História da Arquitectura, a metodologia de investigação utilizada no seu desenvolvimento foi em tudo semelhante a uma investigação em micro-história: dada a proximidade ao objecto e a especificidade do material de pesquisa – directamente relacionado com o objecto – e a dificuldade, por vezes, em aceder-lhe, verifica-se uma necessidade de explicitar todo o processo de desenvolvimento do estudo.

Este estudo divide-se em duas fases:

- Pesquisa e recensão bibliográfica. Esta pesquisa incidiu em arquivos para levantamento de fontes e de obras de consulta que permitiram contextualizar historicamente o objecto, do ponto de vista social, político e económico e ainda religioso (considerando a anterior ocupação do local e o apoio dado à instituição pela Ordem Franciscana). Seguiu-se a análise de casos de estudo sobre arquitectura higienista, a caracterização dos perfis socioculturais do doador e do executor da encomenda; e a problematização da autoria do projecto do edifício, através da comparação deste projecto com projectos de diversos arquitectos com afinidades ideológicas e estilísticas;

¹⁰ Idem, pp. 112-113.

¹¹ Idem, pp. 109-110.

- Reconstituição filológica do projecto original (formal e funcional), através de descrições e meios digitais, após observações directas realizadas no local, análise dos resultados da pesquisa bibliográfica e de peças escritas e desenhadas coevas.

No lapso de tempo decorrido entre a primeira visita e o início da redacção deste documento foram desenvolvidas as seguintes acções: i) levantamento do espaço construído por método de varrimento laser e desenho CAD de acordo com esse levantamento, através do grupo de Investigação ARCHC-3D; ii) a primeira visita ao local, da qual resultou um levantamento pormenorizado do edifício, efectuado pela turma do 4.º ano do Mestrado Integrado em Interiores e Reabilitação do Edificado; iii) um relatório de visita, utilizado neste documento; e iv) contactou-se a doutora Adília Fernandes, licenciada em História pela Faculdade de Letras do Porto, mestre em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho e doutora em Relações Internacionais pela Universidade do Minho (actualmente, é investigadora do CEPESE, com obra publicada sobre Torre de Moncorvo, de onde é natural).

De forma a estruturar a informação recolhida e processada nas fases anteriormente descritas, o documento aqui apresentado encontra-se dividido em três partes:

I. A presente parte é constituída pela apresentação do estudo e metodologia aplicada para a concretização dos seus objectivos e pela descrição do objecto em análise e respectivo enquadramento teórico.

II. Na segunda parte deste trabalho é dada continuação ao enquadramento do objecto, desta vez, não de um ponto de vista teórico, mas de uma perspectiva local, micro-histórica. Desta forma, pretende-se compreender as origens do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*: em que ambiente foi construído – onde e quando –, quem foram os responsáveis pela sua instalação – quais as suas origens e motivações – e como decorreu todo o processo.

III. A última parte deste trabalho representa a análise formal e programática do projecto original. Esta análise é complementada com confrontação com outros exemplos de arquitectura higienista nacionais e estrangeiros, numa tentativa de melhor compreender o edifício e problematizar a sua autoria.

O documento termina com as considerações finais, referências bibliográficas utilizadas, um apêndice documental – composto essencialmente pela transcrição de documentação

manuscrita e dactilografada, dos séculos XIX e XX, relacionada com a construção – e um banco de imagens.

1.3. Enquadramento Teórico

O processo de construção do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, iniciado em 1904, na sequência da aplicação das disposições testamentárias do instituidor, prolongou-se até 1916 – ano da sua inauguração –, abrangendo um período conturbado da História de Portugal, marcado pela mudança de regime (da monarquia para a república).

Na época que antecedeu e sucedeu a instauração da República, viveram-se momentos muito difíceis. O descontentamento era geral e acompanhado por reivindicações sociais de diversos grupos que se insurgiam contra a convivência entre o regime (monárquico) e a Igreja, a corrupção que minava os sectores do Estado e os privilégios das elites sociais muito próximas do poder (ou seus sustentáculos). Rui Ramos aponta diversos acontecimentos do final do século que contribuíram para enfraquecer ainda mais a posição do Governo: entre eles, a queda da monarquia no Brasil, em 1889; o Ultimato Inglês de 1890; o Golpe Militar no Porto e o endividamento externo; mais tarde, em 1908, o duplo assassinato do Rei D. Carlos e do príncipe herdeiro D. Luís destabilizou ainda mais a vida política do país, que assim se manteve, mesmo depois da Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910 – a crise em Portugal era muito profunda e a culpa não residia, apenas e só, no regime monárquico, menos ainda nas pessoas reais¹².

O mesmo autor faz um apanhado estatístico e discorre sobre as condições em que se vivia nas primeiras décadas do século XX: através dos números de 1900, sabemos hoje, por exemplo, que a maior parte dos portugueses se dedicava à agricultura – a esmagadora maioria da população era rural e gastava quase todo o seu rendimento na alimentação (ou seja, vivia no limiar da pobreza ou abaixo desse limiar); a taxa de escolarização pouco passava dos 22% e o analfabetismo rondava os 75%.¹³

¹² RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – “O fracasso do reformismo liberal (1890-1910)”. In *História de Portugal*. 4.ª Edição, Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009], pp. 550-576.

¹³ RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – “A República antes da guerra (1910-1916)”. In *História de Portugal*. Idem, pp. 596 e 599.

O republicanismo português tinha herdado a doutrina política e social das revoluções francesas do século XVIII e XIX, assentando em ideais de modernidade e numa “cultura política com base no livre-pensamento, no positivismo, no cientismo, no anticlericalismo e na necessidade de educação. Desejava o progresso, a ordem e uma sociedade mais justa e democrática e propunha respostas adequadas às novas realidades sociais, económicas, políticas e ideológicas”¹⁴. Em 1876 surgiu a frente mais expressiva deste movimento político contra o governo monárquico e eclesiástico: o Partido Republicano Português.

Os seus objectivos passavam por implementar garantias e medidas de defesa individuais, entre elas a “liberdade de consciência e da igualdade civil e política para os instruídos, o ensino obrigatório, a educação da mulher, o registo civil, a secularização dos cemitérios, o sufrágio universal, a autonomia municipal, [...] a liberdade de reunião, associação e representação, a liberdade do trabalho e da indústria e o fim dos monopólios. Acabar com os benefícios hereditários e privilegiados, com as formas senhoriais de propriedade, diminuir o imposto de consumo nos géneros de primeira necessidade...”¹⁵

No entanto, o novo regime mostrou-se incapaz de resolver os persistentes problemas económicos e financeiros. A passagem do tempo e os acontecimentos, já por si, desestabilizadores, agravaram as condições de vida das populações mais carenciadas, aumentando a conflitualidade social. Nas palavras de António Reis, os objectivos apresentados pelo novo governo “estiveram longe de ser cumpridos, para isso contribuindo a permanente instabilidade política, a participação portuguesa na Grande Guerra, a difícil conjuntura internacional, a permeabilidade aos grupos de pressão. Este falhanço foi alienando o apoio das classes médias e inviabilizou a captação do proletariado urbano.”¹⁶

Compreende-se a urgência em apoiar os grupos sociais em maiores dificuldades (o proletariado e o campesinato). Embora este estado de precariedade social não fosse uma especificidade do século XX – os primeiros passos no assistencialismo público em Portugal, de iniciativa da Rainha D. Leonor de Lencastre (1458/1481–1525), casada com D. João II (1455/1481–1495), remontam ao século XV e surgiram do reconhecimento de situações de emergência social. Os partidários do regime republicano, alguns intelectuais maçons ou apenas simpatizantes, sentiram-se impelidos a transformar a sociedade, realizando os ideais da

¹⁴ FERNANDES, Adília. – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo (1910-1926)*. Coimbra: Palimage, 2010, p. 21.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ REIS, António. – A primeira República. In SARAIVA, José Hermano (dir.). – *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1983, Vol. 6, p. 117.

Revolução Francesa. A acção de Francisco António Meireles enquadra-se neste contexto, i.e. na ausência de respostas adequadas, e em tempo útil, por parte do Estado.

Para melhor se entender o surgimento de instituições de assistência social, é necessário recuar ao século XV, quando ocorreram as primeiras iniciativas. No *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão diferencia dois períodos de assistencialismo público¹⁷: numa primeira fase, em que “se considerava a protecção dos desamparados, não como uma obrigação da coroa, mas sim como um acto de piedade particular”, que assistia “aos indivíduos sem meios de prover às suas necessidades, encarada independentemente da entidade que a presta”; e numa segunda etapa, em que esta protecção passou a ser uma das funções do Estado.

Até ao século XV, as instituições de beneficência foram criadas por caridade cristã, por iniciativa de “ordens religiosas e militares, concelhos, confrarias de mesteres, reis e rainhas ou simples particulares, na intenção não só de melhorar a sorte dos desprotegidos, como de promover a salvação da própria alma.”¹⁸ Acabariam por ser estabelecimentos independentes e dispersos, mantidos através de donativos ou legados. Entre os diferentes tipos, podiam encontrar-se albergarias – muitas fundadas por nobres, destinadas, principalmente a peregrinos e funcionando como abrigo e hospital; hospitais – criados por reis e rainhas, infantes, ou outras figuras de relevo abastadas; gafarias – instituições de apoio a leprosos e que foram alvo de especial atenção por parte de vários reis, mostrando a tendência para a oficialização deste tipo de organizações; mercearias – que se destinavam ao auxílio de pessoas honradas mas, por algum motivo, empobrecidas.

No século XIX, durante o governo liberal, a assistência passou para as mãos do Estado e é neste período que “surgem os asilos de crianças, mendigos, velhos, as creches, os dispensários, os lactários, os albergues nocturnos. Os cegos, surdos-mudos e alienados passam a receber assistência adequada. Melhoraram-se os hospitais.”¹⁹

Durante o reinado, de D. Maria II (1819/1834–1853), foi criado o Conselho Geral de Beneficência, a 6 de Abril de 1835²⁰, com o propósito de melhorar a assistência já providenciada por instituições como a que fundara o monarca seu pai, D. Pedro IV, durante o seu curto reinado (1826–1828), a 25 de Março de 1834, com a intenção de melhorar a vida dos

¹⁷ SERRÃO, Joel. – “Assistência Pública”. in *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971, Vol. I, pp. 234-236.

¹⁸ Idem, p. 234.

¹⁹ Idem, p. 235.

²⁰ Ibidem.

desvalidos: originalmente designada por Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas de Primeira Infância e mais tarde por Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida²¹, esta associação esteve na origem da primeira casa de asilo em Lisboa – construída com base nos modelos franceses de *salles d'asile* que serão analisados mais à frente –, a 8 de Maio de 1834²², denominada Escola de Ensaio ou Escola de Experiência – como o nome indica, tratou-se de um primeiro exercício temporário de instalação asilar, a cargo de Ana Mascarenhas de Ataíde, que abrigava 21 crianças provenientes de bairros pobres. As suas instalações foram cedidas por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato²³. Foi este último igualmente responsável pelo *Projecto de regulamento para as casas de asylo da primeira infância*, publicado em 1834, cujo “fim principal, ou antes único, era o de dar protecção, educação e instrução a creanças d’ambos os sexos, desde a época em que se tornavam independentes dos imediatos cuidados da amamentação, até á idade de sete anos, assegurando assim ás mesmas creanças uma abrigo carinhoso e benéfico e aos paes a possibilidade de cuidarem, durante o dia, da sua vida, sem vêrem a cada momento amargurado o trabalho com a lembrança do abandono em que tenham deixado os filhos.”²⁴

Com o desenvolvimento deste projecto, surgiram novas casas em Lisboa, entre Julho de 1834 e Janeiro de 1835, em substituição da Escola de Experiência: a Irmandade dos Terceiros do Menino Deus “cedeu um local qualificado de ‘óptimo’, na rua Infante D. Henrique (agora avenida), para a instalação de uma escola com capacidade para cem alunos”²⁵, na antiga freguesia de S. Tomé (actualmente S. Vicente); por sua vez, D. Pedro IV ofereceu uma casa anexa ao Torreão Nascente da Cordoaria, na Rua Junqueira, à Sociedade; e mandou reconstruir o antigo Real Colégio dos Catecúmenos – destruído no terramoto de 1755 –, no Bairro Alto (rua Diário de Notícias), para ser convertido na Casa de Infância de Calafates, a 1 de Novembro de 1834²⁶. Estas três instituições englobavam 133 crianças²⁷. Em 1836, este número ascendia a 289

²¹ Fundação D. Pedro IV – *História* [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=6>.

²² FERNANDES, Rogério – “Orientações Pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida”. In *Cadernos de Pesquisa*, n. 9109, Março de 2000, pp. 89-114 [Em linha] [Consultado a 20 de Maio de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a05.pdf>, p. 101.

²³ Idem, pp. 94-95.

²⁴ PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. Portugal – *Dicionário Histórico, Corográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Vol. III – DK. Lisboa: João Romano Torres & C.ª Editores, 1907, p. 969.

²⁵ FERNANDES, Rogério. *Op. cit.*, p. 98.

²⁶ Fundação D. Pedro IV. – *Casa de Infância de Calafates*. [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=22>.

crianças, distribuídas por seis asilos, em Lisboa.²⁸ Esta sociedade dirigiu posteriormente o seu trabalho para fora da capital, fundando casas no Funchal, no Porto, em Coimbra e Angra do Heroísmo²⁹. No entanto, a instituição continuou a sua obra em Lisboa e sabe-se que, em 1907, existiam na totalidade doze asilos, na cidade³⁰, instalados em casas pertencentes à Sociedade. Para além dos três já mencionados, poder-se-iam encontrar os *Asylos* da Ajuda (no largo), de Arroios (rua da Ilha Terceira), da Esperança (rua de S. Bento), da Lapa (rua da Lapa), dos Olivais (praça da Viscondessa dos Olivais), de Santa Ana (travessa do Torel), de Santa Engrácia (rua de Bartolomeu da Costa), de Santa Quitéria (travessa de Santa Quitéria) e de S. Vicente, na rua da Infância (actual rua Voz do Operário). Vários destes edifícios foram reedificados de modo a apresentarem as condições de higiene e ensino exigidas.

Com a rainha D. Amélia de Orleães (1865/1886–1951) – consorte do rei D. Carlos, desde 1886 até ao seu assassinato, em 1908 – surgiu a Assistência Nacional aos Tuberculosos, os Serviços Centrais de Beneficência Pública, o Conselho Superior de Beneficência e diversos sanatórios. Estas organizações tinham como objectivo potenciar a assistência domiciliária. Com a implantação da República, estas instituições foram substituídas pela Direcção-Geral de Assistência de Lisboa. Neste período surgiram as primeiras maternidades – exemplos são a maternidade anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra³¹ que surge, em 1911, pelo decreto-lei de 22 de Fevereiro do Governo Provisório da República³²; ou a iniciativa de uma comissão, formada em 1910, para a construção da Maternidade Dr. Alfredo da Costa (que ficou concluída apenas em 1932), em homenagem ao ilustre professor (1859-1910), que em 1898 iniciara a sua campanha pró-maternidades³³. Estes estabelecimentos – e outros similares, de apoio à mendicidade e à velhice – vão aparecendo, tanto por iniciativa do Estado, como de particulares.

²⁷ *Vid.* nota 25 *supra*.

²⁸ PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. *Op. cit.*, p. 969.

²⁹ *Idem*, p. 970.

³⁰ RIBEIRO, Victor. – *História da beneficência Pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907, pp. 155-156

³¹ *Idem*, p. 359.

³² PORTUGUESA, República. Ministério do Interior. Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. – *Criação de uma maternidade anexa à Faculdade de Coimbra. Decreto, com força de Lei, de 22 de Fevereiro de 1911*. Publicado no Diário do Governo n.º 41, de 23 de fevereiro de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

³³ CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL – *História da Maternidade Dr. Alfredo da Costa* [em linha] [Consultado a 13 de Julho de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.chlc.min-saude.pt/content.aspx?menuid=498>.

Esta associação do Estado a obras de beneficência pode ter sido uma consequência da proliferação dos ideais iluministas de filantropia do século XVIII. Considerando que estas instituições surgiram, inicialmente, por caridade, geralmente relacionada com crenças religiosas, de carácter individual e espontâneo, e só mais tarde foram associadas a um pensamento reflectido, dirigido para a promoção do bem-estar social e “com repercussões na educação, nas leis, nas obras de assistência social e em atitudes de tolerância religiosa e pacifismo”³⁴, pode assumir-se que a filantropia republicana foi uma consequência natural das linhas de pensamento herdadas do iluminismo e dos acontecimentos da época, que levaram à necessidade da sua aplicação.

A maçonaria foi igualmente responsável pela criação de instituições de apoio social, como os Asilos de S. João: o primeiro em Lisboa, em 1862; e o segundo, no Porto, em 1891, cujas iniciativas partiram da Confederação Maçónica Portuguesa; o Asilo D. Maria Pia, construído em Lisboa, em 1867; o Asilo e Escola Filipa de Vilhena, uma iniciativa da Grande Loja dos Maçons Antigos, Livres e Aceites de Portugal, instalado em Lisboa, em 1883; o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, inaugurado também em Lisboa, no ano de 1889; o Asilo da Infância Desvalida de Ponta Delgada, aí instalado em 1904, pela Loja Companheiros da Paz; ou o Asilo Elias Garcia, em Torres Vedras, mandado construir em 1915, pela Loja Fénix³⁵.

Reconhecendo esta sociedade semi-secreta como defensora de uma filosofia marcadamente iluminista – embora a sua fundação, acredita-se, se registe muito antes do século das Luzes –, cujo propósito maior se centra no “melhoramento e aperfeiçoamento da sociedade”³⁶ – “sem servir classe determinada”³⁷ –, através do “exercício da beneficência, a prática de todas as virtudes e o estatuto moral universal, das ciências e das artes”³⁸; e tratando-se ainda de uma instituição aclassista e anticlassista, onde o único requisito para se ser *maçon* – fora a maioria e as exigências morais e intelectuais para compreender os seus fins –, seria o

³⁴ DURÃO, Paulo. – Filantropia. In *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Verbo. Lisboa: Editorial Verbo, 1969. Vol. 8.º, p. 810.

³⁵ MARQUES, A. Oliveira. – *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986, vol. I, pp. 105-107.

³⁶ Art.º 1.º da Constituição do Grande Oriente Português, Supremo Conselho da Maçonaria ao norte de Portugal, de 1895. In MARQUES, A. Oliveira. – *Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1975. p. 18.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Art.º 1.º da Constituição do Grande Oriente Português, Supremo Conselho da Maçonaria ao norte de Portugal, de 1840. In MARQUES, A. Oliveira. – *Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1975, p. 18.

exercício de uma profissão honesta que assegurasse meios de subsistência, verifica-se que qualquer homem seria virtualmente passível de ser integrado na Maçonaria.

Isto leva-nos a uma suposição que se afigura plausível: Francisco António Meireles poderia ter sido *maçon*. Aliando esta hipótese ao facto de ter sido um rico comerciante, com preocupações sociais fortíssimas em relação à sua terra natal, num momento especialmente crítico da história do país, pode explicar esta sua atitude filantrópica e a participação de figuras notáveis – possivelmente também elas ligadas à Maçonaria – da sociedade portuguesa no cumprimento das suas disposições testamentárias e na gestão da instituição que delas resultou.

1.4. O Asylo Francisco Antonio Meirelles



Fig. 2 – “Moncorvo – Asilo de Francisco Meireles” [Documento icónico]: Biblioteca Nacional, 1933. 1 postal: p&b; 14x9 cm. Edição M. Sousa Moreira, Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, s.d.

O antigo edifício da Fundação Francisco António Meireles foi inaugurado a 30 de Janeiro de 1916. Erigido na encosta da Serra do Reboredo, em Torre de Moncorvo, no distrito de Bragança, segundo as disposições testamentárias do benemérito que deu o seu nome à nova fundação, o edifício esteve em funcionamento por mais de oito décadas, sofrendo várias obras

de remodelação e beneficiação. Em 1999, o *Asylo* foi desactivado, aquando da inauguração de um novo edifício, a poucas dezenas de metros do primeiro, para onde transitaram as funções de abrigo.

Com um programa ideologicamente inspirado nos ideais republicanos e higienistas franceses e, do ponto de vista arquitectónico, no ensino das *Beaux arts* de Paris, o *Asylo* constitui, ainda hoje, um exemplo de arquitectura assistencialista, precursor(a) dos ideais da Primeira República.

Francisco António Meireles nasceu em Torre de Moncorvo, a 12 de Maio de 1833 e faleceu em Lisboa, a 6 de Janeiro de 1904. No seu testamento, datado de 9 de Junho de 1902, declara-se solteiro, sem filhos e sócio – em conjunto com seus primos, Júlio Henrique e Henrique Júlio de Seixas – de uma firma em Lisboa e detentor de alguns papéis de crédito.

Pretende, com o seu testamento, contemplar alguns familiares e amigos, encomendar a produção de um manto e vestido de seda com resplendor de prata para ser oferecido a Nossa Senhora da Assunção e, finalmente, com o remanescente da liquidação integral dos seus bens, a “fundação ou ampliação de algum estabelecimento de caridade, que mais útil seja aos desvalidos, especialmente crianças desamparadas, ou velhos impossibilitados, (...) na villa de Torre de Moncorvo”.³⁹

Os estatutos iniciais do *Asylo* foram aprovados por decreto de 31 de Dezembro de 1908, de acordo com o parecer do Conselho Superior de Beneficência e publicados no Diário do Governo (n.º2), a 4 de Janeiro de 1909. Estabeleceram que a Comissão Administrativa deveria aplicar parte do legado na aquisição do terreno e na construção do edifício da instituição “destinada a recolher os velhos e as crianças desamparadas de ambos os sexos da villa de Moncorvo, fornecendo-lhes educação, instrução e tratamento nas suas enfermidades”⁴⁰.

No local escolhido, a encosta da Serra do Reboredo, existiu um Convento de São Francisco, extinto pelo decreto de 30 de Maio de 1834. Aquando da aquisição da Cerca, apenas se encontravam os destroços do Convento que foram demolidos para dar lugar ao novo edifício – com a recomendação de aproveitamento dos alicerces, expressa no ponto I. das *Condições e encargos da empreitada geral para a construção do edificio destinado à instalação do Azylo Francisco Antonio Meirelles, na cerca do extinto Convento de S. Francisco, da Villa da Torre de Moncorvo*: “A demolição do edifício existente podendo o empreiteiro de accordo com o fiscal

³⁹ *Testamento de Francisco António Meireles*, in FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*. Coimbra: Palimage, 2008, pp. 54-56 (vid. documento 3).

⁴⁰ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 71 (vid. documento 1).

conservar os alicerces actuaes a parte que for aproveitavel ao novo edificio, devendo revestir essa parte que se aproveitar dos alicerces com uma camada de asfalto antes de prosseguir no assentamento da nova alvenaria.”⁴¹

A referida Comissão Administrativa, a primeira e sediada em Lisboa, foi composta por “três membros de nomeação régia e escolhidos entre os vogais do Conselho Superior de Beneficência Pública”⁴²: para o lugar de Conselheiro, António Augusto Pereira de Miranda; Frederico Pereira Palha, como Secretário; e Júlio Henrique de Seixas para exercer funções de Tesoureiro.

Em 1956, na consequência do falecimento do presidente da 2.ª Comissão Administrativa, o Senhor Mário Luís de Sousa, foi nomeada a primeira Comissão residente em Torre de Moncorvo, presidida pelo Dr. Ramiro Carlos Guerra.

Em 1977 foi realizado um documentário intitulado *Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica*, por Leonel Brito, no qual, uns breves minutos são dedicados ao Asylo e às pessoas que por lá passaram. Luís Lelo:

Quando ficavam órfãs ou os pais não tinha dinheiro e a fome era mesmo fome, algumas crianças conseguiam entrar no Asylo. Quando ficavam sem braços para trabalhar e não tinham filhos ou filhas que os alimentassem, alguns velhos conseguiam entrar no Asylo. As crianças iam crescendo de boina triste e vestido azul nas procissões, com as freiras à frente. Depois, quando atingiam os 18 anos, eu lembro-me do que diziam do Asylo: o que acontecia às raparigas. Mas isso é a Vila que o diz, como pode ser verdade. Quando as asiladas atingiam os 18 anos, iam para empregadas de servir. As mais espertas conseguiam chegar a enfermeiras. Outras perdiam-se na voragem das noites da capital do Norte, onde calhava, com quem calhava.⁴³

Ainda no mesmo filme, uma das raparigas residentes foi entrevistada, fazendo uma breve descrição do percurso das asiladas, à data e no “antigamente”: anos antes, pouquíssimas raparigas estudariam no colégio, porque os estudos eram caros e poucas teriam possibilidades para tal; a maioria trabalharia no Asylo. Porém, nos anos 70, a instituição já não era tão “rigorosa” como antes: era permitido conviver com colegas de fora e deixou de haver a obrigação de lá permanecer até aos 18 anos, – a partir do momento em que concluíssem os estudos, o antigo 5º ou 7º anos, podiam sair, mesmo antes de atingir a maioridade, caso

⁴¹ Vid. documento 2.

⁴² FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 73.

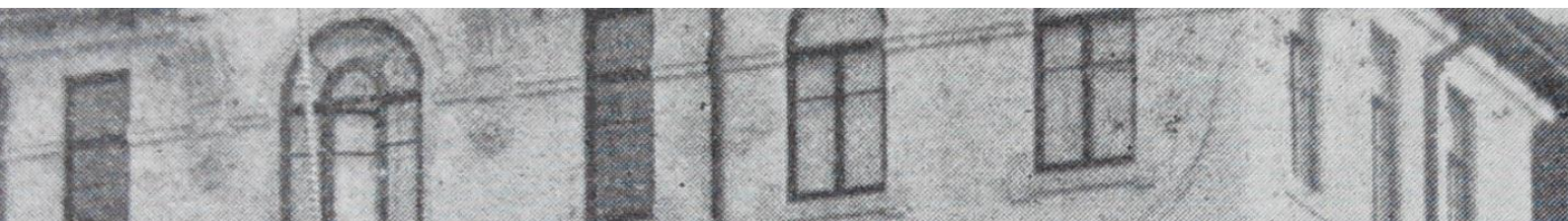
⁴³ *Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica*. [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luís Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português. (00:15:34 – 00:18:12).

arranjassem um curso ou um posto de trabalho. Algumas raparigas saíram do *Asylo* com o curso de enfermagem ou do magistério primário, ao contrário das “antigas [que] eram empregadas domésticas”.



Fig. 3 – Fotogramas do documentário *Gente do Norte ou a História de Vila Rica*

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



PARTE II

PARTE II

2. RECONHECER AS PRÉ-EXISTÊNCIAS PARA COMPREENDER O OBJECTO TAL COMO SE APRESENTA

NOS DIAS DE HOJE

2.1. O Convento de São Francisco de Moncorvo

Franciscanos são os frades que vivem segundo a Regra de Vida que S. Francisco de Assis (1191-1226) compôs para os que quisessem segui-lo, professando na família religiosa chamada Ordem Franciscana. De princípio, o nome que tiveram foi o de Frades Menores, que é ainda hoje o seu nome oficial na igreja cristã. [...] foi logo em 1217, quando S. Francisco distribuiu seus frades pelo mundo e coube às Espanhas um grupo deles chefiado por Fr. João Parente. Alguns destes vieram de certeza a Portugal e, protegidos pela rainha [D. Urraca, mulher de D. Afonso II, (r. 1211-1223)] e infantes, fundaram eremitérios [...] povos e os grandes senhores gostavam de ter por vizinhos os Franciscanos, edificadas com o seu viver e animados pela devoção que os papas lhes mostravam confiando-lhes os seus negócios. Por meados do século XIII os estudos, sobretudo teológicos, ganharam relevância entre as demais actividades franciscanas, e foi preciso a eles adaptar a vida. E os Franciscanos, abandonando os sertanejos eremitérios, construíram nos povoados, no novo estilo gótico, para agasalho de escolas e estudantes, vastos conventos... Todavia, nem por motivo deste feitio novo os Franciscanos portugueses alguma vez esqueceram a vida pobre dos eremitérios, antes nela outra vez se afervoraram com o movimento da Observância, nos fins do século XIV... Com a entrada do século XIX os desassossegos ocasionados pelas Invasões Francesas e pelas lutas partidárias que se lhe seguiram destroçaram a disciplina conventual que ainda sustentava a estrutura externa da vida regular. E a decadência das ordens religiosas cresceu, até que, por Decreto de 30 de Maio de 1834, o Governo a todas extinguiu, exclaustrando os frades e nacionalizando suas casas e bens. [...] De novo exclaustrados em 1910, no exílio a que se acolheram continuaram seus trabalhos missionários e também neles perseveraram depois que, em 1929, puderam regressar a Portugal, readmitidos pelas novas leis.⁴⁴

Como ordem mendicante, os Franciscanos tiveram sempre tendência para se instalar nas proximidades de meios urbanos (embora haja excepções).

Quando pensaram instalar um convento em Torre de Moncorvo, no início do século XVI (década de 30?), a vila sofria um processo de desenvolvimento urbanístico sem paralelo – o que teve certamente peso na escolha desta localização. Embora as obras tenham tido início em 1569, desde 1538, a Congregação adquiriu terrenos nesta região, sempre com o apoio de várias entidades, entre elas, o município de Moncorvo e alguns notáveis da região, não se sabendo ao certo a data exacta da sua fundação.

Passado menos de meio século da construção do Convento, em 1615, o edifício mostrava não possuir condições mínimas de higiene e salubridade, dada a exposição solar decorrente da implantação na encosta. Foi demolido e reconstruído, assim como a igreja. O

⁴⁴ SERRÃO, Joel. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971, Vol. II, pp. 71-73.

segundo edifício foi concluído em 1626, mais uma vez, com o apoio do município e de alguns particulares. A partir da *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita e regular observancia do Serafim chagado S. Francisco*, de Frei Pedro de Jesus Maria José, datada de 1760, Joaquim Rebelo (antigo capelão do Asylo), transcreve para a sua obra a respeito do Convento:

Do fundador deste convento se diz que ‘fez muito nesta obra Fr. Sebastião, o Pedreiro por alcunha, que edificou esta Casa pela traça de Mosteiró, ainda que pôs o dormitório às vessas, no que elle e seus companheiros tem desculpa pela sua simplicidade.’

A simplicidade de Fr. Sebastião terá sido a causa do erro que se cometeu ‘no sitio do dormitório, por cuja causa veio a ficar sem Norte e consequentemente doentio todo o Convento; porém aquella simplicidade era tão santa, como o fim, que teve nesta resolução, pois parece que não foi outro o motivo, nem empenho daquelles bemitos Religiosos na disposição da obra mais que o quererem ficar ocultos, e escondidos aos olhos do mundo; e se assim ficão desculpados para com Deos, muito mais o devem estar para com os homens...’⁴⁵

‘Não se conheceria logo no princípio o danno do erro em fundar-se este Convento de sorte, que de todo ficou privado do vento Norte, porque a virtude, singeleza, e elevado espírito dos primitivos Fundadores só attendêrão a ideallo de forma, que os religiosos aqui moradores **ficassem como escondidos ao mundo**. Com este fim... puzerão o dormitório com face para o monte **Reboredo**, e assim privados da vista da Villa pudessem melhor conservar as lembranças do Ceo com os efficazes estímulos da solidão do dilatado bosque do dito monte, que era o unico objecto, para que se podião divertir. Como porém nesta maneira ficava para o Sul sem algum Norte, pois este lhe tirava de todo a Igreja, por ficar atravessada do Nascente ao Poente, veio a fazer-se o Convento doentio, enfermado nelle actualmente os Religiosos alli moradores...’⁴⁶

‘Demolio-se primeiramente a Igreja para se fazer no sítio, que occupava, o dormitório, que hoje existe, ao qual logo se deo principio, concluiu com brevidade... Com o mesmo cuidado se entrou na da nova Igreja, dando-se-lhe principio pela Capella Mór; e chegando o anno de 1626 estava tudo o essencial assim da Igreja, como do Convento concluido...’⁴⁷

A segunda intervenção de grande escala no Convento realizou-se em 1719. Até este ano, o cenóbio possuía 13 celas, mas nos seis anos que se seguiram, foi construído um outro dormitório, mais amplo, no lugar da antiga enfermaria que ameaçava ruir. Esta, por sua vez, foi substituída por uma nova, com uma grande varanda. Ainda em 1698 iniciaram-se as obras de reconstrução de uma parede do primeiro dormitório que ameaçava ruir por ter sido mal fundada. As obras duraram cerca de dois meses.

⁴⁵ Fr. Pedro de Jesus Maria José (1760) *apud* REBELO, Pe. Joaquim Manuel. – *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*. Moncorvo: Escola Preparatória, 1992, pp. 23-24.

⁴⁶ Idem, p. 31. Destacado do autor.

⁴⁷ Idem, p. 32.

A *Chronica Seraphica* esteve na origem das descrições realizadas por Carlos d'Abreu, que traça o Convento como “um conjunto edificado de respeito”, acessível por uma espaçosa calçada. O edifício seria composto por torre sineira, oficinas, dormitórios com 24 celas, uma capela dedicada ao Santo Cristo, claustro, igreja com fachada barroca – com uma porta de arco abatido encimada por 3 janelas, uma delas, um óculo; na cerca do mosteiro existia um extenso terreiro com um chafariz, latadas de parreiras, assentos e um alpendre com um nicho consagrado a Santo António, entre outros detalhes pitorescos.

O Abade de Baçal faz referência à existência de um documento manuscrito na Biblioteca Municipal do Porto, intitulado *Demarcação da província de Trás-os-Montes feita em 1796 pelo juiz Columbano Pinto Ribeiro de Castro*, que regista o estado das ordens religiosas no distrito de Bragança antes da sua supressão e que caracteriza o Convento de S. Francisco de Moncorvo como pertencente à Ordem dos Capuchos da Conceição e integrando 13 religiosos, 6 leigos, 2 donatos e dois moços.⁴⁸

No entanto, cerca de quarenta anos depois, a publicação do decreto que determinou a formação do Exército para fazer face às Invasões Francesas pode ter estado na origem da ruína do convento: com a instalação das forças militares em Torre de Moncorvo, foi feito, entre 1814 e 1815, um levantamento do edifício para aí ser implantado um hospital militar, mas a tomada de decisão foi sendo adiada e a partir desse mesmo levantamento, foi realizado um projecto de adaptação do convento para acolher o Batalhão de Caçadores n.º 3, em 1822.

Dado que tanto as Invasões Francesas (1807-1810), como a Guerra Civil (1828-1834), constituíram os períodos em que a vida conventual foi mais afectada, ao serem utilizados muitos conventos e mosteiros para aquartelar tropas e organizar milícias, coloca-se a hipótese deste convento franciscano ter tido este uso. Com a extinção das Ordens Religiosas pelo governo liberal (pelo decreto de 28 de Maio de 1834), o Convento e a Igreja de São Francisco da vila de Torre de Moncorvo, bem como os seus pertences, foram incorporados nos bens do Estado e os frades obrigados a abandoná-lo. Seguiram-se várias tentativas de reutilização, arrematações, privatização e alterações de função: no reinado de D. Maria II (1834-1853), foi aqui instalada uma “Escola de Ler e Contar”. Ainda no século XIX, a igreja foi dessacralizada e transformada numa fábrica de sabão, da propriedade de António Caetano de Oliveira e dirigida

⁴⁸ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal, 2000, Tomo I, p. 381.

por José Henriques Pinheiro, ambos moncorvenses - esta indústria era consideravelmente antiga em Moncorvo e a sua importância verifica-se no facto de, no início do século XVIII, abastecer outras localidades das províncias de Bragança e do Minho e as cidades do Porto e de Lamego⁴⁹. Mais tarde, o espaço serviu de sala de teatro e em 1907 funcionou como abegoaria da propriedade circunvizinha. Nesse ano, quando o abade de Baçal visitou a vila de Moncorvo, descreveu o Convento da seguinte forma:

As campas dos escalões viriam da igreja profanada do antigo convento franciscano, hoje com a cêrca adjunta convertida em propriedade particular, bem cuidada, como merece, pela fertilidade do seu terreno assaz grande, amenidade do sitio, um dos mais aprazíveis da villa, abundancia de aguas, pela belleza do largo panorama que d'elle se disfructa em sitio sobranceiro a Moncorvo que lhe fica como que assentada aos pés, e pela pureza de seus ares.

Fizeram-nos dó os destroços e ruínas d'este convento quando em 21 de maio de 1907 as visitamos, em companhia do nosso amigo Manuel Antonio Monteiro, intelligente secretario da Camara Municipal de Moncorvo, Capiteis, fustes, bases de columnas, aqui e alli deslocados, coroavam socalcos de paredes, serviam de suporte a latadas de parreiras ou jaziam abandonados pelos cantos! campas com brazões d'armas e inscripções já mutiladas guarneciam os muros de vedação ou adoptadas para mezas rodeadas de outras á laia de assentos á sombra das arvores, sem respeito pelas cinzas que abrigaram, como muitos corregedores e pessoas nobres, entre as quaes D. Lourenço Coutinho fallecido em 1640, filho do conde de Redondo D. João Coutinho que foi vice-rei da India faziam lembrar um festim de insânia após horrorosa bachanal! ou antes mostravam apenas a indole portugueza em face dos monumentos do passado.⁵⁰

Dado o estado de abandono e ruína, o núcleo conventual começou a ser demolido em 1913 para aí ser erigido o edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*⁵¹. Relativamente à igreja, em meados do século XX a sua fachada barroca foi destruída. Desde que foi adquirida pela Câmara Municipal de Moncorvo (na década de 1980?), tem sido utilizada como oficina de reparação de viaturas municipais. Encontra-se muito degradada e apresenta diversas patologias de construção.

A partir da Revolução Francesa surgem, na Europa, Congregações Femininas vocacionadas para acção social. Nos anos 70 do século XIX, entram em Portugal as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras e Mestras de Calais, em França. Delas deriva a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras

⁴⁹ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Moncorvo, Subsídios para a sua história ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa transmontana. Separata da Illustração Transmontana*. Porto: Typogr. Occidental de Pimenta, Lopes & Vianna, p.15.

⁵⁰ Idem, p. 13.

⁵¹ REBELO, Pe. Joaquim Manuel. – *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*. Op. cit., p. 19.

Portuguesas⁵² aprovada pelo governo português, em 1874, como Associação de Beneficência, e pela Santa Sé, em 1876, como Congregação Religiosa.⁵³

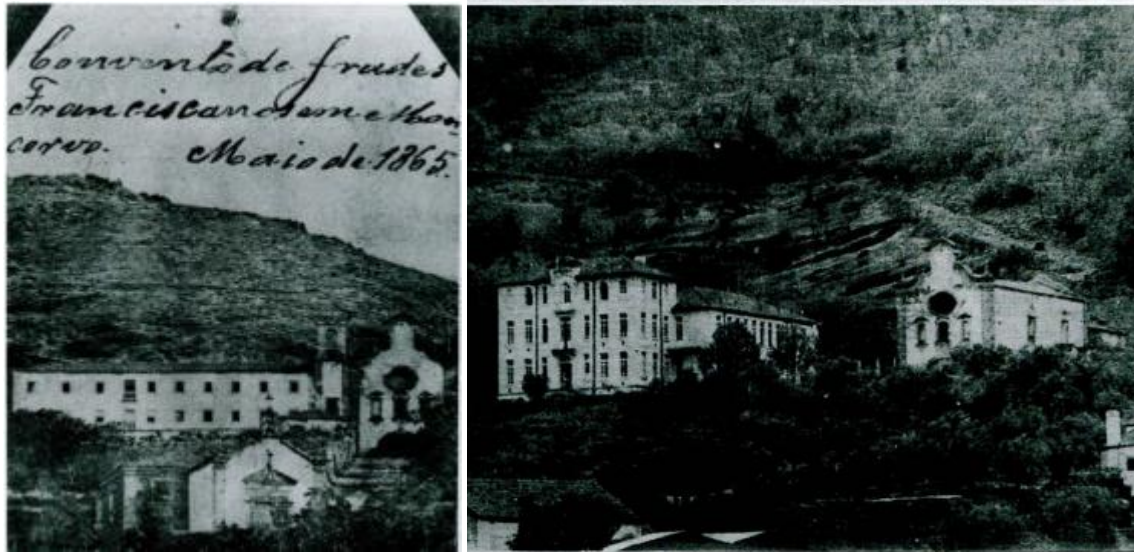


Fig. 4 – O Convento e a Igreja, em 1865. Após a construção do *Asylo*, primeira metade séc. XX

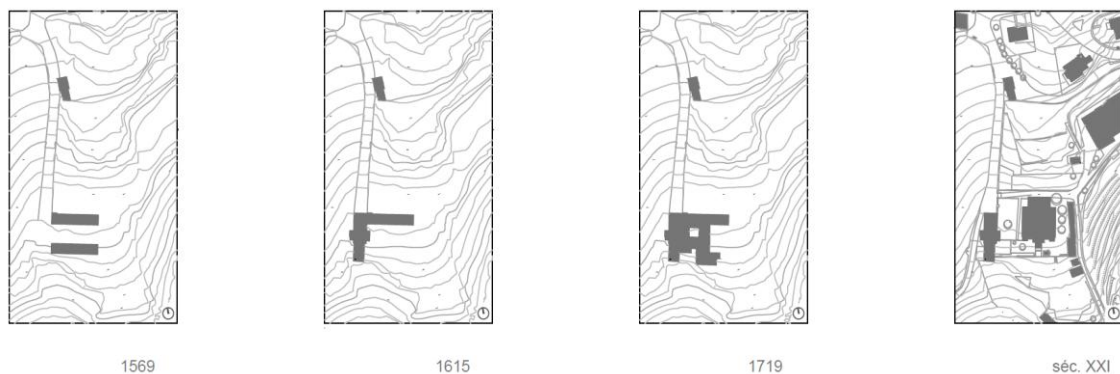


Fig. 5 – De Convento a *Asylo*: proposta de evolução do Convento, desde a sua fundação, em 1569, até à sua demolição em 1913 e construção do edifício do *Asylo* (1913-1915), que aqui é representado como se apresenta actualmente (séc. XXI)

Após a Revolução Republicana, em Janeiro de 1911, a sede da Congregação teve de se deslocar para Tuy (Galiza, Espanha)⁵⁴. “A lei dispunha que a religião católica, apostólica, romana deixava de ser a religião do Estado e que todas as confissões religiosas eram autorizadas, desde que não interferissem com o direito público português. A Igreja católica foi reduzida a simples

⁵² Esta Ordem é hoje conhecida pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Foi fundada em Lisboa, a 3 de Maio de 1871, pela Madre Maria Clara do Menino Jesus e pelo Padre Raimundo dos Anjos Beirão, e presta variados serviços à comunidade: cuidado dos doentes, assistência a idosos e a crianças, educação e ensino, promoção social, missões Ad Gentes e evangelização directa.

⁵³ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 103.

⁵⁴ Onde permanece até 1936.

“agremiação particular”, privada, deixando o Estado de subsidiar o culto e apropriando-se de todo o seu património.”⁵⁵ Os republicanos haviam feito “da laicização da vida portuguesa um dos principais temas da sua propaganda, com argumentos em que aliavam traços do liberalismo político e do positivismo filosófico, num posicionamento vindo de meados do século XIX.”⁵⁶ Com isto “a lei retirou à Igreja personalidade jurídica e todos os seus bens, incluindo os registos paroquiais. Não só suprimiu os juramentos e invocações religiosas em cerimónias públicas e os feriados religiosos (...), mas também proibiu o toque de sinos, as procissões e o uso pelos padres de roupa distintiva”⁵⁷: assim se compreende que as Irmãs do Colégio de S. José de Tuy, quando em 1914, se transferiram, com grande receio – dado o ambiente político, em Portugal – para Ponte de Lima, envergavam traje secular. Esta transferência deveu-se à falta de condições do edifício do Colégio de S. José de Tuy e à desvalorização da moeda portuguesa, que originou múltiplas dificuldades junto das famílias das educandas. O novo Colégio, sob a direcção das Irmãs, é procurado pela qualidade dos seus serviços pelas melhores famílias, que aqui deixam as suas filhas para receberem instrução e educação religiosa. A fama desta Congregação chega a Moncorvo e a presença das Irmãs foi disputada pelos responsáveis do *Asylo*.

Em Junho de 1915, a Superiora Geral e uma Conselheira foram verificar se o *Asylo* reunia as condições para acolher a comunidade de irmãs. Em Dezembro do mesmo ano, cinco Irmãs, vindas de Espanha, formaram a nova comunidade que inaugurou o *Asylo*. A Irmã Amada da Imaculada Conceição foi a primeira Superiora.

2.2. Torre de Moncorvo e o distrito de Bragança na Primeira República

Moncorvo (*Torre de Menendo como nas Inquirições e Torre de Mencorvo na documentação antiga*). *Men e Mendo, de onde Mencorvo e depois Moncorvo, é nome próprio medieval muito usado, assim como o apelido Corvo; portanto da torre que algum Men ou Mendo Corvo tinha ali, passou o nome à terra, assim como na vila da Torre de Dona Chama.*

Segundo a etimologia popular, um Men ou Mendo encontrou no monte Reboredo, sobranceiro a Moncorvo, um grande tesouro, e, desconfiando da incontinente loquela da mulher, disse-lhe, para a experimentar, que vira um corvo a parir muitos filhos, pedindo ao mesmo tempo segredo máximo. A mulher não se conteve e, debaixo de sigilo, foi contando a maravilha às comadres, por forma que, volvidos poucos dias, tudo era público com grandes aditamentos. Vendo então a nenhuma confiança merecida pela mulher, absteve-se de mais explicações, e para sua segurança

⁵⁵ FERNANDES, Adília. – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo (1910-1926)*, *Op. cit.*, pp. 85-86.

⁵⁶ *Idem*, p. 84.

⁵⁷ RAMOS, Rui (coord.). – *Op. cit.*, p. 586.

*mandou fazer uma sólida torre, onde se recolheu com a família e tesouro. Daqui a designação de Torre de Men Corvo, convertida depois em Mencorvo e Moncorvo.*⁵⁸

Fernando de Sousa, no Seminário Internacional *Moncorvo. Da tradição à modernidade*, realizado no Auditório Municipal da vila, nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2007, apresentou uma perspectiva histórica, que permite compreender a evolução deste local até ao período em estudo⁵⁹. As origens do concelho de Torre de Moncorvo remontam à Idade Média. No final do século XIII, em 1285, D. Dinis concedeu-lhe carta de foral e, no século XIV, foi construído o castelo da vila, que foi igualmente dotada de muralhas.

Entre os séculos XV e XVII, Moncorvo viveu uma notável prosperidade económica, resultante principalmente da riqueza agrícola do vale da Vilariça, considerada a região mais fértil de Trás-os-Montes. O dinamismo comercial da sua feira, a exploração mineira e a sua posição geográfica, fez de Moncorvo uma ponte de comunicação importante entre Trás-os-Montes e a Beira o que provocou um crescente desenvolvimento económico e a sua afirmação como um dos pólos urbanos transmontanos mais importantes neste período.

Esta prosperidade económica justifica a renovação urbanística de Moncorvo, no século XVI, que incluiu a construção da sua imponente igreja da Misericórdia e do Convento dos Franciscanos, referido no capítulo anterior.

A partir da segunda metade do século XVIII, Moncorvo sofreu uma irreversível desaceleração da sua economia e posterior decadência das produções e dos mercados tradicionais, resultantes da actividade da Inquisição e das sucessivas invasões espanholas e conflitos, que se arrastaram por mais de um século, entre 1640 e 1763.

No século XIX, o descontentamento geral e a degradação das estruturas políticas da monarquia tiveram, à semelhança do resto do país, consequências na região transmontana: vivia-se um clima de conspiração, desassossego e revolta, com picos de violência, que aumentava com o crescimento da agitação republicana, pois proporcionalmente cresciam as preocupações e as dúvidas de alguns sectores da população perante a iminente queda da monarquia.⁶⁰

⁵⁸ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – “Toponímia”. in *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, Op. cit.*, Tomo X, p. 134.

⁵⁹ SOUSA, Fernando de. – “Moncorvo. uma reflexão em torno da sua identidade e da sua afirmação no futuro”. in SOUSA, Fernando de. (coord.) – *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2009, pp. 11-13.

⁶⁰ JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões. – *Bragança. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010, p. 9.

De facto, a implantação da República não diminuiu esta tendência conflituosa; pelo contrário: o ambiente conspirativo e as incursões monárquicas chegaram a provocar alguns episódios de guerra civil assumida em alguns pontos do distrito, embora a administração do território, controlado pelo Partido Democrático, decorresse normalmente e tenha conseguido pôr em marcha a nova ideologia republicana⁶¹: o distrito de Bragança, no qual Torre de Moncorvo se integra, acompanhou, segundo João Jacob e Vítor Alves, “a implementação das medidas que integravam o ideário republicano”⁶², desenvolvendo um registo civil; criando uma rede escolar de ensino primário, instrução secundária e formação de professores – seguindo de perto os novos valores civilizacionais do iluminismo ligados à necessidade de uma sociedade instruída e cultivada –, instalando postos da Guarda Nacional Republicana em todos os concelhos; e desenvolvendo associações, centros, clubes e sociedades agrícolas, culturais, lúdicas e desportivas, onde frequentemente eram partilhados os novos ideais e planos de acções sociais radicais. Exemplos são a *Sociedade Dramático-Musical Conselheiro Alexandre José da Fonseca* ou o *Club Moncorvense*, dos quais António Caetano de Oliveira, presidente da Comissão de Vigilância do testamento de Francisco António Meireles, fez parte.

Neste período, também proliferavam os triângulos e lojas maçónicas, nesta região do país, que a par com as outras instituições referidas, desempenharam um papel activo, no período que antecedeu a República e que se viu redobrado após a sua implantação, na criação de vários equipamentos de apoio social e educativo, estabelecidos com base nos novos valores civilizacionais ligados à democracia, à ciência e à laicidade do poder político⁶³.

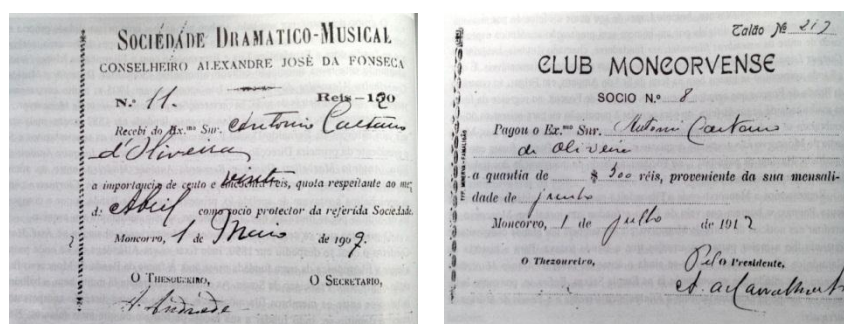


Fig. 6 – Recibos de pagamentos de cotas das instituições da época

⁶¹ Idem, p. 123.

⁶² Idem, p. 9.

⁶³ Idem, pp. 122-123.

3. UM CASO DE FILANTROPIA REPUBLICANA

3.1. Francisco António Meirelles: breve nota biográfica e o seu testamento – motivações e objectivos



Fig. 7 – Francisco António Meireles

Como mencionado na Introdução do nosso trabalho, Francisco António Meireles nasceu em Torre de Moncorvo, no dia 12 de Maio de 1833, e aqui terá sido “baptizado na freguesia e igreja de Nossa Senhora da Assumpção”⁶⁴. Era filho legítimo de António José de Meirelles e de Antónia Ignacia de Seixas. Nunca casou nem teve filhos. Morreu em Lisboa, no número 45 da Praça D. Pedro IV, a 6 de Janeiro de 1904, legando, por testamento de 9 de Junho de 1902, parte da sua fortuna a familiares moncorvenses e a pessoas amigas, ficando o “imposto deste legado e por conta do casal”, enquanto despesa e não legado, para que os contemplados não tivessem eles de suportar o custo da sucessão; outra parte ofertou-a a Nossa Senhora da Assunção:

Devo ter em Moncorvo ou nas suas imediações alguns parentes pobres não conheço esses meus parentes nem sei quantos sejam mas consta-me que alguns são bastante pobres filhos ou netos de duas tias minhas já falecidas irmãs do meu pae. Para estes meus parentes em taes circunstancias filhos ou netos das minhas duas referidas tias deixo um conto de reis em dinheiro corrente para ser repartido por elles. [...] alem dos legados acima mencionados quero que os meus

⁶⁴ Vid. documento 3.

testamenteiros gratifiquem quaisquer pessoas que por alguma forma me tenham prestado serviços que mereçam ser gratificados isto alem de qualquer quantia que haja a pagar por ajuste ou obrigação especialmente serviços prestados na doença ou desastre ode que eu venha a fallecer sem ter cumprido esse dever, mas essa gratificação não excederá de quinhentos mil reis cuja quantia se escripturará como despeza do meu cazal e não legado.

Quero também que os meus testamenteiros mandem fazer um manto e vestido de seda e um resplendor ou cordão de prata ao anno para ser offerecido a Nossa Senhora da Assumpção da freguesia da Villa de Moncorvo offerenda que lhe faço como reconhecimento e gratidão pela protecção bem remarcavel que sempre me dispensou em todos os actos da minha vida e espero que me continuará a dispensar no resto da minha vida. Desejo que seja uma coisa digna de quem recebe a offerenda mas o seu custo não excederá a um conto de reis.⁶⁵

Para o remanescente do seu legado, estabeleceu as seguintes disposições testamentárias, demonstrando então a preocupação pelas gentes da sua terra natal:

Depois de pagos os legados acima mencionados, a remuneração aos meus testamenteiros adiante indicados, e bem assim todas as despesas que haja a fazer inherentes ao meu casal, ou que derivem das disposições deste meu testamento, o remanescente que ficar e esteja liquidado se entregará ao Conselho Geral de Beneficência, creado no Ministério do Reino, ou a qualquer outra entidade que o venha a substituir para o mesmo fim, para o dito conselho de Beneficência o applicar sob as ordens e superintendencia do Ministro do Reino, na fundação ou ampliação de algum estabelecimento de caridade que mais útil seja aos desvalidos. Especialmente creanças desamparadas, ou velhos impossibilitados, e se isto puder ser feito na villa de Torre de Moncorvo, onde nasci, é o que muito desejo, pois que é uma terra de muita miséria. No caso de que haja impossibilidade ou grandes difficuldades em realizar esta minha disposição, os meus testamenteiros de accordo com o Ministro do Reino, providenciarão o que tiverem por melhor, no sentido que mais se harmonize com os meus desejos acima expostos e confio no seu bom critério, attendendo a que o meu fim com estas disposições é ser útil por forma duradoura aos desventurados, preferindo a villa de Moncorvo por muitas razões.⁶⁶

Não se conhece muito da vida de Francisco António Meireles. De facto, neste estudo, só foi possível caracterizá-lo através dos registos relacionados com o seu testamento. Para além do que já foi mencionado, sabe-se apenas que trocou Torre de Moncorvo por Lisboa e aí fez fortuna, sem nunca perder a afeição pela sua terra natal. É neste documento que se apresenta como sócio de uma firma comercial, em conjunto com os seus primos Seixas, sediada no mesmo prédio de Lisboa onde viveu e morreu; e isto é tudo o que se conhece da sua vida profissional.

⁶⁵ Excerto do testamento (*vid.* documento 3).

⁶⁶ Excerto do testamento de Francisco António Meireles lido na reunião extraordinária da C.M de Torre de Moncorvo in FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, *Op. cit.*, p. 63 (*vid.* documento 4).

Estes mesmos registos permitem vislumbrar algumas facetas de Francisco Meireles, enquanto pessoa e filantropo: para além de empreendedor, falamos de um católico, caridoso e empenhado em promover o bem-estar social à sua volta; que mostra sobriedade, comedimento e ponderação nas suas escolhas, embora detentor de uma vasta fortuna. O exemplo desta discrição pode ser retirado das disposições que deixou para o seu funeral.

Com relação ao meu enterro determino o seguinte: Quero que seja o mais simples possível mas com as formalidades cattolicas e não quero que se façam convites directos nem indirectos e por isso se convidarão seis pobres do asylo dos Inválidos do Trabalho para no cemitério conduzirem o meu corpo à sepultura, a quem se gratificará condignamente ...e consinto que sobre a minha sepultura deponham algum ramo de flores naturais se alguma pessoa manifestar esse desejo plausível e justificado – Desejo ser sepultado em jazigo próprio ou de algum parente que no seu jazigo me queira perpetuamente – o que agradeço, mas se for em jazigo próprio os meus testamenteiros o mandarão fazer simples e em forma de urna sobre o solo com a altura indispensável para o meu corpo encimado uma simples cruz.⁶⁷

Todas as preocupações sociais e atitudes beneméritas demonstradas em relação a Moncorvo, de combate à indigência infantil e de apoio aos incapacitados concederam a Francisco António Meireles uma posição de destaque junto da população moncorvense, que lhe atribuiu um voto de gratidão, pela sua referida disposição testamentária e inclusive renomearam a praça do tribunal em sua homenagem.

O perfil deste benemérito, o contexto político e social em que viveu permitem, sem esforço, supô-lo um filantropo maçónico. No entanto, não foram encontradas provas documentais que corroborem esta suposição.

3.2. António Caetano de Oliveira (Presidente da Comissão Vigilante), António Augusto Pereira De Miranda (Presidente da 1.ª Comissão Administrativa) e outros notáveis na génese do Asylo: perfis socioculturais e possíveis ligações maçónicas

Como Francisco António Meireles não deixou descendência, a execução do seu testamento foi então confiada a uma Comissão Vigilante, cujo presidente foi António Caetano de Oliveira. Este notável moncorvense presidiu à Câmara Municipal de Torre de Moncorvo,

⁶⁷ Excerto do testamento (*vid.* documento 3).

entre Janeiro de 1876 e Janeiro de 1878, e ao Hospital D. Amélia da mesma vila, em 1904. Foi ainda banqueiro no Porto.

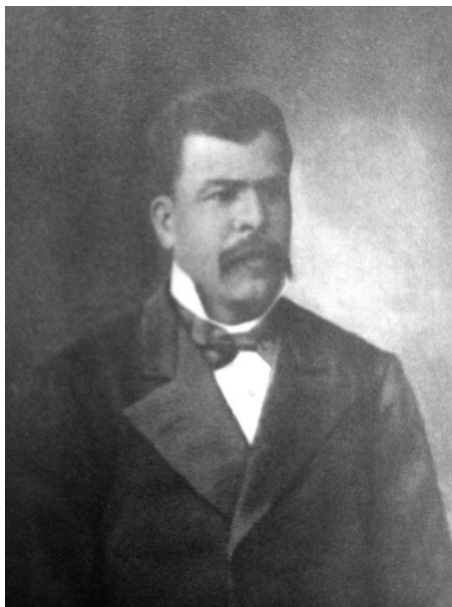


Fig. 8 – António Caetano de Oliveira

Nascido a 1838, filho de Manuel António de Oliveira e de Teresa Maria Ferreira, ambos provenientes de famílias com grandes propriedades rurais, António Caetano de Oliveira cresceu para se tornar um abastado proprietário e comerciante do norte do país, “de singularíssima personalidade” e “fortuna astronómica”⁶⁸, nas palavras da sua trineta. Segundo Ana Maria Magalhães, no capítulo dedicado à sua família paterna, o comerciante era por todos considerado um “homem digno, um homem íntegro” que comprava todos os terrenos que aparecessem à venda e respeitava ricos e pobres de igual forma⁶⁹. A 25 de Junho de 1863, arrematou o edifício da profanada Igreja do já estudado convento de S. Francisco, pela quantia de 1:660\$000 (um conto e seiscentos e sessenta mil reis)⁷⁰, que transformou numa fábrica de sabão. Em 1987, esta foi adquirida pela Câmara Municipal⁷¹, mantendo-se na sua posse até hoje e funcionando actualmente como armazém.

⁶⁸ MAGALHÃES, Ana Maria. – “A família do pai”. In *Tudo Tem o Seu Tempo. Autobiografia*. Alfragide: Editorial Caminho, 2012, p. 51.

⁶⁹ Idem, p. 57.

⁷⁰ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 98.

⁷¹ Idem, p. 100.

No fim do século XIX o meu avô era um homem fabulosamente rico. A descrição da fortuna atordoa não só pelos valores astronómicos como pela diversidade. Várias quintas na região demarcada do vinho do Porto e outras tantas espalhadas por Trás-os-Montes e pelos arredores da cidade do Porto, todas com extensos vinhedos, olivais, pomares, boas terras de sementeira. Fábricas de sabão, de loiças e tecidos em Moncorvo e em Vila Nova de Gaia. Posição sólida num banco que já não existe, o Banco Comercial do Porto. Aplicações financeiras em Portugal e noutros países, alguns bem distantes, como o Brasil, Argentina, Bulgária, Uruguai e até no Japão. Negócios regulares com vários países da Europa.⁷²

Outro relato deixa saber que chegou a recusar um título: “O rei quis fazê-lo marquês de Vilariça mas ele não se interessou, não precisava dessas coisas...”⁷³. No entanto, ainda teve alguma actividade política: foi Par do Reino, representando o distrito de Bragança entre 1885 e 1890.⁷⁴

Era proprietário de um prédio na Rua de Santa Catarina, no centro do Porto. Embora não o habitasse em permanência, os criados mantinham tudo a postos para o receber, como se estivesse para chegar sem aviso prévio. A sua casa ficava em Torre de Moncorvo, um palácio de finais do século XVII princípio do século XVIII adquirido a uma família titulada de nobreza. Depois pertenceu a Júlio Máximo Pimentel (1809-1884), 2º visconde de Vila Maior, que se mudou para Lisboa, com o fim da guerra civil. António Caetano comprou o palácio – juntamente com outras terras – e mandou raspar as armas do brasão porque não lhe pertenciam.⁷⁵ Actualmente, após profundas remodelações, este edifício acolhe a biblioteca municipal.

Não sabemos se Francisco António Meireles e António Caetano de Oliveira foram amigos, mas ambos fizeram parte dos notáveis da vila, pelo que é impossível que não tivessem travado conhecimento. Depois de se conhecer o perfil de António Caetano, também ele um homem com preocupações sociais, percebe-se porque foi designado para zelar o cumprimento das disposições testamentárias de António Meirelles. Morreu a 20 de Setembro de 1914.

António Augusto Pereira de Miranda nasceu em Coimbra, em 1838. Mudou-se para Lisboa, onde exerceu as funções de Deputado, a partir de 1869 da década de 1870. Em 1876, fez parte da Comissão Executiva do Partido Progressista. Quatro anos depois, foi nomeado Par do Reino. Entre 1888 e 1891 foi o primeiro Governador do Banco de Portugal. A partir de 1897 – e durante 25 anos – foi ainda provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; e, a partir de

⁷² MAGALHÃES, Ana Maria. *Op. cit.*, p. 61.

⁷³ *Idem*, p. 58.

⁷⁴ *Idem*, p. 59.

⁷⁵ *Idem*, pp. 62-63.

1899, acumulou a função de presidente do conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Foi também ministro do Reino, entre 1904 e 1905.

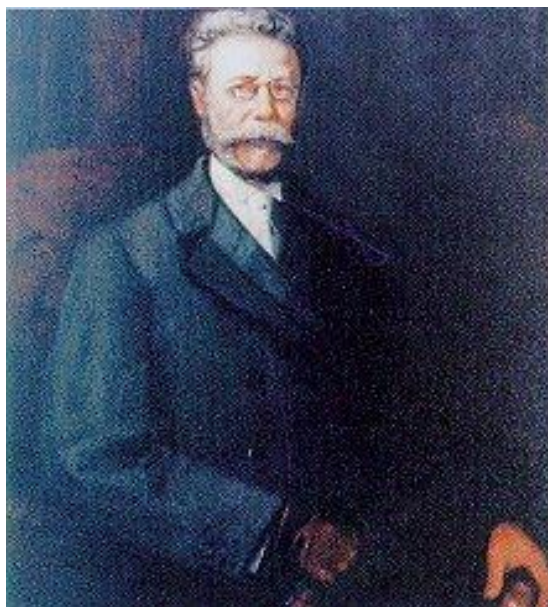


Fig. 9 – António Augusto Pereira de Miranda

Enquanto filantropo, António Augusto Pereira de Miranda ocupou o cargo de Tesoureiro da Liga Nacional contra a Tuberculose, a que presidia a Rainha D. Amélia, e Vice-Presidente da Associação dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.⁷⁶

À semelhança do presidente da Comissão de Vigilância do testamento de Francisco António Meirelles, o espírito de benemérito é uma característica deste homem. Foi o responsável por conduzir o processo de formação do *Asylo*, desde a escolha do local de implantação, até à nomeação do pessoal encarregado da direcção e gestão do *Asylo* enquanto instituição.

Novamente, coloca-se a questão de como é que um homem com tanto poder político e económico, a viver em Lisboa, é escolhido para desempenhar este cargo, numa fundação que se pretende instalar no distrito de Bragança.

Neste caso, não é difícil de imaginar que António Caetano de Oliveira e António Augusto Pereira de Miranda tenham frequentado as mesmas esferas políticas e sociais e que o primeiro tenha proposto à comissão de que era responsável, o segundo para ocupar o cargo de presidente do futuro *Asylo*; afinal foram ambos Pares do Reino e homens com

⁷⁶ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 74.

responsabilidades na banca, ambos filantropos e ambos com fortuna pessoal. E, possivelmente – e apenas de uma forma meramente especulativa –, ambos *maçons*. O facto é que, independentemente do Provedor da Santa Casa da Misericórdia ter ou não algum tipo de ligação à vila de Torre de Moncorvo, a Francisco António Meireles ou a António Caetano, este se encaixava perfeitamente no perfil de benfeitor responsável necessário para gerir tal casa e experiência nessa área não lhe faltava.

Para além de António Caetano de Oliveira, segundo o capítulo IV – “Administração e suas atribuições” dos Estatutos do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, em Moncorvo, publicados no Diário do Governo, a 31 de Dezembro de 1908, a primeira comissão administrativa foi composta pelo secretário Frederico Pereira Palha e pelo tesoureiro Júlio Henrique de Seixas, em conformidade com a portaria de 30 de Agosto de 1907, que exerceu as suas funções administrativas gratuitamente.⁷⁷

Do secretário Frederico Pereira Palha nada se encontrou registado na documentação reunida sobre a primeira Comissão Administrativa do *Asylo*. Sabe-se apenas que foi um fidalgo cavaleiro da Casa Real, natural de Lisboa, nascido ao segundo dia de Setembro de 1853, filho de Joaquim José Palha de Faria Lacerda, e que faleceu a 4 de Abril de 1944, na mesma cidade.⁷⁸

Sobre Júlio Henrique de Seixas também pouco se conhece. No entanto, sabe-se que, antes de exercer as funções de tesoureiro nesta comissão, foi sócio – em conjunto com o seu irmão, Henrique Júlio de Seixas – da mesma firma comercial, instalada em Lisboa, à qual pertenceu Francisco António Meireles. Mais do que sócios, os Seixas eram primos direitos de Meirelles: a mãe de Francisco Meirelles, Antónia Inácia de Seixas, era irmã do pai dos irmãos Seixas, Manuel António de Seixas⁷⁹, por sinal, outro grande proprietário, capitalista e benfeitor moncorvense.

Embora Manuel António de Seixas tivesse morrido nove anos antes do sobrinho e, consequentemente, de ter sido colocado em marcha o processo de construção do *Asylo* com o seu nome, vale a pena perceber quem era e o que fez em vida, pois o legado que, à semelhança de Meireles, deixou a Torre de Moncorvo, para além de muito ter contribuído para o

⁷⁷ Vid. documento 1.

⁷⁸ Geneall, Portal de Genealogia – *Frederico Pereira Palha*. – [Em linha] [Consultado a 28 de Agosto de 2015]. Disponível em WWW: <http://geneall.net/pt/nome/171200/frederico-pereira-palha/>.

⁷⁹ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Op. cit., Tomo XVII, p. 501.

desenvolvimento do bem-estar social da vila, os dinheiros de um acabaram servindo os propósitos do outro e vice-versa. Estas “manigâncias políticas que houve com os legados Seixas e Meireles mostram bem”, segundo Francisco Manuel Alves, “a bandalheira que é a política entre nós e a falência que do bem geral têm os políticos.”⁸⁰

Seixas nasceu em Moncorvo, em Setembro de 1808, filho de Luís Gonçalves de Seixas e de D. Francisca Inácia de Seixas. Foi para Lisboa em criança, a pedido de um irmão, e aí adquiriu a sua fortuna, enquanto comerciante na Companhia Nacional dos Tabacos e capitalista, desempenhando importantes cargos ligados à alta finança, no Banco de Portugal e na Companhia Geral do Crédito Predial Português. Foi ainda deputado pelo círculo de Lisboa e, em 1880, foi nomeado par do Reino.⁸¹

Morreu em Lisboa, a 9 de Outubro de 1895, deixando uma fortuna de cerca de dez mil contos de réis, que repartiu em três partes: dois terços deixou-os aos seus dois filhos e o remanescente distribuiu em donativos por parentes, amigos, criados e ainda por diversas instituições de caridade e instrução de Lisboa e de Torre de Moncorvo, incluindo o hospital da vila, como se pode ler no seu testamento:

Deixo ao hospital da villa da Torre de Moncorvo quatro contos de réis. Deixo trinta contos de inscripções para o seu rendimento ser applicado á creação em Moncorvo de uma escola de instrucção primária ou secundaria, separando-se do rendimento cento e vinte mil reis para annualmente se distribuir em roupa e calçado pelos alumnos pobres, que por seu comportamento e applicação forem dignos d’esse beneficio. A camara municipal de Moncorvo, de accordo com o ministro do Reino, são os competentes para receber o legado e dar cumprimento á minha disposição.

Deixo quatro contos de reis para estabelecimentos pios e de caridade de Lisboa e dois contos de reis para os de Moncorvo, distribuídos ao prudente arbítrio dos meus testamenteiros.

Deixo dois contos de reis para esmolos a pobres de Lisboa e deixo quinhentos mil reis para os pobres de Moncorvo..... Deixo á Associação dos Albergues Nocturnos de Lisboa dois contos de reis.⁸²

A Câmara Municipal de Moncorvo, como legatária e responsável pela parte que lhe estava destinada, apresentou, a 15 de Fevereiro de 1896, ao governo um pedido de criação de “uma escola secundária com dois professores, indicando as cadeiras que cada um devia reger,

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ SALGADO, Maria da Conceição; FERNANDES, Adília. – “O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo”. in SOUSA, Fernando de. (coord.) – *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2009, p. 53.

⁸² ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, Op. cit.*, Tomo XVII, p. 500.

sendo por decreto de 11 de Março seguinte criada a «Escola Seixas». Por outro decreto de 29 de Agosto de 1905 foram colocados três professores na escola, um director e pessoal menor serventuário, regendo-se nela as disciplinas gerais do curso dos liceus até ao terceiro ano”⁸³.

No entanto, após todas as repartições que foram feitas, o legado de Manuel António de Seixas não chegou para concluir este processo e apensaram-lhe de forma indevida o legado de António Francisco Meireles.

Cinco anos mais tarde, em 1910, foi extinta a Escola Seixas, sendo criada no seu lugar uma Escola Elementar de Comércio, onde eram leccionadas as disciplinas de francês prático, correspondência e escrituração comercial, aritmética, geografia e economia elementar, apenas por um professor.

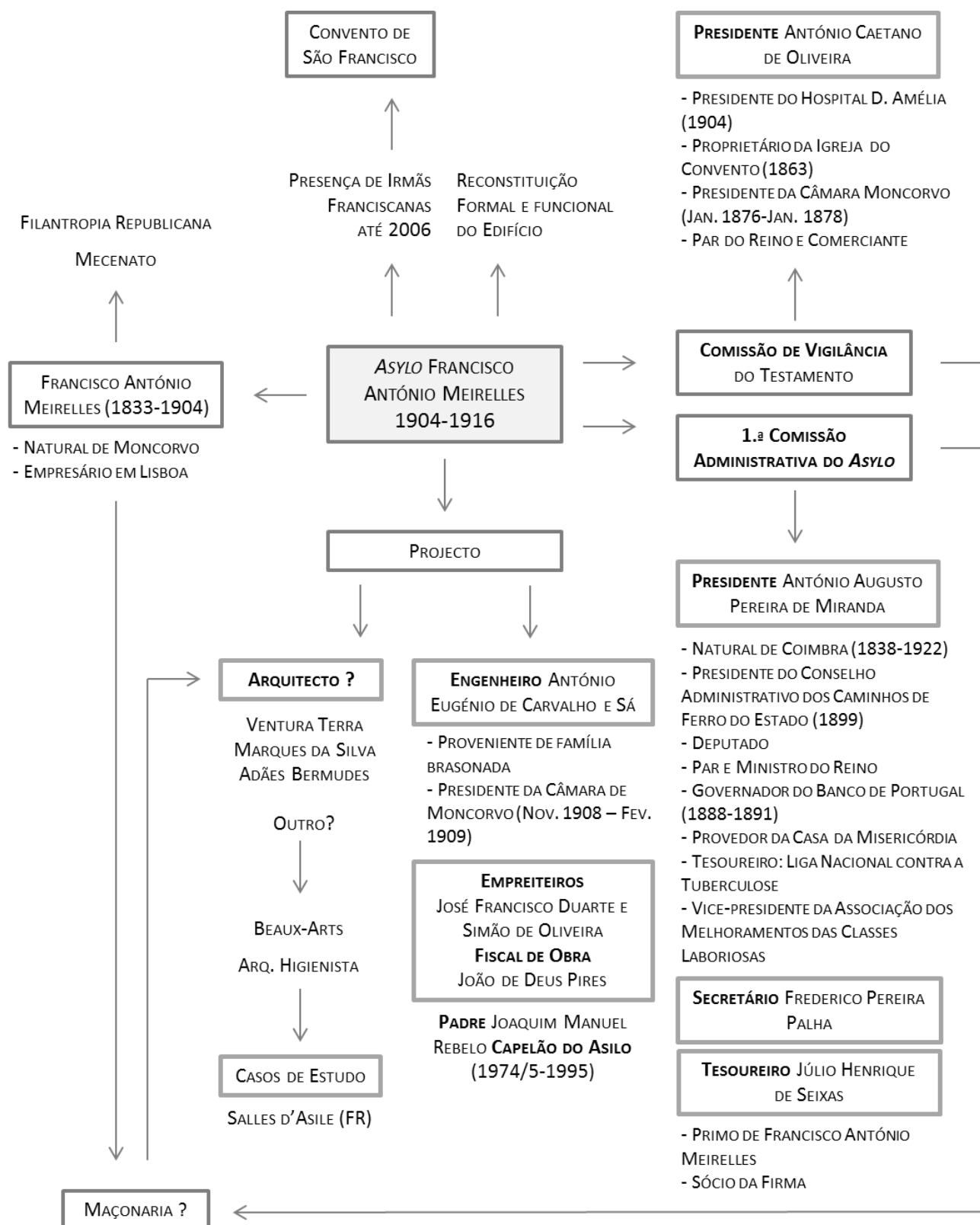
Ainda nas palavras do Abade de Baçal – que estiveram na origem desta breve descrição do testamento de Seixas –, a grossa maquia que os legados Seixas-Meireles prometiam estiveram na origem de várias confusões ou os projectos para os quais estavam destinados sofreram algumas “reviravoltas” durante a sua aplicação, porque na imprensa e no parlamento “se esmurravam reciprocamente os contendores na ânsia do bem público, sempre admirável quando exercido pelos seus apaniguados e sempre detestável no caso contrário.”⁸⁴

Pode não haver registo de contactos prévios entre estes intervenientes no processo da edificação do *Asylo*, mas facilmente se percebe que, para além de pertencerem aos mesmos círculos sociais – partilhando laços de família ou a naturalidade – e de certamente frequentarem os mesmos locais ou instituições, devido aos cargos e actividades que exerceram ao longo da sua vida, eram todos figuras notáveis da sociedade portuguesa, com participações activas em acções de filantropia, resultantes das preocupações sociais que partilhavam. Ter-se-ão cruzado muitas antes de fazer parte das Comissões do *Asylo*.

⁸³ Idem, pp. 501-502.

⁸⁴ Idem, p. 502.

MAPEAMENTO CONCEPTUAL A PARTIR DOS DADOS CONHECIDOS⁸⁵



⁸⁵ Fonte: a investigadora.

4. DA ENCOMENDA À CONSTRUÇÃO

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e quatro, aos seis dias do mez de Janeiro desta cidade de Lisboa e caza numero quarenta e cinco rez-do-chão da Praça de Dom Pedro freguesia de Santa Justa... foi apresentado este testamento com que pelas oito horas da manhã do referido dia falleceu Francisco António Meirelles no quarto andar do mesmo prédio...⁸⁶

Com a abertura do testamento de Francisco António Meireles (1904), teoricamente iniciou o processo de edificação do *Asylo*. No entanto, a obra só arrancou em 1913. No hiato destes nove anos, foram produzidos documentos de registo do normal processamento de um projecto de arquitectura – os estatutos de instalação e funcionamento do edifício, a memória descritiva do projecto e o concurso para arrematação da empreitada de construção – e outros que denunciavam a demora e questionavam os entraves que estariam a ser colocados ao seu progresso, como correspondência trocada entre responsáveis e artigos publicados em jornais.

4.1. A Comissão de Vigilância

A acta da reunião extraordinária⁸⁷ da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, a 9 de Outubro do mesmo ano de 1904, deixou registado que foram lidas as disposições testamentárias do benemérito e discutido o destino do legado que este havia deixado à vila, com o intuito de ser fundado um “instituto de beneficência”. Por unanimidade, ficou decidido, entre vários pontos, que seria apresentado ao Conselho Superior de Beneficência um pedido de criação “n’esta villa com o dito legado de um asylo da infância desvalida e d’um asylo de mendicidade, pois que há aqui necessidade de ambos estes institutos e nenhum d’elles existe nem n’esta villa nem em todo o concelho”; e no caso de não serem suficientes “os fundos deste legado para se crearem ambos aquelles asylos, seja ao menos creado o asylo da mendicidade por se precisar mais d’este”. No fim da reunião, foi eleita uma comissão de vigilância, responsável pelo cumprimento destas disposições, “sendo presidente d’ella o excellentissimo senhor António Caetano d’Oliveira e vogaes os excellentissimos senhores Dr. Augusto Duarte Areosa; Dr. Accacio Camacho Lopes Cardoso; Balthasar Masqando Pacheco, administrador do

⁸⁶ Vid. documento 3.

⁸⁷ Vid. documento 4.

concelho e Padre Francisco António Tavares, abbade de Moncorvo, convidando-se para fazer parte d'esta commissão o excellentissimo governador civil do districto Dr. António Joaquim Ferreira Margarido”, entre outros notáveis do governo.

4.2. O apoio do Governador Civil

Dos documentos recolhidos, só em 1908 surge novo registo: a 22 de Fevereiro, no livro de correspondência da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, foi registado um ofício⁸⁸ do Governador Civil de Bragança, o já referido Dr. António Joaquim Ferreira Margarido, dirigido ao Presidente da Comissão Instaladora do *Asylo Meirelles*, sediada em Lisboa, contendo observações e aconselhamento relativos à instalação do futuro edifício, com base nas disposições testamentárias do benemérito. Na missiva, o Governador Civil – também ele moncorvense – começa por evidenciar o seu interesse em contribuir com o seu conhecimento sobre a “topographia da villa, das suas condições hygienicas, da sua salubridade” e experiência de administração do hospital D. Amélia, de Moncorvo. Dr. António Margarido continua, fazendo um breve relatório sobre a capacidade desejada e a consequente construção do edifício, o local em que este deve ser erigido e o orçamento dos vencimentos do pessoal indispensável ao seu funcionamento.

Para que a Comissão Instaladora entendesse as necessidades da povoação, o Governador mandou proceder “ao levantamento de um cadastro, rigorosamente feito, de toda a população mais indigente e da infancia mais desvalida. Assim é que esse cadastro marca um total de 175 indivíduos [...]. É no numero de creanças, que poderá haver exagero”, e desse modo, acredita que “se se tomar o numero de 100 admissões, como o maior que se poderá attingir, sendo por isso este que se deve servir de base para o prédio a construir.” Relembra que o edifício deve ser construído de forma económica – sacrificando-se a luxuosidade, para que sirva todos os necessitados que dela careçam – e no “local que melhores condições d'extensão, salubridade e de economia apresentar.” Já teria sido feito o levantamento de um local que, na opinião do Dr. António Margarido, era o pior da vila, não tendo sequer extensão suficiente para instalar o edifício.

⁸⁸ Vid. documento 5.

Sem duvida, o de mais incontestaveis vantagens, é o local ou propriedade do convento de S. Francisco. Alto, bem arejado e com bella exposição: tem terrenos para a construcção, hortas, batataes, duas gigantes nogueiras, um laranjal, figueiras, vinha, varias fructeiras, amendoal novo, pombal com pombos, agua potavel para a maior parte do anno e para regas, tendo perto a agua publica, de que a municipalidade poderá ceder parte, quando esteja realizada a grande obra projectada de mais abastecimento das aguas de Mendel, achando-se contigua á propriedade uma pedreira, que fornece quanta pedra seja precisa para obra d'alvenaria: - aproveitando-se do edificio velho que terá de ser apeiado, grande abundancia de bom granito, muita telha a ricas madeiras de castanho...⁸⁹

O Governador termina com a sugestão do pessoal que deve servir o *Asylo* e respectivos vencimentos. Este deve incluir um capelão director – a viver na instituição –, um secretário, um médico, dois cozinheiros e dois criados para a limpeza do edifício, também residentes no edifício, e um criado para os recados e tratar das hortas da cerca.

4.3. Os Estatutos do Asylo Francisco António Meirelles

A 31 de Dezembro de 1909, a Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública publicou, no Diário do Governo, os *Estatutos do Asylo Francisco Antonio Meirelles, em Moncorvo*⁹⁰, de acordo com um parecer do Conselho Superior de Beneficência Pública. Esta publicação encontra-se dividida em seis capítulos, começando por definir o *Asylo* como uma instituição, criada e mantida pelo legado de Francisco António Meireles – e posteriores donativos ou legados –, destinada a acolher 40 crianças e 40 idosos de ambos os sexos, da vila de Torre de Moncorvo e instalada num edifício dividido em quatro secções: a 1.ª secção destinada aos homens; a 2.ª destinada às mulheres; a 3.ª, aos rapazes; e a 4.ª, às raparigas.

Art. 2.º Esta instituição é destinada a recolher os velhos e as crianças desamparadas de ambos os sexos da villa de Moncorvo, fornecendo-se-lhes alimentação e dando-lhes educação, instrucção e tratamento nas suas enfermidades.⁹¹

Os Estatutos continuam, descrevendo as condições de admissão e saída e os direitos e deveres dos asilados: são referidos os documentos necessários à inscrição e como esta se procede e em que situações está prevista a “baixa na matrícula” das crianças, as deslocações ao hospital, a frequência de oficinas profissionais por todos os internados e a prestação de auxílio

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Vid. documento 1.

⁹¹ Ibidem.

no desempenho das actividades domésticas, por parte destes. Relativamente à instrução, o artigo 10.º define que

A todos os internados será ministrada educação moral e religiosa e aos da 3.ª e 4.ª secções será também ministrado o ensino da instrucção primaria do 1.º grau, conforme o programma official.⁹²

Os últimos três capítulos definem as funções da Comissão Administrativa – estabelecida em Lisboa –, da direcção e do pessoal auxiliar – residentes no *Asylo*. A primeira foi incumbida essencialmente de tratar de assuntos financeiros e legais, da nomeação do pessoal para a Instituição e da regulamentação de todos os serviços internos do *Asylo*, como a alimentação, admissão de asilados e a sua colocação em oficinas. A segunda foi responsável pelos serviços de inspecção, expediente e contabilidade e outros relacionados “com o funcionamento interno do estabelecimento”. O último capítulo, para além de especificar as funções do pessoal auxiliar da direcção, que se prendem fundamentalmente com a vigilância dos asilados e das actividades por estes executadas, define com precisão a composição do quadro do pessoal, composto por 13 elementos.

Através deste documento, compreende-se que o edifício a projectar seria utilizado e visitado diariamente por um total de 93 pessoas, se todas as secções acolhessem o número máximo previsto.

4.4. O novo regime e as demoras do processo de construção do *Asylo*

Naturalmente, com a implantação do regime republicano e durante a consequente reorganização dos serviços administrativos, muitos processos ficaram estagnados, foram redireccionados ou reiniciados. A construção do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* foi um desses processos, ao transitar do Ministério dos Negócios do Reino para o novo Ministério do Interior. Prova disso é a troca de correspondência, no início de 1911 – já depois de publicados os seus *Estatutos* –, entre o Governador Civil de Bragança, Dr. João José de Freitas, e os Ministros do Interior e do Fomento, relativamente à existência de heranças ou legados, naquele distrito, destinados ao ensino ou à assistência pública, que ainda não tivessem sido aplicados⁹³ e à

⁹² Ibidem.

⁹³ Vid. documento 8.

disponibilidade prestada para assistir ao início das obras o mais rapidamente possível⁹⁴, respectivamente. No seguinte excerto, Dr. João José de Freitas dirige-se ao Ministro do Interior, explicando:

Relativamente a este ultimo concelho [Moncorvo], como V. Ex^a se dignará verificar, há um importante legado deixado pelo benemerito Francisco Antonio Meirelles para a construção e dotação d'um Asylo para creanças desvalidas e velhos impossibilitados.

No antigo regime foi nomeada por esse Ministerio uma Commissão para juntamente com os testamenteiros dar cumprimento á vontade do auctor do legado, mas, pelo que informa o administrador, vê-se que pouco tem trabalhado n'esse sentido. N'este districto, onde há tanta miséria, são raras e pobríssimas as instituições de beneficencia que existem, sendo por isso de toda a urgencia activar a instalação do mencionado Asylo, para o que solicito a desvellada protecção de V. Ex^a.⁹⁵

Finalmente, a 15 de Agosto do mesmo ano, a Comissão Administrativa do *Asylo* estabeleceu as condições para o concurso e arrematação das obras do edifício⁹⁶, em que o empreiteiro se veria obrigado “à construção por empreitada do edificio do Azylo nas condições a que se refere o caderno de encargos, e de conformidade com as plantas, perfis e desenhos dos detalhes que estão patentes.”

A empreitada compreendia, de um modo geral, a demolição do que subsistia do edifício conventual; todos os trabalhos de escavação e terraplanagem; o fornecimento de todos os materiais – “de primeira qualidade” – e mão-de-obra; e o cumprimento de todas as indicações do fiscal. Estabelecia o prazo para início e conclusão da obra: um mês após a assinatura do contracto e dois anos depois do início da mesma; e os valores e prazos de pagamento, a aplicação de multas e possíveis causas de rescisão do contracto de construção do edifício.

Dois dias depois, era anunciado no Jornal *Primeiro de Janeiro*, o concurso para a construção do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, da autoria do presidente da Comissão Administrativa, António Augusto Pereira de Miranda. Até meados de Outubro desse ano, estaria aberto o concurso, sendo as propostas entregues, em carta fechada, no escritório de Júlio Henriques de Seixas, o tesoureiro da Comissão Administrativa e antigo sócio de Francisco António Meireles, situado no “largo do Rocio n. 45, Lisboa.” Era igualmente neste escritório e na secretaria no Palácio de Cristal, no Porto, que os interessados poderiam

⁹⁴ Vid. documento 9.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ Vid. documento 2.

consultar o caderno de encargos, as peças de projecto e as condições do concurso e arrematação.

No entanto, a 19 de Maio de 1912, as obras ainda não tinham começado. Um artigo publicado no Jornal *Notícias de Bragança*, da autoria de Acácio Lopes, questionava a paralisação do projecto de edificação do *Asylo Francisco António Meirelles*, em Torre de Moncorvo:

São decorridos mais de oito annos desde o fallecimento do testador e, tendo-se passado muito tempo, em estudos do local para a construção do edificio, foi resolvido, por fim, adquirir o *Convento dos Frades* que, na verdade, offerece uma situação hygienica e pittoresca, com recursos proprios para se adaptar a um esplendido recolhimento: bom ar, agua purissima, apreciavel altitude, e terrenos productivos e bellos.

D’ahi não se passou, porem. [...]

Esperemos que os representantes do districto, no Parlamento, tratem de inquirir os motivos porque se não procede já á installação d’essa obra de caridade e estamos certos de que o M.^o do Interior providenciará como é de justiça.⁹⁷

Embora Acácio Lopes tenha feito este alerta no dia 19 de Maio de 1912, a Memória Descritiva do projecto do edifício que hoje se ergue sobre a vila data de 30 do mesmo mês. Ainda assim, e como anteriormente referido, só em 1913 se iniciou a construção do *Asylo*.

4.5. A Memória Descritiva de 1912

De acordo com a primeira memória descritiva que se conhece⁹⁸, o edifício do *Asylo* seria composto por um corpo central avançado, com quatro pisos, ao qual seriam ligadas duas alas laterais, com menos um pavimento cada.

O primeiro piso, semienterrado, corresponderia à cave, destinada a arrumação.

No segundo piso era o de entrada principal no edifício e acolheria as secções masculina e feminina de asilados idosos. No corpo central, existiriam duas “magníficas” salas de aula e uma de reuniões (sessões); neste piso situar-se-ia igualmente, junto à fachada posterior, a cozinha com duas copas e elevadores de pratos para a sala de refeitório das secções infantis, instaladas no 3.º pavimento. As divisões do segundo e terceiro pisos seriam configuradas e distribuídas de forma idêntica; no entanto, no piso superior, as dependências do corpo central

⁹⁷ Vid. documento 11.

⁹⁸ Vid. documento 6.

destinar-se-iam a enfermarias, escritórios e salas. Nas alas laterais destes pisos ficariam as camaratas e os recreios. Especula-se que a metade do edifício, cujas portas são identificadas com números par – lado direito, de quem encara a fachada principal – seria destinada ao sexo feminino e a metade ímpar, ao sexo masculino. De acordo, aliás com a numeração das secções estipulada nos Estatutos: par – secções femininas; ímpar – secções masculinas. Cada camarata seria dotada de rouparia, casa de vigilante, duas instalações sanitárias – com sete lavatórios e três compartimentos com retrete e bidé; nas secções masculinas, três urinóis (inexistentes actualmente) para cada camarata.

Finalmente, o quarto piso corresponderia às habitações do director e de serviçais.

O documento menciona as estratégias idealizadas para conferir máxima higiene e salubridade ao edifício, como a projecção de uma cubagem – por pessoa – superior à que era então legalmente exigida, nas camaratas, recreios, salas, refeitórios, oficinas e outras dependências, onde a ventilação permanente deveria assegurar a renovação do ar.

As camaratas e os recreios estão calculados com capacidade, sufficiente, a saber; nas camaratas com 36,0 por pessoa, o que satisfaz plenamente ás prescripções hygienicas e excedem em muito a cubagem legal, exigida para taes casos, que é apenas de 15,0 por pessoa; nos recreios a cubagem é superior a 13,0, quando a exigida pela lei é de 8,0.

Outro tanto succede nas aulas, refeitorios e officinas, onde a cubagem é de 10,0 no minimo.

E, alem d’este excesso de capacidade, em todas as outras dependencias do edificio, a renovação do ar é assegurada pela ventilação permanente e destribuida conforme as indicações dos desenhos, que claramente mostram a preocupação, nunca excessiva, de ficarem bem garantidas as melhores condições hygienicas, d’um edificio d’esta natureza.⁹⁹

O corpo central da construção seria formado, a eixo do seu comprimento, por um pátio-jardim, “coberto com armação de ferro e vidro fosco, segundo o projecto, e munida de persianas em toda a volta, assegurando fácil ventilação”, em torno do qual se desenvolveriam as galerias de distribuição, as dependências acima referidas – organizadas de acordo com as indicações das plantas originais – e ainda todas as comunicações verticais interiores. Relativamente a estas últimas, existiria um total de quatro: a primeira, junto ao vestíbulo principal, que serviria todos os andares do edifício, ligando a cave à habitação do director; as restantes estabeleceriam comunicações entre o segundo e o terceiro piso, sendo duas delas para uso dos internados e a última, localizada junto aos elevadores da cozinha, para serviço do pessoal.

⁹⁹ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 82 (vid. documento 6).

Já no exterior do edifício, foram projectadas três escadas na fachada principal: as do acesso principal não são referidas na memória, mas são mencionadas as que dão acesso às “galerias exteriores que precedem as ante-camaras das camaratas, facilitando-se assim a passagem dos azylados velhos á cerca...”. Estas galerias, no segundo piso, serviriam “para passeio de qualquer dos azylados, convalescente ou isolado, por qualquer motivo.” Já na fachada posterior, o acesso à cozinha, seria também feito por escadas que ligariam o exterior a uma galeria, onde se encontrariam um tanque de lavagem, pias de despejo e lavatório.

A memória descreve também a capela existente entre o topo posterior do pátio coberto e a escada de serviço do pessoal: tratar-se-ia de um espaço de duplo pé-direito, ocupando os dois pisos destinados aos asilados, com uma galeria ou coro em mezanino “que toma todo o fundo da capella e se prolonga lateralmente até aos lados do altar, que é ladeado no pavimento inferior por duas portas, uma das quaes, é fingida e a outra communica o vão da escada de serviço, reservado a vestiario do sacerdote.”¹⁰⁰ (De notar que estas portas não existem actualmente, tendo sido dissimuladas no interior da capela, mas continuando visíveis do lado do vão da escada.)

Descripto assim o edificio nas suas linhas geraes resta-me referir ás canalisações, esgôtos, systhema de ventillação, caixa d’ar e dreno que circunda o edificio, cuja descripção minuciosa me parece precindivel, porque está claramente marcada no projecto e é completada pela referencias especiaes e pormenorizadas do caderno d’encargos.¹⁰¹

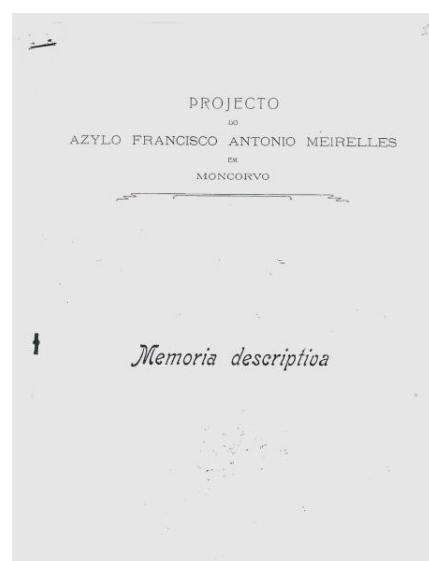


Fig. 10 – Página de Rosto

¹⁰⁰ Vid. documento 6.

¹⁰¹ Ibidem.

4.6. O processo de escolha do Arquitecto: problematização da autoria do *Asylo*

Na sua obra, o P.^e Joaquim Manuel Rebelo afirma que “o Engenheiro António Eugénio de Carvalho e Sá fiscalizou a obra com o auxílio do fiscal João de Deus Pires. Dirigiu um ofício à Comissão Administrativa, onde escreveu: ‘E visto que estas (obras) vão começar dentro em breve eu vou expor a V. Ex.^a algumas dúvidas que me deixou a leitura rapida das peças do projecto e o exame dos desenhos para que V. Ex.^a mas esclareça por intermédio do autor do trabalho...’.”¹⁰²

Nestas breves linhas, revela-se o engenheiro que acompanhou a construção do *Asylo* e fica-se muito perto de se saber o autor do projecto de arquitectura – uma das questões de partida desta investigação.



Fig. 11 – António Eugénio de Carvalho e Sá

O engenheiro António Eugénio de Carvalho e Sá nasceu em Moncorvo, a 12 de Abril de 1875, filho de Maria Olímpia de Sá e de António de Carvalho e Castro Freire Cortês, fidalgo da Casa Real, visconde de Marmeleiro – foi o último administrador do morgadio do Marmeleiro, instituído por testamento de 23 de Abril de 1620 – juiz e Presidente do Município¹⁰³.

¹⁰² REBELO, Pe. Joaquim Manuel. – Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo. Moncorvo: Escola Preparatória, 1992, pp.7-8.

¹⁰³ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Op. cit., Tomo VI, p. 302.

António Eugénio de Carvalho e Sá terminou o curso de engenharia civil de obras públicas e de minas na Academia Politécnica do Porto, em 1897. Foi director dos caminhos-de-ferro de Murmugão, na Índia¹⁰⁴; e engenheiro-chefe nas obras dos caminhos-de-ferro de Minho e Douro. Foi director de obras públicas nos distritos de Bragança e de Coimbra e administrador geral dos serviços hidráulicos e eléctricos; entre 1935 e 1940 desempenhou as funções de secretário-geral do ministério das obras públicas e nos cinco anos que se seguiram, foi inspector do conselho superior de obras públicas. Exerceu funções como presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, entre Novembro de 1908 e Fevereiro de 1909 e ainda de presidente da comissão administrativa da mesma, em 1929. Na mesma vila, presidiu ainda ao Hospital D. Amélia. O seu nome ficou ligado à construção dos edifícios do tribunal, dos CTT e do cineteatro.

105

Os descendentes do engenheiro herdaram as plantas do projecto original, possivelmente assinadas pelo seu autor. Todavia, não foi possível aceder-lhes, até à presente data. De facto, não se sabe se ainda existirão: o sobrinho-neto do Engenheiro, o Sr. Carvalho e Castro, confirmou a existência de tais desenhos e o seu empréstimo para fins de pesquisa, mas estes nunca foram devolvidos à família pelo investigador, que falecera entretanto, e não foi possível estabelecer contacto com os seus herdeiros.

Sem plantas nem qualquer outro tipo de documento assinado pelo arquitecto ou sequer um pequeno registo ou menção sobre a sua identidade, pouco se pode dizer sobre como este foi seleccionado para este projecto. No entanto, observando o edifício que albergou o *Asylo Francisco Antonio Meireles*, pode fazer-se algumas conjecturas a este respeito.

Estando na presença de um equipamento social, resultado da vontade e intervenção de indivíduos que, para lá dos estatutos e cargos de relevo que ocupavam, eram dotados de um genuíno interesse pelo bem-estar colectivo – que se enquadraria facilmente no pensamento moderno da época que desejava o progresso, a ordem e uma sociedade mais justa e democrática e propunha respostas adequadas às novas realidades sociais, económicas, políticas e ideológicas –, não é muito arriscado conjecturar que o arquitecto chamado para desenvolver tal edifício se revisse nos pressupostos da Instituição, ou pelo menos estivesse “dentro do

¹⁰⁴ ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*, Op. cit., Tomo XX, p. 589.

¹⁰⁵ ANDRADE, António Júlio. – *História Política de Torre de Moncorvo. 1890-1926*. Lisboa: Âncora Editora, 2010, p. 110.

tema”. Eram também responsáveis por fundos suficientes que lhes permitiam determinar a construção de um edifício com poucas ou nenhuma limitações financeiras.

O recurso a um nome importante do panorama arquitectónico nacional parece ser óbvio, atendendo ao perfil dos sucessivos responsáveis pela formulação da encomenda. Teria de ser um arquitecto residente na capital, onde a comissão instaladora residia, com provas dadas no desempenho da sua actividade, e com projectos de índole semelhante. Possivelmente, alguém com cujo trabalho estivessem familiarizados, pela visita ou frequência de espaços da sua autoria. E, finalmente, com passagem pela escola de Belas Artes de Paris, porque com a análise e reconstituição formal e funcional do projecto original – apresentada no próximo capítulo –, reconhece-se uma organização programática do edifício baseada nos ideais republicanos franceses de higiene e disciplina e um traçado de acordo com a escola de arquitectura das *Beaux-arts* de Paris.

Nas palavras de Armando Malheiro da Silva, nos finais do século XIX, princípios do século XX, a Escola de Belas Artes de Paris era considerada “o único lugar oficial da Arquitectura”, oferecendo um currículo que incluía cadeiras de “Desenho, Modelagem, Matemática, História e Composição”, enquanto se impunha como “um poderoso meio difusor além-fronteiras do progresso urbanístico (no âmbito da construção civil e arquitectura)”¹⁰⁶.

Esta difusão, no entanto, funcionava diferentemente daquela dos dias de hoje: os poucos catálogos e revistas sobre o tema não eram publicados no estrangeiro e a era digital estava muito longe de chegar, pelo que qualquer estudante com ambições de arquitecto teria de ir à “origem”, se pretendesse aprofundar os seus conhecimentos. A escola de *Beaux-arts*, na preparação polivalente que proporcionava aos seus alunos, era das principais escolhas. Basta ver os programas exigidos aos estudantes para atribuição da bolsa do *Prix de Rome* para perceber a diversidade e a complexidade que se podia encontrar no ensino da escola francesa: bibliotecas, cemitérios, casas de campo para príncipes, termas, salas de ópera, escolas de medicina, panteões, catedrais, liceus (*gymnases*) ou hospícios são só alguns exemplos¹⁰⁷. Saber o tipo de programas que surgiam nesta competição, permite igualmente perceber os exercícios com que os arquitectos da época – incluindo o presumível o autor do *Asylo* – e os seus

¹⁰⁶ SILVA, Armando Malheiro da. “Tempo e Espaço em Miguel Ventura Terra, 1866-1919. Uma Retrospectiva Impressivo-Factualista”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009, p. 27.

¹⁰⁷ GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. – *Institut de France. Académie des beaux-arts. Liste des pensionnaires de l'Académie de France à Rome, donnant les noms de tous les artistes récompensés dans les concours du Prix de Rome de 1663 à 1907, publiée d'après les documents officiels sous les auspices de l'Académie des beaux-arts*. Paris: Imprimerie de Firmin-Didot, 1908 (vid. documento 12).

mentores eram confrontados e até, se terão sido galardoados em programas idênticos ao do objecto de estudo deste trabalho. A importância da escola era reconhecida internacionalmente e, por isso, foi muito comum receber alunos das mais variadas proveniências nacionais.

Partindo então do pressuposto de que o autor do projecto do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* terá sido um arquitecto português com formação na Academia de *Beaux-arts* de Paris, profissionalmente activo, pelo menos, entre 1910 e 1913, sabendo que o projecto esteve disponível para consulta em meados de 1911, durante o concurso para arrematação da obra, e que a construção do edifício se iniciou em 1913, a lista de presumíveis arquitectos pode incluir os seguintes:

- Arnaldo Redondo Adães Bermudes, nascido no Porto, em 1864, formou-se pela Academia Portuense de Belas-Artes, concluindo os seus estudos em 1886. Esteve 5 anos em Paris (1889-94), na Escola de Belas-Artes de Paris e frequentou as aulas particulares de Louis-Jules André (1819–1890) e, depois da morte deste, de Paul Blondel (1847–1897)¹⁰⁸ – vencedor do *Deuxième Second Grand Prix de Rome Un Palais de justice pour Paris*, em 1875 e com o *Premier Grand Prix - Un palais des Arts*, em 1876.¹⁰⁹

De notar que as *Beaux-arts* de Paris apenas ministrava cursos teóricos: a formação prática adquiria-se em exercício, nos *ateliers* dos mestres, situados nas imediações da Escola. Embora os esboços fossem realizados em tempo limitado, na escola, os projectos eram estudados nos *ateliers* em colaboração e com cumplicidades variadas¹¹⁰.

Bermudes exerceu o cargo de director das Construções Escolares no Ministério das Obras Públicas. Foi autor de muitos edifícios e monumentos, salientando-se a estátua do Marquês de Pombal (para a Praça do mesmo nome em Lisboa) e o edifício do Instituto Superior de Agronomia de Lisboa, diversas agências do Banco de Portugal, hospitais, cadeias, museus, igrejas e bairros económicos. Exerceu ainda as funções de presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de senador (1818–1819). Enquanto *maçon*, “foi iniciado em 1898 na loja *Fiat Lux*, do Porto, com o nome simbólico de Afonso Domingues¹¹¹”¹¹². Recebeu o Prémio Valmor de 1908,

¹⁰⁸ LISBOA, Câmara Municipal. – Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor [catálogo]. Lisboa: Câmara Municipal, ed. lit., 1952, pp. 33-34.

¹⁰⁹ GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. *Op. cit.*, pp. 136-137.

¹¹⁰ CARDOSO, António. – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. - Tese (dout.) – Fac. de Letras da Universidade do Porto, 1992, pp. 67-68.

¹¹¹ Afonso Domingues foi um arquitecto português do século XIV responsável, entre outras obras, pelo Mosteiro da Batalha. Sobre este arquitecto ver VITERBO, Sousa. – *Diccionario historico e documental dos*

com o edifício de gaveto na Av. Almirante Reis e Largo do Intendente. Morreu em Sintra, em 1948.

- Miguel Ventura Terra nasceu em Seixas (Viana do Castelo), no ano de 1866, numa família de recursos muito modestos, o que marcou a sua vida, por diversas razões, e justificou uma das suas disposições testamentárias: ele conhecia bem as dificuldades em seguir a sua vocação de arquitecto, sem meios para prover a instrução necessária. Formado, igualmente, pela Academia Portuense de Belas-Artes, onde foi aluno do arquitecto José Geraldo da Silva Sardinha¹¹³ – também ele bolseiro na *École des Beaux-Arts* (1870-1873), onde foi premiado, e aluno do *atelier* Questel-Pascal, antes de regressar ao Porto e assumir, anos mais tarde, o cargo de director da Academia Portuense de Belas-Artes, mas que, tendo falecido em 1906¹¹⁴, não pode ser considerado nesta breve lista de prováveis arquitectos –, partiu com uma bolsa de estudo para a Escola de Belas-Artes de Paris, em 1886, onde estudou com Jules André e Victor Laloux, obtendo vários primeiros prémios, menções honrosas e medalhas que lhe permitiu ser admitido pelo Governo Francês a tomar parte no Concurso dos arquitectos de primeira classe diplomados pelo mesmo governo – o mais alto grau a que aspiram os arquitectos franceses. Depois de obter o seu diploma, em 1895, regressou, no ano seguinte, a Portugal, instalando-se em Lisboa, para poder acompanhar as obras de adaptação do velho Convento de São Bento a Câmara dos Deputados, após ter conquistado o primeiro prémio do concurso internacional para este fim.

Elaborou diferentes projectos para o Ministério das Obras Públicas e tantos outros para o Brasil. Foi autor dos edifícios da Associação Protectora da Primeira Infância (Lisboa – 1902), do Liceu de Camões, do Liceu Central de Pedro Nunes e do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, todos eles construídos em Lisboa, nos anos de 1907, 1908 e 1915, respectivamente; e ainda do edifício da Maternidade Alfredo da Costa construído na mesma cidade, em 1914.

architectos, engenheiros e constructores portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922, vol. 1, pp. 288 e 555 e vol. 3, p. 289;

¹¹² MARQUES, A. Oliveira. – *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986, volume I, pp. 175-176;

¹¹³ SOUTO, Maria Helena. – *Arte, Tecnologia e Espectáculo: Portugal nas grandes exposições, 1851-1900*. Tese (mestr.) História da Arte Contemporânea (Sécs. XVIII-XX), Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 273.

¹¹⁴ PORTO, Universidade do – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: José Sardinha*. – [Em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jos%C3%A9%20sardinha;

Foi ainda autor de diversos palacetes e edifícios residenciais, com os quais foi premiado, por diversas vezes, com o Prémio Valmor: a sua própria casa, na Rua Alexandre Herculano, n.º 57, em 1903 (que doou à Escola de Belas-Artes de Lisboa para alojamento de alunos carenciados e deslocados das suas famílias¹¹⁵); a Casa dos Viscondes de Valmor, na Av. da República, n.º 38, em 1906; o Palacete Mendonça, na Rua Marquês da Fronteira, n.º 20, em 1909; e, finalmente, em 1911, a Casa António Tomás Quartim, no n.º 25 da Rua Alexandre Herculano¹¹⁶.

Miguel Ventura Terra trouxe consigo de Paris “um espírito francês num *modelo progressista*¹¹⁷, prático, objectivo, proudhoniano, uma arquitectura que respondia cabalmente aos objectivos e preocupações da sociedade dominante da época. Daí não espantar que seja Ventura Terra o arquitecto da Lisboa republicana que se espraia nos planalto e que a ele possa ser assacada a responsabilidade da criação da nova imagem da cidade.”¹¹⁸

Ventura Terra morreu em Lisboa, em 1919, com 53 anos de idade.

- José Marques da Silva nasceu, no Porto, em 1869. À semelhança de seu pai, trabalhou como marmorista, até se matricular na Academia Portuense de Belas-Artes, 1882. Depois de concluir os seus estudos, concorre a pensionista do estado, mas é Adães Bermudes que ganha a bolsa. Acaba por partir para Paris, às expensas do pai, nos finais de 1889. Em 1900 faz o exame de admissão à *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts*, entrando para o *atelier* de Jules André – igualmente frequentado por Ventura Terra –, que morre pouco tempo depois¹¹⁹. Jules André terá sido galardoado com o *Deuxième Second Grand Prix de Rome - Un Palais de l'Institute*, em 1843; e com o *Premier Grand Prix - Un Palais de la Chambre des Députés*, em 1847.¹²⁰

Após a morte de Jules André, Marques da Silva seguiu Victor Laloux (1850–1937) – vencedor do *Premier Grand Prix de Rome – Une Cathédrale*, em 1878 –, tal como havia feito Ventura Terra. Marques da Silva teve como colegas¹²¹ neste atelier Paul-Marie Bigot (1870–1942) – vencedor do Premier Grand Prix - *Un Établissement d’eau thermale et Casino*, em 1900 –,

¹¹⁵ MARQUES, A. Oliveira. – *Dicionário da maçonaria portuguesa*. *Op. cit.*, pp. 175-176.

¹¹⁶ LISBOA, Câmara Municipal. – *Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor* [catálogo]. *Op. cit.*, pp. 44-46.

¹¹⁷ Itálico do autor.

¹¹⁸ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel da Cruz. – *História da Arte em Portugal. A Arquitectura Moderna*, Vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1993, p. 74.

¹¹⁹ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel da Cruz. *Op. cit.*, p. 62.

¹²⁰ GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. *Op. cit.*, pp. 104 e 108.

¹²¹ CARDOSO, António. *Op. cit.*, pp. 118-119.

Charles Lemareshquier (1870-1972) – vencedor do *Deuxième Second Grand Prix*, no mesmo ano – e Camille-Émile Lefèvre (1876–1946) – galardoado, em 1905, com o *Premier Grand Prix - Un Château d'eau*¹²². Em 1896 terminou os seus estudos em Paris e regressou ao Porto¹²³.

A lista de obras que realizou na sua cidade natal inclui a Estação de S. Bento (1897), o Liceu Alexandre Herculano (1914) e o Liceu Rodrigues de Freitas (1918) – tema que Ventura Terra teve, também, a oportunidade de desenvolver (em Lisboa) – a casa do 2º conde de Vizela, Carlos Alberto Cabral (1895-1968) em parceria com o arquitecto francês Charles Siclis (1889–1944), projecto com datação longa (1925-1944), mais conhecida hoje por Casa da Serralves, entre muitos outros.¹²⁴

Estes três arquitectos, para além de terem passado pela aprendizagem na escola parisiense, partilharam encomendadores e, naturalmente, certos traços estilísticos. Pelos seus currículos, verifica-se que contactaram com realidades semelhantes, com resoluções de problemas análogos, por vezes até colaborando entre si.

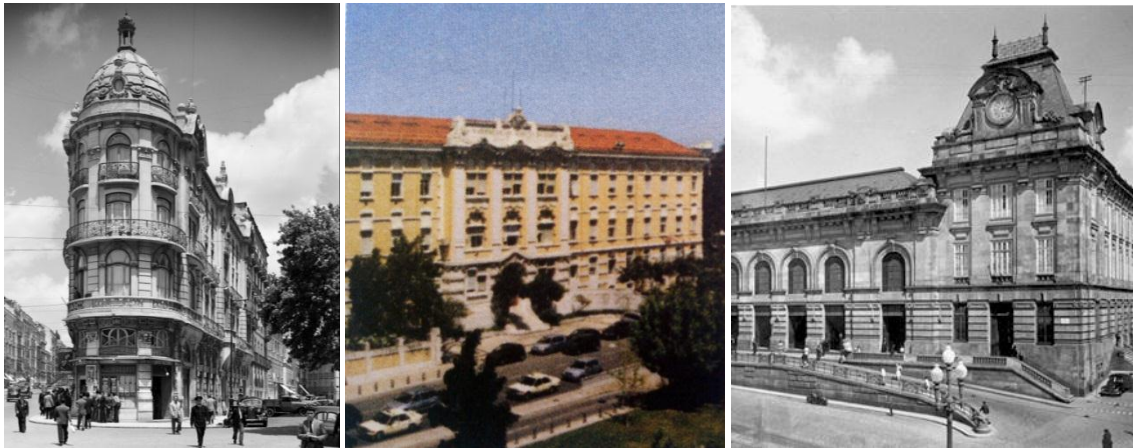


Fig. 12 – À esquerda: Adães Bermudes - Prédio de Guilherme Augusto Coelho. Prémio Valmor 1908; ao centro: Ventura Terra - Maternidade Alfredo da Costa; à direita: Marques da Silva - Estação de S. Bento

Um quarto arquitecto poderia ser considerado: Rosendo Garcia Araújo Carvalheira. Nascido em 1863, era natural de Arcos de Valdevez. Ainda em criança, mudou-se para Lisboa, com sua mãe. Anos mais tarde, o escritor Alexandre Herculano “tê-lo-á aceite de alguma

¹²² GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. *Op. cit.*, pp. 139, 162 e 167.

¹²³ CARDOSO, António. *Op. cit.*, p. 3.

¹²⁴ ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel da Cruz. *Op. cit.*, p. 66. Sobre Marques da Silva é essencial ver CARDOSO, António. – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do século XX*. 2ªed. Porto: FAUP, 1997[1992].

maneira como filho adoptivo, passando nessa altura Rosendo a viver em casa do seu «padrinho».”¹²⁵

Tal como outros profissionais da época, Rosendo Carvalheira não frequentou o curso de Arquitectura, mas o Instituto Industrial, e por esse motivo, considerou-se sempre, ao longo da sua vida, um «amador» no ofício. Ainda assim, tal percurso académico, não o impediu de se tornar uma figura de relevo no panorama arquitectónico português: em 1895, entrou para a Real Associação de Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, onde desenvolveu actividade intensa em 1897; em 1900, com o engenheiro Melo Matos, iniciou a direcção técnica da revista *A Construção Moderna*, de Nunes Colares; enquanto *maçon*, pertenceu ao Novo Oriente Lusitano Unido e foi amigo de Adães Bermudes, com quem redigiu, em parceria com Ventura Terra, Alfredo Aragão Machado e António Dias da Silva, os estatutos da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (1902), que nesse mesmo ano se oficializou e de cuja direcção fez parte¹²⁶; ao longo da sua actividade profissional como arquitecto, ocupou diversos cargos no Ministério das Obras Públicas – o que o facilmente justificaria a sua participação numa obra como a do *Asylo*.

Enquanto projectista, foi convidado a acabar os planos de José Luís Monteiro para o Liceu Central Passos Manuel, em 1896; e são-lhe atribuídos os projectos da Tabacaria Mónaco (1894), do restauro da Sé da Guarda (1898), da capela do Asilo da Ajuda (1901) e do edifício do Serviço de Luta Antituberculosa (1905). Em 1912, Carvalheira projectou aquela que seria a sua obra mais significativa e conseguida, o Sanatório da Parede (actual Hospital de Sant’Ana).¹²⁷

Qualquer um destes quatro arquitectos poderia ter sido o autor do projecto do edifício do antigo *Asylo Antonio Meirelles*, em Torre de Moncorvo: todos se encaixam no perfil anteriormente descrito. No entanto, analisando alguns desenhos e fotografias da obra de cada arquitecto deste período, destaca-se a obra de Miguel Ventura Terra, pelas semelhanças que apresentam com o edifício em estudo. No entanto, não se encontrou documentação que corrobore esta proposta de atribuição.

Ventura Terra era um homem culto, republicano assumido e profundamente preocupado com as questões relacionadas com o bem-estar social e, por isso mesmo,

¹²⁵ Idem, pp. 52-53.

¹²⁶ Idem, p. 53.

¹²⁷ MENDES, Elsa Maria Carneiro. – *A obra do arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 355-360.

empenhado na transformação do seu país. Extremamente prático e racional, aplicou o seu saber actualizado e moderno no desempenho da função de arquitecto socialmente empenhado, prestigiando a “prática da arquitectura e o papel social da profissão.”¹²⁸



Fig. 13 – Miguel Ventura Terra (1866-1919)

‘Em architectura deve-se procurar o mais adaptavel e os mais logico, porque o que não for, não é arte. [...] As construcções modernas devem estar d’accordo, não só com os nossos costumes e habitos actuaes, mas com a sciencia moderna. As construcções de há vinte annos são hoje inhabitaveis, pelo que reprovo a ressurreição, como único argumento de fixar uma tradição, porque a hygiene, a sciencia, e a propria esthetica actual a condemnam.’¹²⁹

Pode afirmar-se que a sua arquitectura foi resultado da união entre a sólida aprendizagem, na escola de Paris – onde, como referido, foi confrontado com programas muitíssimo variados e com a construção de um elevado número de edifícios de equipamentos sociais, em várias cidades de França, devido à recente alteração do papel do Estado, instaurado pela revolução de 1789 – e o seu espírito crítico republicano, repleto de altruísmo e preocupação com o bem-estar social, concordante com uma possível ligação à maçonaria.

¹²⁸ SILVA, Raquel Henriques da. “Capítulo III: Projectos Institucionais – Liceu Camões”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). *Op. cit.*, p. 349.

¹²⁹ Miguel Ventura Terra apud FERRÃO, Leonor; MARTINS, João Paulo – “Arquitectura e Cidadania: o Projecto da Câmara dos Deputados – VI. Serranos e Cidadinos”. In REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). *Op. cit.*, p. 247.

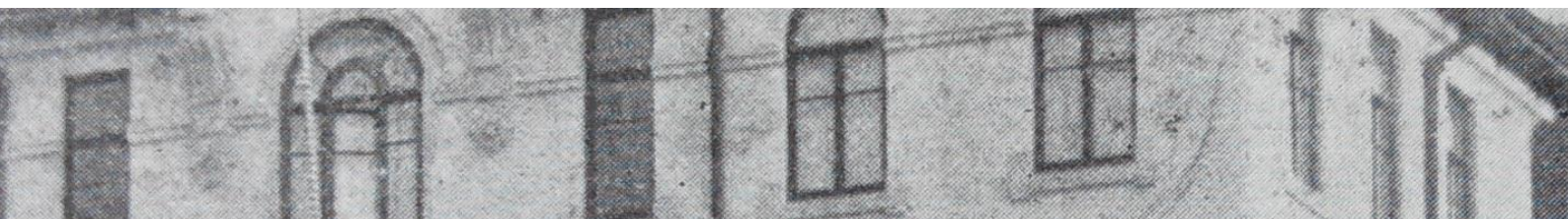
Prova dessa união são os também já mencionados projectos de equipamentos públicos com que contribuiu para a história da arquitectura portuguesa contemporânea e da sua activa intervenção na defesa dos interesses do seu grupo socioprofissional, com intervenções no Senado de Lisboa, enquanto presidente do Conselho Director da Sociedade dos Arquitectos Portugueses (1903) e vereador, pelo Partido Republicano (1908).¹³⁰

Para lá desta vocação filantrópica, a suspeita de que Miguel Ventura Terra é o autor do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* advém da possibilidade de encontrar nos seus equipamentos públicos, como os Liceus de Lisboa ou a Maternidade Alfredo da Costa, certos detalhes formais e programáticos semelhantes aos do edifício transmuntano.

No próximo capítulo, analisa-se o objecto de estudo confrontando-o com a possível autoria de Ventura Terra. Sem ser necessário forçar, reconhecem-se afinidades com as soluções encontradas para a formalização e organização das plantas dos edifícios e das fachadas, no desenho de vãos, guardas e escadas, nos sistemas de ventilação, em tudo similares.

¹³⁰ FERRÃO, Leonor; MARTINS, João Paulo. *Op. cit.*, pp. 221 e 227.

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



PARTE III

PARTE III

5. ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO FORMAL E FUNCIONAL DO PROJECTO ORIGINAL



Fig. 14 – O Asylo visto da Vila



Fig. 15 – Fachada Sul do Asylo, ca. 1930 (?) e actualmente

Observando o *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, verifica-se que este se destaca da sua envolvente, não apenas pela posição face à vila de Moncorvo, mas pelo desenho arquitectónico que apresenta e que se identifica com o magistério das *Beaux-arts* de Paris. O seu traçado revela-se moderno, projectado com cuidado e evidenciando as ideologias republicana e higienista francesas do programa.

O resultado é um edifício constituído por três grandes volumes, divididos em quatro pisos e de ornamentação simples, racional, simétrico, funcional, extremamente avançado para a época e local de construção, mas, acima de tudo, pensado para responder às necessidades dos seus habitantes.

O *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, como referido no início deste trabalho, encontra-se implantado na base de uma encosta da Serra do Reboredo, orientado na direcção Norte-Noroeste, encarando o Vale de Vilariça e a Vila de Torre de Moncorvo e dando a sua fachada posterior à serra. O acesso ao interior do edifício faz-se por duas cotas distintas, resultante da pendente do terreno em que este se insere e que sobe no sentido Norte-Sul; deste modo, na fachada principal, acede-se directamente ao 1.º pavimento – a cave – e ao 2.º pavimento – habitação – através de duas escadas em granito, paralelas à fachada e apoiadas em arcos esconsos, que constituem um pequeno alpendre antes da entrada da arrecadação. Já no alçado posterior, o acesso faz-se directamente ao 2.º pavimento, pela “galeria da cozinha”. Outros acessos possíveis, registados pela memória descritiva do projecto original, são as escadas metálicas de acesso às galerias exteriores, visíveis também no alçado principal. A arrecadação possui outras entradas praticadas nas fachadas laterais, mas não constam no levantamento de 1978 (cf. figuras 17 e 18 com 44 e 46, pp. 194-195), nem na referida memória. O trabalho de serralharia é semelhante em todas as guardas de escadas – interiores e exteriores.

O desenho das fachadas é marcado pela repetição de vãos, cujos nembos equivalem à sua largura, criando uma cadência “vão-parede-vão-parede” que se mantém constante em todos os alçados e que se traduz num edifício simétrico pelo seu comprimento (ver figuras 16 a 19).

O desenho dos vãos – à excepção do da porta principal e do que é visível no 4.º pavimento – é uniforme em todo o edifício, embora com algumas variações: tudo depende do alçado que se observe. Todos os vãos são extraordinariamente esguios, com janelas de duas folhas de abrir – observando-se a excepção nas instalações sanitárias e nas (presumíveis) salas de refeição – e bandeira basculante para ventilação. Cada vão é acompanhado por um respiradouro, junto ao rodapé da divisão, que é mais ou menos destacado no exterior, conforme a sua localização nas fachadas.

Naturalmente, é na fachada principal que se encontram a ornamentação e os vãos mais elaborados: acima das escadas de granito, encontramos lintéis e peitoris das janelas bem destacados, juntamente com os respiradouros acima referidos. Outros lintéis peculiares são o da porta principal – em granito, com três óculos que fazem a vez de uma bandeira em arco abatido –, que se estende até ao varandim da janela de sacada de três folhas imediatamente acima; e os das janelas do último piso, que tendo bandeiras em arcos de volta perfeita, foram desenhados em ogiva. Ao centro do 4.º pavimento, existe uma segunda janela de sacada, também em arco perfeito, mas cuja ornamentação do lintel dá lugar a um frontão rectangular,

encimado por duas volutas simétricas (figura 31), cujo tímpano, aquando da finalização da construção, exibiria a palavra *ASYLO*, presumivelmente sobre um painel de azulejos (encomendados à fábrica Viúva Lamego?), como era uso na época. Seria um elemento de quebra da feição austera que a simples pintura, sem mais, acabou por conferir ao prospecto principal, ao contrário do que era uso, mesmo em edifícios com programas utilitários idênticos.

Nos alçados laterais e posterior, os vãos apresentam lintéis e peitoris bem demarcados e com características semelhantes entre si, sendo a principal diferença encontrada nas dimensões apresentadas e o número de folhas, como referido anteriormente, que se reduz a uma, nas instalações sanitárias, e se duplica nas salas de refeição, como se pode observar nas figuras 17 a 19. As alterações nos alçados encontram-se assinaladas pelas cores das legendas.



Fig. 16 – Alterações introduzidas no alçado principal, com base no levantamento realizado, em Outubro de 2014, pela turma MIAINTRE4A

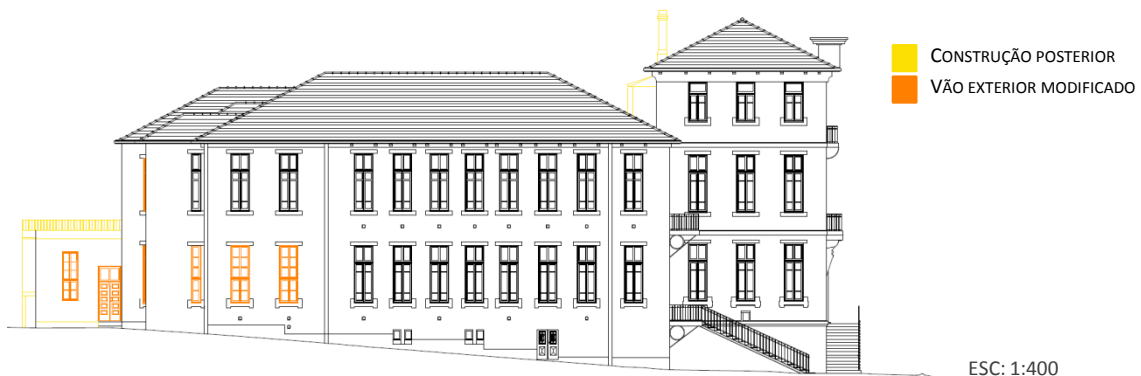


Fig. 17 – Alterações introduzidas no alçado lateral esquerdo, com base no mesmo levantamento



Fig. 18 – Alterações introduzidas no alçado posterior, com base no mesmo levantamento

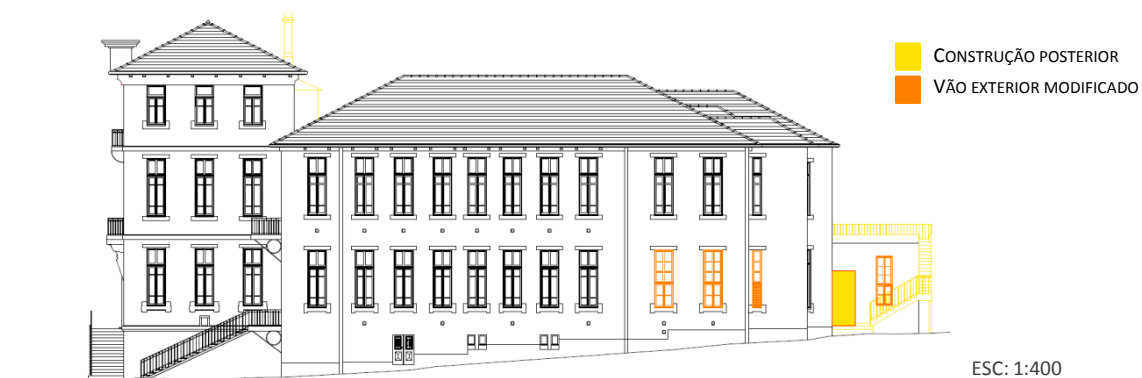


Fig. 19 – Alterações introduzidas no alçado lateral direito, com base no mesmo levantamento

Relativamente à organização do programa do *Asylo*, a memória descritiva do projecto inicial, anteriormente analisada, e a memória descritiva e justificativa das obras de melhoria e beneficiação de 1963 (documento 11) são os documentos mais importantes para a compreensão da distribuição dos usos pelo edifício e também para uma análise das particularidades da construção e dos interiores. Todavia, nenhum dos dois registos é detalhado o suficiente para saber exactamente a que se destinava cada divisão, pois apoiam-se ambos em plantas legendadas que se perderam quase na sua totalidade.

Sem desenhos técnicos originais para consulta, o máximo que é possível recuar em registos gráficos de partes do edifício é até 1963 (figuras 49 a 52, pp. 196-197); e na sua totalidade, até 1978 (figuras 43 a 48, pp. 215-216). No entanto, os desenhos produzidos neste último ano foram realizados de forma incompleta: não há plantas de levantamento, apenas de alterações propostas e do projecto final; as plantas intermédias (figura 47, p. 195) não apresentam a legenda concluída, pelo que a avaliação das modificações pretendidas não é clara. Deste modo, apenas confrontando os registos dos dois anos e as descrições disponíveis com as alterações susceptíveis de identificar *in loco*, é possível apresentar uma síntese – meramente especulativa – da forma como o *Asylo* terá sido habitado no início do século XX.

Nas próximas páginas, são apresentadas cinco figuras com as plantas resultantes do cruzamento da informação recolhida. Na figura 20, está representado um esquema da distribuição das secções, como descrito nos *Estatutos do Asylo* já apresentados. Cada um dos quatro desenhos seguintes corresponde a um piso do edifício e é acompanhado por uma legenda de cores semelhante às anteriormente utilizadas nos desenhos dos alçados – definindo as alterações introduzidas através de demolições e/ou novas construções dentro do *Asylo* – e de uma listagem de compartimentos, referente à utilização original de cada divisão.

Estas listagens – é importante sublinhar – não têm carácter definitivo: não havendo registos claros da utilização de todas as divisões, foram distribuídas as dependências cuja localização não é inteiramente conhecida, de forma lógica, em relação àquelas cujo uso é evidente. As legendas a cinza designam propostas de usos conhecidos de compartimentos cuja localização levanta maiores dúvidas ou espaços cujo fim é inteiramente desconhecido. Os algarismos amarelos definem construções novas com grande impacto na definição formal do edifício.

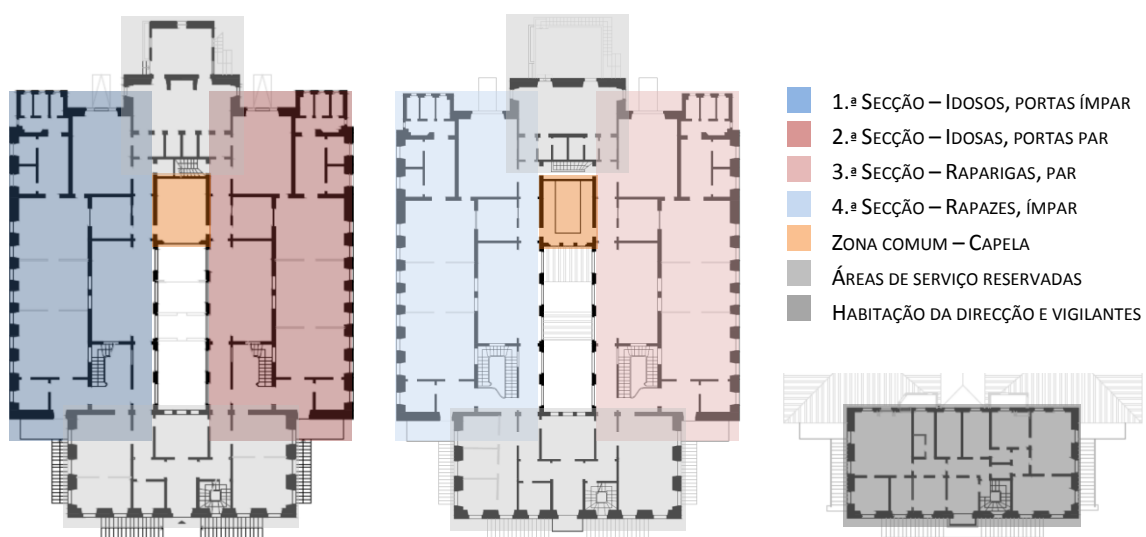


Fig. 20 – Distribuição das secções contidas nos Estatutos do *Asylo* e outras dependências; sem escala

O 1.º pavimento foi sempre dedicado ao armazenamento e arrumação, presumivelmente, de produtos e utensílios hortícolas, de outros utilizados nas oficinas profissionais do *Asylo* ou de objectos de utilização menos regular na casa. De notar que o pavimento da cave acompanha o desnível do terreno exterior, pelo que determinadas divisões (assinaladas a cinzento, na figura 21), cujo pé-direito é insuficiente, não são habitáveis, acabando por ser apenas prolongamentos das fundações. A simetria deste piso foi quebrada pela construção de divisões (devidamente rebocadas e pavimentadas) na ala direita, que

representam uma grande beneficiação do espaço, em relação ao que se encontra na ala esquerda (figura 55, p. 220). No entanto, é no espaço central criado por estas paredes que se encontra o quadro eléctrico original, actualmente desactivado (figura 56, *idem*); por este motivo, há a hipótese de estas paredes fazerem parte do plano original do edifício, mesmo não respeitando a rigorosa simetria imposta ao *Asylo*.

Os dois pisos superiores à cave (figuras 22 e 23), onde a vida dos asilados se desenrolava, apresentavam originalmente uma absoluta simetria no desenho das suas plantas,

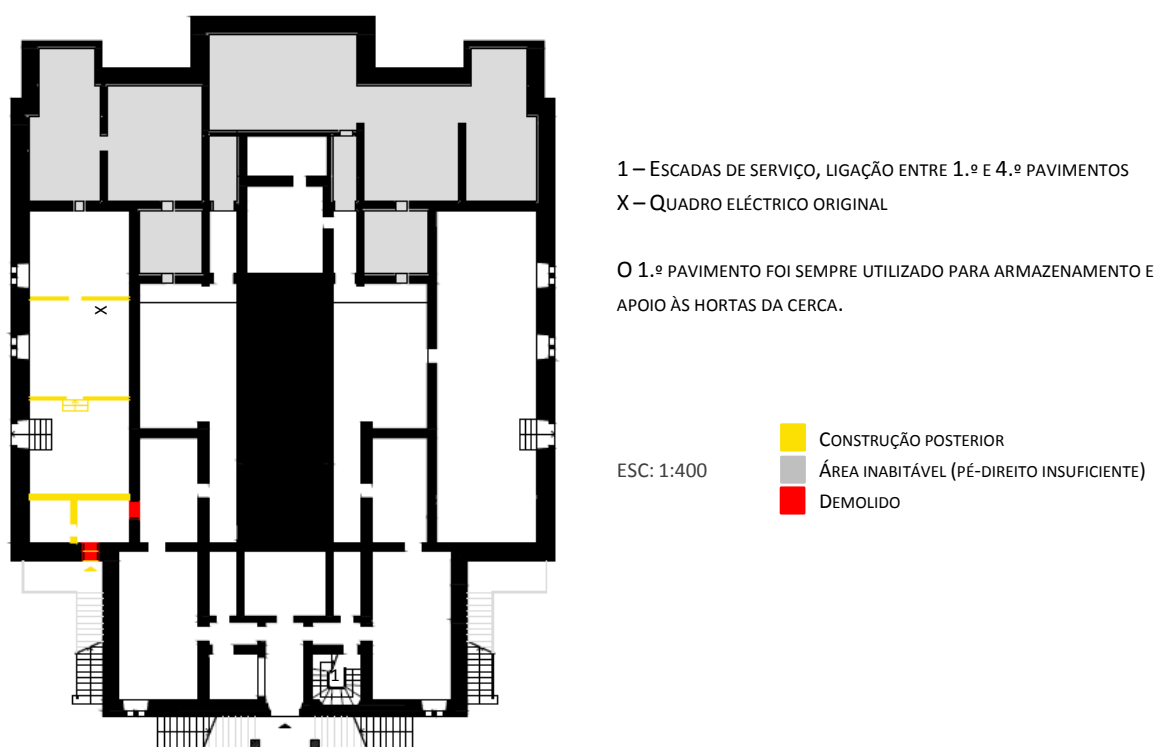


Fig. 21 – Proposta de reconstituição do 1.º pavimento, em 1916

em relação ao eixo formado pelo pátio-jardim. Efectivamente os dois andares chegaram a apresentar exactamente a mesma configuração, encontrando-se pequeníssimas diferenças, onde estas seriam impossíveis de contornar: nos vãos de escadas e nos acessos ao exterior; e na configuração da área da cozinha e copas em relação ao pavimento superior. Também a divisão da capela apresenta plantas distintas, devido ao seu duplo pé-direito.

As restantes divisões teriam então semelhante desenho em ambos os pisos, até à construção de tabiques em madeira – camaratas, enfermarias e salas –, que introduziram uma maior compartimentação e possivelmente novas distribuições dos asilados por essas mesmas dependências.

Outras alterações de carácter permanente encontram-se na transformação de quatro vãos de janelas em vãos de porta com acesso ao exterior, no alçado sul, e no aumento da área do piso inferior da capela, conseguida com deslocação da parede do vitral mais para norte. O mezanino da capela permaneceu inalterado, o que provocou o aparecimento de uma nova cobertura dentro do pátio-jardim (figura 22), que, naturalmente, se viu reduzido na sua área (antes de 1978). Outro elemento permanente, que resultou em mais um decréscimo da área do pátio e em mais dois vãos transformados, foi a passagem coberta construída transversalmente ao espaço para permitir a ligação mais cómoda entre as duas alas do edifício, ao nível do piso térreo (figuras 57 e 58, p. 199). Pelos desenhos técnicos e pelas imagens do documentário realizado por Leonel Brito, sabemos que esta não foi construída antes de 1978.

Para terminar as grandes transformações nestes dois pisos, toda a “galeria da cozinha” viu a sua cobertura completamente alterada: pelos desenhos de 1978 (figuras 44 a 46, pp. 194-195), é possível observar que esse espaço seria fechado com uma cobertura de duas águas, seguindo o traçado do restante edifício. No entanto, hoje observa-se uma cobertura plana e acessível pela copa/sala do pessoal do piso superior e por escadas que ligam à cota do terreno e cuja construção obrigou à remodelação dos vãos laterais direitos da tal galeria (figuras 59 e 60, p. 199). De notar que o termo “galeria da cozinha” – utilizado na memória descritiva de 1912 para descrever esta dependência –, não será o mais correcto para definir o que hoje, e possivelmente o que desde sempre existiu neste local, embora com uma cobertura diferente: de acordo com as características da divisão, seria antes um “anexo”, uma “lavandaria”.

Pode aqui colocar-se as hipóteses de o projecto ter sido alterado aquando da construção deste espaço ou a sua execução ter acontecido posteriormente em relação ao edifício em si, independentemente de já estar prevista na memória descritiva – e possivelmente nos desenhos originais. A primeira hipótese é mais viável, pelo facto de se tratar de uma dependência importante para o funcionamento do *Asylo* e não se terem verificado entraves à construção do edifício, após o início da obra. Ainda assim, esta prolongou-se por cerca de 3 anos: tempo mais do que suficiente para o projecto sofrer alterações, cujos registos não foram encontrados ou nunca chegaram a ser executados. Outro pormenor que leva a crer que o objectivo seria efectivamente criar uma galeria no lugar do actual anexo – ou seja, uma divisão com maior contacto com o exterior, possivelmente com maiores vãos ou mesmo sem vidraças – é o facto dos lintéis existentes sobre os vãos que ligam a cozinha à galeria terem sido construídos com o mesmo destaque que os restantes vãos exteriores (e depois revestidos por

azulejos brancos), denunciando uma intenção de os manter com semelhante linguagem, como se não existisse nenhuma divisão posterior à cozinha (figuras 61 e 62, p. 200).

Após se tornarem evidentes as alterações introduzidas nestes dois pisos, podemos então observar as plantas do que poderá ter sido o edifício originalmente.

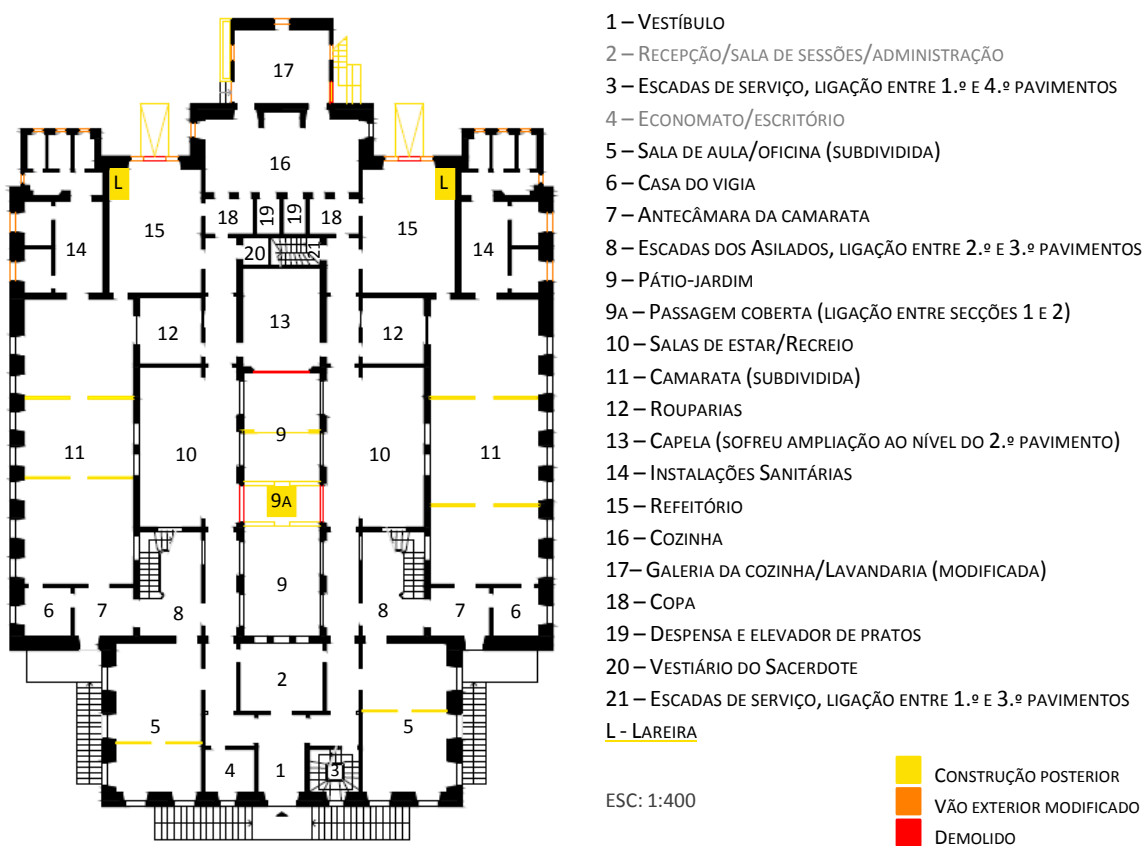


Fig. 22 – Proposta de reconstituição do 2.º pavimento, em 1916

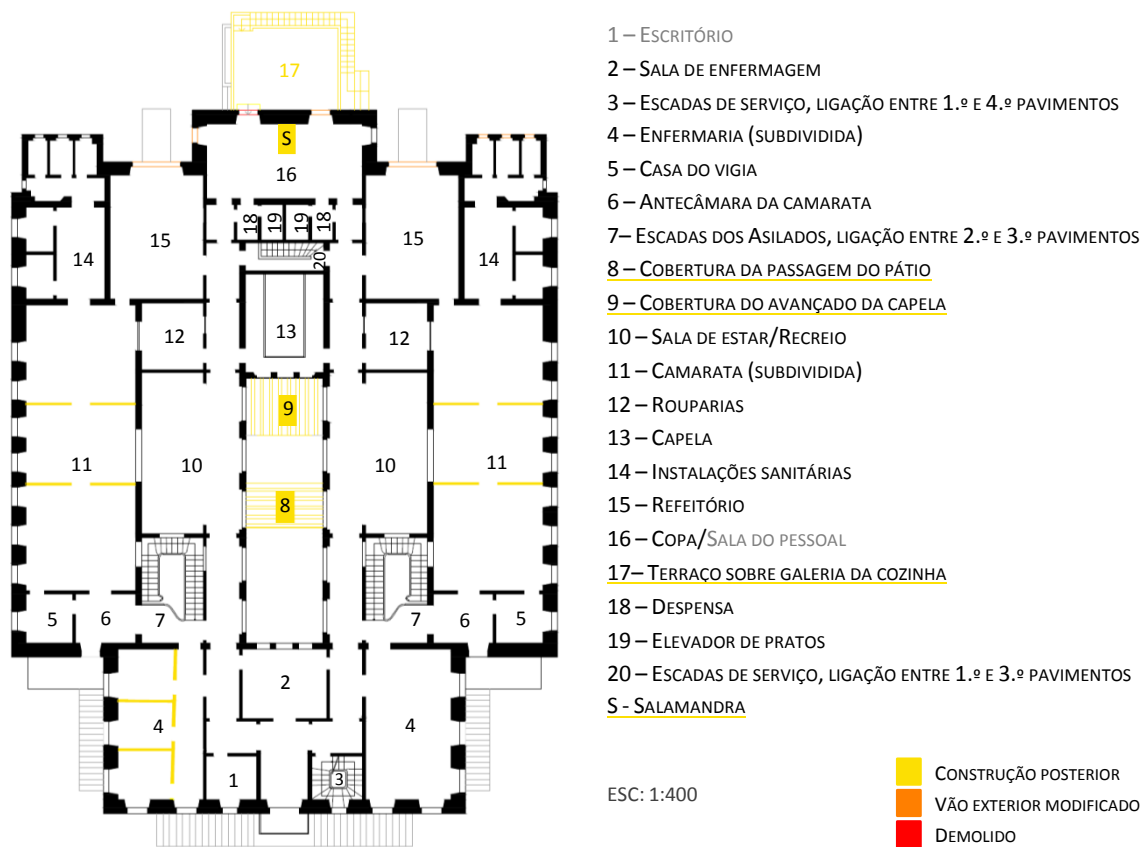


Fig. 23 – Proposta de reconstituição do 3.º pavimento, em 1916

A proposta de distribuição dos usos pelas divisões é inteligível a partir da leitura das legendas de compartimentação apresentadas e tornar-se-ia redundante voltar a discorrer sobre esse assunto, dado a análise da memória descritiva apresentada anteriormente acabar por descrever o que se pretende ilustrar com as figuras seguintes.

Para além da perfeita simetria e abundância de vãos que, como referido, contribuiriam para uma melhor ventilação e iluminação do interior do *Asylo*, o mais evidente na composição do edifício original é a existência de grandes salas: as camaratas – posteriormente subdivididas através da construção de tabiques – (figura 63, p. 200), as salas de aula, as salas de estar, as enfermarias, os refeitórios; nenhum deles apresentava algum tipo de compartimentação e este é mais um dos preceitos do pensamento iluminista aplicado à arquitectura higienista.

Neste caso, pode haver outras motivações para além da simples preocupação higienista na base desta solução arquitectónica, que se traduz em divisões com grandes cubagens: mais do que promover a ventilação e a salubridade do espaço e dos seus ocupantes, os edifícios de ocupação e permanência colectivas, como é o caso deste e outros asilos, escolas, hospitais,

prisões, devem igualmente permitir uma boa coordenação e vigilância dos seus ocupantes, de acordo com a sua função.

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault debruçou-se sobre a relação entre as medidas disciplinares aplicadas aos sujeitos que habitam estas instituições e as características espaciais. Discorre sobre a evolução (desde o século XVIII) das técnicas de vigilância, medidas disciplinares e soluções arquitectónicas capazes de as promover e potenciar: a clausura, a repartição e finalmente os “níveis”¹³¹.

O relato de uma asilada, recolhido para o documentário *Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica* (1977) deixa entrever que nos primeiros tempos, o *Asylo* tinha um regime muito semelhante ao de uma clausura monástica: a entrevistada refere que no seu tempo já era permitido conviver com gente fora da instituição e a abandoná-la antes da maioridade, desde que houvesse emprego garantido¹³².

Embora Foucault incida mais sobre a questão das celas, quando trata o tema da repartição, como meio de resposta à necessidade de vigiar, reconhece que outros tipos de compartimentação começaram a surgir e que também eram eficazes:

A pouco e pouco, nas instituições disciplinares a regra das localizações funcionais vai codificar um espaço que a arquitectura deixava geralmente livre e disponível para vários usos. Definem-se lugares determinados para responder não só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil.¹³³

O autor dá o exemplo de um hospital militar, cuja primordial função é tratar dos doentes, mas que para o bom funcionamento se apoia numa rigorosa disciplina, imposta por diversos graus de vigilância: adopta uma estratégia que consiste em identificar e repartir mobilidades e, deste modo, promover o controlo de contágios (vigilância médica), de deserções (vigilância militar), de circulação de mercadorias (vigilância fiscal), de roubos de medicamentos, de rações, desaparecimentos, guarnições, mortes e simulações (vigilância administrativa)¹³⁴.

O mesmo pode ser identificado no *Asylo*: as celas dão lugar a grandes camaratas, distribuídas em quatro secções (idosos, idosas, rapazes e raparigas), separadas fisicamente por um pátio, corredores que se abrem em salas comuns e outras depêndencias, que permitem

¹³¹ FOUCAULT, Michel. – “Os Corpos Dóceis – A Arte das Distribuições”. *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70, 2013[1975], pp. 164-171.

¹³² *Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica*. [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; *Op. cit.* (00:16:46 – 00:18:12).

¹³³ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, pp. 166-167.

¹³⁴ *Idem*, p. 167.

uma filtragem hierárquica e manutenção da privacidade entre géneros e idades, durante o desenrolar das actividades diárias. Este tipo de compartimentação evita a repartição por celas e origina outro tipo de vigilância e comunicações: os “níveis”. A supervisão não depende apenas da solução arquitectónica, mas de “lugares” estabelecidos pela organização do espaço: cada cama é atribuída a um beneficiário e corresponde a um lugar, que se insere numa determinada fila num determinado quarto; e o asilado, dependendo da sua idade e capacidades desempenha determinada função na casa para benefício de todos.

Através destes lugares, a vigilância é facilmente assegurada de qualquer ponto da divisão por parte do vigilante ou, por exemplo, nas alas das crianças, por asilados mais velhos que tenham sido incubidos de apoiar os mais novos – vigilância hierárquica. De forma mais eficiente, o responsável sabe quem não está na cama, à hora de deitar; quem não trocou os lençóis; quem não está em silêncio, durante as aulas; quem não tem o material ou quem está onde não seria suposto estar. A disciplina impõe-se quando todos seguem a norma e é reforçada quando todos assistem à repreensão de quem falha e à recompensa de quem a cumpre.

Ao organizarem as ‘celas’, os ‘lugares’ e os ‘níveis’, as disciplinas fabricam espaços complexos: simultaneamente arquitectónicos, funcionais e hierárquicos. São espaços que asseguram a fixação e permitem a circulação; distinguem segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais porque regem a disposição de edifícios, salas, mobílias, mas também ideais, uma vez que se projectam sobre essa organização das características, das avaliações e das hierarquias.¹³⁵

As camartas ainda comunicam para a sala, rouparia e passagens comuns da mesma secção através de grandes vãos de janela, que cumprem a dupla função de promover a salubridade dos espaços e de possibilitar um controlo directo entre divisões, sem ser necessário aceder-lhes fisicamente (figura 64, p. 221). O conceito é o mesmo que Pâris-Duverney, financiador do exército francês, citado por Foucault, defende na construção das celas de uma Escola-Militar de Paris:

Pâris insistira para que fosse instalada uma janela ‘na parede de cada quarto do lado corredor, desde a altura de apoio até a um ou dois pés do tecto. Além do facto de a vista destas vitrinas ser agradável, ousamos dizer que é útil em muitos aspectos, já para não falar das razões de disciplina que podem determinar esta disposição’.¹³⁶

¹³⁵ Idem, p. 171.

¹³⁶ Idem, p. 200.

Ainda antes de se analisar a organização do último pavimento e as respectivas alterações introduzidas, é já possível compreender o contraste de desenvolvimento e o nível de pensamento utilizado na concepção deste *Asylo*, face à época e locais de construção em que este se insere: basta lembrar todos os pormenores utilizados para a manutenção de um edifício salubre, no que toca à ventilação e iluminação, e funcional, tanto do ponto de vista material como pessoal. De sublinhar que houve uma preocupação em introduzir um espaço de culto religioso num edifício concebido pelas doutrinas do republicanismo português, assente em ideais franceses de modernidade, como o livre-pensamento, o positivismo, o cientismo, a necessidade de educação e, mais importante, o anticlericalismo – isto é revelador do facto de que a rejeição e o combate aos valores da Igreja, introduzida pela implantação da República, não foi bem recebida em todos os meios.

Outros detalhes importantes passam pela instalação da rede eléctrica, logo em 1913 – comprovada pela existência de um documento, datado de 13 de Novembro desse ano, proveniente da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (Organismo do Ministério do Fomento), a autorizar o estabelecimento e a exploração da instalação eléctrica¹³⁷; e de um orçamento para a sua instalação do mesmo período¹³⁸ - e ainda a pela montagem de dois elevadores monta-pratos nas copas da cozinha – ambas comodidades resultantes do progresso tecnológico e presentes apenas nas casas mais ricas do país.

O segundo engenho provavelmente estaria, à data, disseminado no estrangeiro e começaria agora a aparecer em algumas residências burguesas em Portugal; como tantos outros conceitos, terá tido certamente a sua ideia de instalação importada de França. Um interessante exemplo de como a tecnologia começava a tomar conta das habitações mais abastadas, é encontrado na literatura da época: Eça de Queirós, autor de saborosos e minuciosos enredos, no romance *A Cidade e as Serras* caracteriza o palacete de Jacinto (o cidadão da história), localizado no n.º 202 dos Campos Elísios, em Paris, pelos olhos do seu amigo dos tempos de estudante, José Fernandes, jovem da aristocracia provincial portuguesa (o serrano da narrativa). No episódio da festa dedicada ao grão-duque, José Fernandes descreve como o apartamento fora preparado para receber o soberano e termina narrando:

¹³⁷ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 84.

¹³⁸ Este orçamento, descrevendo as características e os preços dos componentes do sistema eléctrico e da sua montagem, foi cedido pelo Arquivo Municipal de Torre de Moncorvo, mas dado o seu teor, não se viu a necessidade de o transcrever.

– Caramba, bendito seja o dinheiro! – Pela primeira vez, também, admirei a copa e a sua instalação abundante e minuciosa – sobretudo os dois ascensores que rolavam das profundidades da cozinha, um para os peixes e carnes aquecido por tubos de água fervente, o outro para as saladas e gelados revestido de placas frigoríficas. Oh, este 202!¹³⁹

Para atingir o seu propósito (narrativo e de crítica social), Eça exagera nas inovações tecnológicas (algumas são de sua invenção): nem as residências parisienses ricas estavam tão bem equipadas. Os monta-pratos do *Asylo* não eram tão caprichosos (nem serviram jantares cor-de-rosa), mas foram uma realidade, e representaram um espantoso avanço numa cozinha de um edifício utilitário do início do século XX, numa vila do recôndito distrito de Bragança.

Chegando ao último piso do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, há um contraste na organização das divisões: a simetria perde-se, o grau de compartimentação aumenta, reduzindo, naturalmente, a área de cada divisão; no entanto, verifica-se uma intenção de manter relações, entre estas, que promovam a privacidade entre géneros e respeitem a hierarquia dos responsáveis pela gestão da casa, definida pelas funções por si desempenhadas.

Se nos pisos inferiores reinava a simetria de divisões de grande cubagem, no 4.º pavimento, a disposição dos compartimentos assemelha-se mais a uma casa particular servida de cozinha, instalações sanitárias e salas de estar e de refeições comuns, para além dos quartos das irmãs e o escritório da direcção. É preciso salientar que este piso foi aquele que mais alterações sofreu e que a proposta de reconstituição apresentada de seguida é aquela que levanta mais dúvidas. Esta proposta surgiu com base nos desenhos técnicos de 1963 e na observação do local, pois nenhuma das memórias descritivas e restantes desenhos disponíveis referem exactamente como estava organizado este andar. Não esquecer, no entanto, que os desenhos da década de 1960 constituem já uma proposta de alteração de forma e de usos; assim sendo, a planta original seria provavelmente menos compartimentada do que a que é aqui sugerida, mas a observação no local apenas permite identificar paredes demolidas – como é o caso da parede assinalada a vermelho (entre os quarto 8 e 9) –, enquanto o reconhecimento de novas se torna mais difícil, dada a manutenção dos acabamentos.

Observando os desenhos dos alçados e o local construído e partindo do pressuposto de que todos os vãos ocupariam uma posição simétrica, não é difícil de discernir que as marquises foram anexadas posteriormente: a diferença de cotas, a qualidade e a linguagem do espaço e o

¹³⁹ QUEIRÓS, Eça de. – *A Cidade e as Serras*. 1.ª ed. Porto: Livraria Chardon, 1901, pp. 89-90.

desenho dos seus vãos exteriores em nada se identificam com o restante edifício. É perceptível que a marquise 6A (à esquerda), que acompanha as divisões correspondentes às instalações sanitárias e ao dormitório das irmãs, foi construída para permitir a passagem entre estes compartimentos, funcionando como um pequeníssimo corredor ou galeria e para isso, sendo necessária a demolição da parede do dormitório e transformando a janela das instalações sanitárias em vão de porta. O mesmo aconteceu com o vão de janela da marquise da suposta cozinha.

As dúvidas sobre a existência de uma cozinha neste piso surgem quando se compreende que as chaminés para caloríferos construídas neste espaço e no dormitório não são originais: não são visíveis em fotografias da época, não surgem nos desenhos técnicos encontrados e não ocupam posições simétricas (chegando mesmo a lareira do dormitório a ocupar o local onde se presume ter existido um vão que foi entretanto fechado para a sua construção) e alguns dos seus elementos entram em conflitos com outros, tais como rodapés, não se articulando de forma harmoniosa. Na divisão da cozinha, a chaminé serviria naturalmente para a extracção de fumos, mas não existe actualmente nenhum forno ou fogão onde seria expectável. Também seria de esperar encontrar qualquer tipo de pia de lavagem e respectivas canalizações nesta divisão ou na marquise anexa; o que não acontece.

Combinando estas falhas com a informação sobre a existência de uma sala de pessoal – que se pensa ter sido localizada junto às copas da cozinha do 3.º pavimento –, onde provavelmente alguns membros da direcção se juntavam para as refeições principais, podemos partir do princípio de que esta “cozinha” do último andar, fosse apenas uma copa e até nem existisse de origem. A chaminé existente poderá ter sido construída – como a do dormitório – para a instalação de salamandras de aquecimento.

De facto, todas as lareiras e salamandras visíveis no edifício – incluindo as que se encontram nos refeitórios (15) do 2.º pavimento, construídas em alvenaria de tijolo (figura 65, p. 200) – não são originais e a fraca qualidade das soluções seleccionadas para os respectivos tubos de extracção (figura 66, p. 200), em conjunto com a sua ausência dos desenhos técnicos de 1978, comprovam-no.

Reconhecidas as alterações introduzidas no edifício, é mais fácil ao leitor observar o actual interior e compreender como este se apresentava e organizava, no início do século XX. Dado o facto de não existirem registos fotográficos que permitam examinar o interior do *Asylo*, aquando da sua construção, e excluindo algum arquivo pessoal existente do qual não se tenha tomado conhecimento, as únicas imagens existentes da instituição, no século passado, são as extraídas do documentário que tem vindo a ser referido ao longo deste estudo (figura 25 e 63, p. 200).

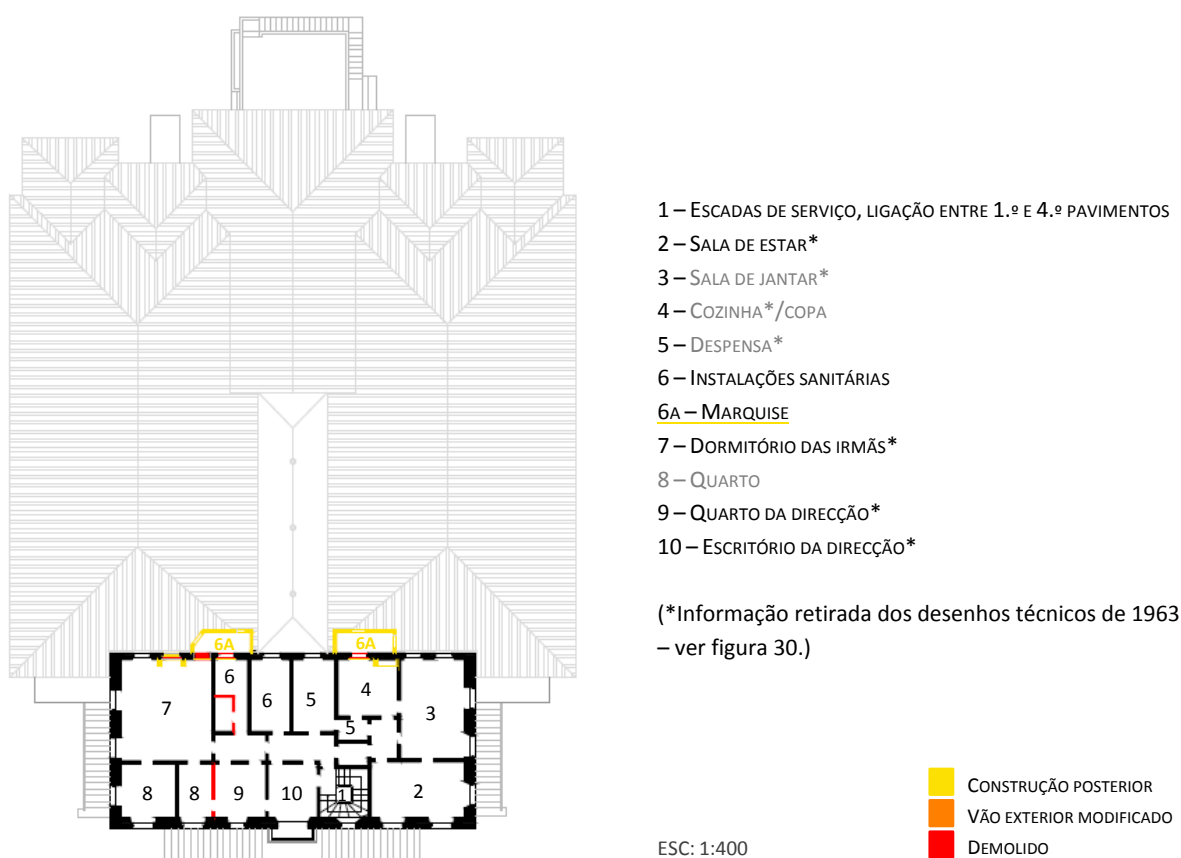


Fig. 24 – Proposta de reconstituição do 4.º pavimento, em 1916

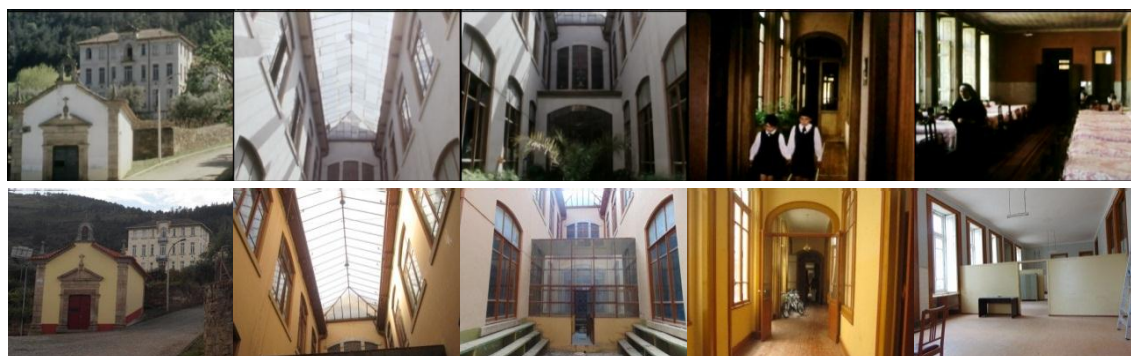


Fig. 25 – O Asylo na década de 1970 e nos dias de hoje.

Para além da meticulosa aplicação dos ideais higienistas e disciplinadores na organização do programa asilar, é observável uma intenção estética em toda a construção. A linguagem do edifício denuncia a influência da escola parisiense de arquitectura nos seus detalhes: ao longo de todo o edifício são visíveis elementos com valor estético, que vêm a sua sofisticação formal diminuída pela execução ingénua. Esta é uma consequência algo previsível, quando a mão-de-obra responsável não é qualificada para fazer a correcta leitura dos desenhos técnicos e o arquitecto (ou o seu representante) não faz o devido acompanhamento da obra. Dado o contexto em que o *Asylo* se insere, estes dois factores não terão sido difíceis de se verificar; mesmo que os trabalhadores que participaram na sua edificação fossem dotados de grande destreza, certamente não possuiriam estudos suficientes para compreenderem desenhos de arquitectura do início do século, ou não fossem os mais simples estudos da época muito mais complexos e completos – em termos de detalhe visual – do que a grande maioria dos esboços realizados hoje em dia.

Quanto à ausência do nome do arquitecto, já sabemos que o engenheiro António Eugénio de Carvalho e Sá – responsável pela fiscalização da obra – pedira o esclarecimento de dúvidas ao arquitecto, por intermédio da Comissão Administrativa de Lisboa, revelando e reforçando a ideia de que este não se encontraria nem no Porto, nem em Torre de Moncorvo. Nos tempos que sucederam a implantação do regime republicano (e mesmo depois desse período inicial), as estradas eram o local preferido de assaltantes. Era, por isso, de bom senso evitar viagens longas em rotas muito pouco movimentadas, como era o caso de diversos troços do percurso entre Lisboa e Moncorvo. Este motivo permite explicar a falta de acompanhamento da obra pelo arquitecto autor do projecto.

O resultado é um edifício eclético, pontuado por elementos *Art Nouveau* que exprimem uma intenção estética superior à que a execução efectivamente deixa transparecer. Estes sinais de desajuste entre o desenho e a execução são visíveis, por exemplo, nos trabalhos de serralharia do portão e guardas das escadas e do mezanino da capela; nos trabalhos de carpintaria das escadas dos asilados, nas bandeiras das portas de acesso às diferentes secções e em certas peças de mobiliário fixo; nas peças de cantaria das escadarias principais; ou nos arcos abatidos das salas de estar.

Relativamente ao mobiliário utilizado no início do século passado, não há registos fotográficos ou escritos que permitam a sua análise profunda. Muito pouca mobília original é hoje visível no *Asylo* e a maioria são armários ou estantes fixos nas zonas de serviço. Ainda

permanecem algumas estruturas de camas empilhadas nas camaratas e mesas-de-cabeceira, que embora não se podendo comprovar que tenham sido trazidas para a inauguração do edifício, aparecem no documentário *Gente do Norte ou a Historia de Vila Rica* (figura 63, p. 200).

No início deste estudo, foi mencionado um relatório produzido no âmbito da primeira visita ao edifício, nos dias compreendidos entre 17 e 19 de Outubro de 2014¹⁴⁰, a partir de informação recolhida no local – em reuniões, documentação, conversas e observações no local – e através livro *De Asylo a fundação. 100 anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*.

Os dados recolhidos nesse processo foram complementados com a leitura dos documentos relativos ao projecto do edifício em análise e são aqui apresentados, de forma actualizada e corrigida – em relação à sua original redacção –, sintetizando vários aspectos da construção e manutenção do edifício.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FUNDAÇÕES: De acordo com o ponto 1 das *Condições e encargos da empreitada geral para a construção do edifício destinado à instalação do Asylo Francisco António Meirelles*, a empreitada definia que “a demolição do edifício existente podendo o empreiteiro de acordo com o fiscal conservar os alicerces actuaes a parte que for aproveitavel ao novo edificio, devendo revestir essa parte que se aproveitar dos alicerces com uma camada de asfalto antes de prosseguir no assentamento da nova alvenaria” e que “todo o material da demolição ficara pertencendo ao empreiteiro que o utilizara na obra nova sempre que o fiscal assim o julgue em condições de servir.”¹⁴¹

As condições passaram também, no ponto 3, por definir que “todas as madeiras para esta construção cuja natureza não tenha sido determinada serão de casquinha de primeira qualidade.” E no ponto 5, ficou estipulado que “todos os materiaes necessarios para esta construcção serão de primeira qualidade e sempre submettidos à aprovação do fiscal.”¹⁴²

Sabemos que o cimento empregue terá sido o das marcas *Águia*, *Castello* ou *Mochó*, e que a areia para as argamassas de assentamento da alvenaria, emboços e rebocos terá vindo dos ribeiros de Santa Luzia. No entanto, a areia utilizada nos trabalhos mais finos terá tido

¹⁴⁰ Vid. documento 13.

¹⁴¹ Vid. documento 2.

¹⁴² Ibidem.

origem no Rio Sabor e a cal veio exclusivamente do Vale de Porca. Finalmente, a pedra utilizada na alvenaria foi o xisto das pedreiras que existiam perto do local da obra.

DRENAGEM: O sistema de drenagem do solo é capaz de ter sido aproveitado do sistema original do antigo convento, tal como as suas fundações.

Não existem registos sobre a existência de tubos de queda das caleiras alguma vez ter sido no interior das paredes e todas as fotografias encontradas mostram as fachadas já com tubos pelo exterior. No entanto, tudo indica que estes são posteriores à construção de 1913-1916: a existência de *courettes* na divisão das escadas adjacentes à fachada principal (onde até se verifica o apodrecimento da madeira dos degraus, possivelmente devido a infiltrações na parede) e no pátio-jardim; a presença de indícios de uma caleira anterior; e o facto de os frisos das fachadas e de os degraus da escadaria principal de acesso ao edifício terem sido “recortados” para o encaixe dos tubos.

PAREDES E RODAPÉS: Aquando da construção, especula-se que o exterior tenha sido revestido por uma argamassa cinzento-azulada e, em obras de beneficiação posteriores, pintado por duas vezes. Nos trabalhos de manutenção de 1925, para o exterior foi «proposta a reparação das paredes em *reboco a pardo e a estuque*; dos socos, em *argamassa de cimento* e das fachadas “a pintar a tinta de óleo de linhaça em três demãos na cor existente”¹⁴³.

O interior do edifício foi pintado, pelo menos duas vezes. A partir da observação das camadas de tintas presentes nos acabamentos das paredes em diversas divisões, presume-se que a cor predominante original dos interiores terá sido rosa (reboco com cor); depois terá sido pintado com um rosa mais escuro e finalmente, amarelo. Em 1925, segundo o *Caderno de obras a realizar no edifício do Asylo Francisco António Meirelles, de Moncorvo e respectivos encargos e condições* – publicado no livro de comemoração do centenário da Fundação –, as paredes interiores com falhas foram reparadas com “reboco a pardo e a estuque, com côr na massa”. Qualquer azulejo ou mosaico caído ou danificado foi substituído.¹⁴⁴

As pedras utilizadas na alvenaria das paredes da cave (figura 55, p. 199) possuem marcas que indiciam a sua reutilização neste local. As pedras encontram-se picadas, mas não rebocadas o que pode indicar que terão sido retiradas de um local onde se encontravam

¹⁴³ FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., p. 118.

¹⁴⁴ Idem, p. 115.

revestidas com reboco. Este facto pode evidenciar o reaproveitamento de materiais resultantes da demolição do convento, mencionada na empreitada.

Os mosaicos de revestimento, na entrada, não aparentam pertencer ao projecto original, devido à sua qualidade e falta de enquadramento com os restantes revestimentos.

Todos os cantos das paredes e dos rodapés são curvos (não apresentam arestas), para facilitar a limpeza.

PAVIMENTOS: O pavimento original do edifício foi construído em soalho – pinho (casquinha?). Posteriormente, foi coberto, em certas divisões, por placas de aglomerado revestidas a vinil.

ELEMENTOS ORIGINAIS: O pátio-jardim foi coberto em 1913 por vidro fosco em armação de ferro.¹⁴⁵ Qualquer reparação ou substituição previa-se, de uma forma geral, utilizando sempre os mesmos materiais, portanto qualquer utilização de vidro aramado, visível hoje em dia, corresponde a uma intervenção muito mais recente.

As varandas do alçado principal, denominadas “galerias” na memória de 1912, já possuíam escadas e guardas em ferro, embora o desenho das placas metálicas que constituem os cobertores não apresente a mesma qualidade identificável no restante edifício.¹⁴⁶

OUTRAS OBRAS DE BENEFICIAÇÃO: Segundo a obra de Adília Fernandes¹⁴⁷, em Junho de 1925, o edifício sofreu obras de manutenção: restaurou-se o reboco das paredes e o estuque dos tectos, canalizações e esgotos; recolocaram-se azulejos caídos; trocaram-se torneiras; o mobiliário, os depósitos de água dos sótãos e todas as divisões do asilo que tinham sido intervencionadas foram pintados, de modo a não haver manchas de cor diferente; substituíram-se vidros partidos; houve intervenções profundas na cozinha, nas copas e na casa das máquinas. No exterior, reparou-se o reboco e os socos e pintaram-se todas as grades de ferro: guardas de varandas, escadas, guardas de escadas e o portão de entrada da estrada. Nos telhados, foram reparados os espigões e substituíram-se as telhas e vidros das clarabóias partidos. As escadas principais exteriores foram igualmente reparadas.

¹⁴⁵ Idem, p. 82.

¹⁴⁶ Idem, p. 118.

¹⁴⁷ Idem, pp. 115-120 (*vid.* cap. XIII: «O edifício – Outras obras»).

Em Maio de 1936, construíram-se a “casa de suínos” e os muros da cerca; foram colocadas novas caleiras, repararam-se beirais, rebocos e estuques interiores e exteriores e socos; substituíram-se telhas e vidros partidos, restaurou-se novamente a escadaria principal e pintou-se os ferros.

Em Julho de 1963, as obras visaram a remodelação do *Asylo*. No projecto, previa-se a construção de um pavilhão para inválidos – hoje localizado a Este do edifício principal –, a eliminação de dependências desnecessárias e um melhoramento dos espaços destinados à alimentação. Mais uma vez, as obras passavam por restaurar os revestimentos interiores e exteriores, as pinturas, madeiras e caixilharia.

5.1. Compreendendo o edifício

Neste capítulo, são propostas duas abordagens de comparação do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* com outros exemplos: num primeiro momento, são descritos exemplos da arquitectura higienista francesa, numa tentativa de se compreender como foi a assimilação dos seus ideais iluministas e das *salles d’asile* pela arquitectura portuguesa, que seguiu assumidamente os seus preceitos.

Numa segunda fase de análise comparativa, o cotejo prende-se com obras do arquitecto Miguel Ventura Terra, numa tentativa de comprovar a sua participação neste projecto. Poder-se-ia confrontar o *Asylo* com outros edifícios em Portugal de carácter semelhante, mas como se verifica a partir do enquadramento histórico realizado no início deste estudo, poucos foram os edifícios desenhados de origem com o propósito de providenciar asilo e ainda menos são os registos gráficos existentes: após o primeiro estudo para instituição de salas de asilo em Portugal, na década de 1830, se ter mostrado praticável, começaram por ser adaptados conventos, antigas escolas ou outros edifícios desactivados para este propósito.

Os primeiros registos de um edifício projectado de raiz para desempenhar funções asilares surgem cerca de trinta anos mais tarde: o *Asilo D. Pedro V, para a Infância Desvalida do Campo Grande*, da autoria de Achille Rambois (1810-1882) e Giuseppe Cinatti (1808-1879)¹⁴⁸. Este edifício ficou concluído em Setembro de 1857, enquadrando-se no espírito liberal e filantrópico, de cunho marcadamente cristão: a sua actividade caracterizava-se pelo apoio ao

¹⁴⁸ RIBEIRO, José Silvestre. – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo X. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1882, p. 258.

alojamento, à alimentação, ao vestuário e à instrução de raparigas; foi concebido como um internato, com capacidade para receber até 100 educandas ao mesmo tempo.¹⁴⁹

No entanto, as datas de construção e as motivações para a execução destes primeiros asilos são muito anteriores às do edifício em estudo neste trabalho, para que seja lógico realizar uma comparação formal das estruturas. Mesmo que esse não fosse o caso, a inexistência de desenhos técnicos ou outros registos gráficos, torná-la-iam impossível de qualquer forma.

5.1.1. Paralelos comparativos no estrangeiro

Sabendo que o republicanismo português terá herdado as doutrinas políticas e sociais das revoluções francesas do século XVIII e XIX – que defendiam ideais de modernidade, de livre-pensamento e a necessidade de educação da população visando o progresso e a ordem, com o objectivo final de criar uma sociedade mais justa e democrática –, compreende-se que também os modelos arquitectónicos franceses de carácter assistencialista, como os equipamentos sociais que aqui são analisados, tenham tido influência nas soluções adoptadas pelo governo e arquitectos portugueses, quando estas eram solicitadas.

Nesta fase, pretende-se, com a análise comparativa do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* face aos primeiros modelos das *salles d'asile* francesas, compreender as bases que estiveram na origem deste e em que moldes foram aplicadas. No entanto, antes de se partir para os exemplos de comparação, é necessário fazer um pequeno enquadramento de modo a entender o que eram e como funcionavam.

As *salles d'asile*, segundo o artigo 1.º do Decreto Orgânico de 21 de Março de 1855 relativo à sua criação, citado por Félix Narjoux, são “estabelecimentos de educação onde as crianças dos dois sexos, dos dois aos sete anos recebem os cuidados que reclama o seu desenvolvimento físico e moral.”¹⁵⁰

Em França, continua explicando Narjoux, estas instituições essencialmente filantrópicas eram destinados à educação das crianças e não à sua instrução, devendo preparar as crianças

¹⁴⁹ ASSOCIAÇÃO D. PEDRO V – História da Associação [em linha] [Consultado a 6 de Setembro de 2015]. Disponível em WWW: http://www.associacaodpedrov.pt/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=24&Itemid=263&lang=pt.

¹⁵⁰ “Décret organique concernant les salles d'asile, 21 mars 1855” in NARJOUX, Félix. – *Écoles primaires et salles d'asiles : construction et installation à l'usage de MM. les maires, délégués cantonaux et membres de l'enseignement primaire*. Paris : Vve. A. Morel et Cie. Ch. Delagrave, 1879, p. 131. [Tradução livre].

para a escola primária, que frequentariam mais tarde, sem tomarem a vez de uma escola elementar, pois isso seria desviá-las completamente do fim para o qual foram criadas: assistir às crianças, inculcando-lhes hábitos de ordem, de disciplina e de higiene, enquanto os seus pais se encontram afastados pelo trabalho quotidiano – não as podendo conservar consigo –, e providenciando-lhes educação moral e religiosa através de “elementos de instrução religiosa, leitura, escrita, cálculo verbal e desenho linear; conhecimentos gerais ao alcance das crianças; trabalhos manuais apropriados à sua idade; cânticos religiosos; exercícios morais e exercícios corporais”¹⁵¹, que lhes fortificavam o corpo e preservavam a saúde.

Inicialmente, e à semelhança do que aconteceu mais tarde em Portugal, as salles d’asile foram recebidas, em França, com alguma desconfiança, mas depois acabaram por superar as expectativas face ao bem gerado. O facto de não terem sido bem acolhidas logo de início prende-se com a sua denominação que lembrava esses “refúgios oferecidos à miséria ou destinados a recolher a infância culpada” e não punha em evidência a ideia da educação que aí se proporcionava.¹⁵²

As salas de asilo foram instaladas inicialmente junto das grandes cidades industriais: era nesses locais, mais do que em quaisquer outros, que o trabalho afastava e ocupava “as mães durante o dia, obrigando-as a deixar as suas crianças privadas dos cuidados necessários, abandonadas a si próprias, ou, o que talvez seja pior, entregues ao perigo de um labor demasiado precoce.”¹⁵³ Mais tarde, alastraram-se a todos os grandes centros e às comunas rurais, quando as suas administrações tiveram possibilidades de fazer face a essa despesa.

Os primeiros registos relativos a estas instituições remontam a 1771¹⁵⁴, embora antes já existissem locais, em França, onde, em troca de uma pequena retribuição mensal dos pais, senhoras tomassem conta das crianças. No entanto, estes lugares, sem qualquer tipo de regulamentação, não tinham as mínimas condições de salubridade e higiene e chegavam mesmo a carecer de utensílios e mobiliário.¹⁵⁵

Ainda assim, foi apenas em 1827, que Denys Cochin¹⁵⁶ conseguiu que estas instituições caritativas passassem a ser regulamentadas pelo Estado e, deste modo, fundadas e geridas

¹⁵¹ Idem, p. 132. [Tradução livre.]

¹⁵² GOSSOT, Émile. *Les Salles d’asile en France et leur fondateur Denys Cochin*. Paris: Didier, 1884, p.3.

¹⁵³ NARJOUX, Félix. – “Titre II. Salles d’asile. 1. Renseignements généraux”. in *Architecture communale*. Vol I. Paris: Vve. A. Morel, 1870, p. 41 [Tradução livre].

¹⁵⁴ GOSSOT, Émile. *Op. cit.*, p. 5.

¹⁵⁵ Idem., p. 1.

¹⁵⁶ Jean-Denis Cochin (1789-1841) foi presidente da junta do *XII^e Arrondissement* de Paris e, mais tarde, secretário do Conselho Municipal. Foi membro do Conselho Geral dos Hospícios, administrador das

tanto com dinheiros públicos, como pela beneficência particular. Em 1833 publicou o *Manuel des Salles d'Asile*, que se tornou o código indispensável da instituição e o guia mais seguro do método.¹⁵⁷ Nele, Cochin definia que:

É para suprimir os cuidados, as impressões, os ensinamentos que cada criança deveria receber da presença, do exemplo e das palavras de sua mãe, que pareceu necessário abrir as salas de hospitalidade e de educação, a favor da primeira idade.¹⁵⁸

Em 1853, surgiu o *Guide des salles d'asile*, pelo punho de Camille Jubé de la Perrelle: uma evolução natural do manual de Cochin, que continha a legislação que regulava esses estabelecimentos, as instruções para a sua construção e considerações sobre o método de ensino intelectual, moral e físico.

Neste guia, Perrelle explicava a importância de um edifício bem estabelecido e dava alguns exemplos – que considerava serem as melhores disposições – de soluções para salas de asilo: um quadrado perfeito; um rectângulo, em que um dos lados menores deveria servir de fachada; ou um rectângulo, em que um dos lados maiores cumpriria essa função¹⁵⁹.

Nas páginas seguintes, Perrelle descreve como deveriam ser organizadas cada uma das soluções propostas e sempre com medidas padrão para cada elemento: define edifícios com acessos principais centrados na fachada e com uma pequena galeria para evitar, na transição, a exposição directa aos elementos – que se repetirá nos pátios exteriores. No interior, um vestíbulo central separa a sala de aulas da sala de recreio e funciona como local de arrumação de “todos os objectos que não servirão à aprendizagem do momento e também as diversas vestimentas de saída das crianças”¹⁶⁰, estando munido de sistemas de prateleiras e cabides.

Caixas de Poupança, do *Mont-de-Piété*, da Comissão para os interesses da Rive Gauche, da Comissão pela reforma das prisões, pela deslocação da biblioteca Sainte-Geneviève, e da Comissão pela fundação da colónia de Mettray. Fundador de uma casa de refúgio para a qual reuniu uma soma de 700 mil francos. Foi administrador dos caminhos-de-ferro de Orléans, membro da Sociedade para a Instrução Elementar e encarregado de reorganizar o hospício dos Quinze-Vingts (cujas reformas lhe sobreviveram). Foi eleito três vezes deputado pelo voto espontâneo dos eleitores do seu *arrondissement*. cf. GOSSOT, Émile. *Op. cit.*, p. 107.

¹⁵⁷ GOSSOT, Émile. *Op. cit.*, p. 105.

¹⁵⁸ Jean-Denis Cochin apud GOSSOT, Émile. *Op. cit.*, pp. 108-109.

¹⁵⁹ JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille. – *Guide des salles d'asile, contenant: 1e la législation qui régit ces établissements, 2e des instructions sur leur construction et leur chauffage, 3e une explication complète de la méthode d'enseignement, 4e des considérations spéciales pour l'éducation physique, intellectuelle et morale de la première enfance*. 2e éd. Paris: Librairie de L. Hachette, 1853[1848], p. 51.

¹⁶⁰ Idem, p. 52 [Tradução livre].

Neste eixo central encontrar-se-á igualmente a cozinha, que “permitirá ou aquecer os alimentos trazidos pelas crianças, uma vez que eles não serão alimentados no asilo, ou preparar a sua sopa, se, o que é bem preferível, adaptássemos para o estabelecimento o sistema da alimentação fornecida pelo asilo contra retribuição”.¹⁶¹

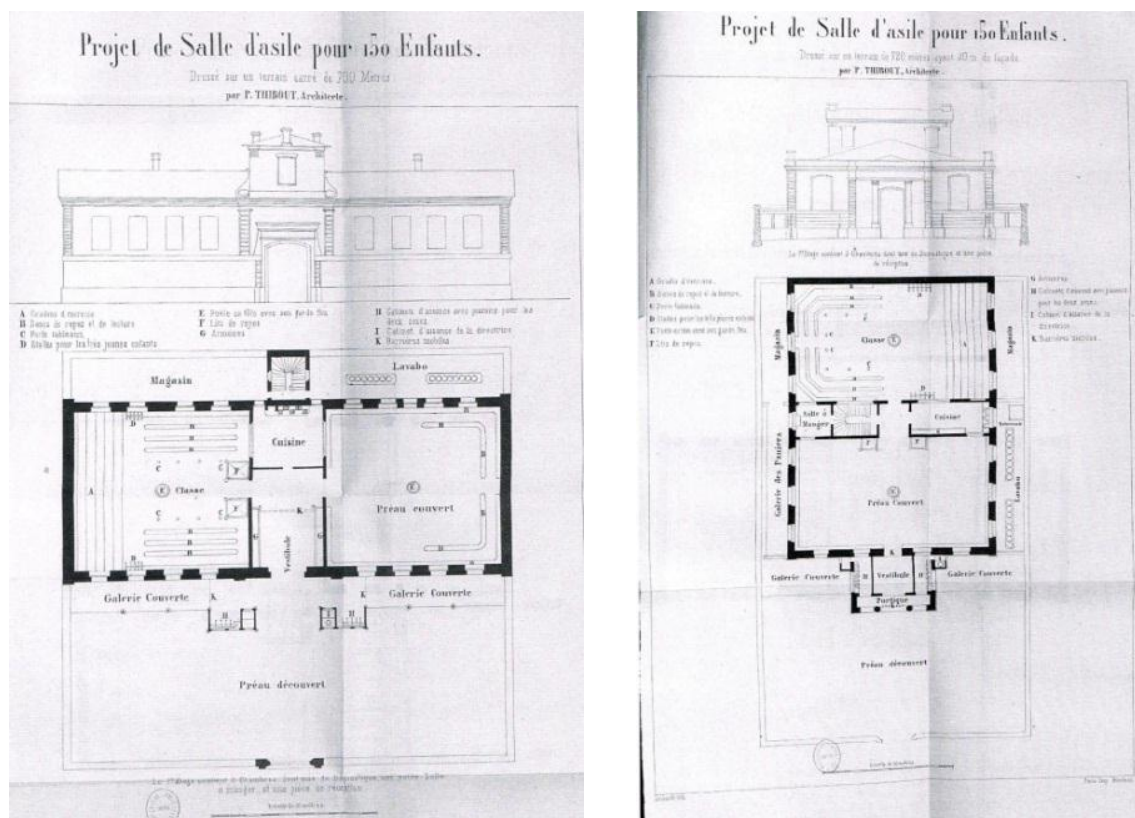


Fig. 26 – Exemplos dados por Camille Jubé de la Perrelle, como salas de asilo ideais

Na sala de aula, existiriam duas camas para repouso, bancos corridos e em estrados, um calorífero e mobiliário comum de salas de aulas, como quadros de ardósia ou ponteiros. No pátio coberto, mais bancos e outro calorífero. “Em todos os locais onde as crianças poderão sentar-se, na sala de aula ou no pátio, as paredes deverão estar revestidas por lambris de madeira a fim de que elas não possam ter as costas contra a pedra, de que o frio e humidade seriam prejudiciais à sua saúde.”¹⁶² Nas traseiras, junto à cozinha, uma despensa e os lavabos para as crianças, compostos por filas de bacias construídas de maneira a que as crianças pudessem facilmente aí lavar as mãos e o rosto, aprendendo assim os primeiros passos de higiene pessoal.

¹⁶¹ Idem, p. 53 [Tradução livre].

¹⁶² Idem, p. 54 [Tradução livre].

Já os sanitários seriam sempre localizados no exterior e separados do edifício principal – mas com acesso coberto –, de forma a permitir a ambos os espaços a maior salubridade possível e construídos de forma a ser sempre possível supervisionar as crianças:

Os gabinetes de alívio requerem uma atenção muito especial: bem estabelecidos, servirão fortemente para incutir nas crianças hábitos de decência e de higiene [...]; mal construídos, têm um efeito moral desastroso, e, do ponto de vista higiénico, apresentam os mais graves inconvenientes pelos gases nocivos que deixam escapar.

O seu número deve representar cerca de um décimo das crianças admitidas; deve haver um lado reservado às meninas e um lado afectado aos meninos...¹⁶³

À semelhança do que acontece em Torre de Moncorvo, era no piso superior que se deveria encontrar o apartamento da directora, ocupando o mesmo espaço correspondente ao vestíbulo, no rés-do-chão, e que seria composto pelo número de divisões essenciais às necessidades do serviço.

Também a volumetria das divisões, o aquecimento, a ventilação e o mobiliário – disposto visando a máxima disciplina – são alvos de minuciosa descrição, demonstrando um profundo conhecimento sobre as necessidades de renovação de ar dentro do edifício e as técnicas a aplicar na sua manutenção.

As dimensões que constam no regulamento geral das salas de asilo foram calculadas de maneira a permitir a execução dos exercícios e “a deixar a cada criança a quantidade de ar necessária à sua respiração”, reconhecendo, no entanto que isso não seria o suficiente para conservar um ambiente sadio, sendo necessária, a renovação desse ar, através da abertura das janelas – quando o bom tempo o permitisse –, da rotação na utilização dos espaços (sala de aula - sala de recreio - pátio) e da utilização de aparelhos simples e económicos e de fácil utilização, como os caloríferos.¹⁶⁴

Esses caloríferos funcionariam a par de um sistema de respiradouros introduzidos na construção do edifício: o ar frio do exterior entraria por um tubo ligado à parte inferior do aquecedor e seria, depois de aquecido, libertado para o interior da divisão, “empurrando” o ar viciado pelas aberturas em torno da sala, que ligariam a um ducto, por onde seria expulso.

Quando fosse necessária a ventilação sem aquecimento e não se pudessem abrir as janelas, bastaria produzir “uma elevação de temperatura na chaminé de alimentação, [que] o ar

¹⁶³ Idem, pp. 57-58 [Tradução livre].

¹⁶⁴ Idem, pp. 60-62.

exterior introduzir-se-ia na divisão pelo intervalo que se encontra entre cada forno e seu invólucro, e que este ar, depois de ter atravessado a divisão, escaparia pela chaminé.”¹⁶⁵

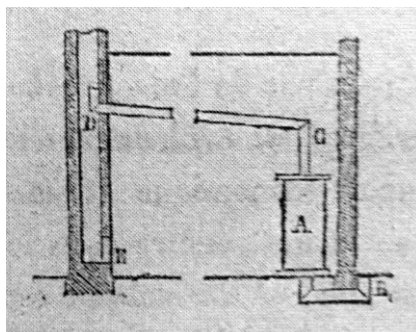


Fig. 27 – Calorífero

Após as suas descrições, Perrelle frisa a primordial função das salas de asilo, como já descrita anteriormente, mas explicando agora as consequências da sua manipulação para outros fins.

É preciso não esquecer, nunca o repetiremos demais, que as salas de asilo não são escolas; que o que aí é preciso fazer sobretudo e, por assim dizer, unicamente, é educar. [...] e todos aqueles que vêem nesta instituição outra coisa senão educação não compreendem dela nem o fim nem os meios. A instrução não pode, não deve, com efeito, ser senão secundária [...]. Dos dois aos seis anos, a inteligência da criança deve ser desenvolvida de uma maneira geral numa ordem de ideias que lhe ensine a vida, que lhe incuta hábitos honestos, que lhe trace uma linha de conduta segura para o futuro; não se trata de criar no asilo esses pequenos sábios que repetem sem compreender uma lição de geografia, história ou de catecismo. [...] Terão bem tempo de receber instrução mais tarde; as escolas primárias existem para lhas dar assim que atingirem a idade conveniente. Aquilo que nos compete é a educação; aquilo para que devemos tender continuamente é o aproveitamento destes primeiros anos, ainda virgens de más impressões para desenvolver tudo o que é bem nos instintos da criança e impedir que o mal tome lugar no seu coração e no seu espírito.

Se, ao contrário, se quiserem ocupar da instrução das crianças do asilo todos estes resultados se vos escaparão por sua vez. Como não poderão chegar a qualquer resultado senão com os mais velhos, [...] resulta que cinco sextos das vossas crianças são votadas ao abandono [...]. Se finalmente conseguirem ensinar-lhes quase a ler e a escrever os seus nomes, chegareis a qualquer coisa bem mais grave ainda: suprimir-lhes-eis completamente o ensinamento da escola, dado que os seus pais se contentarão com esta instrução mais do que modesta, para

¹⁶⁵ Jean Claude Eugène Péclet apud JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille. *Op. cit.*, p. 70 [Tradução livre].

aplicá-los imediatamente a quaisquer trabalhos produtivos. Colaboreis assim ao aniquilamento, pelo abuso, das forças físicas da infância [...].

Outros tantos regulamentos foram criados, numa actualização constante das necessidades a que os edifícios deveriam responder. Embora mantendo sempre a mesma base de aplicação, no Decreto de 22 de Março de 1855, é possível observar novas preocupações relativas à edificação das *salles d'asile*: o artigo 4, por exemplo manifesta o dever de proporcionar boa iluminação natural, através da instalação de janelas, com caixilharia móvel, dos dois lados de cada divisão.

Os edifícios deveriam responder a uma miríade de condições, para poderem merecer o título de Salas de Asilo Modelo, relativas às dimensões das salas, do recreio e do mobiliário, aos sistemas de aquecimento e ventilação, à localização e organização dos lavabos e sanitários e às condições de conservação de todos os objectos dentro do asilo.

Foram escolhidos quatro exemplos de *Salles d'Asile Modèle*, das notas descritivas e respectivas ilustrações, reunidos por Félix Narjoux na sua obra *Architecture communale*:

- Sala de Asilo em Ancenis (Loire-Inférieur, França)¹⁶⁶

A sala de asilo em Ancenis é composta por duas alas, de um só piso, e separadas por um edifício central, de dois pisos. Nas alas estão instaladas as salas distintas para os rapazes e para as raparigas. As instalações das irmãs são no primeiro andar. Como, neste caso, as crianças não eram alimentadas pelo asilo, foi suprimido o refeitório e a cozinha. As salas são acompanhadas do seu pátio interior e precedidas de um vestíbulo.

A construção é muito simples e a diferença de aspecto dos edifícios destinados à habitação ou às salas permite entender a sua hierarquia.

Observando as plantas, e à semelhança do que acontece no *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, verifica-se um grande número de vãos – de grandes dimensões, relativamente ao restante edifício –, que iluminam ambos os lados de cada ala, maximizando a entrada de luz natural e a ventilação cruzada. Finalmente, para aumentar a altura das salas e cumprir a altura regulamentar mínima de 4,00 m, os tectos destas salas reportam à parte inferior das asnas do

¹⁶⁶ NARJOUX, Félix. – “Titre II. Salles d’asile. Notices Descriptives”. in *Architecture communale*. Vol. I. *Op. cit.* p. 44.

telhado e seguem a sua inclinação, conseguindo assim atingir uma altura de 5,30 m sem aumento da despesa de construção.

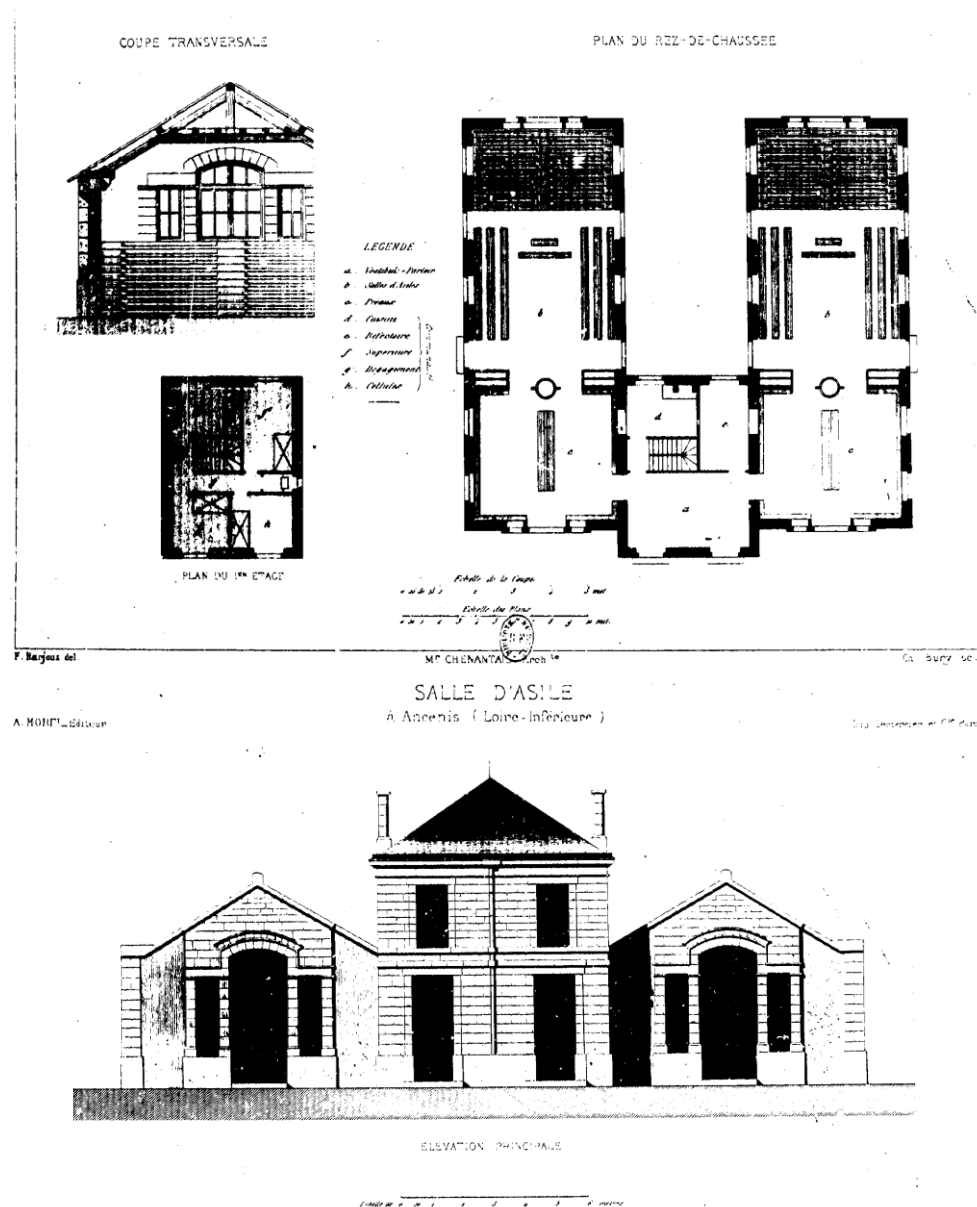


Fig. 28 – Corte transversal, plantas do rés-do-chão e do primeiro piso e alçado principal, s.d.

- Sala de Asilo de Bergeim (Bélgica)¹⁶⁷

Os regulamentos administrativos franceses exigiam, que a sala de asilo propriamente dita (de exercícios) fosse acompanhada de um pátio interior, cuja superfície devia ser igual à daquela sala e localizada à frente ou posteriormente a esta.

Neste exemplo, no entanto, localizado na Bélgica, em que não há este tipo de regulamentação, o arquitecto traçou a sala de asilo, com a superfície necessária, e depois envolveu-a com um largo pórtico, destinado a servir de pátio. Sob este pórtico, as crianças poderiam brincar e, graças à sua forma bem compreendida, fazer “fáceis e longos passeios”.

Outra vantagem desta disposição era providenciar maior isolamento térmico à sala de exercícios, protegendo-a com esta cintura, cujas janelas se abririam ou fechariam consoante as necessidades e a fim de deixar penetrar na sala todo o ar e toda a luz possível, através das suas também vastas janelas.

As restantes dependências apresentam uma configuração semelhante às já descritas ou à observada no asilo transmontano: a residência da direcção fica no piso superior e as zonas de serviço – cozinha, lavabos e sanitários, despensa, etc. – na zona posterior da construção.

Sabe-se que neste caso, em que o asilo foi resultado de beneficência particular, a construção foi especialmente cuidada e os materiais utilizados para esta obra foram – à semelhança do asilo transmontano – os de melhor qualidade possível, como o calcário resistente da região de Liège.



Fig. 29 – Alçado principal, s.d.

¹⁶⁷ Idem, pp. 47-48.

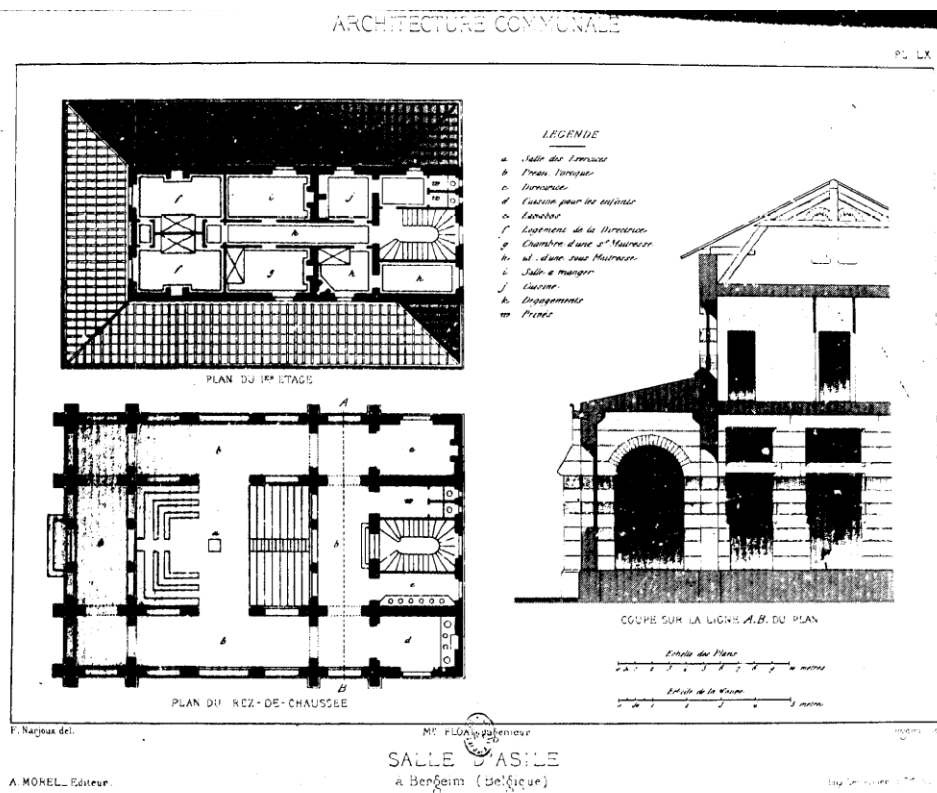


Fig. 30 – Plantas do primeiro piso e do rés-do-chão e corte transversal, s.d.

- Escola de raparigas e sala de asilo em Fontaines (Saone-et-Loire, França)¹⁶⁸

A escola de raparigas de Fontaines faz parte de um estabelecimento que contém uma “casa de caridade”, uma sala de asilo e uma escola de raparigas.

A casa de caridade, instalada no edifício central, compreende, no rés-do-chão, um vestíbulo, uma sala de espera, uma sala de consultas médicas, uma farmácia, uma enfermaria, a cozinha, o refeitório das irmãs, o gabinete da Superiora e, finalmente, uma capela com a sua sacristia. O primeiro piso é ocupado pela residência das irmãs.

A ala direita do edifício encerra o asilo propriamente dito, com o vestiário e lavabos, um grande pátio e, por fim uma sala de exercícios. A ala esquerda encerra a escola de raparigas. Esta escola compreende um vestiário, com lavabos e privadas, tendo um acesso directo para o recreio, e, por fim, uma sala de labores.

Mais uma vez, a simetria das plantas, a localização da residência da direcção e a abundância de vãos marca o paralelismo com o *Asylo* de Moncorvo. Neste edifício verifica-se pela primeira vez, e à semelhança do *Asylo*, a presença de uma sala de labores (oficina) e de uma capela, que recebe igualmente um lugar de destaque. Observando os alçados, verifica-se também a presença dos respiradouros junto dos rodapés.



Fig. 31 – Alçado principal, s.d.

¹⁶⁸ NARJOUX, Félix. – “Titre II. Salles d’asile. Notices Descriptives”. in *Architecture communale*. Vol. III. Op. cit. p. 13.

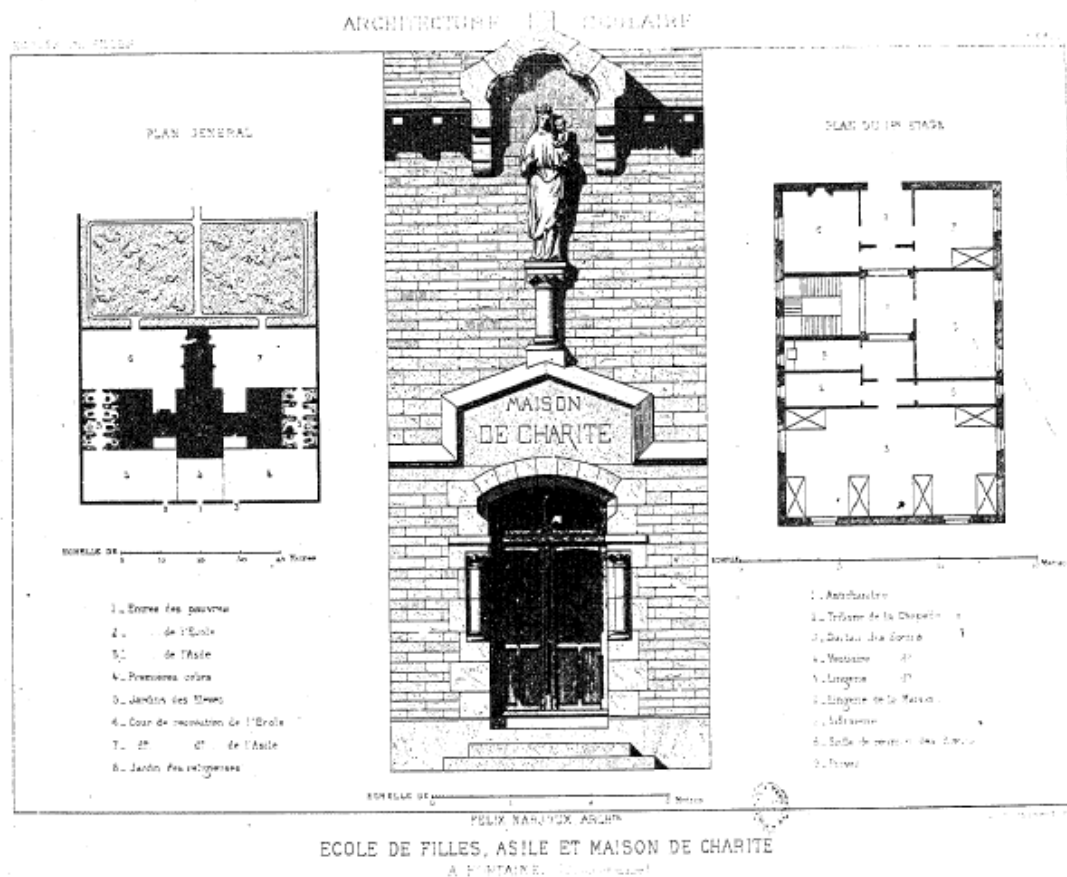
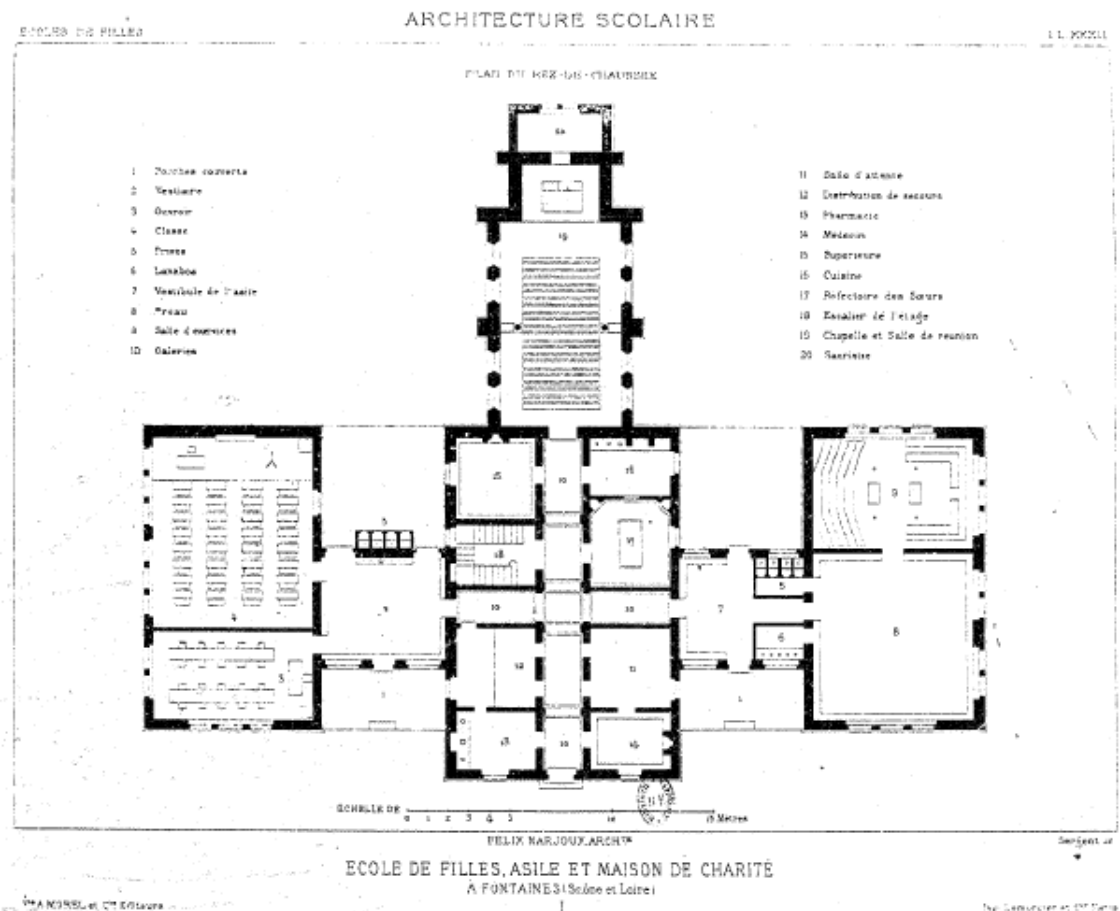


Fig. 32 – Plantas do rés-do-chão, geral e do primeiro andar; detalhe da entrada principal, s.d.

- Sala de asilo em Cerdon (Loiret, França)¹⁶⁹

Finalmente, a sala de asilo de Cerdon, provavelmente a de traçado mais tradicional. É composta por uma sala de exercícios e por uma escola de raparigas. Tanto a sala da escola como a sala de exercícios do asilo têm capacidade para 100 meninas, cada uma.

O pavilhão central encerra, no rés-do-chão, uma salão, dois vestíbulos – um para cada equipamento –, uma cozinha e uma sala comum para as irmãs. No primeiro piso, mais uma vez, fica situada a residência das irmãs, composta por uma sala de labores, quatro celas e uma lavandaria.

Os recreios são dispostos atrás do edifício e, para lá estende-se um jardim para as directoras.

Neste caso, a construção é muito simples e foram utilizados materiais do país: o sílex, os tijolos para a alvenaria das paredes, a pedra para os elementos estruturais, como os lintéis dos vãos, e carvalho para as asnas.

As principais semelhanças com o *Asylo Francisco Antonio Meirelles* são a implantação no terreno e a distribuição centralizada de serviços, separando as alas dedicadas às asiladas. No entanto, pareceu necessário mostrar como era organizada uma sala de asilos mais simples, mesmo se verificando a utilização da sala de recreio como sala de aulas de uma escola de raparigas – e a presença de dois recreios exterior de grandes dimensões –, neste caso particular.

De notar, uma última vez, a abundância de vãos e a simetria das plantas, providenciando uma excelente iluminação natural e uma eficaz ventilação cruzada.

¹⁶⁹ NARJOUX, Félix. – “Titre II. Salles d’asile. Notices Descriptives”. in *Architecture communale*. Vol. III. *Op. cit.* p. 17.

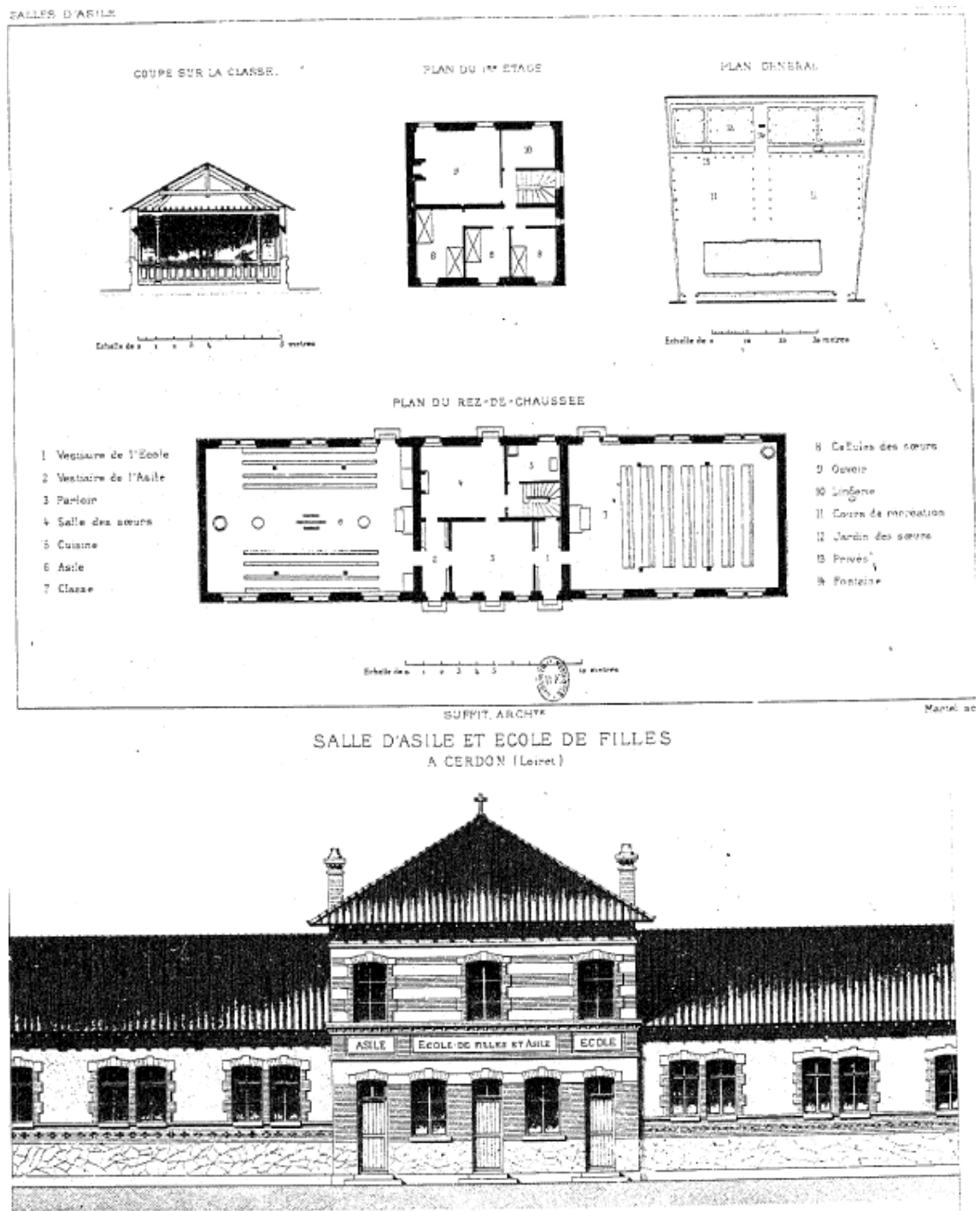


Fig. 33 – Corte transversal, plantas do rés-do-chão, do primeiro piso e geral e alçado principal, s.d.

5.1.2. Paralelos comparativos em Portugal

Com a análise comparativa do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, em relação à obra do arquitecto Miguel Ventura Terra, é pretendido averiguar se este se tratou ou não do seu autor, enquanto se compreende melhor a influência que a escola parisiense de Beaux-Arts teve no seu trabalho e neste edifício em particular.

Esta investigação não tem como objectivo substituir a anterior análise do *Asylo*, mas pôr em evidência alguns dos seus detalhes construtivos, identificáveis – de forma mais ou menos semelhante – noutras obras da mesma natureza, e especular a sua autoria, considerando que esta foi uma das questões de partida para este estudo e que no decorrer da investigação não foram descobertos registos que a confirmassem.

Foram seleccionados para este exercício quatro edifícios de Ventura Terra, localizados em Lisboa, pela natureza do seu programa, pelos elementos arquitectónicos de alguma forma análogos e à proximidade e facilidade de acesso:

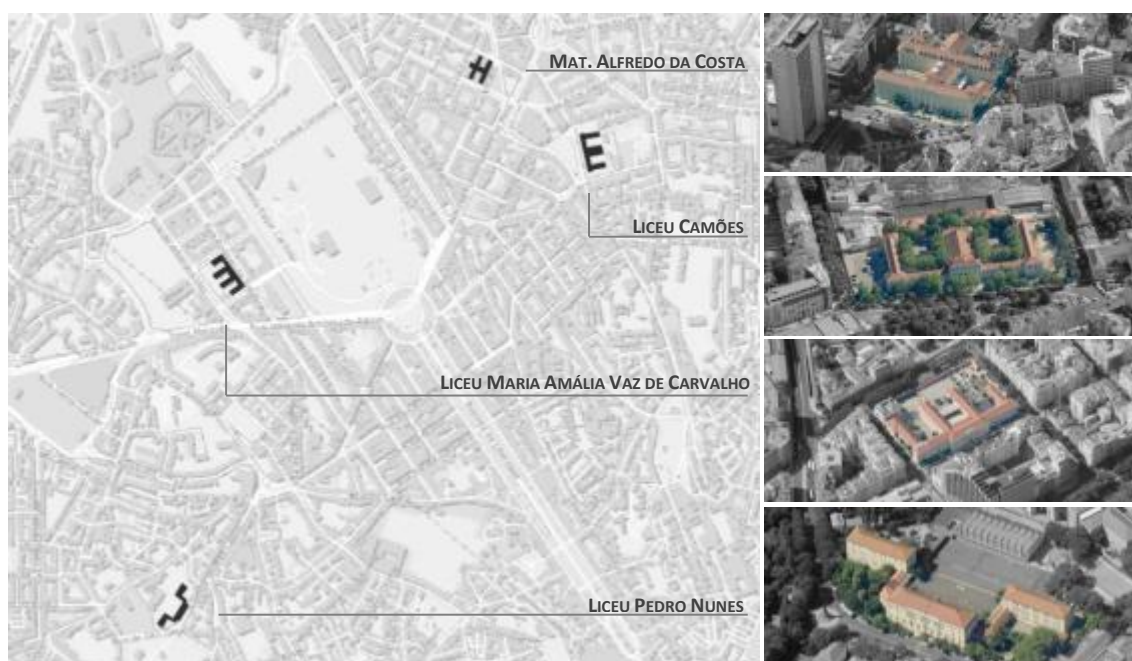


Fig. 34 – Localização das obras de Ventura Terra, em Lisboa; sem escala.

O Liceu de Camões (A), na Praça José Fontana, foi projectado em 1907 e o início da sua construção foi em 1908. A sua inauguração foi no dia 16 de Outubro de 1909¹⁷⁰;

¹⁷⁰ REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). *Op. cit.*, p. 465.

O Liceu Central de Pedro Nunes (B), situado na Avenida Álvares Cabral, foi projectado em 1908, para cerca de 600 alunos de ambos os sexos. A sua construção teve início em 1909 e foi inaugurado a 17 de Novembro de 1911¹⁷¹;

O Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (C), localizado na Rua Rodrigo da Fonseca, viu a sua construção dividida em duas fases: a primeira teve início em 1915 e prolongou-se até 1921. Após a morte de Ventura Terra, foi o arquitecto António Couto o responsável pela segunda fase do projecto, cuja construção recomeçou em 1930. O liceu feminino foi inaugurado em 1934¹⁷²; e

A Maternidade Alfredo da Costa (D), construída na Rua do Viriato, com o projecto de Ventura Terra de 1908. Foi inaugurada a 31 de Maio de 1932, com a lotação inicial de 300 camas, após duas décadas da constituição de uma Comissão de homenagem ao Professor Alfredo da Costa, em 1910¹⁷³.

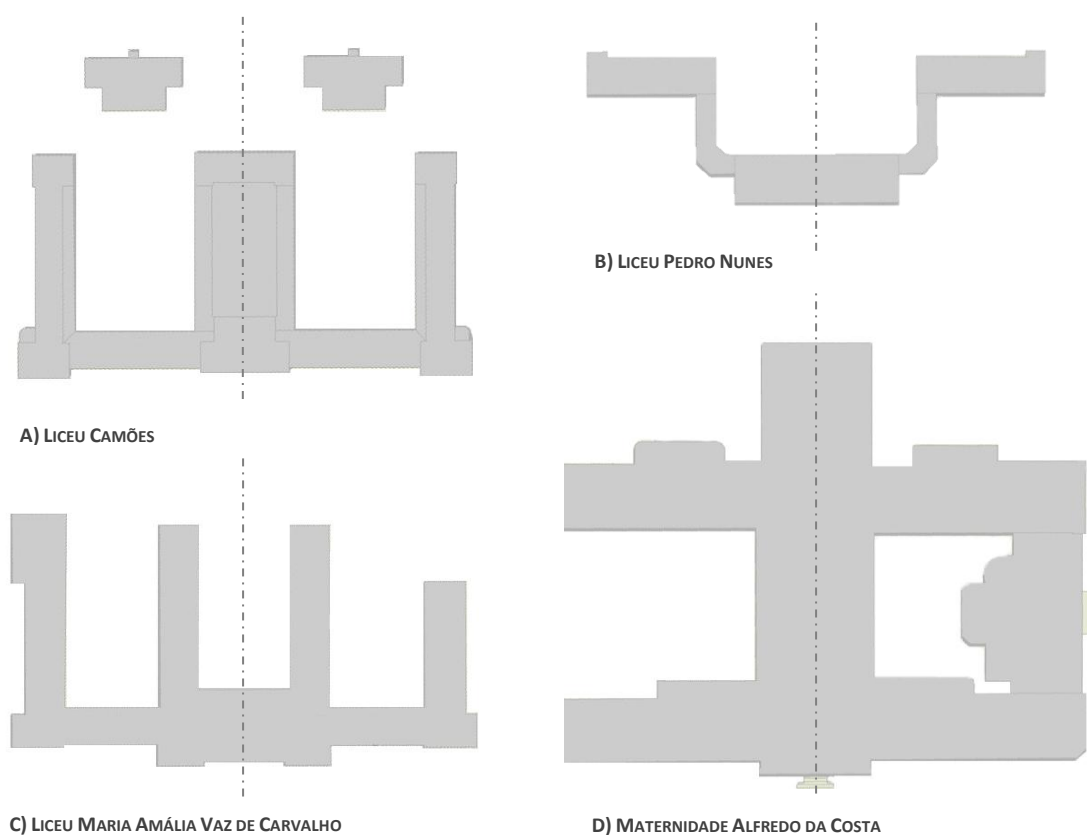


Fig. 35 – Configuração geral dos quatro objectos em análise

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² Idem, p. 466.

¹⁷³ Ibidem.

De uma forma geral, é possível encontrar semelhanças nas soluções adoptadas no desenho das plantas, no dos vãos e sistemas de ventilação acoplados, nas escadas e nas guardas metálicas.

Começando pela configuração geral destes edifícios (figuras 25 e 26), é de destacar a – já esperada – simetria das soluções. Contudo, esta não é uma característica exclusiva das obras de Ventura Terra: pode ser encontrada em qualquer projecto de arquitectura higienista, pelo facto de promover a ventilação cruzada e permitir uma maior disciplina e intuição na distribuição de dependências e usos – como observado no *Asylo Francisco Antonio Meirelles*.

Todos os edifícios são compostos por um corpo principal central e avançado em relação às alas que a partir deste se desenvolvem, paralela e/ou perpendicularmente, formando amplos pátios exteriores. Estes espaços, em conjunto com os recreios e ginásios interiores – existentes no *Asylo* –, constituem lugares privilegiados da arquitectura higienista, existentes para promover a actividade física dentro e fora de casa: todos os liceus aqui representados (figura 35) são providos de grandes pátios, visíveis nas plantas esquemáticas, e de ginásios interiores, localizados nos seus corpos centrais (os eixos marcados atravessam todos os ginásios presentes).

A partir de medições realizadas nos locais, conclui-se que os pés-direitos são todos superiores a 4,00m de altura, tal como acontece no edifício do *Asylo*, cujo piso principal (2.º pavimento) tem um pé-direito de 4,50m: a entrada da *Administração* do Liceu Camões apresenta um pé-direito de 4,15m, aproximadamente; os pisos de acesso dos Liceus Pedro Nunes e Maria Amália Vaz de Carvalho medem cerca de 4,30m; e os pisos principais, mais altos, aproximam-se de 4,50m; já na Maternidade, os pés-direitos são sempre superiores a 4,50m, chegando a atingir os 5,50m de altura nos quartos¹⁷⁴. De notar que estes pés-direitos duplicavam nos referidos ginásios, atingindo assim dimensões na casa dos 9-10 metros de altura.

Observando os alçados destes edifícios e os vãos que os compõem, são encontradas algumas constantes: à semelhança de Trás-os-Montes, são construções compostas por quatro pisos (três acima da cota do terreno e um semienterrado), sem contar com eventuais sótãos ou águas furtadas. No caso do Liceu Pedro Nunes, a entrada principal é feita pelo piso térreo

¹⁷⁴ As medidas dos pés-direitos da Maternidade Alfredo da Costa aqui referidas foram retiradas de um pequeno levantamento realizado pelos alunos Carlos Lima, Marina Charnock e Rosa Oliveira, da turma do MIAINTRE4A, no primeiro semestre de 2014/2015.

semienterrado, que ao manter a sua cota, se transforma em cave nas alas laterais – como sucede com o 1.º pavimento do edifício transmontano

As fachadas principais são rigorosamente simétricas em relação aos vãos centrais, contabilizando, portanto, janelas em número idêntico de cada lado. Também o traçado dos vãos é constante ao longo de cada piso de quase todo o edifício: a excepção encontra-se no avançado principal, onde os vãos mais elaborados se abrem para as divisões mais nobres dos edifícios, como as reitorias e as residências dos reitores, os salões, as bibliotecas, os auditórios ou os ginásios. As restantes fachadas dos diferentes edifícios apresentam então vãos mais simples, repetindo o mesmo desenho ao longo de cada piso, de acordo com a sua hierarquia: os pisos principais mostram vãos maiores com lintéis mais trabalhos e os restantes pisos – de entrada e superiores – têm como vãos versões simplificadas e de menores dimensões que os anteriores.



Fig. 36 – Vistas dos liceus Camões, Pedro Nunes, Maria Amália Vaz de Carvalho e da Maternidade Alfredo da Costa

Confrontando os alçados do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* (figuras 14-18) com os acima representados e estudando os vãos com mais pormenor, para além da sua distribuição semelhante, é possível observar certos paralelismos nos seus desenhos: todas as janelas são extremamente esguias, praticamente todas são compostas por duas folhas de abrir e uma

bandeira basculante – de uma a três folhas móveis. Cada folha de abrir nunca é composta por um vidro apenas, sendo dividida por uma ou duas travessas, conforme o edifício.

É frequente encontrar uma grelha de ventilação a acompanhar cada vão de janela, à altura do rodapé, no interior da divisão, numa reprodução quase idêntica da solução utilizada em Torre de Moncorvo. Em conjunto com o sistema de ventilação proporcionado pelas bandeiras das janelas, estas grelhas permitem um maior controlo sobre a renovação de ar nos espaços interiores, sem a necessidade de manter as folhas das janelas abertas.

Relativamente às proporções das “janelas-tipo” de cada edifício, não se encontrou nenhuma relação entre estas, mas considerando a diferença de escalas entre construções, as lotações programadas para cada um e até a dicotomia “cidade capital” - “vila do interior”, torna-se mais relevante o seu desenho do que a manutenção – ou aproveitamento – das dimensões entre construções. As marcações dos lintéis são semelhantes.



ASYLO (PRINCIPAL): 307 x 100 CM



A) SALAS DE AULA: 300 x 130 CM



B) ADMINISTRAÇÃO: 240 x 125 CM



ASYLO (LATERAL): 310 x 117 CM



C) PISO TÉRREO: 260 x 130 CM



D) QUARTO: 370 x 130 CM (APROX.)

Fig. 37 – Janelas do Asylo e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra

Continuando a equiparar os vãos do *Asylo Francisco Antonio Meirelles* com os edifícios dos Liceus de Lisboa, é verificada a presença de arcos abatidos de desenho similar (figura 29).

Também as soluções adoptadas para os acessos principais apresentam componentes comuns: portas com janelas – protegidas por elementos de serralharia semelhantes aos encontrados no restante edifício em que se encontram – e almofadas rectangulares (figura 30). No Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, é visível o mesmo prolongamento do lintel – desta vez, em pedra calcária –, até ao varandim da janela de sacada imediatamente acima.

De notar que apenas o *Asylo* apresenta uma bandeira sobre a porta, no entanto esta apresenta o mesmo arco abatido, visível noutros vãos dos edifícios lisboetas.



Fig. 38 – Arcos abatidos do *Asylo* e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra

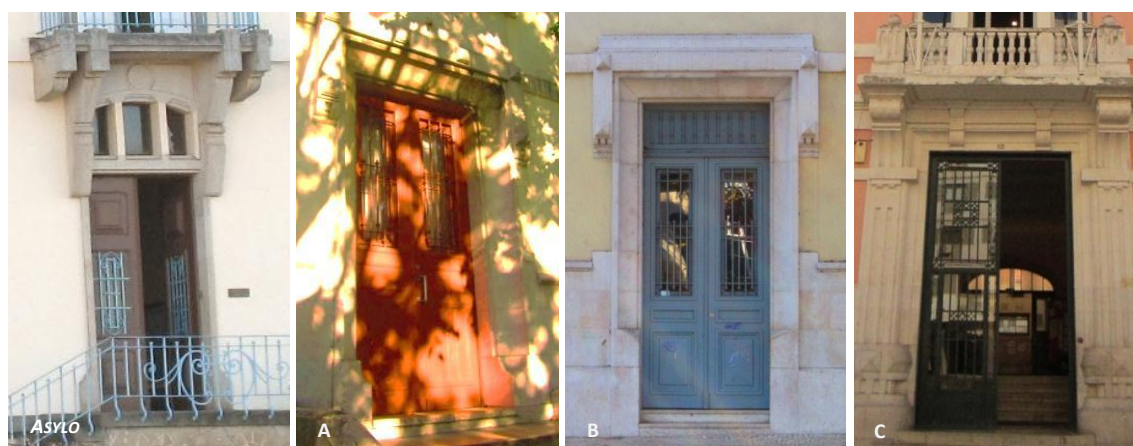


Fig. 39 – Portas de entrada do *Asylo* e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra

Por fim, é nas escadas e no trabalho de serralharia destas construções que se observam certos elementos que também fazem lembrar o *Asylo* de Torre de Moncorvo: os degraus de chamada das escadarias são sempre alvo de atenção especial por parte do autor, mesmo quando estas apresentam um carácter menos formal, como é o caso das escadas exteriores de acesso às galerias superiores, no Liceu Camões (figura 40A). Já nos outros dois exemplos, B e C, observam-se escadarias principais, mas que ostentam o mesmo tipo de cuidado nos degraus de chamada e princípio das guardas.



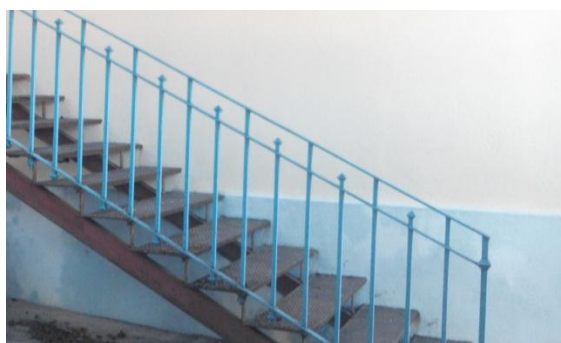
Fig. 40 – Degráus de chamada do *Asylo* e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra

As guardas metálicas das escadas e das galerias, que são observadas nos edifícios de Lisboa, são os pormenores que mais se assemelham ao que é visível no edifício de Francisco António Meireles.

De salientar que os pequenos elementos decorativos quadrangulares, encontrados nos balaústres metálicos que compõem as guardas das escadas e das galerias dos liceus, têm aproximadamente o mesmo tamanho, variando entre os 3,75 cm (como no Liceu Camões) e os 4,00 cm (como no *Asylo Francisco Antonio Meirelles*).



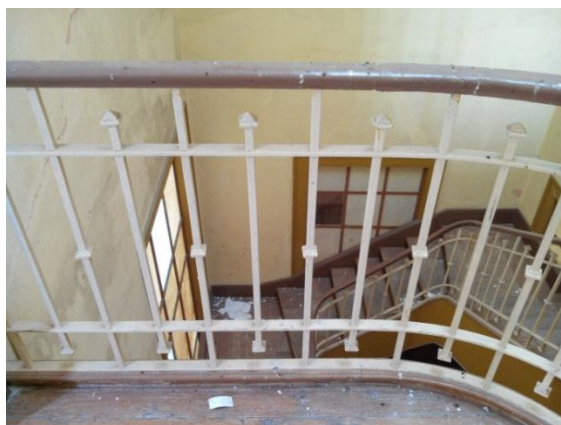
ASYLO: A-B-A-B



ASYLO: A-B-A-B



ASYLO: C-D-D-C



ASYLO: C-D-C-D



A) ESCADAS EXTERIORES: E-F-F-F-E

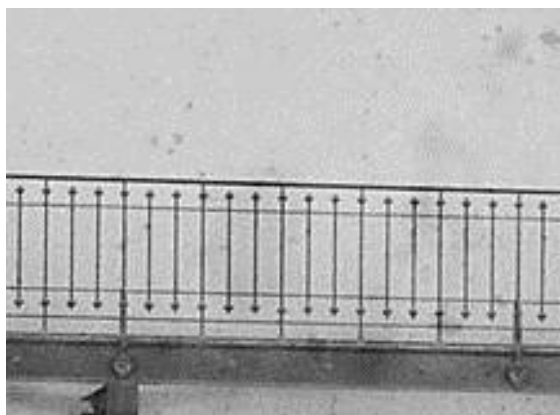


A) GALERIA DO PÁTIO: E-F-F-F-E

Fig. 41 – Guardas e esquemas de disposição dos balaústres metálicos do *Asylo* e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra



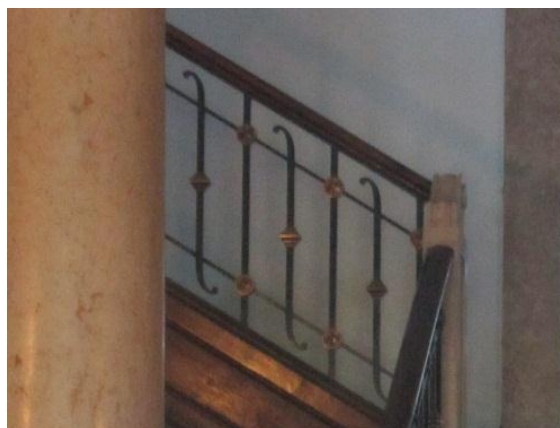
B) ESCADARIA PRINCIPAL: G-D-G-D



B) GINÁSIO: G-D-D-G (<https://www.flickr.com/photos/biblarte/>)



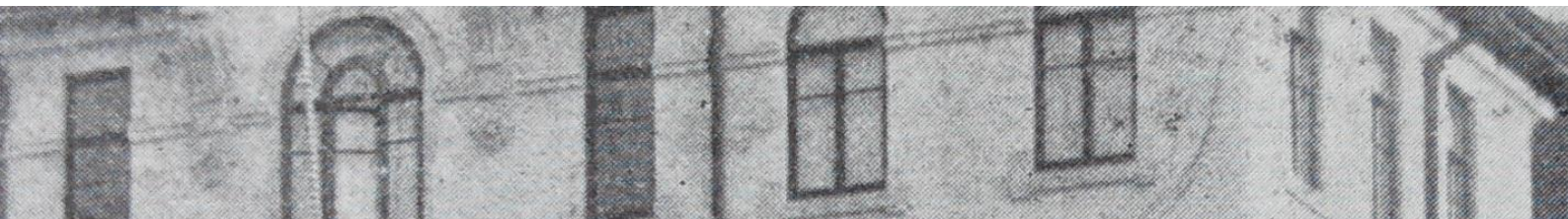
C) BIBLIOTECA: G-D-G-D



D) ENTRADA PRINCIPAL: H-I-H-I

Fig. 42 – Guardas e esquemas de disposição dos balaústres metálicos do *Asylo* e de outros edifícios desenhados por Ventura Terra (continuação)

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A presente dissertação científica em História da Arquitectura adoptou como objectivo principal a identificação e a interpretação das diversas leituras do edifício do antigo *Asylo Francisco Antonio Meirelles* de Torre de Moncorvo, de acordo com o projecto inicial.

Centrou-se nos diversos contextos de concepção, produção e recepção deste equipamento social, durante o período temporal que abrangeu naturalmente a génese da sua encomenda e a conclusão da sua execução, entre os anos de 1904 e 1916.

As fontes disponíveis para esta investigação resultaram de diversas pistas deixadas em aberto por outros estudos, mas que não produziram todos os resultados esperados, pelo que continuam a existir muitas lacunas de informação o que, no entanto, não inviabiliza o trabalho do historiador, antes se constitui como um desafio do ponto de vista interpretativo.

A história de uma construção é, antes de mais, a história das pessoas que concorreram a para a sua edificação e das pessoas para quem foi inicialmente pensada e erigida; daí só ser possível compreender a natureza de um edifício através do entendimento das acções de todos os intervenientes.

Neste caso, em particular, justificou-se começar por caracterizar a figura de Francisco António Meireles, o benemérito que, em primeiro lugar, idealizou este refúgio nas suas disposições testamentárias, numa tentativa de contribuir para o alívio da miséria que tomava conta da sua terra natal, nos últimos e conturbados anos da monarquia portuguesa.

Para entender como esta vontade de Francisco António Meireles deixou o papel e se materializou na encosta da Serra do Reboledo, foi necessário reconstituir todo o processo de elaboração da encomenda, nesse momento, a cargo do responsável pela execução do testamento deste benfeitor: António Caetano de Oliveira, de quem o perfil sócio-cultural e político, bem como as relações que terá mantido com outros participantes deste processo, terão sido determinantes para o sucesso desta empresa.

Entendeu-se que todos os que tomaram parte neste projecto, quando não se relacionavam directamente com Torre de Moncorvo ou com Francisco Meireles, por vínculos familiares ou profissionais, partilhavam, pelo menos, os mesmos ideais republicanos e filantrópicos e ocupavam posições de relevo na sociedade portuguesa. Por isso, supusemos as suas ligações à maçonaria, que não conseguimos comprovar, mas que pareceram ser muito prováveis.

Antes ainda de se fazer uma leitura detalhada deste edifício, houve a necessidade de o enquadrar, tanto no período em que surgiu – do ponto de vista social, político, económico e ainda religioso –, como de compreender o campo da arquitectura em que este equipamento se insere, fazendo uma resenha histórica da evolução da actividade caritativa e das diferentes soluções arquitectónicas que foram surgindo para responder às novas necessidades.

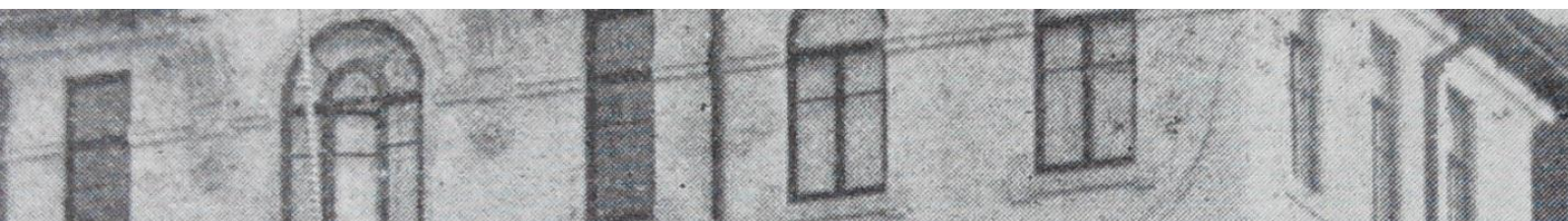
Concluindo-se neste ponto que o *Asylo* foi uma das consequências da importação da doutrina política e social das revoluções francesas do século XVIII e XIX, assente em ideais de modernidade, que almejavam o progresso e uma sociedade mais justa e democrática, através da resposta adequada às realidades sociais, económicas, políticas e ideológicas do país, pela promoção de medidas de defesa e desenvolvimento individuais, como a educação e o auxílio aos mais desprotegidos.

Propusemos abordar a autoria do projecto do *Asylo*, que poderia conter respostas a muitas questões relacionadas com a organização formal e programática do objecto. No entanto, durante o tempo em que decorreu a investigação, não foram encontrados registos documentais (manuscritos, impressos ou gráficos) que pudessem atribuir de forma inequívoca esta obra a um determinado arquitecto, pelo que se inverteu a abordagem a este tópico, e se partiu para a observação formal e funcional do projecto original – e identificação de posteriores alterações no edifício, ao longo do seu período útil –, através de descrições e meios digitais, para responder, entre tantas outras dúvidas, a esta problemática da autoria.

A conclusão a que se chegou, embora meramente especulativa, dada a falta de elementos que a corroborem, é a seguinte: o edifício moncorvense foi desenhado pelo arquitecto Miguel Ventura Terra. Quando regressou a Portugal, após ter cursado as Belas-Artes de Paris, instalou-se em Lisboa. Era um homem culto, de origem modesta, republicano assumido e profundamente preocupado com as questões relacionadas com o bem-estar social e, por isso mesmo, empenhado na transformação do seu país. Estas características, aliadas às semelhanças encontradas e explicitadas na análise comparativa entre a sua obra e o edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, sugeriram esta atribuição. A sua morte precoce, as dificuldades processuais ligadas à execução das disposições testamentárias de Meirelles e a falta de mão-de-obra local especializada e qualificada justificam alguns trechos que se apresentam ingénuos. Outras decisões, entretanto tomadas, nomeadamente em alguns outros detalhes, como revestimentos em azulejo, acentuam o ar modesto e austero do objecto, embora em termos de desenho não sejam essas as suas características dominantes.

Por sua vez, a análise comparativa entre o edifício transmontano e exemplos de arquitectura higienista francesa – construídos em França e na Bélgica – mostrou muitas conformidades entre si, comprovando a moderna ideologia republicana e higienista subjacente da sua concepção, que aliado ao seu traçado visivelmente influenciado pelo magistério das *Beaux arts* de Paris, faz com que *Asylo Francisco Antonio Merirelles* constitua, actualmente, um exemplo notável de arquitectura assistencialista, precursor(a) dos ideais da Primeira República.

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



APÊNDICE DOCUMENTAL, CRONOLOGIA E FIGURAS

APÊNDICE DOCUMENTAL

1

1908, 31 de Dezembro

Estatutos do Asylo Francisco Antonio Meirelles, em Moncorvo, publicados no Diário do Governo, pp. 765-767¹⁷⁴

Direcção Geral de Saude e Beneficencia Publica

2.ª Repartição

Sendo-me presentes os estatutos por que tem de se reger o asylo que na villa de Moncorvo deve ser fundado em cumprimento das disposições testamentarias do benemerito Francisco António Meirelles; e

Conformando-me com o parecer do Conselho Superior de Beneficencia:

Hei por bem aprovar os referidos estatutos, que com este decreto baixam assinados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, que assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 31 de dezembro de 1908. = REI. = Arthur Alberto de Campos Henriques.

Estatutos do Asylo Francisco Antonio Meirelles, em Moncorvo

CAPITULO I

Instituição do asylo

Artigo 1.º Por disposição testamentaria do benemerito Francisco Antonio Meirelles é criado na villa da Torre de Moncorvo um asylo, que se denominará Asylo Francisco Antonio Meirelles.

Art. 2.º Esta instituição é destinada a recolher os velhos e as crianças desamparadas de ambos os sexos da villa de Moncorvo, fornecendo-se-lhes alimentação e dando-lhes educação, instrucção e tratamento nas suas enfermidades.

Art. 3.º Uma parte do legado do instituidor será applicado pela commissão administrativa á acquisição de terreno e construcção do edificio onde convenientemente possam ser installados os asylados.

Art. 4º O edificio será dividido em quatro secções independentes constituindo um mesmo corpo, e cada secção terá capacidade para albergar vinte asylados de cada uma das especies designadas no artigo 2.º.

§ unico. As plantas do edificio só serão executadas depois de approvadas pelas estações competentes.

¹⁷⁴ Transcrição a partir do *fac-símile* publicado in FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*. Coimbra: Palimage, 2008. pp. 207-209. Não se introduziram alterações na grafia, na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

CAPITULO II

Fundo de dotação

Art. 5.º O fundo de dotação do asylo é constituído pelo remanescente da herança do testador nos valores em papeis de credito e dinheiro em poder do testamenteiro e depositados na Caixa Geral de Depositos, a adjudicar por sentença do juizo da 3.ª vara civil ao estabelecimento, e por qualquer donativo ou legados que de futuro venha a receber.

Art. 6.º A importancia em dinheiro do remanescente da herança será convertida em inscrições de assentamento e do mesmo modo o producto da venda d'aquelles titulos de credito que a commissão entender não ser conveniente conservar, reservando-se d'aquelle remanescente a somma que for julgada necessaria para a construcção e mobiliario do edificio, em conformidade com o artigo 3.º, e se d'ella houver sobras, serão capitalizadas nos referidos titulos de credito.

CAPITULO III

Admissão e saída dos interessados e disposições que lhes são relativas

Art. 7.º A admissão a saída do Asylo Francisco Antonio Meirelles tem lugar por despacho da commissão administrativa.

1.º Os requerimentos pedindo admissão nas 1.ª e 2.ª secções, velhos e velhas, serão instruidos com os seguintes documentos:

- a) Certidão de idade.
- b) Attestado de pobreza passado pelo paracho e administrados do concelho.

2.º Os requerimentos pedindo admissão na 3.ª e 4.ª secções, crianças do sexo masculino e feminino, deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Certidão de obito de pae e mãe ou pelo menos de pae.
- b) Certidão de idade não inferior a sete nem excedente a dez annos.
- c) Attestados de pobreza e desamparo passados pelo parocho e administrador do concelho.
- d) Attestados de vacina e de saude.

Art. 8.º Os internados das 3.ª e 4.ª secções terão baixa na matricula do asylo quando se dê alguma das seguintes circunstancias:

- 1.ª Quando completarem a idade de dezoito annos.
- 2.ª Por mau comportamento incorrigivel.
- 3.ª Por acquisição de doença contagiosa e incuravel que os impossibilite de permanecerem no internato.
- 4.ª Quando cessem as circunstancias de desamparo e se reconheça que podem prescindir do beneficio que o asylo lhes concede.

Art. 9.º Admittido que seja qualquer individuo no Asylo Francisco Antonio Meirelles ser-lhe-ha tomado o registo [fl. 766] na secretaria e submettido á limpeza geral, depois do que vestirá o uniforme do estabelecimento.

Art. 10.º A todos os internados será ministrada educação moral e religiosa e aos da 3.ª e 4.ª secções será também ministrado o ensino da instrucção primaria do 1.º grau, conforme o programma official.

Art. 11.º Quando os recursos pecuniarios do asylo o permittam serão montadas officinas para o ensino de officios que habilitem os internados a melhor procurarem um destino que lhes garanta os meios de subsistencia.

Art. 12.º Se por qualquer circumstancia não for possivel, ou não convir ter officinas proprias, o asylo poderá subsidiar os seus alumnos em outros estabelecimentos de caridade onde possam aprender officios.

Art. 13.º Os doentes serão removidos para o hospital da villa quando a natureza da doença assim o permitta; mas se por qualquer circumstancia não puderem ser ali admittidos ou á commissão isso não convenha, receberão tratamento nas enfermarias, contratando-se para este fim o pessoal necessario.

Art. 14.º os internados terão almoço, jantar e ceia, em quantidade sufficiente e de alimento de boa e sã qualidade.

Art. 15.º todo o serviço de limpeza do estabelecimento será feito pelos internados, tendo-se sempre em vista que a distribuição do serviço seja compativel com as forças e a idade de cada um.

Art. 16.º As crianças mais velhas da quarta secção tambem auxiliarão as vigilantes na conservação das roupas e objectos de vestuario.

Art. 17.º Os internados devem absoluta obediencia ao director e aos vigilantes.

CAPITULO IV

Administração e suas attribuições

Art. 18.º A administração do Asylo Francisco Antonio Meirelles tem a sua sede em Lisboa e imcumbem a uma commissão administrativa composta de tres membros de nomeação regia, e escolhidos entre os vogaes do Conselho Superior de Beneficencia Publica ou da entidade que a substitui-lo.

§ unico. A primeira commissão administrativa é porem composta do Conselheiro Antonio Augusto Pereira de Miranda, Frederico Pereira Palha, e Julio Henrique de Seixas, em conformidade com a portaria de 30 de agosto de 1907.

Art. 19.º As funções da commissão administrativa são gratuitas.

Art. 20.º A gerencia será por annos economicos e bem assim os orçamentos e as contas.

Art. 21.º Compete á commissão administrativa:

1.º Eleger entre si o presidente, o thesoureiro e o secretario.

2.º A arrecadação dos bens da herança do benemerito Francisco Antonio Meirelles, e o emprego do fundo de dotação de que tratam os artigos 3.º e 5.º.

3.º A cobrança dos rendimentos do asylo e determinar a sua applicação.

4.º Nomear e exonerar o pessoal encarregado da direcção interna do asylo, e fixar-lhe os respectivos vencimentos.

5.º Representar o asylo em juizo, ou fora d'elle, em todos os actos ou contratos em que tenha de intervir ou outorgar.

6.º Assinar a correspondencia dirigida ao Governo nos casos em que tenha por conveniente consultá-lo ou propor-lhe providencias que dependam de resolução superior e repute necessario adoptar.

7.º Autorizar todas as ordens de pagamento.

8.º Autorizar a collocação dos internados das 3.ª e 4.ª secções em quaesquer aprendizados, asylos ou officinas, e a concessão ou revogação dos respectivos subsidios.

9.º Resolver sobre a venda dos objectos pertencentes ao asylo e que tornem inuteis ao serviço do estabelecimento.

10.º Approvar a tabella pela qual se há de regular a alimentação dos internados.

11.º Organizar os regulamentos do serviço interno do asylo.

Art. 22.º As deliberações da comissão administrativa serão registadas em livro especial e tomadas por maioria de votos.

§ unico. A comissão administrativa poderá quando entender que o serviço assim o exige, ter um adjunto assalariado ao seu secretario, para o auxiliar nas funcções a seu cargo.

CAPITULO V

Direcção e suas attribuições

Art. 23.º Os serviços de inspecção, expediente e contabilidade do Asylo Francisco Antonio Meirelles serão dirigidos por um director com residencia obrigatoria e permanente no asylo.

Art. 24.º Compete ao director:

1.º Dar execução ao regulamento e a todas as determinações da comissão administrativa.

2.º Organizar, dirigir e inpeccionar o funccionamento de todos os serviços do estabelecimento.

3.º Montar e dirigir toda a escrituração, registo de entras e saidas dos internados, estatistica, etc.

4.º Organizar a tabella de alimentação para os internados e pessoal interno, e assistir diariamente ao abono d'ella.

5.º Redigir e assinar a correspondencia de expediente ordinario.

6.º Resolver os assuntos de inadiavel urgencia, dando d'isso conta immediata á comissão administrativa.

7.º Organizar os processos das contas annuaes de receita e despesa.

8.º Formular os orçamentos ordinarios e supplementares.

9.º Remeter mensalmente á comissão administrativa o extracto do estado da caixa.

10. Desempenhar todos demais serviços que se relacionem com o funcionamento interno do estabelecimento.

CAPITULO VI

Pessoal auxiliar da direcção e suas attribuições

Art. 25.º Para auxiliar o director nos serviços de expediente e contabilidade haverá um official de secretaria, que o substituirá em todos os seus impedimentos.

Art. 26.º O serviço de vigilancia e disciplina dos internados da 1.ª e 2.ª secções é confiado a dois vigilantes, todos com residencia permanente no edificio.

Art. 27.º Aos vigilantes compete:

1.º Executar e fazer executar pelos internados as ordens que receberem do director.

2.º Distribuir o trabalho aos interessados.

3.º Manter a disciplina e velar cuidadosamente pelo asseio das camaratas, refeitório e demais dependências do edificio.

4.º Participar ao director quaesquer occurrencias extraordinarias.

§ unico. Os vigilantes que empregarem maus tratos com os internados serão demittidos do serviço.

Art. 28.º Às vigilantes incumbe, alem das attribuições expressas no artigo anterior, a guarda e conservação das roupas e objectos de vestuario, que receberão e entregarão sempre por meio de guias, fazendo a respectiva escrituração e tendo-a sempre em dia.

Art. 29.º O vigilante da 1.ª secção será também o encarregado da despensa, ficando responsavel por todos os [fl. 767] generos, que serão entregues diariamente ao cozinheiro, em conformidade com as tabellas de alimentação.

Art. 30.º O quadro do pessoal é fixado na maneira seguinte:

Um adjunto ao secretario da commissão administrativa.

Um director.

Um official de secretaria.

Dois vigilantes

Duas vigilantes.

Um professor.

Uma professora.

Um cozinheiro.

Um ajudante.

Um criado.

Uma criada.

Paço, 31 de dezembro de 1908. = Arthur de Campos Henriques.

D. do G. n.º2, de 4 de Janeiro de 1909.

2

1911, 15 de Agosto

Condições para o concurso e arrematação das obras do edifício destinado ao Asylo Francisco António Meireles, de Torre de Moncorvo¹⁷⁵

CONDIÇÕES PARA O CONCURSO E ARREMATAÇÃO

DAS OBRAS DO EDIFÍCIO DESTINADO AO ASYLO

“ FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES “ DE

-:-:- M O N C O R V O -:-:-

[fl. 2] Condições e encargos da empreitada geral para a construção do edifício destinado à instalação do Azylo Francisco Antonio Meirelles, na cerca do extinto Convento de S. Francisco, da Villa da Torre de Moncorvo.

1.^a

O empreiteiro obriga-se à construção por empreitada do edifício do Azylo nas condições a que se refere o caderno de encargos, e de conformidade com as plantas, perfis e desenhos dos detalhes que estão patentes.

2.^a

Esta empreitada comprehende:

1. A demolição do edificio existente podendo o empreiteiro de accordo com o fiscal conservar dos alicerces actuaes a parte que for aproveitavel ao novo edificio, devendo revestir essa parte que se aproveitar dos alicerces com uma camada de asphalto antes de proseguir no assentamento da nova alvenaria.

Único-; Todo o material da domolição ficara pertencendo ao empreiteiro que o utilisera na obra nova sempre que o fiscal o julgue em condições de servir.

2. - Os trabalhos de cavoucos e todas as terraplanagens necessarias para a construção da obra, como do projecto, com as competentes excavações, aterros, desaterros, e remoções neccessarias.

3. – Fornecimento de todos os materiaes e mão de obra para a construção, incluindo canalisações, exgotos, e fossas em harmonia com o projecto e as presentes condições e a do caderno de encargos.

4. – O caminho de acesso para o edificio, em geral. Todos os fornecimentos, e construção de tudo o que for neccessario para que o edificio fique completo e bem acabado em cada uma das partes possa ser utilizado para o fim a que se destina, quer esteja expresso ou não no caderno de encargos.

¹⁷⁵ Transcrição a partir de cópia do original dactilografado, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia, na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

3.

Todas as madeiras para esta construção cuja natureza não tenha sido determinada serão de casquinha de primeira qualidade.

4.

O empreiteiro deverá porem ser obrigado a adquirir todas as madeiras neccessarias para os limpos d'esta obra e a executa-los com o tempo neccessario de antecedencia não podendo o fiscal da Commissão Administrativa consentir na applicação de madeiras que não sejam absolutamente seccas e de boa qualidade em todos os sentidos.

5.

Todos os materiaes neccessarios para esta construcção serão de primeira qualidade e sempre submettidos à approvação do fiscal. O cimento a empregar será o das marcas AGUIA a fogo, o CASTELLO ou MOCHO. A areia para as argamassas a emprgar no assentamento da alvenaria, embouços e reboucos será dos ribeiros de Santa Luzia ou proximidade. Para os trabalhos mais finos sera uzada a deRio Sabor.

A cal a empregar sera em pedra exclusivamente de Valle de Porca, cosida a matto.

A pedra para alvenaria será o schisto das pedreiras que existem no local da obra.

O tijolo será de proveniencia approvada pelo fiscal, e sempre de primeira qualidade. [fl. 3]

6.

O empreiteiro não poderá fazer qualquer alteração ao projecto sem autorisação do fiscal da obra.

7.

Este ultimo, devidamente consultada Commissão Administrativa poderá fazer as alterações que julgar neccessarias que serão pagas ou descontadas pelo seu valor real ao empreiteiro.

8.

O empreiteiro é obrigado a demolir e a reconstruir á sua custa todas as partes da obra julgadas defeituosas, quer por má execução de trabalho, quer pelo emprego de materiaes de qualidade duvidosa ou que não tenham sido approvados pelo fiscal.

Não o fazendo poderá o fiscal mandal-o fazer de novo pelo proprio empreiteiro ou por outro á custa d'elle, se o não quizer fazer.

9.

Esta obra será feita pelo empreiteiro em todos os seus detalhes completamente concluida e prompta a ter a devida applicação no praso maximo de dois annos e dará começo á obra dentro de um mez depois de assignada a escriptura do contracto.

10.

O prazo para a conclusão da obra só poderá ser prorogado nos casos que a lei considere de força maior.

11.

No caso de a obra não estar concluida no prazo marcado pagará o empreiteiro como multa ao Asylo a quantia de 10\$000 reis por cada dia que decorrer desde o ultimo do praso até á sua conclusão e sua entrega.

12.

As multas serão retiradas da quantia de garantia que não será paga sem que se prehenham as formalidades adeante mencionadas.

13.

No caso de contestação recorrer-se-há á arbitragem, e em ultima instancia ao juiz do tribunal competente, que será o do domicilio da comissão.

14.

Todo o trabalho, fornecimentos de materiaes a cargo do empreiteiro obras de aterros, desaterros, terraplanagens, e todas as mais a que se refere o caderno, e nas condições alli expressas, é justo pela quantia de que será paga em ~~vinte e quatro~~¹⁷⁶ dose¹⁷⁷ prestações ~~entregues mensalmente~~.¹⁷⁸ Entregues, a primeira no fim dos dois primeiros meses da data da adjudicação e as outras, de dois em dois meses¹⁷⁹

15.

Os pagamentos serão effectuados em face do auto lavrado pelo fiscal com a assistencia do empreiteiro, ou seu representante, que tambem assignará. N'esse auto se mencionarão as quantidades da obra executada ~~a que se applicarão os preços de serie, com a respectiva correção de praça~~¹⁸⁰; não sendo abonada ao empreiteiro quantia alguma pelos depositados nos estaleiros.

16.

Da importancia de cada prestação será deduzida uma quota de dez por cento que ficará em poder da comissão administrativa do azylo, para garantia do exacto cumprimento das obrigações do contracto, e será restituída a sua importancia depois da obra ser recebida definitivamente o que terá logar seis mezes depois da recepção provisoria.

Da recepção provisoria e da definitiva se lavrarão autos depois de vistoriada a obra pelo fiscal, empreiteiro, e mais um perito da [fl. 4] escolha de ambos, e ter sido achada segundo as regras da arte e de accordo com o projecto: só cessando a responsabilidade do empreiteiro quando aprovados os autos pela comissão.

17.

Para concorrer á arrematação serão os interessados obrigados a apresentar documentos que provem a sua capacidade technica, bem como a depositar em casa bancária da indicação da comissão e á ordem da mesma uma quantia da importancia de 2,5% da base da empreitada, depositos que o licitante que menor preço indicar para a execução da obra será obrigado a elevar a 5% do valor da empreitada, sem o que se não lavrará o competente auto de adjudicação. Este deposito definitivo e os des contos de 10% effectuados em cada pagamento constituem a garantia para a boa execução da obra, e serão somente entregues ao empreiteiro depois de aprovado o auto da recepção definitiva.

18.

Para garantia da boa execução d'este contracto, o deposito definitivo a que é obrigado o empreiteiro poderá ser feito em moeda corrente ou papeis de credito com cotação na bolsa ao preço do dia, á sua escolha, podendo a comissão administrativa, caso lhe convenha, optar por fiador edoneo.

¹⁷⁶ Rasurado pelo autor.

¹⁷⁷ Texto manuscrito.

¹⁷⁸ Rasurado pelo autor.

¹⁷⁹ Texto manuscrito.

¹⁸⁰ Rasurado pelo autor.

Se o licitante preferido não effectuar o deposito definitivo dentro de 30 dias, não lhe será feita a adjudicação, perdendo o direito ao deposito provisorio, que reverterá em beneficio do Asylo, sendo convidado o segundo concorrente ao preço mais favorável a tomar o logar do primeiro.

19.

São causa de rescisão do contracto:

1. – A paralysação dos trabalhos por mais de quinze dias seguidos ou trinta interpelados.
2. – Não dar aos trabalhos o desenvolvimento necessario para a sua conclusão no praso estipulado, depois de receber dois avisos consecutivos do fiscal para que seja augmentado o pessoal.
3. – Recusar-se o empreiteiro a cumprir as clausulas estipuladas.
4. – O fallecimento do empreiteiro se a comissão não quizer que os herdeiros tomem sobre si a continuação do contracto.

Unico – A rescisão do contracto pelos motivos indicados nos Nos. 1, 2¹⁸¹ e e 3 importa para o empreiteiro a perda dos decimos e depositos bem como de quaesquer quantias que se lhes estejam devendo, o que tudo reverterá em favor do Asylo.

20.

No caso de fallecimento do empreiteiro preceder-seha como preceitua o artigo 69 das clausulas e condições geraes para empreitadas de obras publicas de 9 de Maio de 1910.

21.

A obra será segura pela comissão, e o premio pago pelo empreiteiro, descontando-se este das prestações a pagar, e sendo elevado o valor d’aquelle na proporção das obras effectuadas.

22.

Álém das condições d’esto contracto, ficam ambas as partes sujeitas ás disposições especiaes do Codigo Civil que regem a materia, bem como o estipulado nas clausulas e condições geraes de empreitadas de obras publicas de 9 de Maio de 1906, tudo na parte que não tiver sido contrariada por estas condições.

23.

A comissão far-se-ha representar na obra para todos os effeitos pelo fiscal e seus representantes de quem o empreiteiro receberá as ordens. O empreiteiro será obrigado a residir no local da obra, ou ter ali pessoa competente que o represente para todos os effeitos, mesmo os judiciais.

24. [fl. 5]

24.

A comissão reserva-se o direito de acceitar ou regeitar as propostas apresentadas como tenha por conveniente.

25.

~~Ficam prejudicadas as observações sob o N. 15 contidas no caderno de encargos, na parte em que contrariarem estas condições.~~

25¹⁸²

¹⁸¹ Algarismo manuscrito.

¹⁸² Alteração manuscrita: 26 passa a 25.

O empreiteiro terá todo o cuidado em verificar e medir o projecto para apresentação do seu orçamento visto não poder exigir responsabilidades na falha ou por erro de qualquer medição.

Lisboa 15, d'Agosto de 1911.

Pelo Asylo Francisco Antonio Meirelles

O Presidente da Comissão Administrativa

a) Ant. Augusto Pereira de Miranda.

3

1904, 6 de Janeiro

Auto de abertura do testamento cerrado de Francisco António Meireles, datado de 9 de Junho de 1902¹⁸³

Auto de abertura do testamento cerrado de Francisco António Meirelles

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e quatro, aos seis dias do mez de Janeiro desta cidade de Lisboa e caza numero quarenta e cinco rez-do-chão da Praça de Dom Pedro freguesia de Santa Justa... foi apresentado este testamento com que pelas oito horas da manhã do referido dia falleceu Francisco António Meirelles no quarto andar do mesmo prédio.

Eu abaixo assinado, Francisco António Meireles deliberei passar o meu testamento como em seguida declaro. Declaro que sou natural da Villa da Torre de Moncorvo, onde nasci aos doze de Maio de mil oitocentos e trinta e três alli fui baptizado na freguesia e igreja, de Nossa Senhora da Assumpção e sou filho legítimo de António José de Meirelles e de Antonia Ignacia de Seixas já fallecidos, sou solteiro e não tenho filhos nem nenhuns outros herdeiros legitimmos e portanto posso dispor livremente de todos os meus bens presentes e futuros.

Declaro que ao presente faço parte da firma commercial (Seixas & ?) Companhia nesta cidade de Lisboa... Na dita sociedade tenho ao presente quasi tudo quanto possuo. Fora dèlla tenho apenas uns pequenos valores em papéis de credito que hoje se acham em meu poder...

[...]

Passando a dispor dos meus bens faço-o pela seguinte forma cujas disposições desejo que sejam cumpridas o mais rapidamente possível e com as maiores facilidades para os interessados em manneira com (?) e equidade.

[...]

Devo ter em Moncorvo ou nas suas immediações alguns parentes pobres não conheço esses meus parentes nem sei quantos sejam mas consta-me que alguns são bastante pobres filhos ou netos de duas tias minhas já fallecidas irmãs do meu pae. Para estes meus parentes

¹⁸³ Fac-símile parcialmente publicado in FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., pp. 61. Transcrição cedida pela autora.

em taes circumstancias filhos ou netos das minhas duas referidas tias deixo um conto de reis em dinheiro corrente para ser repartido por elles contanto que se apresentem a receber munidos de documento legal comprovativo da sua identidade e pobreza dentro de seis mezes do dia da minha morte, os que não se não apresentarem dentro deste prazo serão excluídos de receber. – o imposto deste legado e por conta do cazal. – alem dos legados acima mencionados quero que os meus testamenteiros gratifiquem quaisquer pessoas que por alguma forma me tenham prestado serviços que mereçam ser gratificados isto alem de qualquer quantia que haja a pagar por ajuste ou obrigação especialmente serviços prestados na doença ou desastre ode que eu venha a fallecer sem ter cumprido esse dever, mas essa gratificação não excederá de quinhentos mil reis cuja quantia se escripturará como despeza do meu cazal e não legado.

Quero também que os meus testamenteiros mandem fazer um manto e vestido de seda e um resplendor ou cordão de prata ao anno para ser offerecido a Nossa Senhora da Assumpção da freguesia da Villa de Moncorvo offerenda que lhe faço como reconhecimento e gratidão pela protecção bem remarcavel que sempre me dispensou em todos os actos da minha vida e espero que me continuará a dispensar no resto da minha vida. Desejo que seja uma coisa digna de quem recebe a offerenda mas o seu custo não excederá a um conto de reis.

[...]

Com relação ao meu enterro determino o seguinte: Quero que seja o mais simples possível mas com as formalidades cattolicas e não quero que se façam convites directos nem indirectos e por isso se convidarão seis pobres do aylo dos Inválidos do Trabalho para no cemitério conduzirem o meu corpo à sepultura, a quem se gratificará condignamente ...e consinto que sobre a minha sepultura deponham algum ramo de flores naturais se alguma pessoa manifestar esse desejo plausível e justificado – Desejo ser sepultado em jazigo próprio ou de algum parente que no seu jazigo me queira perpetuamente – o que agradeço, mas se for em jazigo próprio os meus testamenteiros o mandarão fazer simples e em forma de urna sobre o solo com a altura indispensável para o meu corpo encimado uma simples cruz.

[...]

Como os legados que deixo mencionados importarão numa somma não pequena poderá acontecer que os meus bens de fortuna se achem reduzidos por qualquer infelicidade ou contingências da sorte por modo a não se poderem satisfazer por inteiro, e neste caso serão sorteados proporcionalmente atendendo ás despesas sabidas e prováveis que houver a fazer com o que se contará com (?) se dada esta circumstancia ficara sem effeito a disposição sobre o remanescente, os pobres que tenham paciência.

(Lisboa, 9 de Junho de 1902)

4

1904, 9 de Outubro

Acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo¹⁸⁴

Acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal, vogaes da junta de parochia, os quarenta maiores contribuintes e pessoas da villa de Torre de Moncorvo

9 de Outubro de 1904

Aos nove dias do mez de Outubro de mil novecentos e quatro no salão dos Paços do Concelho desta villa de Torre de Moncorvo, reuniram com o senhor administrador do concelho senhor Balthasar Margarido Pacheco o presidente da Câmara Municipal o cidadão José Manuel de Campos e os vereadores Emílio Augusto Lameiras, Manuel António Cardoso, Joaquim António de Campos, Adelino Augusto Meneses e os vogaes da Junta de Parochia, Reverendos Abbade Francisco António Tavares; António José Macedo; João Manuel Lopes Devim; Arthur de Moraes Cavalheiro; os quarenta maiores contribuintes e mais citados os abaixo assignados, todos desta villa de Moncorvo, para o fim de deliberarem acerca do legado que o fallecido Francisco António Meirelles, desta villa deixou no seu testamento a fim de se fundar aqui um instituto de beneficência.

Pelo senhor presidente da Câmara foi lida a disposição testamentária de que se trata, a qual é do theor seguinte: “Depois de pagos os legados acima mencionados, a remuneração aos meus testamenteiros adiante indicados, e bem assim todas as despesas que haja a fazer inherentes ao meu casal, ou que derivem das disposições deste meu testamento, o remanescente que ficar e esteja liquidado se entregará ao Conselho Geral de Beneficência, creado no Ministério do Reino, ou a qualquer outra entidade que o venha a substituir para o mesmo fim, para o dito Conselho de Beneficência o applicar sob as ordens e superintendencia do Ministro do Reino na fundação ou ampliação de algum estabelecimento de caridade que mais útil seja aos desvalidos. Especialmente creanças desamparadas, ou velhos impossibilitados, e se isto puder ser feito na villa de Torre de Moncorvo, onde nasci, é o que muito desejo, pois que é uma terra de muita miséria. No caso de que haja impossibilidade ou grandes difficuldades em realizar esta minha disposição, os meus testamenteiros de accordo com o Ministro do Reino, providenciarão o que tiverem por melhor, no sentido que mais se harmonize com os meus desejos acima expostos e confio no seu bom critério, attendendo a que o meu fim com estas disposições é ser útil por forma duradoura aos desventurados, preferindo a villa de Moncorvo por muitas razões.” Lidas as disposições, pediram a palavra e usaram d’ella defferentes oradores sobre este assumpto e por unanimidade foi resolvido o seguinte:

- Primeiro – Que se acceite este legado em nome da villa de Moncorvo;
- Segundo – Que se consigne um voto de gratidão ao benemérito extinto pela sua referida disposição testamentária;

¹⁸⁴ Fac-símile publicado in FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, Op. cit., pp. 65-69. Transcrição cedida pela autora.

- Terceiro – Que se apresente ao nobre ministro do Reino, ao conselho superior de beneficência publica e aos dignos testamenteiros para que seja resolvido em favor d’esta villa a applicação do referido legado, cumprindo-se assim a vontade claramente manifestada pelo testador no seu testamento, pois que por duas vezes elle accentua que seja preferida esta villa em qualquer applicação que se dá ao legado dezendo que deseja isto por ser a sua terra natal, por haver n’ella muita miséria e finalmente por muitas razões;

- Quarto – Que se peça a criação n’esta villa com o dito legado de um asylo da infância desvalida e d’um asylo de mendicidade, pois que há aqui necessidade de ambos estes institutos e nenhum d’elles existe nem n’esta villa nem em todo o concelho;

- Quinto – Que não chegando os fundos deste legado para se crearem ambos aquelles asylos, seja ao menos creado o asylo da mendicidade por se precisar mais d’este;

- Finalmente foi eleita uma commissão de vigilância que funcionará permanentemente para tratar d’este assumpto sendo presidente d’ella o excellentissimo senhor António Caetano d’Oliveira e vogaes os excellentissimos senhores Dr. Augusto Duarte Areosa; Dr. Accacio Camacho Lopes Cardoso; Balthasar Masqando Pacheco, administrador do concelho e Padre Francisco António Tavares, abbade de Moncorvo, convidando-se para fazer parte d’esta comissão o excellentissimo governador civil do districto Dr. António Joaquim Ferreira Margarido e os senhores deputados Dr. António José Lopes Navarro; Dr. António Alberto Pessanha; Conselheiro Dr. Abílio Augusto Madureira Beça (?), Christovam Ayres de Magalhães Sepúlveda, capitão de cavallaria e Carlos d’Almeida Pessanha, capitão de cavallaria.

E para constar se lavrou esta acta que eu Manuel António Monteiro, secretario da Câmara escrevi e que vae ser assignada por todos.

[Assinaturas de 48 participantes]

5

1908, 23 de Junho

Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Presidente da Comissão Instaladora, sediada em Lisboa, do Asylo Meirelles de Moncorvo, contendo observações e aconselhamento relativos à futura instalação do Asylo, com base nas disposições testamentárias de Francisco António Meireles: a “Escolha do local”, “Pessoal e seus vencimentos” e “Orçamento”.¹⁸⁵

Doc. nº52 1v162 cx36

¹⁸⁵ Leitura revista de cópia do original manuscrito em livro de correspondência, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia (erros de dactilografia, como falta de letras ou palavras pegadas, foram mantidos), na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

Nº52

23 de Junho 1908

Presidente da Comissão Instaladora do
- Azylo Meirelles em Moncorvo - Lisboa

Official e particularmente, como chefe d'este districto e filho de Moncorvo, interessa-me sobremaneira, na terra da minha habitual residencia, a construcção d'um edificio azilar, tudo obra de um importante legado, com que o meu illustre e benemérito conterrâneo, Francisco Antonio Meirelles, contemplou em seu testamento os pobres impossibilitados e infância desvalida.

Desejo muito concorrer, com o conhecimento da topographia da villa, das suas condições hygienicas, da sua salubridade e, finalmente ainda com os conhecimentos obtidos da demorada experiencia da longa administração de esse pobre hospital, condemnado para assim dizer, ab initio da sua fundação, há talvez 200 anos, hoje inteiramente transformado por forma a já poder ser visitado por forasteiros e profissionaes, sem vergonha para mim, por a illustrada e sabia gerencia e para todos os meus patrícios, e desejo muito, repito, fazer uma especie de pequeno relatório, em que muito resumidamente, a traços largos, fale da construcção do edificio, escolha do local, pessoal indispensavel e seus [fl. 97v]¹⁸⁶ vencimentos.

N'isto não devem V. Ex.^{as} ver outra coisa, que não seja o pensamento, ou boa vontade de concorrer, para que tão importante obra, chegue a bom caminho, aproveitando o maior numero d'indigentes, para quem é construido, devendo adoptar-se os principios economicos, como economica e seria deve ser depois a sua gerencia, devendo ser-se muito escrupuloso na escolha do pessoal, que pode ser muito bom e á sua devida altura, sem ser necessario crear-lhe grandes ordenados, como se usa nas cidades ou grandes centros, sacrificando-se muitas vezes a esse excesso de luxo, o patrimonio dos pobres, que com isso só podem perder, sem nada lucrar.

Capacidade do edificio

Sendo grande o capital legado, e grande tambem a população indigente, o que se destina no edificio, é minha opinião que a sua capacidade deve estar harmonica com o mesmo calculado d'admissões. Foi por isso, e para se não caminhar tanto ás cegas, que ao assumir as funções do meu elevado cargo, mandei proceder pelo meu administrador de Moncorvo ao levantamento de um cadastro, rigorosamente feito, de toda a população mais indigente e da infancia mais desvalida. Assim é que esse cadastro marca um total de 175 indivíduos, distribuidos pela seguinte forma: - 29 homens, 51 mulheres, 50 creanças do sexo feminino e 45 do masculino. É no numero de creanças, que poderá haver exagero, e creio não enganar-me, portanto se se tomar o numero de 100 admissões, como o maior que se poderá attingir, sendo por isso este que se deve servir de base para o prédio a construir. - Estes 100 individuos devem assim repartir-se: - 30 creanças dos dois sexos e 30 homens e 40 mulheres.

O edificio para conter 100 pessoas não deve [fl. 98] custar mais de 30 contos, fazendo-se economicamente e só com um andar, porque de dois custa muito mais dinheiro, mas então é preciso dar-se ao edificio maior comprimento.

¹⁸⁶ Paginação relativa ao documento original, em livro de correspondência.

O benemerito doador, vivendo sempre modestamente, e legando aos pobres da sua terra, tão útil instituição, o que principalmente teve em vista, foi, que ella aproveitasse a todos os infelizes, que d'ella carecessem, embora para isso, e sendo necessario, se tivesse de sacrificar um pouco a luxuosidade do edificio, que pode e deve fazer-se com economia, sem com tudo deixar de ser grande e um pouco apparatuso.

Escolha do local

Deve escolher-se, para a edificação do estabelecimento, o local que melhores condições d'extensão, salubridade e de economia apresentar. O terreno, onde já se mandou levantar a planta, é, na nossa opinião, o pior da povoação. N'um lugar baixo, muito quente no verão, sem arvoredo, sem agua, de acanhadas dimensões, que decerto não deve chegar para conter o projectado edificio, longe das pedreiras, aproveitáveis para fornecer boa pedra d'alvenaria, deve ser regeitado. Além disso está n'uma baixa e em um bairro pobre e afastado da vilia. Sem duvida, o de mais incontestaveis vantagens, é o local ou propriedade do convento de S. Francisco. Alto, bem arejado e com bella exposição: tem terrenos para a construcção, hortas, batataes, duas gigantes nogueiras, um laranjal, figueiras, vinha, varias fructeiras, amendoal novo, pombal com pombos, agua potavel para a maior parte do anno e para regas, tendo perto a agua publica, de que a municipalidade poderá ceder parte, quando esteja realizada a grande obra projectada de mais abastecimento das aguas de Mendel, achando-se contigua á propriedade uma pedreira, que fornece quanta pedra seja precisa para obra d'alvenaria: - aproveitando-se do edificio [fl. 98v] velho que terá de ser apeiado, grande abundancia de bom granito, muita telha e ricas madeiras de castanho: - reunindo três condições, é n'este local que deve ser construído, e cremos, que toda a propriedade, podendo ser obtida por 6 contos de reis, não é demais.

Pessoal e seus vencimentos

Entendemos que o Asylo deve ter o seguinte pessoal: - um capellão director, um medico subsidiado, um amanuense, dois cozinheiros, dois creados para a limpeza do edificio e um creado para os recados e tratar da horta. - O capellão director, terá a seu cargo, dizer missa todos os dias, sendo nos dias santos de guarda e domingos, obrigatoria por alma dos asylados fallecidos; e nos outros dias ficando-lhe livre, para elle a applicar por quem quizer. Tomar contas aos creados e fazer a escripturação da casa, e dar nos dias uteis uma lição d'instrucção primaria aos menores, enquanto estiverem asylados. Vive dentro do Asylo, que lhe dá de comer, cama e roupa lavada (a roupa de cama é fornecida por elle) e deve vencer 400\$000 reis. - O amanuense é para auxiliar o Director, não só no serviço d'escripturação, mas em tudo o mais que seja preciso para a boa administração da casa. Deve receber, como ordenado 100\$000 reis. - Os dois cozinheiros, dormem e comem no edificio. - Devem ganhar 7 reis por dia cada um, o que dá 72\$000 reis. - Os dois creados para tratarem das camas e limpeza do edificio, devem ganhar 4.500 reis, por mes, cada um, o que aos dous por anno 108:000 reis - Devem também comer e dormir no Asylo. Todas estas quatro mulheres, nas horas disponiveis lavam as roupas sujas nos lavadouros, já construidos na cerca do edificio. O creado é para fazer os serviços externos e tratar da cerca, tendo 5:000, por mês, [fl. 99] ou seja por anno o ordenado de 60:000 reis. -

O serviço clínico deve ser feito por um ou ambos dos medicos municipaes, arbitrando-se-lhes um subsidio de 200\$000 reis.

No hospital D. Amelia, onde chega a haver um movimento clinico diario de 20 doentes, a gratificação estipulada é de 100\$000 reis.

Orçamento

Resumindo agora em um simples quadro todo este pessoal com os seus vencimentos, para rapidamente se ficar sabendo a sua despesa - temos:

1º Um capellão-director	reis - 400\$000
2º Subsidio aos médicos municipaes	“ 200\$000
3º Cozinheiros (dois)	“ 72\$000
Duas creadas para limpeza do edificio	“ 108\$000
Um creado para tratar da cerca	“ 60\$000
Soma	840\$000 reis
100 asilados a 160 reis por dia, dá 16:000 e por anno -----	5:660\$000

Total de despesa

Calculando que fique um capital de 150\$000\$000 reis a 5%, temos a receita liquida de
7:500\$000

Saldo a favor do Asylo 1:000\$000

Ahi fica exposto o que entendo de mais aproveitavel para o fim que se tem em vista.

Se V. Ex.^{as} concordarem, teria n'isso muito prazer; mas se entenderem que marcham melhor por outro caminho igualmente o aplaudirei.

(a) A. J. F. Margarido¹⁸⁷

6

1912, 30 de Maio

Memória descritiva do projecto do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, em Torre de Moncorvo¹⁸⁸

PROJECTO

DO

AZYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES

EM

MONCORVO

Memoria descriptiva

¹⁸⁷ António Joaquim Ferreira Margarido: médico, presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo (1914-1918) e Governador Civil de Bragança entre 22 de Fevereiro de 1908 e 14 de Janeiro de 1909.

¹⁸⁸ Transcrição a partir de cópia do original dactilografado, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia (erros de dactilografia, como falta de letras ou palavras pegadas, foram mantidos), na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

[fl.2] Memoria descriptiva do Asylo Francisco Antonio Meirelles em Moncôrvo

O edificio para installação d'este azylo compõe-se de um corpo avançado, cuja frente mede 19,0 com 4 pavimentos, comprehendida a cave, que se destina a arrecadação. O 2º pavimento, superior á cave, éo que dá accesso ao edificio e é dividido em diferentes compartimentos, como a planta indica, entre os quaes, duas magnificas salas para aula e sala de sessões. O 3º pavimento tem as divisões correspondentes aos compartimentos anteriores, destinando-se todavia a dependencias d'outra natureza, como enfermarias, escriptorios, salas, etc, conforme as indicações que constam da respectiva planta.

Finalmente o 4º pavimento é destinado a habitação do Director e serviçaes.

Ao 2º e 3º pavimentos d'este corpo central ligão-se alas lateraes, em dois pavimentos com as camaratas e recreios para os 2 sexos em cada uma d'ellas, sendo o correspondente no 2º, destinado aos velhos e o 3º ás creanças.

Estas alas lateraes augmentam a largura do edificio com mais 5,0 para cada lado, prefazendo a largura total de 29,0 e separam-se por um pateo-jardim, a eixo do edificio, coberto com armação de ferro e vidro fôsko, segundo o projecto, e munida de persianas em toda a volta, assegurando facil ventillação.

As camaratas e os recreios estão calculados com capacidade, sufficiente, a saber; nas camaratas com 36,0 por pessoa, o que satisfaz plenamente ás prescrições hygienicas e excedem em muito a cubagem legal, exigida para taes casos, que é apenas de 15,0 por pessoa; nos recreios a cubagem é superior a 13,0, quando a exigida pela lei é de 8,0.

Outro tanto succede nas aulas, refeitórios e officinas, onde a cubagem é de 10,0 no minimo.

E, alem d'este excesso de capacidade, em todas as outras dependencias do edificio, a renovação do ar é assegurada pela ventilação permanente e destribuida conforme as indicações dos desenhos, que claramente mostram a preocupação, nunca excessiva, de ficarem bem garantidas as melhores condições hygienicas, d'um edificio d'esta natureza. Repetem-se estas camaratas e recreios no 3º pavimento e completam-se em cada um dos referidos 2º e 3º pavimentos com as demais dependencias que convem a estabelecimento d'este genero, tendo cada camarada, rouparia, casa do vigia, duas casas de banho, 7 lavatorios e 3 retretes com bacia de W.Cl. e bidet, e ainda nas dependencias destinadas ao sexo masculino, 3 mictorios por camarata.

A eixo do edificio na fachada posterior, fazendo um corpo central de 9,60 de frente, exteriormente, installa-se a ampla cosinha, com duas casas de copa, elevadores para comida entre o 2º e 3º pavimento.

Da cosinha passa-se a uma galeria, onde há um tanque de lavagem, pias¹⁸⁹ de despejo, lava-mãos e escadas paara o exterior. As escadas¹⁹⁰

[fl.2] A primeira ao lado vestibulo principal, é em toda a altura do edificio, desde a cave até ao ultimo andar.

¹⁸⁹ Palavra surge "cortada" na fotocópia de onde este texto foi transcrito.

¹⁹⁰ A(s) última(s) linha(s) do texto original não surge(m) na fotocópia de onde este texto foi transcrito.

A 2ª e 3ª destinam-se ao serviço propriamente dos azylados estabelecendo as comunicações os pavimentos 2º e 3º, que lhes são reservados, e, finalmente, 4ª é junto aos elevadores das comidas, para serviço do pessoal, e liga o 2º e 3º pavimentos.

Entre esta escada de serviço e o pátio-jardim a eixo do edificio projecta-se a capella commum aos dois pavimentos do azylados, correspondendo ao pavimento superior uma galeria ou côro, que toma todo o fundo da capella e se prolonga lateralmente até aos lados do altar, que é ladeado no pavimento inferior por duas portas, uma das quaes, é fingida e a outra communica o vão da escada de serviço, reservado a vestiarium do sacerdote.

As escadas exteriores estão marcadas nos differentes desenhos e claramente se deprehende as vantagens e fins que teem em vista, mas convem especialisar as que na fachada principal dão accesso, ás galerias exteriores que precedem as ante-camaras das camaratas, facilitando-se assim a passagem dos azylados velhos á cerca e não deixarei também de notar as vantagens d'estas galerias exteriores e da que correspondem ao pavimento superior, para passeio de qualquer dos azylados, convalescente ou isolado, por qualquer motivo.

Descripto assim o edificio nas suas linhas geraes resta-me referir ás canalisações, esgotos, systema de ventillação, caixa d'ar e dreno que circunda o edificio, cuja descripção minuciosa me parece precindivel, porque está claramente marcada no projecto e é completada pela referencias especiaes e pormenorizadas do caderno d'encargos.

[*manuscrito*] Em 30 de Maio de 1912

7

1911, 22 de Fevereiro

Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Ministro do Interior, relativamente à existência de heranças ou legados, naquele distrito, destinados ao ensino ou à assistência pública, que ainda não tivessem sido aplicados¹⁹¹

Doc. nº25 lv162 cx36

Nº25

22 de Fevereiro 1911

Ex.^{mo} Sr. Ministro do

Interior

¹⁹¹ Leitura revista de cópia do original manuscrito em livro de actas, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia (erros de dactilografia, como falta de letras ou palavras pegadas, foram mantidos), na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

Em obediência ao telegrama de V. Ex^a de 7 do corrente, procedi a um rigoroso inquerito por intermedio dos administradores dos concelhos afim de averiguar se no distrito a meu cargo, existiam quaesquer doações, heranças ou legados com destino ao ensino ou assistencia publica e que ainda não tivessem tido a conveniente applicação.

Nos concelhos de Alfândega da Fé, Bragança, Freixo d'Espada à Cinta, Miranda do Douro, Mirandella, Villa-Flor, Vinhaes e Vimioso, apurariam os respectivos administradores, que não existia nenhum donativo d'aquella natureza enviada ao seu destino. Quanto a Carrazeda d'Anciães, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Moncorvo, recebi as informações constantes das inclusas copias, que submeto á apreciação de V. Ex^a.

Relativamente a este ultimo concelho, como V. EX^a se dignará verificar, há um importante legado deixado pelo benemerito Francisco Antonio Meirelles para a construcção e dotação d'um Asylo para creanças desvalidas e velhos impossibilitados.

No antigo regime foi nomeada por esse Ministerio uma Commissão para juntamente com [fl. 143v]¹⁹² os testamenteiros dar cumprimento á vontade do auctor do legado, mas, pelo que informa o administrador, vê-se que pouco tem trabalhado n'esse sentido. N'este districto, onde há tanta miséria, são raras e pobríssimas as instituições de beneficencia que existem, sendo por isso de toda a urgencia activar a installação do mencionado Asylo, para o que solicito a desvellada protecção de V. Ex^a.

No mesmo officio se refere aquelle magistrado á “Escola Secundaria Manuel Antonio Seixas” encerrada ha annos por falta da publicação do respectivo regulamento e da abertura do concurso para o provimento do logar de professor, assumpto que, por necessitar de rapidas providencias, mais uma vez recomendo a V. E x^a.

(a) J. J. Freitas¹⁹³

¹⁹² Paginação relativa ao documento original, em livro de actas.

¹⁹³ Governador Civil de Bragança, até 9 de Junho de 1911.

8

1911, 14 de Abril

Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Ministro do Fomento, relativamente à aprovação da obra de construção do Asylo¹⁹⁴

Doc. nº60 1v164 cx36

Nº60

14 de Abril 1911

Ministro do Fomento

Em resposta ao officio de V. Ex^a de 23 do passado tenho a informar que a obra de todo o ponto digno de aprovação o projecto do Asylo Meirelles que em provimento d'um legado d'um benemérito se deve edificar no concelho de Moncorvo.

Sobre a escolha do local estou informado ser a mais acertada e quanto as qualidades da agua, com que tencionam abastecer o edificio para bebida e usos domésticos, mandei ouvir o sub-delegado de saúde do mencionado concelho, constando o seu parecer do relatório que incluso remeto.

Como se trata d'uma instituição utilíssima e de grande alcance para esta região, onde infelizmente abundam os desprovidos de fortuna a que ella visa prestar assistência e amparo, pois a V. Ex^a abrevio o despacho das formalidades necessárias para as obras poderem ter principio quanto antes.

(a) João José de Freitas¹⁹⁵

¹⁹⁴ Leitura revista de cópia do original manuscrito em livro de actas, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia (erros de dactilografia, como falta de letras ou palavras pegadas, foram mantidos), na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

¹⁹⁵ Governador Civil de Bragança, até 9 de Junho de 1911.

9

1911, 17 de Agosto

Anúncio publicado no Jornal *Primeiro de Janeiro*, publicitando o concurso para a construção do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, em Torre de Moncorvo, da autoria do presidente da Comissão Administrativa, António Augusto Pereira de Miranda.¹⁹⁶

PRIMEIRO DE JANEIRO

ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES

MONCORVO

Concurso para a construção do seu edificio n'aquella villa

18976 A COMMISSÃO administrativa d'este asylo, faz publico que até o dia 16 de outubro proximo futuro, se acha aberto o concurso para a construção d'aquelle edificio; devendo as propostas, por carta fechada, e acompanhadas de todos os esclarecimentos, tendentes ao bom desempenho da obra, ser dirigidas áquella commissão e entregues até á 1 hora da tarde, do dia em que termina o concurso, no escriptorio do Ex.^{mo} Sr. Julio Henrique de Seixas, largo do Rocio n.º 45, Lisboa.

As condições do concurso e arrematação, caderno de encargos e peças do projecto, podem ser examinados todos os dias uteis, desde o meio dia até ás 3 horas da tarde, n'aquelle escriptorio, ou na secretaria do Palacio de Crystal, no Porto, onde se prestarão todos os esclarecimentos precisos.

Lisboa, 15 de agosto de 1911.

Pelo Asylo Francisco Antonio Meirelles,

O presidente da Commissão Administrativa,

Antonio Augusto Pereira de Miranda.

¹⁹⁶ Transcrição a partir de cópia do original impresso, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Não se introduziram alterações na grafia, na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

10

1912, 9 de Maio

Artigo publicado no Jornal *Notícias de Bragança*, questionando a paralisação do projecto de edificação do Asylo Francisco António Meirelles, em Torre de Moncorvo, da autoria de Accacio Lopes.¹⁹⁷

NOTÍCIAS DE BRAGANÇA

ASYLO MEIRELLES

Já depois de escripto o nosso último artigo, intitulado *—Escola Seixas—*, vimos, n'um collega da capital, a noticia de que ia ser presente á Camara dos Deputados, um projecto de lei, remodelando aquelle estabelecimento de ensino secundario, há tanto tempo fechado.

Ou coincidencia, ou resposta ao appello da imprensa, que no assumpto se occupou, regosijou-nos sobremaneira, por nos incutir a esperanza de que, d'esta vez, vae ser resolvido o problema.

Esperemos, pois, pela apresentação do annuciado projecto e depois veremos em que condições se procederá á reforma e quaes os fructos provaveis a colher de tão util instituto.

Ha, porem, outra disposição testamentaria, que egualmente se encontra por cumprir, e que interessa o concelho de Moncorvo.

É o *Asylo Francisco Antonio Meirelles*.

Já em 1904, em diversos e successivos numeros do jornal *O Transmontano*, que se publicou n'aquella villa, tratámos do assumpto, estampando, na íntegra o testamento respectivo.

São decorridos mais de oito annos desde o fallecimento do testador e, tendo-se passado muito tempo, em estudos do local para a construção do edificio, foi resolvido, por fim, adquirir o *Convento dos Frades* que, na verdade, offerece uma situação hygienica e pittoresca, com recursos proprios para se adaptar a um esplendido recolhimento: bom ar, agua purissima, apreciavel altitude, e terrenos productivos e bellos.

D'ahi não se passou, porem. Não me recordo, agora, dos individuos que compõem a commissão encarregada de liquidar este assumpto, mas entendo que o Conselho Geral de Beneficencia, existente no Ministerio do Interior, é que pode e deve activar-lhe a solução.

Diz o testamento: «Depois de satisfeitos todos os legados e demais encargos, todo o remanescente que ficar e estiver liquidado, se entregará ao Conselho Geral de Beneficencia,

¹⁹⁷ Transcrição a partir de cópia do original impresso, cedida pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Não se introduziram alterações na grafia, na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

creado no Ministerio do Reino, ou a qualquer outra entidade, que o venha a substituir, para o mesmo fim, para o dito Conselho o applicar, sob as ordens e superentendencia do Ministerio do Reino, na fundação ou amplificação de algum estabelecimento de caridade, que mais util seja aos desvalidos, especialmente crianças desamparadas, ou velhos impossibilitados: e se isto puder ser feito na villa de Moncorvo, onde nasci, é o que muito desejo, pois que é uma terra de muita miséria.»

Ora, o remanescente da herança do benemérito Francisco Antonio Meirelles, depois de pagos os legados, calculava-se que devia orçar por cem contos de réis e tal era a quantia destinada á fundação do Asylo, em Moncorvo.

Esperemos que os representantes do districto, no Parlamento, tratem de inquirir os motivos porque se não procede já á installação d’essa obra de caridade e estamos certos de que o M.^o do Interior providenciará como é de justiça.

O que não pode tolerar-se, nem há quem o justifique, é continuarem fechadas duas casas de educação e beneficencia – A Escola e o Asylo – ambas provenientes de legados pios e destinadas á mesma villa e ao mesmo concelho!

É vergonhoso; é aviltante!

Voltaremos repetidas vezes a protestar, se não formos ouvidos.

Accacio Lopes

11

1963, 18 de Julho

Memória justificativa e descritiva do projecto de remodelação e beneficiação do Asylo Francisco António Meireles, em Torre de Moncorvo¹⁹⁸

ASILO ANTONIO FRANCISCO MEIRELES

MONCORVO

PROJECTO DE REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO

—

MEMORIA JUSTIFICATIVA E DESCRITIVA

—

O edificio do Asilo acima referido abriga actualmente invalidos de dois sexos e crianças do sexo feminino.

Em nova orientação, superiormente defenida, foi resolvido separar em instalações proprias os invalidos e as crianças, dando melhores possibilidades ao Asilo de receber e formar maior numero de crianças.

Organizado o ante-projecto de construção do¹⁹⁹ pavilhão para invalidos, mereceu o Asilo Meireles, de cerca de 40 anos, as atenções necessarias para se dar cumprimento as citadas determinações: ampliação da lotação e das possibilidades da formação cultural e professional.

O ante-projecto de remodelação e beneficiação foi aprovado pelo Conselho Superior de Higiene Social, cujas remodelações foram consideradas na elaboração do projecto.

A remodelação consiste em eliminas as dependencias desnecessarias pela saída dos invalidos e adaptar a melhores condições higienicas as instalações sanitarias de forma a servirem o maior numero de internadas. Da mesma forma os serviços de alimentação. As camaratas foram septadas.

A beneficiação que é volumosa, pretende melhorar os revestimentos, interiores e exteriores, as pinturas madeiras e caixilharias. Trata-se de cerca de 2.300 mq. De superficie de construção, o que muito onera as obras de remodelação.

¹⁹⁸ Transcrição a partir do original dactilografado, cedido pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. Foram mantidas rasuras e correcções manuscritas. Não se introduziram alterações na grafia (erros de dactilografia, como falta de letras ou palavras pegadas, foram mantidos), na pontuação, nem no uso de maiúsculas e minúsculas. Manteve-se a acentuação gráfica original.

¹⁹⁹ Palavra corrigida/introduzida manuscritamente.

Não se foi mais longe, embora se reconheça que melhor ~~que melhor~~ se poderá ter feito, na distribuição dos serviços, para não se tornarem as obras muito dispendiosas.

E assim, no primeiro pavimento só se prevem obras de beneficiação

No segundo, além dos refeitórios e serviços externos, prevem-se duas camaratas.

No terceiro, além das restantes camaratas, funcionam as salas de classe e trabalho.

No ultimo, a residencia da comunidade.

A lotação situa-se perto de 60 crianças, que podem separar-se por grupos, visto dispor de camaratas distintas.

Não há novos problemas de agua e esgotos, que continuam a ser os mesmo já existentes em serviço.

As fachadas não sofrem alteração.

A estimativa das obras é cerca de 307 contos.

Lisboa, Julho 1963.

O Engenheiro

[Assinatura]

A. G. Prazeres

12

1908

Lista dos programas de arquitectura designados para a atribuição da bolsa do *Prix de Rome*, da Academia de França em Roma, entre 1800 e 1907, de acordo com os documentos oficiais publicados pela Academia de Belas Artes.²⁰⁰

1800 – Une École nationale des Beaux-Arts;

1801 – Achille Recevant dans sa tente les députés d’Agamemnon;

1802 – Une foire publique située sur les bords d’un grand fleuve et dans un des lieux les plus fréquentes d’une grande ville;

1803 – Un port maritime;

1804 – Un palais impérial;

1805 – Un édifice destiné à six familles opulentes se réunissant pour cultiver et encourager en commun les lettres et les arts;

1806 – Un palais pour la Légion d’honneur;

1807 – Un palais pour l’éducation de jeunes princes;

1808 – Bains publics;

1809 – Une église cathédrale;

1910 – Une bourse pour une ville maritime;

1911 – Un palais pour l’Université;

1912 – Un hospice central pour plusieurs départements;

1913 – Un hôtel de ville pour une Capitale;

1914 – Un projet de Bibliothèque;

1915 – Un projet d’École Polytechnique;

1916 – Un palais pour l’Institute royal;

1917 – Un conservatoire de musique;

1918 – Une promenade publique;

1919 – Un cimetière ou champ de repos;

1820 – Une école de médecine;

1921 – Un palais de justice pour le chef-lieu d’un département;

1922 – Une salle pour le théâtre de l’Opéra;

1923 – Un hôtel des Douanes et de l’octroi;

1826 – Un palais pour l’Académie royale de France, à Rome;

1827 – Un Musée d’histoire naturelle destiné à recevoir tous les trésors de la nature, en tous genres;

1828 – Une bibliothèque publique pour la capitale du Royaume;

1829 Un lazaret pour une ville méridionale de France;

1830 – Une maison de champagne pour un Prince, à peu distance de la Capitale;

1832 – Le projet d’un Musée;

1833 – Une école militaire;

1834 – Le projet d’un athénée;

1835 – Une école de médecine et de chirurgie;

1836 – Un palais pour l’exposition d’objets d’art et de produits de l’industrie;

1837 – Un projet d’un panthéon;

1838 – Une église cathédrale;

1839 – Un hôtel de ville;

1840 – Un palais de la chambre des Paris;

1841 – Un palais pour un ambassadeur de France auprès d’une puissance de 1^{ère} ordre;

1842 – Un palais des archives du Royaume;

1843 – Un palais de l’institute;

1844 – Un édifice pour l’Académie de Paris;

1845 – Une église cathédrale pour une ville capitale;

1846 – Un muséum d’histoire naturelle, avec Jardin botanique et ménagerie, pour une capitale;

1847 – Un palais de la chambre des Députés;

²⁰⁰ Informação recolhida a partir da publicação original reproduzida em microfichas: GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. – *Institut de France. Académie des beaux-arts. Liste des pensionnaires de l’Académie de France à Rome, donnant les noms de tous les artistes récompensés dans les concours du Prix de Rome de 1663 à 1907*. Paris: Imprimerie de Firmin-Didot, 1908. O documento está organizado por anos e não por categorias, pelo que a lista aqui apresentada implicou uma pesquisa alargada a toda a publicação e não a páginas específicas.

- 1848** – Un conservatoire des arts et métiers, avec galeries pour les expositions des produits de l'industrie;
- 1849** – Une école des Beaux-Arts;
- 1850** – Une place publique;
- 1851** – Un hospice sur l'une des hautes montagnes des Alpes;
- 1852** – Un Gymnase;
- 1853** – Un musée pour une capitale;
- 1854** – Un édifice consacré à la sépulture des souverains d'un grand empire;
- 1855** – Un conservatoire de musique et de déclamation;
- 1856** – Un palais pour l'ambassade française à Constantinople;
- 1857** – Une faculté de médecine;
- 1858** – Un hôtel impérial des invalides de la marine;
- 1859** – Un palais pour la cour de cassation;
- 1860** – Une résidence impériale dans la ville de Nice;
- 1861** – Un établissement de bains, dans une ville d'eaux thermales;
- 1862** – Un palais pour le gouverneur de l'Algérie, destiné à la résidence temporaire du Souverain;
- 1863** – L'escalier principal du palais d'un souverain;
- 1864** – Un hospice dans une des hautes montagnes des Alpes;
- 1865** – Une hôtellerie pour voyageurs;
- 1866** – Un hôtel pour un riche banquier;
- 1867** – un palais pour l'exposition des beaux-arts ;
- 1868** – Un calvaire;
- 1869** – Un palais de l'ambassade française dans la capitale d'un puissant état;
- 1870** – Une école de médecine;
- 1871** – Un palais pour les représentants de la France;
- 1872** – Un muséum d'histoire naturelle;
- 1873** – Un château d'eau sur la déclivité d'une colline;
- 1874** – Un palais des facultés de théologie, des lettres et des sciences;
- 1875** – Un palais de justice pour Paris;
- 1876** – Un palais des arts;
- 1877** – Un athénée pour une ville capitale;
- 1878** – Une cathédrale;
- 1879** – Un conservatoire de musique;
- 1880** – Un hospice pour les enfants malades;
- 1881** – Un palais cercle des beaux-arts;
- 1882** – Un palais pour le conseil d'État;
- 1883** – Une nécropole;
- 1884** – Un établissement thermal d'eaux minérales;
- 1885** – Une académie de médecine por Paris;
- 1886** – Un palais pour la cour des Comptes;
- 1887** – Un gymnase;
- 1888** – Un palais pour le Parlement;
- 1889** – Un établissement de bains de mer;
- 1890** – Un monument à Jeanne d'Arc;
- 1891** – Une gare centrale de chemin de fer;
- 1892** – Un musée d'artillerie;
- 1893** – Un palais pour les Sociétés savantes;
- 1894** – Une école centrale des Arts et Manufactures;
- 1895** – Le palais des expositions et des fêtes;
- 1896** – Une école supérieure de Marine;
- 1897** – Une église votive dans un lieu de pèlerinage célèbre;
- 1898** – Un palais pour les hôtes de la France;
- 1899** – Un hôtel pour le siège central d'une Banque d'État;
- 1900** – Un établissement d'eau thermale et Casino;
- 1901** – Une académie américaine à Paris;
- 1902** – Une imprimerie Nationale;
- 1903** – Une place publique;
- 1904** – Un palais pour le Gouverneur général de l'Algérie;
- 1905** – Un château d'eau;
- 1906** – Un collège de France;
- 1907** – Un grand Observatoire et une station scientifique.

13

2014, 26 de Outubro

Relatório realizado pela investigadora, aquando da primeira visita ao edifício, entre 17 e 19 de Outubro de 2014.²⁰¹

ASYLO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELLES DE TORRE DE MONCORVO

RELATÓRIO DE VISITA 17.10.2014-19.10.2014

Os dados aqui registados têm por base informação recolhida, aquando da visita ao Asilo, em reuniões, documentação, conversas e observações no local e ainda completados com elementos retirados dos desenhos de um projecto de remodelação do edifício, realizado em 1978, mas nunca executado; e do livro *De Asylo a Fundação, 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*, da autoria de Adília Fernandes.

17.10.2014

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO FRANCISCO ANTÓNIO MEIRELES, SR. ANTÓNIO MOREIRA:

Asilo inaugurado a 1916. No início abrigava idosos e crianças de ambos os sexos. Mais tarde [em 1963?²⁰²], deixou de albergar crianças do sexo masculino.

A capacidade deste era de 30 inválidos, 15 de cada sexo e 36 crianças. Mas chegou a albergar mais de 50 crianças. – Previsão de lotação para 60 crianças, no projecto de 1963.²⁰³

Parte do convento de S. Francisco foi demolida para a construção do Asilo e a pedra do primeiro foi reutilizada na construção do segundo [conforme memória descritiva¹]. Ainda existe uma parte do convento, a capela.

18.10.2014

DOCUMENTAÇÃO ENCONTRADA NA CAVE DO EDIFÍCIO:

Caixa de arquivo datadas de 1958, 1963, décadas de 1970 e de 1980 guardam registo:

- das compras (carne, bacalhau, arroz, açúcar, ferramentas...);
- das acções na bolsa em nome da fundação;

²⁰¹ Registo da primeira visita ao local do objecto de estudo, realizado pela investigadora, contendo uma primeira análise do edifício. Os dados foram posteriormente confrontados com informação retirada da mencionada obra de Adília Fernandes.

²⁰² In FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*. Coimbra: Palimage, 2008. p. 119.

²⁰³ Idem. p. 120.

- dos pagamentos às freiras (vigilantes: 4000\$00/mês), ao capelão, às serventes;
- de doações, pensões...

A gestão do asilo foi feita a partir de Lisboa, até à década de 1950 (possivelmente até 1957 – data do primeiro arquivo encontrado no lar).

O edifício funcionou até 2000. Sendo o novo lar inaugurado a 1999 – projecto de 1990.²⁰⁴

ANÁLISE DO EDIFÍCIO:

Partiu-se do princípio de que não havia instalações eléctricas no projecto original – no entanto, existe um documento datado de 13 de Novembro de 1913, proveniente da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (Organismo do Ministério do Fomento) que autoriza o estabelecimento e a exploração da instalação eléctrica.²⁰⁵

O edifício foi pintado, pelo menos duas vezes. O interior era rosa (reboco com cor); depois foi pintado com um rosa mais escuro e finalmente, amarelo. Em 1925, segundo o *Caderno de obras a realizar no edifício do Asylo Francisco António Meirelles, de Moncorvo e respectivos encargos e condições*, as paredes interiores com falhas foram reparadas com “reboco a pardo e a estuque, com côr na massa”. Qualquer azulejo ou mosaico caído ou danificado foi substituído.²⁰⁶

Aquando da construção, especula-se que o exterior tenha sido revestido por uma argamassa cinzento-azulada e, posteriormente, pintado por duas vezes. Nos trabalhos de manutenção de 1925, para o exterior foi «proposta a reparação das paredes em *reboco a pardo e a estuque*; dos socos, em *argamassa de cimento* e das fachadas “a pintar a tinta de óleo de linhaça em três demãos na cor existente”». ²⁰⁷ Permanece, por enquanto, a dúvida de qual terá sido a cor original do edifício.

O pavimento original do edifício é soalho – pinho (?). Posteriormente, foi coberto, em certas divisões, por placas de aglomerado revestidas a vinil.

Foi construído um anexo à cozinha, no alçado posterior do edifício, que funcionava como copa – na memória descritiva do projecto de 1912, presente na obra de Adília Fernandes, é feita referência a “duas casas de copa” que demonstra que este não fazia parte do desenho original; os desenhos de levantamento, utilizados para o projecto de remodelação

²⁰⁴ Idem. pp. 154 e 155.

²⁰⁵ Idem. p. 84.

²⁰⁶ Idem. p. 115.

²⁰⁷ Idem. p. 118.

de 1978, apresentam já este anexo como existente na altura e o novo projecto destinava este espaço a “copa”. Conclui-se portanto que este anexo já existia antes de 1978, sendo ou não utilizado como copa. Posteriormente a esta data, e até aos dias de hoje, sofreu alterações nos vãos e na cobertura e foram criados acessos pelo exterior.

O sistema de drenagem do solo é capaz de ter sido aproveitado do sistema original do antigo convento, tal como as suas fundações: as *Condições e encargos da empreitada geral para a construção do edifício destinado à instalação do Azilo Francisco António Meirelles, na cerca do extinto convento de S. Francisco* referem, logo no ponto 1, que “A demolição do edifício existente podendo o empreiteiro de acordo com o fiscal conservar os alicerces actuaes a parte que for aproveitável ao novo edifício, devendo revestir essa parte que se aproveitar dos alicerces com uma camada de asfalto antes de proseguir no assentamento da nova alvenaria.”²⁰⁸

A passagem que atravessa o pátio coberto – denominado “pátio-jardim”, em 1912, e “Estufa”, segundo as plantas de 1978 – não existia até essa data [1978], nem estava contemplado nesse mesmo projecto. Depreende-se então que a sua construção seja muito mais recente.

Os revestimentos a mosaico, na entrada, não aparentam pertencer ao projecto original.

Há mecanismos de ventilação reguláveis, tanto nos rodapés, como nas bandeiras das janelas.

Todos os cantos das paredes e dos rodapés são curvos (não apresentam arestas), para facilitar a limpeza.

O pátio foi coberto originalmente por vidro fosco em armação de ferro.²⁰⁹ Qualquer reparação ou substituição previa-se, de uma forma geral, utilizando sempre os mesmos materiais, portanto qualquer utilização de vidro aramado trata-se de uma intervenção muito mais recente.

As pedras utilizadas na alvenaria das paredes da cave possuem marcas que indiciam a sua reutilização neste local. As pedras encontram-se picadas, mas não rebocadas o que pode querer dizer que foram retiradas de um local onde se encontravam revestidas com reboco.

As varandas, denominadas “galerias” na memória de 1912, já possuíam escadas e guardas em ferro.²¹⁰

²⁰⁸ Idem. p. 79.

²⁰⁹ Idem. p. 82.

²¹⁰ Idem. p. 118.

Não há registo (até ver) da existência dos tubos de queda das caleiras ser no interior das paredes. Todas as fotografias já mostram as fachadas com os ditos tubos e não há referência a reparações destes (quer no interior ou no exterior das paredes). No entanto, tudo indica que estes são posteriores à construção de 1915: a existência de *courettes* na divisão das escadas adjacentes à fachada principal (onde até se verifica o apodrecimento da madeira dos degraus, possivelmente derivado de uma infiltração na parede) e no pátio coberto; indícios da existência de uma caleira anterior; e o facto dos frisos das fachadas e os degraus da escadaria principal de acesso ao edifício terem sido “recortados” para o encaixe dos tubos.

Nas plantas de 1978 não estão registadas lareiras. Possivelmente foram uma adição posterior a este ano.

OUTROS DADOS – RETIRADOS DO LIVRO *DE ASYLO A FUNDAÇÃO. 100 ANOS DE UM AGIR SOLIDÁRIO EM TORRE DE MONCORVO*:

A empreitada compreendia, ainda no ponto 1: “Todo o material da demolição ficara pertencendo ao empreiteiro que o utilizara na obra nova sempre que o fiscal assim o julgue em condições de servir.”²¹¹

As condições passam também, no ponto 3, por: “Todas as madeiras para esta construção cuja natureza não tenha sido determinada serão de casquinha de primeira qualidade.”

E no ponto 5: “Todos os materiais necesarios para esta construcção serão de primeira qualidade e sempre submettidos à aprovação do fiscal. O cimento a empregar será o das marcas ÁGUIA a fogo, ou CASTELLO ou MOCHO, a areia para as argamassas a empregar no assentamento da alvenaria, embouços e reboucos será dos ribeiros de Santa Luzia ou proximidade. Para os trabalhos mais finos sera utilizada a de Rio Sabor.

A cal a empregar sera em pedra exclusivamente de Valle de Porca, cosida a matto.

A pedra para alvenaria será o schisto das pedreiras que existem no local da obra.

O tijolo será de proveniencia aprovada pelo fiscal, e sempre de primeira qualidade.”²¹²

A memória descritiva diz-nos que a cave (primeiro pavimento) funcionaria como arrecadação. No corpo central do edifício, no segundo pavimento existiriam duas *magníficas* salas de aula e uma de reuniões (sessões); no terceiro encontrar-se-iam as enfermarias, escritórios e salas; finalmente, o quarto corresponderia às habitações do director e dos

²¹¹ Idem. p. 79.

²¹² Idem. p. 80.

serviçais. Ainda neste corpo, poder-se-ia encontra a cozinha, duas copas e os elevadores de pratos que ligariam os dois pisos.

Nas alas laterais dos segundo e terceiro pavimentos ficariam as camaratas e os recreios, sendo o segundo para os idosos e o terceiro para as crianças. No estatuto do asilo já teria ficado determinada a criação de 4 secções no asilo: 1.ª destinada a idosos, 2.ª a idosas, 3.ª a meninas e a 4.ª a rapazes²¹³. Especula-se que a metade do edifício, cujas portas são identificadas com números par (lado direito, de quem encara a fachada principal) seria destinada ao sexo feminino e a metade ímpar, ao sexo masculino.

“As camaratas e os recreios apresentam, por pessoa, uma cubagem superior à legalmente exigida quanto a prescrições higiénicas. O mesmo sucede relativamente às salas, refeitórios, oficinas e outras dependências, onde a renovação do ar é assegurada por uma ventilação permanente.”²¹⁴

Segundo a memória, o altar da capela seria ladeado por duas portas, uma daria acesso ao vão da escada de serviço (reservada ao pessoal), onde se localizava o vestiário do sacerdote. A outra era falsa. Estas portas não existem actualmente.

Há registo de ter sido instalado um sistema de aquecimento – radiadores – antes da inauguração do edifício.²¹⁵ Esses elementos já não existem (a confirmar).

Em Junho de 1925, o edifício sofreu obras de manutenção: restaurou-se o reboco das paredes e o estuque dos tectos, canalizações e esgotos; recolocou-se azulejos caídos; trocou-se torneiras; pintou-se mobiliário, os depósitos de água dos sótãos e todas as divisões do asilo que tinham sido intervencionadas, de modo a não haver manchas de cor diferente; substituiu-se vidros partidos; houve intervenções profundas na cozinha, nas copas e na casa das máquinas. No exterior, reparou-se o reboco e os socos e pintou-se todas as grades de ferro: guardas de varandas, escadas, guardas de escadas e o portão de entrada da estrada. Nos telhados, foram reparados os espigões e substituiu-se as telhas e vidros das clarabóias partidos. As escadas principais exteriores foram igualmente reparadas.

Em Maio de 1936, construiu-se a “casa de suínos” e os muros da cerca; colocou-se novas caleiras, reparou-se beirais, rebocos e estuques interiores e exteriores e socos; substituiu-se telhas e vidros partidos, restaurou-se novamente a escadaria principal e pintou-se os ferros.

Em Julho de 1963, as obras visaram a remodelação do asilo. No projecto, previa-se a construção de um pavilhão para inválidos, a eliminação de dependências desnecessárias e um

²¹³ Idem. p. 72.

²¹⁴ Idem. p. 82.

²¹⁵ Idem. p. 84.

melhoramento dos espaços destinados à alimentação. Mais uma vez, as obras passavam por restaurar os revestimentos interiores e exteriores, as pinturas, madeiras e caixilharias.²¹⁶

Usos:

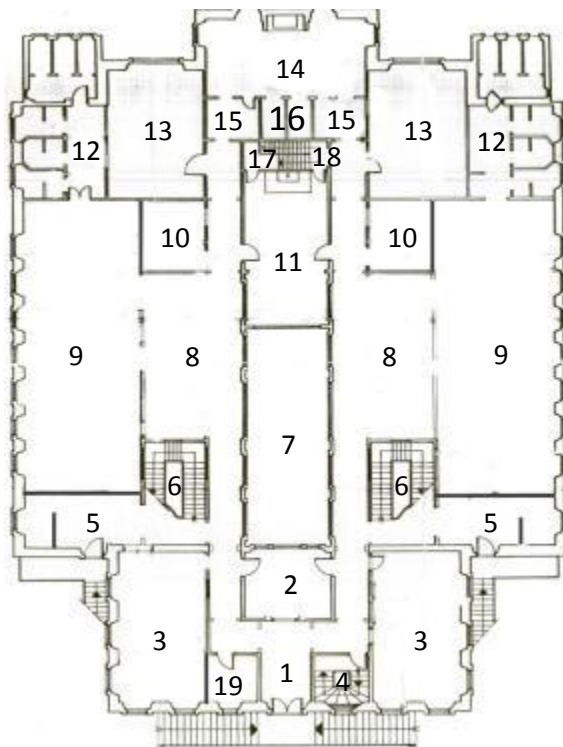
Com base nas descrições, na proposta de projecto 1978 e nas observações realizadas no local, é apresentada de seguida, uma síntese – meramente especulativa – da forma como o Asilo terá sido habitado, no início do século XX. As legendas azuis designam propostas de reconstituição.

DISTRIBUIÇÃO DAS SECÇÕES CONTIDAS NO ESTATUTO DO ASILO:



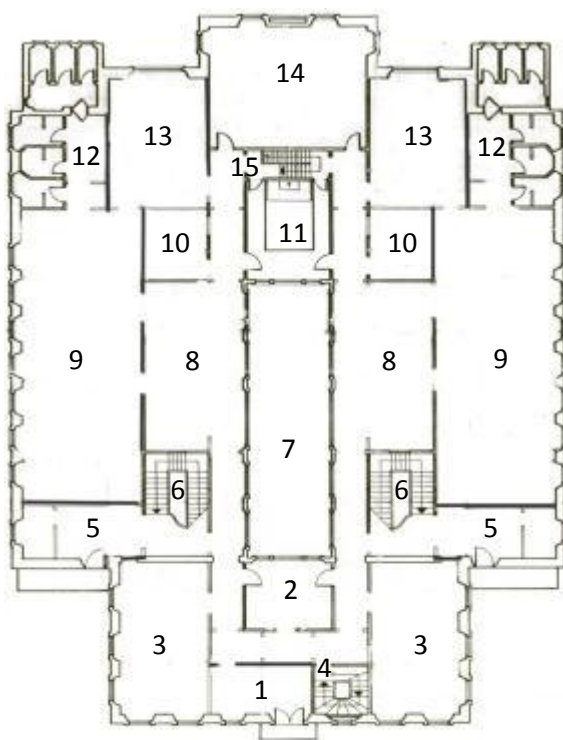
²¹⁶ Idem. Cap. XIII «O edifício – Outras obras», pp. 115-120.

ESTUDO – 1.º ANDAR – 2.º PAVIMENTO, EM 1916



- 1 – VESTÍBULO
- 2 – SALA DE REUNIÕES/ADMINISTRAÇÃO
- 3 – SALAS DE AULA
- 4 – ESCADAS DE ACESSO AO 4.º PAVIMENTO
- 5 – ANTECÂMARAS DAS CAMARATAS
- 6 – ESCADAS “DOS ASILADOS”, LIGAÇÃO ENTRE 2.º E 3.º PAVIMENTOS
- 7 – PÁTIO-JARDIM
- 8 – SALAS DE ESTAR
- 9 – CAMARATAS
- 10 – ROUPARIAS
- 11 – CAPELA
- 12 – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
- 13 – REFEITÓRIOS
- 14 – COZINHA
- 15 – COPAS
- 16 – DESPENSAS E ELEVADORES DE PRATOS
- 17 – VESTIÁRIO DO SACERDOTE
- 18 – ESCADAS DE SERVIÇO
- 19 – ARRUMOS

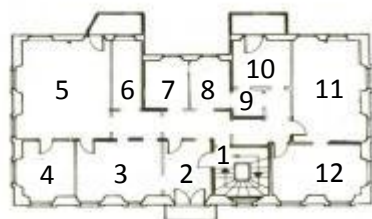
ESTUDO – 2.º ANDAR – 3.º PAVIMENTO, EM 1916



- 1 – ESCRITÓRIO
- 2 – SALA DE ENFERMAGEM
- 3 – ENFERMARIAS
- 4 – ESCADAS DE ACESSO AO 4.º PAVIMENTO
- 5 – ANTECÂMARAS DAS CAMARATAS/SALAS / ESCRITÓRIOS
- 6 – ESCADAS “DOS ASILADOS”, LIGAÇÃO ENTRE 2.º E 3.º PAVIMENTOS
- 7 – PÁTIO-JARDIM
- 8 – SALAS DE ESTAR/RECREIOS
- 9 – CAMARATAS
- 10 – ROUPARIAS
- 11 – CAPELA
- 12 – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
- 13 – REFEITÓRIOS
- 14 – SALA/ELEVADORES DE PRATOS
- 15 – ESCADAS DE SERVIÇO

PLANTA - 2º ANDAR

ESTUDO – 2.º ANDAR – 3.º PAVIMENTO, EM 1916



PLANTA 3.º ANDAR

1 – ESCADAS DE ACESSO AO 4.º PAVIMENTO

2 – ARRUMOS/ESCRITÓRIO

3 – QUARTO

4 – QUARTO

5 – SALA COMUM

6 – INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

7 – ESCRITÓRIO/QUARTO

8 – ESCRITÓRIO/QUARTO

9 – DESPENSA

10 – COZINHA

11 – SALA DE REFEIÇÕES

12 – QUARTO

CRONOLOGIA 1900-1916

A presente cronologia pretende enquadrar o processo de criação do *Asylo* no panorama político e social, nacional e internacional, entre os anos de 1900 e 1916.²¹⁷

1900

Morre Eça de Queirós.
Álvaro Machado, Túmulo neo-românico do visconde de Valmor, Lisboa.
[até 1919] Início da publicação *A Construção Moderna*.
Participação portuguesa na Exposição Universal de Paris.
[até 1906] Rafael Bordalo Pinheiro, fundação do jornal *A Paródia*.

1901

Columbano Bordalo Pinheiro é professor da Academia. Reforma da Academia.
Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*.
Júlio Dantas, *A Severa*.
Morre Toulouse-Lautrec.

1902

[9 de Junho] Testamento de Francisco António Meireles.

Primeira atribuição do Prémio Valmor.
Sociedade dos Arquitectos Portugueses.
Inicia-se o alargamento a toda a cidade de Lisboa da iluminação eléctrica pelas

²¹⁷ Como referências, foram utilizadas as cronologias contidas nas obras de PINTO, António Costa (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.); TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). – *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, Vol. 3. Lisboa: Objectiva, 2014, pp. 17-19; MATTOSO, José (dir.); RAMOS, Rui (coord.). – *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, 6.ª Vol. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 19; RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – *História de Portugal*. 4.ª Edição, Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009], p. 861; RODRIGUES, António Simões (coord.). – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 251-284; JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões. – *Bragança. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010, pp. 22-27; FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XIX*, Vol. II. Lisboa: Bertrand Editora, 1966; FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora, 1984; e no artigo do DIÁRIO IMOBILIÁRIO – *Lisboa no virar do século XX. (de 08 de Novembro de 2015)*. – [em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.diarioimobiliario.pt/Banners/Semana-em-Revista/Lisboa-no-virar-do-seculo-XX;>

Companhias Reunidas de Gás e Electricidade.

Completada a electrificação das linhas da Carris.

Inauguração da futura Avenida da República entre a Avenida Duque de Ávila e o Campo Grande.

[até 1906] Rodrigues Nogueira, Palácio Sottomayor.

É criada a Escola de Medicina Tropical e Hospital Colonial.

É inaugurada a linha férrea de Beja a Pias Moura.

Sampaio Bruno publica a obra, *A Ideia de Deus*.

Anselmo de Andrade, *Portugal Económico. Teorias e Factos*.

Agostinho de Campos, *Analfabetismo e Educação*.

Maria Amália Vaz de Carvalho, *Figuras de Ontem e de Hoje*.

Ruy Ennes Ulrich, *Estudos de Economia Social - I. Crises Económicas Portuguesas*.

João Meneses, *A Nova Fase do Socialismo*.

Ernesto da Silva, *Teatro Livre e Arte Social*.

Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*.

1903

[27 de Fevereiro] Demissão do governo de Hintze Ribeiro.

[Março] Greves gerais em Coimbra.

[17 de Julho] Início dos trabalhos da construção do caminho-de-ferro de Mirandela a Bragança.

[Julho] Greves operárias no Porto.

[7 de Dezembro] Movimento grevista dos metalúrgicos que, manter-se-á durante semanas recorrendo a violentos confrontos com a polícia.

Fundação do Real Automóvel Club de Portugal.

Eduardo VII de Inglaterra e Afonso XIII de Espanha visitam Portugal, retribuindo a visita do rei D. Carlos.

Morre Paul Gauguin.

António de Teixeira Lopes, monumento a Eça de Queirós, em Lisboa.

Ventura Terra, Santuário de Santa Luzia, Viana do Castelo.

Fortunato de Almeida publica a obra, *História das Instituições em Portugal*.

Raul Brandão publica, *A Farsa*.

Maria Amália Vaz de Carvalho, *Cérebros e Corações*.

António Costa Lobo, *História do Sociedade Portugal no Século XV*.

Manuel Moreira Feio, *Regime da Propriedade nas Colónias*.

José Frederico Laranjo, *As Ditaduras Políticas e os Amigos das Instituições*.

1904

[6 de Janeiro] Morte de Francisco António Meireles, em Lisboa e abertura do testamento.

[9 de Outubro] Reunião extraordinária da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, onde foram lidas as disposições testamentárias do benemérito e discutido o destino do legado que este havia deixado à vila. Foi criada uma Comissão de Vigilância, responsável pelo cumprimento destas disposições, presidida por António Caetano de Oliveira.

[25 de Setembro] Grande desastre militar português no Cunene, em Angola.

[18 de Outubro] Cai o governo de Hintze Ribeiro.

[16 de Novembro] Assinatura do segundo Tratado de Windsor, que consagra publicamente a aliança luso-britânica.

[Dezembro] Motim dos estudantes do Seminário de Bragança.

É concluída a linha férrea da Beira Baixa e o ramal Setil-Vendas Novas.

Inicia-se o consumo particular de luz eléctrica em Lisboa: contrato para iluminação das Avenidas Novas e Baixa, entre a Câmara Municipal de Lisboa e a CRGEL.

Surge a primeira sala de projecção de filmes do país, *O Salão Ideal*, em Lisboa.

Instalação da primeira linha telefónica entre Lisboa e Porto.

Ricardo Severo, *Casa Portuguesa*, Porto.

Sampaio Bruno publica, *O Encoberto*.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos edita o *Cancioneiro da Ajuda*.

Abel Botelho, *Os Lázaros - Figuras de Hoje*.

D. João de Castro, *Redenção*.

Latino Coelho, *Marquês de Pombal* (biografia).

Pe. Pinheiro Marques, *O Socialismo e a Igreja*.

Basílio Teles, *Carestia de Vida nos Campos*.

Cartas a Um Lavrador.

1905

[26 de Fevereiro] Inauguração do Teatro Castelo, em Moncorvo.

[28 de Julho] Portaria autorizando a abertura a exploração do troço da linha férrea de Mirandela a Bragança, entre Mirandela e Romeu.

[12 de Agosto] Publicação do Regulamento Policial dos Mendigos da Cidade de Lisboa.

[29 de Agosto] Regime de instrução secundária: "A Escola Municipal Secundária Manoel António de Seixas, de Moncorvo, é autorizada a conferir o diploma do curso geral, 1.ª secção.

[16 de Outubro] Inauguração da linha férrea Mirandela-Macedo.

[16 de Dezembro] Portaria que autoriza a abertura a circulação do troço da linha férrea de Mirandela a Bragança compreendido entre Macedo de Cavaleiros e Sendas.

Termina a construção da linha férrea entre Estremoz e Vila Viçosa.

Criação da Liga de Educação Nacional.

Maria Amália Vaz de Carvalho publica *Nossas Filhas*.

Luís Gonçalves, *A Evolução do Movimento Operário em Portugal*.

Fernando Emídio da Silva, *O Operariado na Questão Social; As Classes Operárias, Traços para a Sua História*.

Início do movimento artístico *Fauvismo*.

Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*

Ruy Ennes Ulrich, *Ordens e Congregações Religiosas em Portugal (desde 1834 a 1904)*.

Conclusão da electrificação da rede de eléctricos de Lisboa.

Morre Rafael Bordalo Pinheiro.

Museus de Arte Sacra (São Roque) e Coches.
[até 1912] Revista *Arte*, Porto.

1906

[Fevereiro] Fundação do Círculo dos Sociais
Teófilo Braga.

[21 de Março] Terminaria aqui a fase
rotativismo partidário iniciado em 1893.

[19 de Maio] Nomeação de João Franco para
formar governo. «Inicia "à inglesa" e acaba "à
turca"», com a chamada ditadura de João
Franco.

[17 de Junho] Projecto de construção de um
Hospital Civil Distrital.

[13 Agosto] Portaria que autoriza a abertura
da exploração do troço da linha férrea de
Mirandela a Bragança, compreendido entre
Sendas e Rossas.

[18 de Outubro] Inauguração do troço da linha
férrea entre Mirandela e Bragança,
compreendido entre Santa Comba de Rossas e
Bragança.

[1 de Dezembro] Inauguração do caminho-de-
ferro de Mirandela a Bragança.

1906-1908: Governo de João Franco.

Linha férrea do Sul chega a Vila Real de Santo
António.

Criado, em Lisboa, o primeiro liceu feminino.

Ventura Terra, Banco Lisboa e Açores, Lisboa.
 Álvaro Machado, projecto da sede da
 Sociedade Nacional de Belas Artes, Lisboa.
 Primeiro Campeonato de Futebol, entre os
 clubes de Lisboa e arredores.
 Amadeo de Souza Cardoso parte para Paris.
 Morre Paul Cézanne.
 Raul Brandão publica, *Os Pobres*.
 Sampaio Bruno, *Os Modernos Publicistas
 Portugueses*.
 Maria Amália Vaz de Carvalho, *Ao Correr do
 Tempo*.
 Campos Lima, *A Questão Social*.
 J. M. Esteves Pereira, *A Indústria Portuguesa
 (Séculos XII a XIX)*.
 Ruy Ennes Ulrich, *Legislação Operária
 Portuguesa*.
 Fialho de Almeida, *Lisboa Monumental*.
 Exposição de Malhoa, no Rio de Janeiro.

1907

[7 de Maio] Visita do Abade de Baçal às ruínas
 do antigo Convento de São Francisco de
 Moncorvo

[14 de Fevereiro] Aprovada a lei que
 reconhece a liberdade de associação sem
 autorização prévia.

[7 de Abril] Concurso para a concessão do
 exclusivo da iluminação eléctrica, pública e
 particular, na cidade de Bragança, pela
 Câmara Municipal de Bragança.

[23 de Maio] Decreto que manda encerrar as
 matrículas na Universidade de Coimbra.

Surto de greves no sector Industrial, em várias
 regiões do país, nomeadamente Setúbal,
 Covilhã e Porto.

Criação da Federação Geral do Trabalho, de
 orientação sindicalista-revolucionária.

	<p>[20 de Junho] Publicação de nova lei de imprensa.</p> <p>Os jornais <i>O Mundo</i> e <i>O País</i> são suspensos temporariamente.</p>
<p>[30 de Agosto] É nomeada a primeira comissão administrativa, composta pelo presidente António Augusto Pereira de Miranda, pelo secretário Frederico Pereira Palha, e pelo tesoureiro Júlio Henrique de Seixas.</p>	<p>[1 de Agosto] Morre Ernesto Hintze Ribeiro, chefe do Partido Regenerador.</p> <p>[17 de Agosto] Decreto de João Franco promulga o descanso semanal obrigatório.</p> <p>Em Lisboa, é electrificado o elevador de Santa Justa.</p> <p>Picasso, <i>Les demoiselles d'Avignon</i></p> <p>Realiza-se, no Porto, o II Congresso das Associações Populares Católicas.</p> <p>Publica-se a revista literária <i>Nova Silva</i>, da qual faziam parte Jaime Cortesão, Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra e Cláudio Basto.</p> <p>Manuel de Arriaga, <i>Harmonias Sociais, O Problema Humano e a Futura Organização Social</i>.</p> <p>Sampaio Bruno, <i>A Questão Religiosa</i>.</p> <p>Brito Aranha, <i>Factos e Homens do Menu Tempo</i>.</p> <p>Velhinho Correia, <i>O Ensino e a Educação em Portugal</i></p> <p>José Malhoa, o quadro <i>Os Bêbados (ou Festejando o S. Martinho)</i>.</p> <p>Pablo Picasso, o quadro <i>Les Demoiselles d'Avignon</i>.</p> <p>Morre Alfredo Keil.</p>

Animatógrafo do Rossio (fachada em Arte nova).

1908

[28 de Janeiro] Tentativa de golpe revolucionário, para derrubar a Monarquia.

[1 de Fevereiro] Regicídio: são assassinados o rei D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe por militantes republicanos.

[4 de Fevereiro] Aclamação do rei D. Manuel II, com apenas 18 anos. Demissão de João Franco e nomeação de um governo de coligação dito «da aclamação».

[Abril] Realização do I Congresso Nacional do Livre Pensamento, em Lisboa.

[23 de Junho] Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Presidente da Comissão Instaladora, sediada em Lisboa, do Asylo Meirelles de Moncorvo, contendo observações e aconselhamento relativos à futura instalação do Asylo, com base nas disposições testamentárias de Francisco António Meireles: a “Escolha do local”, “Pessoal e seus vencimentos” e “Orçamento”.

[31 de Dezembro] Publicação, no Diário do Governo, dos Estatutos do Asylo Francisco Antonio Meirelles

[12 de Dezembro] Escritura de constituição e estatutos da Sociedade Cooperativa de Consumo Moncorvense.

Projecto de Ventura Terra para abertura de galerias nos prédios entre o largo do Corpo Santo e a Praça do Município, em Lisboa.

I Congresso Pedagógico de instrução Primária

e Popular.

Fundação da Academia de Ciências de Portugal, de cariz republicano.

Concluída a linha férrea de Évora a Arraiolos e a Moura.

Fundação do diário sindicalista *A Greve* e do semanário anarquista *O Protesto*.

Lino Neto, *A Questão Agrária*.

O grupo da *Nova Silva* organiza os «Amigos do A. B. C.»

Norberto de Araújo, *Negócio da China*.

Júlio de Castilho, *Fastos Portugueses*.

J. de Oliveira Simões, *A Evolução da Indústria Portuguesa*.

A. Teixeira Júdice, *Notas sobre Portugal*.

[até 1918] Publicação *Arquitectura Portuguesa*.

1909

[Março] Motins vinícolas em todo o do Douro.

[23 de Abril] Terramoto que atingiu a região de Benavente, Salvaterra de Magos e Samora Correia, tendo provocado alguns mortos e significativas destruições, numa região já bastante assolada pelas cheias Tejo.

[14 do Maio] Novo governo chefiado pelo regenerador dissidente Venceslau de Lima.

[Julho] O republicano Consiglieri Pedroso é eleito presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

[22 de Dezembro] Toma posse o novo governo

progressista chefiado por Veiga Beirão.

Monumento ao Marechal Saldanha, na praça com o seu nome, em Lisboa.

A comissão executiva da Junta Liberal organiza uma manifestação popular que congrega mais de cem mil pessoas. Organização paramaçónica de propaganda liberal, a Junta foi fundada em 1900, com o objectivo de combater o clericalismo. Tendo à sua frente homens como Miguel Bombarda, António Aurélio da Costa Ferreira, Egas Moniz, Cândido dos Reis, etc., desenvolveu intensa actividade na propagação dos ideais republicanos, liberais e progressistas.

Oliveira Ferreira, projecto para o monumento da Guerra Peninsular.

Movimento artístico Cubismo Analítico.

Criação, por Serguei Diaghilev, dos *Ballets Russes*, em Paris.

Filippo Tommaso Marinetti, *Manifesto Futurista*.

Maria Amália Vaz de Carvalho, *A Marquesa de Alorna; No Meu Cantinho*.

Costa Lobo, *Origens do Sebastianismo - História e Prefiguração Dramática*.

Marnoco e Sousa, *Economia Nacional*.

Augusto de Castro, a peça *Chá das Cinco*.

J. S. Coelho, *Quem É Ferrer*.

Constâncio Roque da Costa, *Problemas de Economia Nacional*.

1910

[Fevereiro] Edita-se, em Coimbra, a publicação anarquista *O Clarão*.

[14 de Junho] A Maçonaria decide, em

assembleia geral, nomear uma «comissão de resistência» encarregada de colaborar de forma mais activa com a Carbonária. Dessa comissão faziam parte José de Castro, Miguel Bombarda, Machado Santos, Francisco Grandela entre outros. António José de Almeida e Cândido dos Reis são os representantes do Directório republicano, nesta comissão.

[3 de Outubro] Assassinato do Dr. Miguel Bombarda.

[5 de Outubro] Revolução republicana e implantação da República. Teófilo Braga é nomeado presidente do Governo Provisório da República Portuguesa (até 3 Setembro de 1911).

[6 de Outubro] Proclamação da República no Porto e noutras localidades da província, facto que vai acontecendo, paulatinamente, nos dias que se seguem. O anúncio da implantação da República foi chegando a província por meio do telégrafo.

[8 de Outubro] Publicação dos decretos que instituem a expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos. São expulsas de Portugal as ordens religiosas. Foi abolido o ensino da doutrina cristã e o juramento religioso nos tribunais e noutros actos oficiais.

Abolição do Conselho de Estado e da Câmara dos Pares, demissão de funcionários da Casa Real, abolição de títulos, distinções e direitos de nobreza, adopção de uma nova bandeira e hino nacionais, entre outras medidas de carácter liberal, entretanto contrariadas pelo franquismo.

Auto de proclamação da República Portuguesa nos Paços do Concelho de Bragança.

[10 de Outubro] Assalto popular e destruição

dos jornais de Lisboa, *Liberal* (ex-progressista) e *Portugal* (ultramontano).

[12 de Outubro] É criada a Guarda Republicana.

[24 de Outubro] Decreto que determina que o Teatro D. Maria II se denomine Teatro Nacional.

[26 de Outubro] Decreto que aprova os estatutos da Academia de Ciências de Portugal. Fundada em 1907 por acção de Teófilo Braga.

[Outubro] Realiza-se o Congresso do Livre-Pensamento.

[3 de Novembro] Promulgação da Divórcio.

[10 de Novembro] A Inglaterra reconhece de facto a República Portuguesa.

[12 de Novembro] Primeira lei do inquilino do novo regime.

[1 de Dezembro] Inauguração da Bandeira Nacional Republicana, segundo o modelo de Columbano Bordalo Pinheiro.

[29 de Dezembro] É aberto ao público o Museu da Revolução, instalado no Convento do Quelhas, em Lisboa.

São extintas as Faculdades de Teologia e de Direito Canónico.

Publicada a Lei da Liberdade de Imprensa.

Inicia a sua publicação o semanário *O Sindicalista*.

Machado dos Santos dirige o diário republicano radical *O Intransigente*.

Publica-se, no Porto, a revista literária *A Águia*.

Henrique de Carvalho, *Cartas Vermelhas - Ao Rei e ao Povo*.

Maria Amália Vaz de Carvalho, *Duquesa de Palmela - In Memoriam*.

Augusto Casimiro, *A Vitória do Homem*.

Augusto de Castro, a peça *Vertigem*.

Trindade Coelho, *Autobiografia e Cartas*.

Azedo Gneco, *Reclamações Operárias*.

José Malhoa, o quadro *O Fado*.

Morre Henri Rousseau.

1911

[4 de Janeiro] Estreia no Teatro da Rua dos Condes, a peça *Cinco de Outubro*, original de Mário Monteiro.

[6 de Janeiro] Assalto às redacções dos jornais monárquicos de Lisboa, *Correio da Manhã* e *Diário Ilustrado*.

Primeira récita no Teatro Nacional da peça *Pena Última*, de Henrique de Mendonça.

[7 de Janeiro] Primeira greve geral ferroviária.

[10 de Janeiro] É decretado o descanso semanal obrigatório, ao domingo, para todo o assalariado.

[15 de Janeiro] Inicia a sua publicação o jornal *República*, dirigido por António José de Almeida.

[19 de Janeiro] Primeira apresentação, no Teatro Nacional em Lisboa, da peça *Bi*, original de Victoriano Braga e Vasconcelos e Sá.

[21 de Janeiro] Decreto que extinguiu culto religioso na capela da Universidade de Coimbra e cria um museu de arte no mesmo edifício.

[25 de Janeiro] Primeira récita da peça *Pátria Livre*, original de Ernesto do Carmo, no Teatro da Rua dos Condes, em Lisboa.

[4 de Fevereiro] Estreia, no Teatro da Avenida em Lisboa, a revista *Nem mais nem menos*, de Guedes de Oliveira.

[18 de Fevereiro] Instituição do registo civil obrigatório.

[22 de Fevereiro] Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Ministro do Interior, relativamente à existência de heranças ou legados, naquele distrito, destinados ao ensino ou à assistência

[23 de Fevereiro] Bispos tomam posição na pastoral colectiva, contra a supressão juramento religioso, a expulsão das congregações, a lei do divórcio, e restantes

pública, que ainda não tivessem sido aplicados.	<p>medidas anticlericais postas em prática pela república.</p> <p>[22 de Março] Decreto que cria as Universidades de Lisboa e Porto.</p> <p>[29 de Março] Decreto que reorganiza os serviços de instrução primária. Cria oficialmente o ensino infantil para os dois sexos, escolas infantis em cada um dos bairros de Lisboa e Porto, em todas as capitais de distrito e nas sedes dos principais concelhos, atribuindo-lhes professoras diplomadas pelas escolas normais. Apesar da legislação que foi sendo publicada, o ensino oficial infantil tardou a aparecer, por falta de verbas.</p> <p>Quanto ao ensino primário, este decreto declarava-o laico e descentralizado. Em termos organizativos, o ensino primário era distribuído por três graus: o elementar, obrigatório com duração de três anos; o complementar, com duração de dois anos; o superior, com duração de três anos.</p> <p>[10 de Abril] Récita no S. Carlos, em Lisboa, com a apresentação de <i>O Primeiro Beijo</i>, de Júlio Dantas.</p>
[14 de Abril] Correspondência do Governador Civil de Bragança dirigida ao Ministro do Fomento, relativamente à aprovação da obra de construção do Asylo.	<p>[20 de Abril] É publicada a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja. Declara livres todos os cultos, proibindo o ensino do cristianismo nas escolas, nacionalizando os bens da Igreja e supervisionando as manifestações de culto. Como resposta a esta lei, o Vaticano corta relações diplomáticas com Portugal.</p> <p>[21 e 22 de Abril] Estreiam, respectivamente, no Teatro da Avenida em Lisboa, a revista <i>É Provisório</i>, e no Teatro Nacional de Lisboa, a peça <i>Infelicidade Legal</i>, de Coelho de Carvalho.</p> <p>[3 de Maio] Decreto que organiza um corpo nacional de tropas, denominado Guarda Nacional Republicana, e extingue a Guarda Republicana de Lisboa e Porto.</p> <p>[14 de Maio] Abertura da exposição de pintura</p>

de Columbano Bordalo Pinheiro, na Academia de Belas-Artes de Lisboa.

[22 de Maio] Decreto que institui o *escudo como* moeda oficial, em substituição do *real*.

[25 de Maio] Publica-se a nova Lei de Assistência. A reforma dos serviços de assistência pública foi um dos propósitos fundamentais da República. A Constituição de 1911 reconhecia, no seu articulado, o direito à «assistência pública», no entanto a expulsão das ordens religiosas trouxe problemas à concretização deste princípio, já que na sua dependência estavam grande parte dos asilos, hospitais, etc. Era, então criada a Direcção-Geral de Assistência, na dependência da qual ficavam os organismos oficiais de beneficência. Foi instituído um Fundo Nacional de Assistência e um organismo específico para o administrar. Era a tentativa, ainda que incipiente em termos de implantação no território, de uma rede de assistência pública. Calcula-se que no final da guerra beneficiariam do serviço de assistência existente na capital, cerca de 5000 pessoas.

Eleições para a Assembleia Constituinte (28 de Maio).

[10 de Junho] Cortejo cívico em Lisboa, em homenagem a Luís de Camões.

Récita de gala em Lisboa, no Teatro Garrett, pela efeméride camoniana.

[17 de Junho] Decreto que manda proceder ao recenseamento geral da população.

[19 de Junho] Pelo Decreto D. G. n.º 157, estabelece as cores e o desenho da Bandeira Nacional (mudada de azul e branco Para encarnado e verde), e adopta *A Portuguesa*, de Alfredo Keil (música), e Henrique Lopes de Mendonça (letra), como Hino Nacional.

[19 de Julho] Criação, em Lisboa, do Museu Nacional de Arte Contemporânea.

[15 de Agosto] Publicação das condições para o concurso e arrematação das obras do edifício destinado ao Asylo.

[17 de Agosto] Anúncio publicado no Jornal *Primeiro de Janeiro*, publicitando o concurso para a construção do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*, em Torre de Moncorvo, da autoria do presidente da Comissão Administrativa, António Augusto Pereira de Miranda

[21 de Agosto] Promulgação da Constituição da República Portuguesa.

[24 de Agosto] Manuel de Arriaga é o primeiro Presidente da República eleito, por 4 anos.

[25 de Agosto] Entra em vigor a nova Constituição e é eleito o Senado.

[8 de Setembro] Inauguração da linha férrea do vale do Vouga.

Reconhecimento da República Portuguesa pelas potências europeias (11 de Setembro).

[3 de Outubro] Morre a médica D. Caricina Beatriz Ângelo, a única mulher portuguesa, até àquela data, com direito a voto.

[4 de Outubro] Primeira incursão monárquica, comandada por Paiva Couceiro.

[11 de Outubro] Estreia, no Teatro Apolo de Lisboa, a opereta *O Chico das Pegas*, de Eduardo Schwalbach.

Partidários de Afonso Costa dominam o congresso do Partido Republicano (30 de Outubro).

[6 de Novembro] Manuel de Arriaga substitui a esmola por actos de beneficência social, destinando anualmente um conto do seu subsídio a seis obras de instrução, caridade e assistência.

[22 de Novembro] Morre, em Setúbal, o poeta popular António Maria Eugénio, conhecido pelo *Calafate*.

[Dezembro] Recenseamento da população: 5 950 056, no Continente e Ilhas. Lisboa tem 435 359 habitantes (7,2% da população total), e o Porto 194 000. Cerca 80% da população trabalha na agricultura. 75,1% da população portuguesa (81,2% do sexo feminino) é analfabeta. O censo de 1911 indicava uma taxa de analfabetismo na ordem dos 75,1%

(69,6%, dos maiores de 7 anos), no entanto, a distribuição do analfabetismo não era, naturalmente, homogénea. Mostrava-se bastante maior nas mulheres (82 a 83% contra 65 a 68%), nos idosos e nas regiões do interior do Sul e Ilhas.

Reforma do ensino de Belas-Artes.

Criação do Museu Soares dos Reis.

J. A. M. de Almeida publica *A Separação do Estado e das Igrejas*.

De Fialho de Almeida foram publicadas postumamente as seguintes obras: *Barbear e Pentear; Aves Migradoras; Vida Errante; Figuras de Destaque; Estância d'Arte e de Saudade; Saibam Quantos...; Actores e Autores*.

José de Arriaga, *Causas da Revolução do Outubro de 1910*.

João de Barros, *A Nacionalização do Ensino*.

Teófilo Braga, *Discursos sobre a Constituição Política da República Portuguesa*.

Raul Brandão, *O Padre*.

Amália Vaz de Carvalho, *Impressões de História*.

Augusto Casimiro, *A Tentação do Mar*.

F. B. Machado, *A Jornada Normal do 8 Horas de Trabalho — Projecto de Lei Apresentado à Assembleia Nacional Constituinte*.

Basílio Teles, *I As Ditaduras, II O Regime Revolucionário, III A Constituição, IV Finanças; As Ditaduras - II. O Regime Revolucionário*.

J. do Vale, *A Revolução Burguesa e a Revolução Social*.

J. Leite de Vasconcelos, *Lições de Filosofia Portuguesa*.

António Osório, *A Matemática na Economia Pura - A Troca*.

Luís de Castro, *Crédito Agrícola Democrático*.

Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional -*

I O Problema da Emigração (dissertação de concurso à cadeira de Economia Política).

Albino Vieira da Rocha, *A Situação Económica de Portugal — a Alta de Preços*.

Teixeira de Pascoaes, *Marânus*.

1912

[3 de Janeiro] Estreia da comédia de Augusto de Castro *As Nossas Amantes*, interpretada por Adelina Abranches.

[5 de Janeiro] Publica-se, em Lisboa, a revista teatral *O Palco*.

[6 de Janeiro] Torre de Moncorvo: inauguração de "um novo club" por parte do "grupo conservador republicano".

[23 de Janeiro] Portugal subscreve, em Haia, a convenção internacional do ópio.

[22 de Fevereiro] Assina-se, com a Casa Marconi, o contrato para a introdução da telegrafia sem fios em Lisboa, Porto, S. Miguel, Funchal e S. Vicente de Cabo Verde.

[24 de Fevereiro] António José de Almeida funda o Partido Evolucionista.

[26 de Fevereiro] Brito Camacho funda o Partido União Republicana.

Epidemia de tifo, em Lisboa, que, mantendo-se até Abril, mata 254 pessoas.

[9 de Maio] Artigo publicado no *Jornal Notícias de Bragança*, questionando a paralisação do projecto de edificação do Asylo Francisco António Meirelles, em Torre de Moncorvo, da autoria de Accacio Lopes.

[30 de Maio] Data da memória descritiva do projecto do edifício Asylo.

[Maio-Junho] Greve da Carris, em Lisboa, que dura 26 dias

[16 de Junho] Tomada de posse do 3.º governo constitucional, presidido Duarte Leite.

[20 de Junho] É aprovada uma lei sobre

mendicidade.

[5 de Julho] Portugal assina em Londres a convenção radiotelegráfica internacional.

[6 de Julho] Segunda incursão monárquica, de Paiva Couceiro.

[Julho] Portugal participa, pela primeira vez nos Jogos Olímpicos de Estocolmo.

[Agosto] Portugal assina, em Paris, a convenção sanitária internacional.

[20 de Setembro] Regulamento de Descanso Semanal do Distrito de Bragança.

[10 de Dezembro] Inauguração da Escola Móvel Agrícola de Torre de Moncorvo.

Grande vaga de emigração, no distrito de Bragança: mais de 9 mil e quinhentas pessoas (cerca de 20% da população) emigraram legalmente, só neste ano.

Rosendo Carvalheira, Sanatório da Parede.

Marcel Duchamp, *Nue descendant un escalier*.

Exposição do grupo *Blaue Reiter*, em Berlim.

Georges Braque e Picasso, *papiers collés*.

1913

[9 de Janeiro] Tomada de posse do primeiro governo homogéneo da República, presidido por Afonso Costa.

[24 de Janeiro] Decreto que aprova a organização geral da Cruz Vermelha Portuguesa.

[17 de Fevereiro-15 de Março] *Armory Show*, E.U.A.

[5 de Março] Destacamento da GNR, em Torre de Moncorvo.

Demolição das ruínas do Convento de São Francisco de Torre de Moncorvo e início da construção do edifício do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*.

[3 de Julho] Nova lei eleitoral restringe o direito de voto. Pela primeira vez em Portugal, é explicitamente proibido o voto das mulheres.

[7 de Julho] Criação do Ministério da Instrução Pública.

[10 Julho] Corte das relações com a Santa Sé e extinção da embaixada de Portugal no Vaticano.

[3 de Outubro] Fundação das escolas móveis.

[1913-1914] Primeiro governo de Afonso Costa.

Fundação da União Católica.

Inicia-se, em Lisboa, a publicação do semanário anarquista *Terra Livre*.

É publicada, pela primeira vez em Portugal, uma súmula de *O Capital*, de Karl Marx.

Termina a publicação de *Religiões da Lusitânia*, de Leite de Vasconcelos.

Aquilino Ribeiro, *Jardim das Tormentas*, livro que marca o início da carreira literária do autor.

Maria Amália Vaz de Carvalho, *Coisas do Século XVIII em Portugal, Coisas de Agora*
Leonardo Coimbra, *O Criacionismo e a Morte*.

J. B. de Barros, *Causas da Carestia do Pão em Portugal*.

Mário Beirão, *O Último Lusíada*.

J. A. Martins, *O Sindicalismo*.

Fernando Emídio Martins, *As Greves*.

Guillaume Apollinaire, *Les Peintres cubistes*.

Primeira exposição de Almada Negreiros e texto de Fernando Pessoa.

Amadeo cubista e abstracto.

Inauguração da sede da Sociedade Nacional de Belas Artes.

Movimentos artísticos: Suprematismo (Malevitch), Construtivismo (Tatlin), Cubismo sintético.

1914

[9 de Fevereiro] Toma posse o governo chefiado por Bernardino Machado.

[8 de Março] Fernando Pessoa cria o heterónimo Alberto Caeiro e escreve *Guardador de Rebanhos*.

[11 de Março] Sobe à cena, no Teatro Nacional de Lisboa, a *Farsa de Inês Pereira*, Gil Vicente.

[6 de Abril] Concerto histórico no Teatro da República, com obras de D. João IV à actualidade.

É lançada a revista integralista *A Nação Portuguesa*.

[15 de Junho] Inauguração em Coimbra do Teatro Sousa Bastos, com a opereta *A Rainha das Rosas*.

[23 de Junho] Segundo governo de Bernardino Machado.

[29 de Junho (e 28 de Outubro)] Lei que reconhecia a Sociedade Nacional de Belas-artistas como instituição de utilidade pública.

[28 de Julho] Início da Primeira Guerra Mundial.

[7 de Agosto] O Congresso da República autoriza o Governo a intervir militarmente na guerra.

[11 de Setembro] Envio de tropas portuguesas para África.

[13 de Setembro] Arde completamente o Teatro da República, em Lisboa.

[Outubro] Primeiros confrontos com as tropas alemãs junto às fronteiras do sul de Angola e norte de Moçambique.

[18 de Dezembro] Columbano Bordalo Pinheiro é eleito director do Museu de Arte Contemporânea.

Começa a publicar-se a revista *Nação Portuguesa*, órgão do Integralismo Lusitano.

Criação da União das Juventudes Sindicalistas.

A União Operária Nacional inicia a publicação, em Lisboa, do seu órgão quinzenal *União Operária*.

As juventudes sindicalistas iniciam, em Lisboa, a publicação do mensário *O Despertar*.

Norberto de Araújo, *Democratização da Arte*.

Raul Brandão, *A Conspiração de Gomes Freire*.

Bento Carqueja, *O Materialismo Histórico*.

Augusto Casimiro, *A Catalunha*.

A. Lima, *Educação e Ensino – Educação Integral*.

César Nogueira, *Relatório do Conselho Central do Partido Socialista Português ao X Congresso Internacional Socialista (Viena, 1914)*.

Mário de Sá-Carneiro, *Confissão de Lúcio*.

Amadeo purista e expressionista.

Amadeo, Santa-Rita regressam de Paris.

Marques da Silva, Armazéns Nascimento, Porto.

Francisco dos Santos, António do Couto e Adães Bermudes, projecto do monumento ao Marquês de Pombal.

Duchamp faz os primeiros *ready-made*.

1915

[Janeiro] A União Operária Nacional divulga urna circular sobre a carestia de vida.

[3 de Fevereiro] Partem para Angola mais contingentes expedicionários, para fazer face

	<p>aos ataques constantes das tropas alemãs.</p> <p>[17 de Fevereiro] D. António Manuel Pereira Ribeiro é sagrado bispo do Funchal, o que representa a primeira sagração episcopal após a implantação da República. Sinal de que começavam a dar mostras de pacificação as relações entre as duas esferas.</p> <p>[12 de Fevereiro] No Teatro de S. Carlos, em Lisboa, estreia a comédia de Eduardo Schwalbach, <i>Os Anos do Papa</i>.</p> <p>[3 de Março] A subida das tabelas do preço do pão provoca assaltos as padarias e tumultos em vários pontos do país. Acontecimentos que se repetem nos dias seguintes.</p> <p>[5 de Março] Estreia, no Teatro de S. Carlos de Lisboa, a peça <i>Ciúmes de Mulher</i> de António Carneiro.</p> <p>[25 de Março] Publicação do primeiro número da revista <i>Orpheu</i>, com colaboração de Fernando Pessoa.</p>
	<p>[3 de Maio] Estreia da peça original de Augusto de Lacerda, <i>Mártires do Ideal</i>, no Teatro Nacional em Lisboa.</p> <p>[14 de Maio] Revolução, em Lisboa, contra o governo do general Pimenta de Castro. O presidente Manuel de Arriaga é forçado a resignar.</p> <p>[29 de Maio] Proclamação de Teófilo Braga como presidente da República.</p>
[Junho] A Superiora Geral e uma Conselheira da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas (hoje conhecida por Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição) visitam o <i>Asylo</i> , para verificar as suas condições para acolher a comunidade de irmãs.	
	<p>[6 de Agosto] Bernardino Machado é eleito</p>

	presidente da República
	[6 de Agosto] Morre Ramalho de Ortigão.
	[11 de Novembro] Morre o escritor e jornalista, José Pereira de Sampaio Bruno.
	João de Barros e João de Rio iniciam, em Lisboa, a publicação do mensário artístico, literário e social <i>Atlântida</i> .
	[29 de Novembro] Afonso Costa regressa ao Governo.
[Dezembro] Cinco Irmãs, vindas de Espanha, instalaram-se no edifício, formando a comunidade que inaugurou o Asylo, sob a orientação da Irmã Amada da Imaculada Conceição.	
	O concurso para o monumento do Marquês de Pombal, em Lisboa, foi ganho por uma equipa constituída pelos arquitectos Adães Bermudes e António do Couto e escultor Francisco dos Santos. O monumento teve ainda a intervenção dos escultores Simões de Almeida (sobrinho) e Leopoldo de Almeida. Inaugurado em 1934.
	Projecto da Avenida dos Aliados, no Porto.
	Participação portuguesa da Exposição Panamá-Pacífico.
	Norberto de Araújo, <i>Da Iluminura à Tricromia</i> .
	Raul Brandão (prefácio e notas), <i>O Cerco do Porto Contado por Uma Testemunha: O Coronel Owen</i> .
	Pedro Cardoso, <i>Cabo-Verdianos</i> .
	Leonardo Coimbra, <i>O Pensamento Criacionista</i> .
	J. Leitão, <i>Anais Políticos da República, I</i> .
	Almada Negreiros, <i>Frisos, Manifesto Anti-Dantas e Por Extenso</i> .
	José de Campos Pereira, <i>A Propriedade Rústica em Portugal</i> .
	Aarão de Lacerda, <i>Da Ironia, do Riso e da</i>

Caricatura.

Chegam Sonia e Robert Delaunay a Portugal.

Giorgio de Chirico, pintura metafísica.

Congresso dos Artistas e Escritores da Nova Geração.

1916

[30 de Janeiro] Inauguração do *Asylo Francisco Antonio Meirelles*. Foi desactivado em 1999.

[16 de Janeiro] É lançada a primeira pedra do Casino Estoril.

[Janeiro] Greves nos estabelecimentos ensino superior.

[26 de Fevereiro] Estreia, no Teatro República em Lisboa, a peça *A Maluquinha de Arroios*.

[9 de Março] Declaração oficial de guerra da Alemanha a Portugal na sequência da apreensão de navios alemães, nos portos portugueses, e na sua colocação ao serviço dos Aliados ao abrigo da aliança luso-britânica.

[15 de Março] Até esta data, entre eleitos que tomaram posse e os que não tomaram, a jovem república teve 12 presidentes e ainda o governo da junta constitucional ou revolucionária (que governou 3 dias, entre 14 e 17 de Maio de 1915).

[16 de Março] Criação do Ministério Trabalho (e Previdência Social), que alargou os serviços de assistência prestados do Estado.

Existem em Portugal cerca de 3211 automóveis.

Sai um único número da revista modernista *Exílio*.

É editada a revista modernista *Ícaro*, da qual foram publicados três números.

Publica-se a revista *Centauro*, do movimento modernista.

Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa*.

Bento Carqueja, *O Povo Português*.

Augusto de Castro, *Fumo do Meu Cigarro*.

Eugénio de Castro, *O Cavaleiro das Mãos Invisíveis*.

Vieira de Castro, *Livro Estranho*.

Leonardo Coimbra, *A Alegria, a Dor e a Graça*.

Henrique Lopes de Mendonça, *Sobre Afonso de Albuquerque*.

Almada Negreiros, *Litoral; Manifesto da Exposição Amadeo de Souza Cardoso; Saltimbancos; Mima Fataxa*.

César Nogueira, *A I Internacional*.

António Sérgio, *Considerações Histórico-Pedagógicas*.

Mário de Sá-Carneiro, *A Ideia Nacional*. Morre Sá-Carneiro.

Morre Umberto Boccioni.

Movimento Dada, Zurique.

FIGURAS

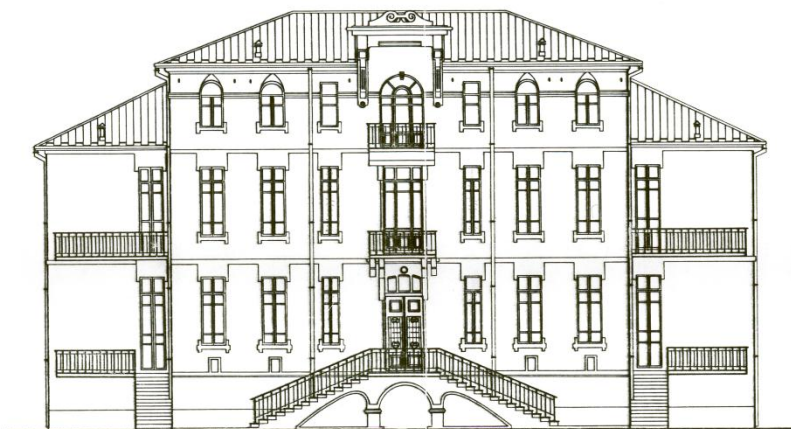


Fig. 43 – Levantamento realizado em 1978: Alçado Principal; sem escala

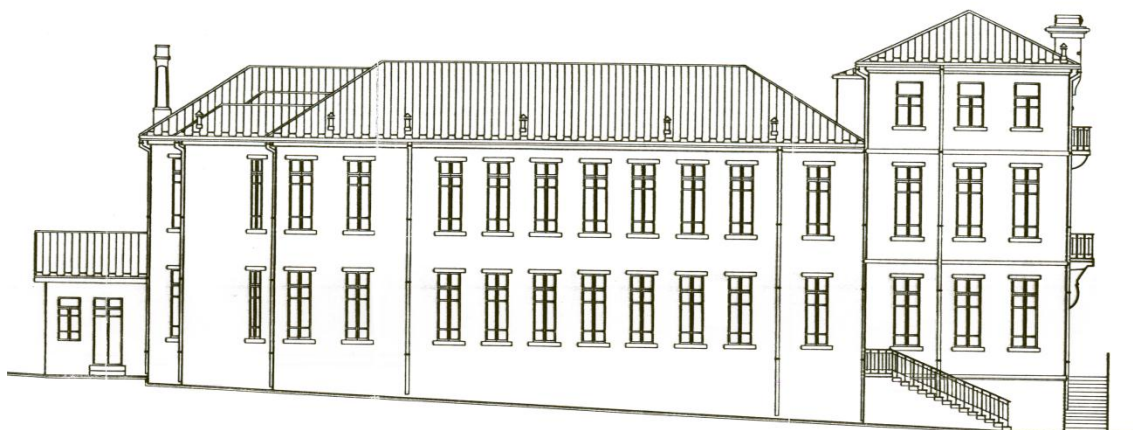


Fig. 44 – Levantamento realizado em 1978: Alçado Lateral Esquerdo; sem escala

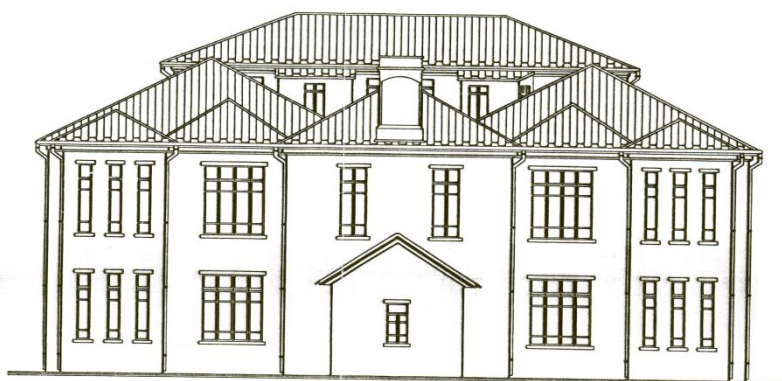


Fig. 45 – Levantamento realizado em 1978: Alçado Posterior; sem escala

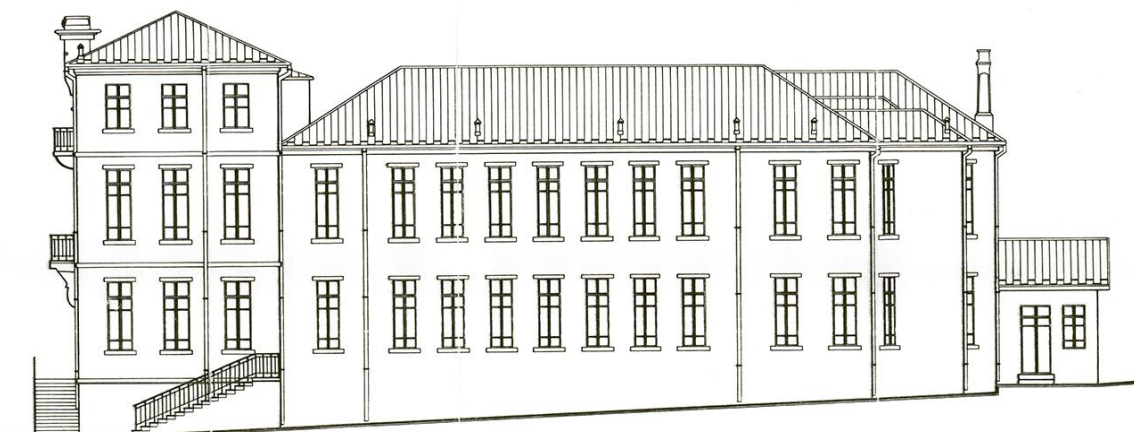


Fig.46 – Levantamento realizado em 1978: Alçado Lateral Direito; sem escala

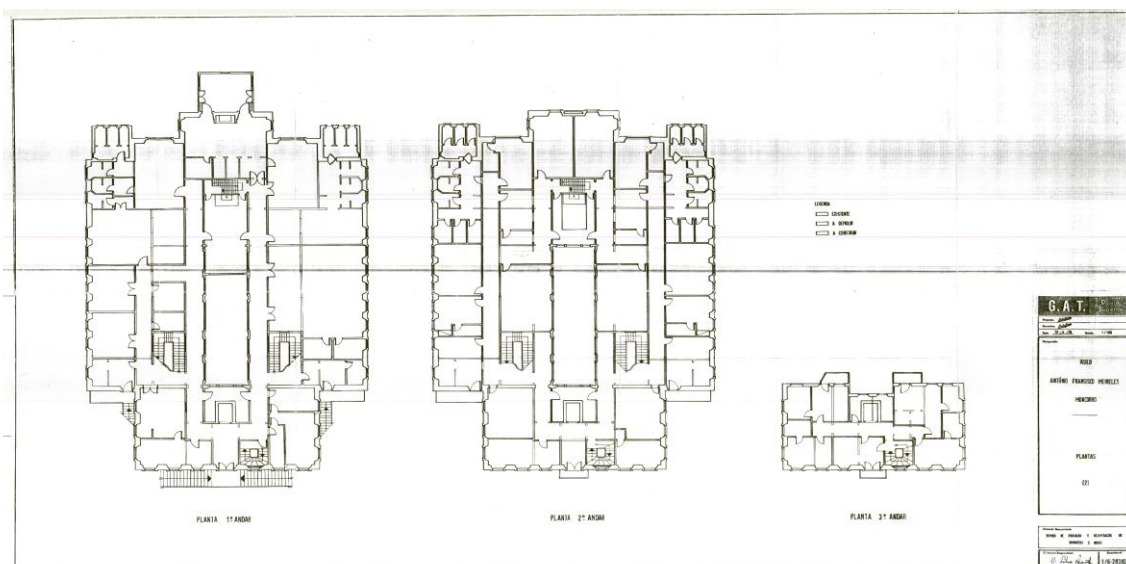


Fig. 47 – Desenhos técnicos produzidos em 1978: “Plantas [2]” (proposta de alterações); sem escala

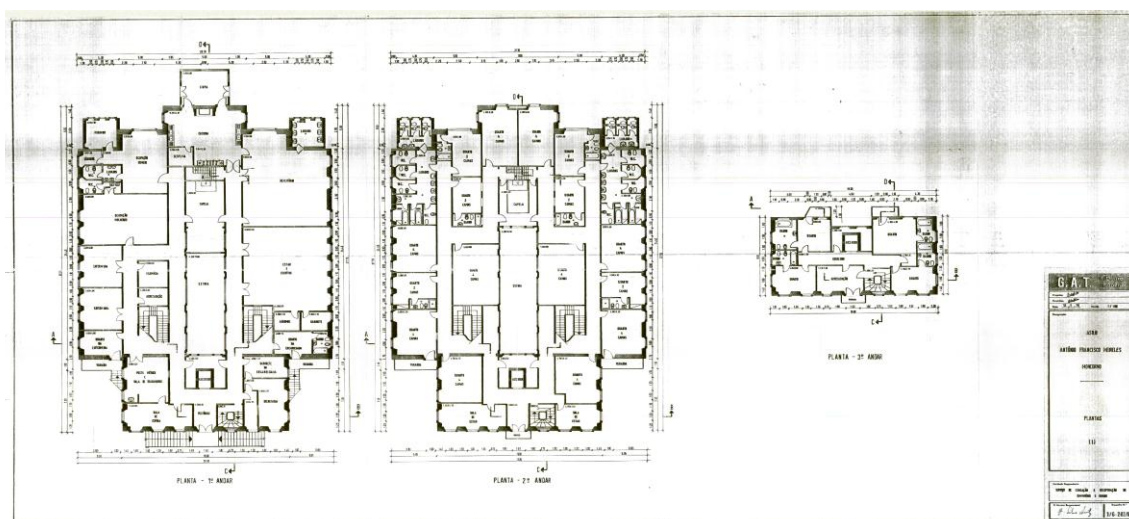
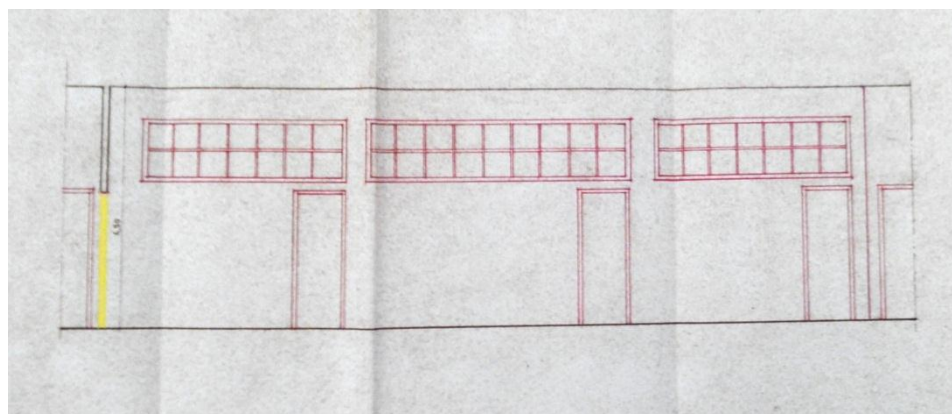
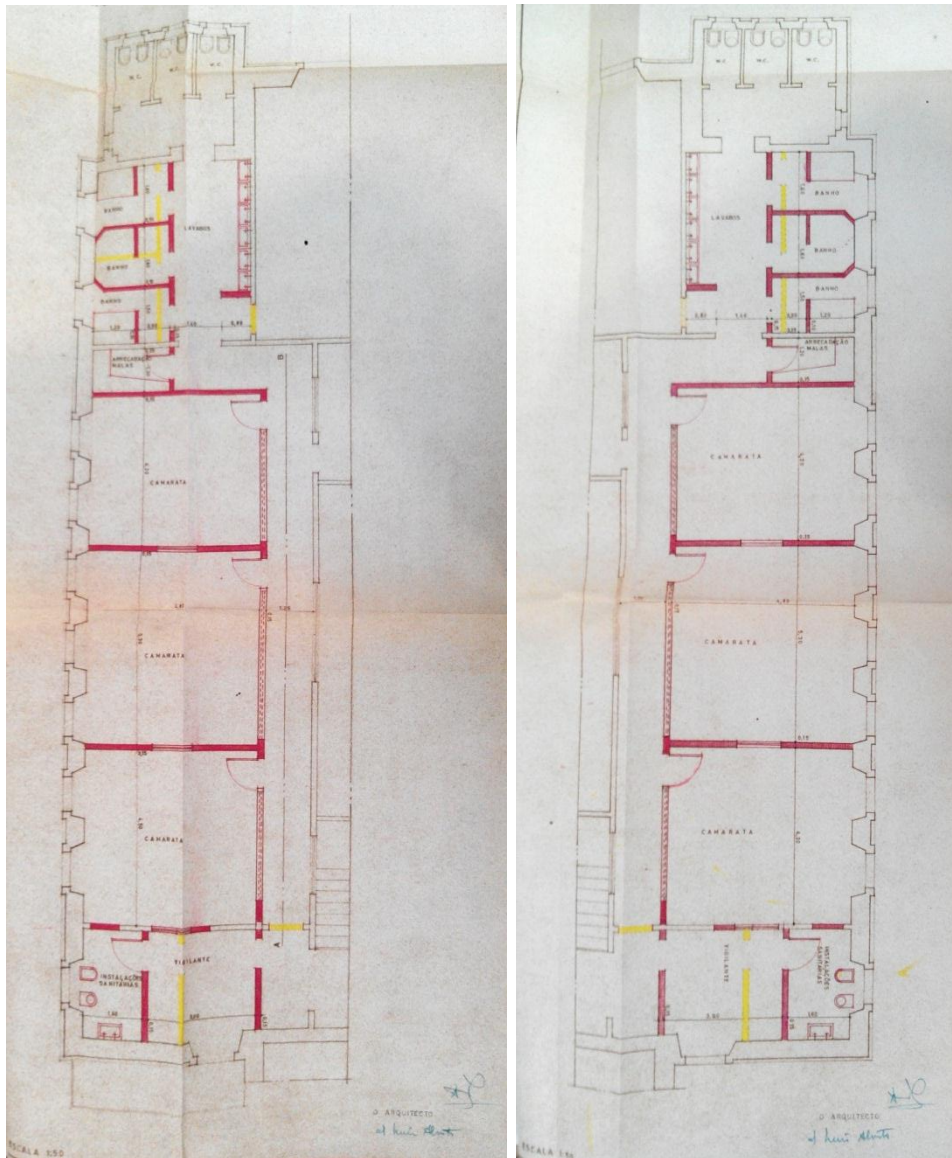


Fig. 48 – Desenhos técnicos produzidos em 1978: “Plantas [1]” (proposta final); sem escala



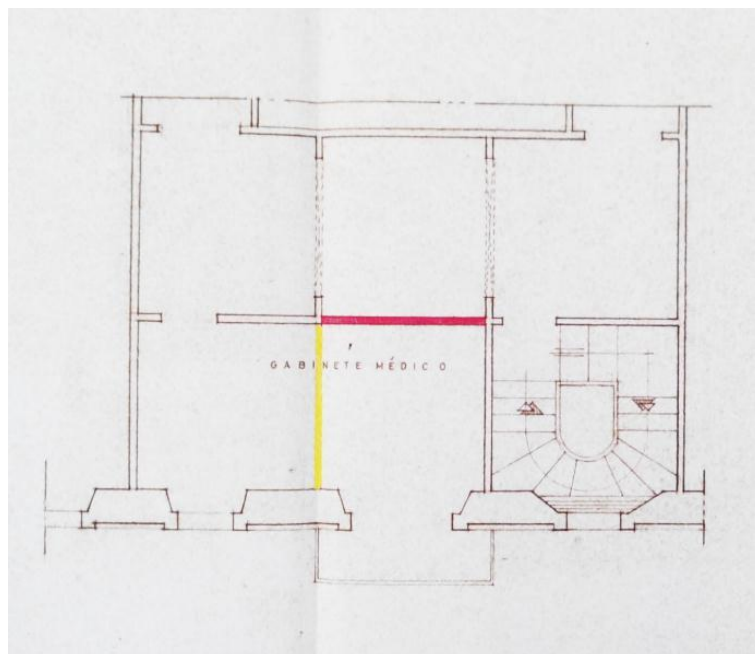


Fig. 51 – Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Planta parcial do 3.º pavimento (frente principal); sem escala

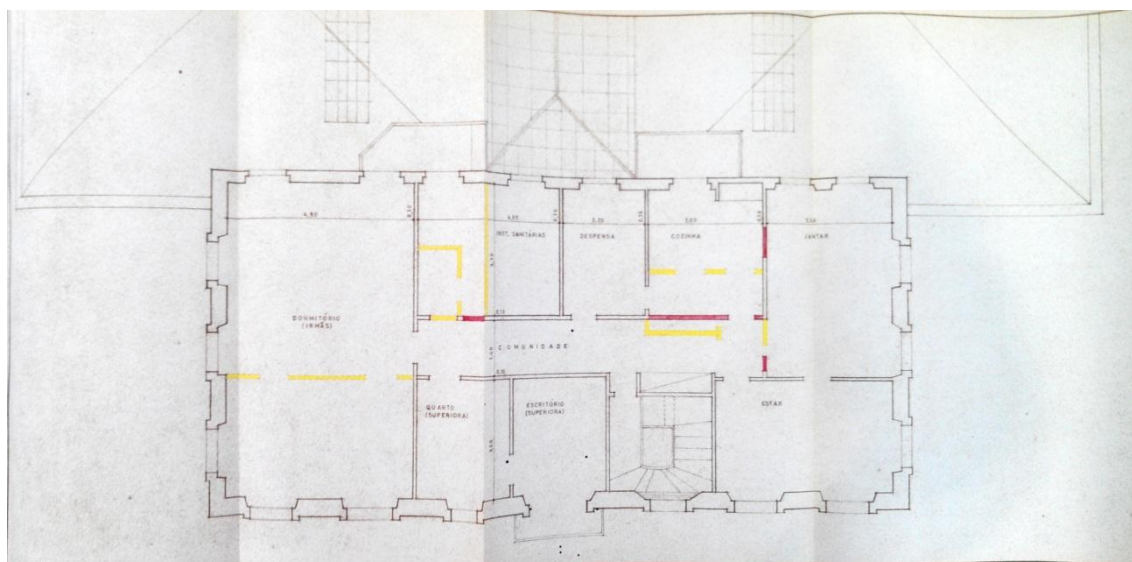


Fig. 52 – Projecto de remodelação e melhoria de 1963: Planta do 4.º pavimento; sem escala



Fig. 53 – Vista da estrada de acesso ao Asilo, Capela de N.ª S.ª de Fátima e fachada principal



Fig. 54 – Fachada Norte do Asilo e vista sobre as hortas da cerca



Fig. 55 – Ala esquerda do primeiro pavimento



Fig. 56 – Quadro eléctrico



Fig. 57 – Coberturas da passagem e da capela



Fig. 58 – Interior da passagem



Fig. 59 – Galeria da cozinha, alçado poente



Fig. 60 – Galeria da cozinha, alçado sul



Fig. 61 – Lintel sobre vão “exterior” de ligação entre a cozinha e galeria



Fig. 62 – Desenho das folhas



Fig. 63 – Camarata antes da instalação dos tabiques



Fig. 64 – Vão de comunicação camarata-sala



Fig. 65 – Lareira no refeitório; ala esquerda



Fig. 66 – Tubo de extracção de fumos respectivo



Fig.67 – Capela: em primeiro plano, o vão onde estaria instalado o vitral originalmente, agora recuado



Fig. 68 – Vestiário do sacerdote (vislumbre da guarnição da antiga porta de ligação à capela)



Fig. 69 – Altar da capela do Asilo (sem portas a ladear)



Fig. 70 – Portão de acesso da cerca



Fig. 71 – Acesso principal



Fig. 72 – Escadas dos asilados, ala esquerda; pormenores da guarda e degrau de chamada

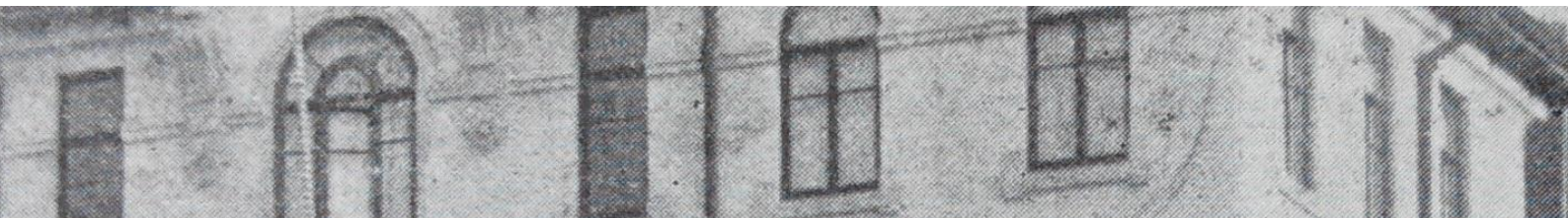


Fig. 73 – Porta de acesso às secções



Fig. 74 – Armário da copa com balcão de serviço

O ASYLO FRANCISCO ANTONIO MEIRELLES



REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

REFERÊNCIAS

ABREU, Carlos de. “A Construção do Convento de S. Francisco no Contexto da Evolução Urbanística da vila de Torre de Moncorvo”, in *Côaviso – Cultura e Ciência*, n.º 6. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2004.;

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel da Cruz. – História da Arte em Portugal. A Arquitectura Moderna, Vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal, 2000.

ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Moncorvo, Subsídios para a sua história ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa transmontana. Separata da Illustração Transmontana*. Porto: Typogr. Occidental de Pimenta, Lopes & Vianna.

ANDRADE, António Júlio. – História Política de Torre de Moncorvo. 1890-1926. Lisboa: Âncora Editora, 2010.

ASSOCIAÇÃO D. PEDRO V – *História da Associação* [em linha] [Consultado a 6 de Setembro de 2015]. Disponível em WWW: http://www.associacaodpedrov.pt/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=24&Itemid=263&lang=pt.

BLOCH, Marc. – “A História, os Homens e o Tempo”. in Introdução à História. 4.ª Edição. Sintra: Publicações Europa-América, ca. 1980.

CARDOSO, António. – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL – *História da Maternidade Dr. Alfredo da Costa* [em linha] [Consultado a 13 de Julho de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.chlc.min-saude.pt/content.aspx?menuid=498>.

CONFHIC – *Província de Santa Cruz*. – [Em linha] [Consultado a 1 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.confhic.org.br/>.

DURÃO, Paulo. – Filantropia. In *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Verbo. Vol. 8.º. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

FAUL MIARQ Int&Reab 2014 – *Protocolo FAUL/Câmara Municipal de Moncorvo/Fundação António Meireles* [em linha] [Consultado a 10 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://miarq-int.fa.ulisboa.pt/index.php/protocolos/protocolo-faul-camara-municipal-de-torre-de-moncorvo>.

FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*. Coimbra: Palimage, 2008.

FERNANDES, Adília. – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo (1910-1926)*. Coimbra: Palimage, 2010.

FERNANDES, Ilda. *Torre de Moncorvo – Município Tradicional*. 2.ª Edição. Porto: Lema d’Origem, 2013.

FERNANDES, Rogério – “Orientações Pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida”. In *Cadernos de Pesquisa* nº109, Março/2000, pp. 89-114 [Em linha] [Consultado a 20 de Maio de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a05.pdf>.

DIÁRIO IMOBILIÁRIO – *Lisboa no virar do século XX*. (de 08 de Novembro de 2015). – [em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.diarioimobiliario.pt/Banners/Semana-em-Revista/Lisboa-no-virar-do-seculo-XX>.

FERRÃO, Leonor; MARTINS, João Paulo – “Arquitectura e Cidadania: o Projecto da Câmara dos Deputados – VI. Serranos e Cidadinos”. In REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.) – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

FFAM – *Fundação Francisco António Meireles*. – [em linha] [Consultado a 2 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.ffam.pt/>.

FOUCAULT, Michel. – *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70, 2013.

FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XIX*. 2 Vol. Lisboa: Bertrand Editora, 1966.

FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XX*. 2.ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1984.

FUNDAÇÃO D. PEDRO IV. – *Casa de Infância de Calafates*. [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=22>.

FUNDAÇÃO D. PEDRO IV – *História* [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=6>.

GENEALL, Portal de Genealogia – *António Caetano de Oliveira*. – [Em linha] [Consultado a 19 de Novembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://geneall.net/pt/nome/111237/antonio-caetano-de-oliveira/>.

GENEALL, Portal de Genealogia – *Frederico Pereira Palha*. – [Em linha] [Consultado a 28 de Agosto de 2015]. Disponível em WWW: <http://geneall.net/pt/nome/171200/frederico-pereira-palha/>.

GOSSOT, Émile. *Les Salles d'asile en France et leur fondateur Denys Cochin*. Paris: Didier, 1884.

Gente do Norte ou a História de Vila Rica. [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luis Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português.

GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. – *Institut de France. Académie des beaux-arts. Liste des pensionnaires de l'Académie de France à Rome, donnant les noms de tous les artistes récompensés dans les concours du Prix de Rome de 1663 à 1907, publiée d'après les documents officiels sous les auspices de l'Académie des beaux-arts*. Paris: Imprimerie de Firmin-Didot, 1908.

JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões. – *Bragança. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille – *Guide des salles d'asile, contenant: 1e la législation qui régit ces établissements, 2e des instructions sur leur construction et leur chauffage, 3e une explication complète de la méthode d'enseignement, 4e des considérations spéciales pour l'éducation physique, intellectuelle et morale de la première enfance*. 2e éd. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1853.

LEVI, Giovanni. – “On Microhistory”. In BURKE, Peter (edited by). – *New Perspectives on Historical Writing*. 2.^a Ed. Cambridge: Polity Press, 2001.

LISBOA, Câmara Municipal. – Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor [catálogo]. Lisboa: Câmara Municipal, ed. lit., 1952.

MAGALHÃES, Ana Maria. – “A família do pai”. In *Tudo Tem o Seu Tempo. Autobiografia*. Alfragide: Editorial Caminho, 2012.

MARQUES, A. Oliveira. – *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986.

MARQUES, A. Oliveira. – *Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1975.

MATTOSO, José (dir.); RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, 6.º Vol. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MENDES, Elsa Maria Carneiro. – *A obra do arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

NARJOUX, Félix. – *Architecture communale*. 3 vol. Paris: Vve A. Morel, 1870.

NARJOUX, Félix. – *Écoles primaires et salles d'asiles : construction et installation à l'usage de MM. les maires, délégués cantonaux et membres de l'enseignement primaire*. Paris : Vve A. Morel et Cie: Ch. Delagrave, 1879.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. Portugal – *Dicionário Histórico, Corográfico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Vol. I – A. Vol. III – DK. Lisboa: João Romano Torres & C.ª Editores, 1907.

PINTO, António Costa (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.); TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). – *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, Vol. 3. Lisboa: Objectiva, 2014.

PORTO, Universidade do – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: José Sardinha*. – [Em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jos%C3%A9%20sardinha.

PORTUGUESA, República. Ministério do Interior. Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. – *Criação de uma maternidade anexa á Faculdade de Coimbra. Decreto, com força de Lei, de 22 de Fevereiro de 1911. Publicado no Diário do Governo n.º 41, de 23 de fevereiro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

QUEIRÓS, Eça de. – *A Cidade e as Serras*. 1.^a ed. Porto: Livraria Chardon, 1901.

RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – *História de Portugal*. 4.^a Edição, Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009].

REBELO, Pe. Joaquim Manuel. – *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*. Moncorvo: Escola Preparatória, 1992.

REIS, António. – A primeira República. In SARAIVA, José Hermano (dir.). – *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Publicações Alfa, 1983.

RIBEIRO, José Silvestre. – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo X. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1882.

RIBEIRO, Victor. – *História da beneficência Pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907.

RODRIGUES, António Simões (coord.). – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SALGADO, Maria da Conceição; FERNANDES, Adília. – “O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo”. in SOUSA, Fernando de. (coord.) – *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SERRÃO, Joel. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. 6 vol.

SILVA, Armando Malheiro da. “Tempo e Espaço em Miguel Ventura Terra, 1866-1919. Uma Retrospectiva Impressivo-Factualista”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

SILVA, Raquel Henriques da. “Capítulo III: Projectos Institucionais – Liceu Camões”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

BIBLIOGRAFIA

Arquitectura higienista

ALEGRE, Maria Alexandra de Lacerda Nave. – *Arquitectura escolar: o edifício liceu em Portugal (1882-1978)*. Tese dout. Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Univ. Técnica de Lisboa, 2009.

ASSOCIAÇÃO D. PEDRO V – *História da Associação* [em linha] [Consultado a 6 de Setembro de 2015]. Disponível em WWW: http://www.associacaodpedrov.pt/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=24&Itemid=263&lang=pt.

BAUME, Edmond (directeur). – *Le Génie sanitaire: organe mensuel des progrès de la science de l'ingénieur et de l'architecte appliquée à l'hygiène*. Paris: [s.n.], 1891-1900[?].

BLOC, Paul. – *Hygiène des salles d'asile*. Montpellier: impr. de J. Martel aîné, 1881.

BRIGGS, Warren Richard. – *The hygienic construction of the Bridgeport high school*. Bridgeport, Connecticut: The Standard association, 1881.

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL – *História da Maternidade Dr. Alfredo da Costa* [em linha] [Consultado a 13 de Julho de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.chlc.min-saude.pt/content.aspx?menuid=498>.

CORREIA, Fernando da Silva. – *Esboço da história da higiene em Portugal*. Lisboa: Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1937.

FERNANDES, Rogério – “Orientações Pedagógicas das Casas de Asilo da Infância Desvalida”. In *Cadernos de Pesquisa* nº109, Março/2000, pp. 89-114 [Em linha] [Consultado a 20 de Maio de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n109/n109a05.pdf>.

FUNDAÇÃO D. PEDRO IV. – *Casa de Infância de Calafates*. [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=22>.

FUNDAÇÃO D. PEDRO IV – *História* [em linha] [Consultado a 3 de Junho de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.fundacaodpedroiv.org/PageTree.aspx?Id=6>.

GOSSOT, Émile. *Les Salles d'asile en France et leur fondateur Denys Cochin*. Paris: Didier, 1884.

GUIFFREY, Jules; BARTHELEMY, Joseph. – *Institut de France. Académie des beaux-arts. Liste des pensionnaires de l'Académie de France à Rome, donnant les noms de tous les artistes récompensés dans les concours du Prix de Rome de 1663 à 1907, publiée d'après les documents officiels sous les auspices de l'Académie des beaux-arts*. Paris: Imprimerie de Firmin-Didot, 1908.

HUSSON, Armand. – *Étude sur les hôpitaux considérés sous le rapport de leur construction, de la distribution de leurs bâtiments, de l'ameublement, de l'hygiène & du service des salles de malades*. Paris: Paul Dupont, 1862.

JUBÉ DE LA PERRELLE, Camille – *Guide des salles d'asile, contenant: 1e la législation qui régit ces établissements, 2e des instructions sur leur construction et leur chauffage, 3e une explication complète de la méthode d'enseignement, 4e des considérations spéciales pour l'éducation physique, intellectuelle et morale de la première enfance*. 2e éd. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1853.

MONIZ, Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto. – *Arquitectura e instrução: 1836-1936: o projecto moderno do liceu*. Trabalho de síntese - Provas de Aptidão e Capacidade Científica, Univ. Coimbra, 2002.

NARJOUX, Félix. – *Architecture communale*. 3 vol. Paris: Vve A. Morel, 1870.

NARJOUX, Félix. – *Écoles primaires et salles d'asiles : construction et installation à l'usage de MM. les maires, délégués cantonaux et membres de l'enseignement primaire*. Paris : Vve A. Morel et Cie: Ch. Delagrave, 1879.

NARJOUX, Félix. – *Les écoles publiques en France et en Angleterre : construction et installation, documents officiels, services extérieurs, services intérieurs, salles d'asile, mobilier scolaire, services annexes*. Paris: Libraires-Éditeurs 13, 1877.

História da Arquitectura (Portugal)

ABREU, Carlos de. “A Construção do Convento de S. Francisco no Contexto da Evolução Urbanística da vila de Torre de Moncorvo”, in *Côavisão – Cultura e Ciência*, n.º 6. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, 2004.

ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel da Cruz. – *História da Arte em Portugal. A Arquitectura Moderna*, Vol. 14. Lisboa: Publicações Alfa, 1993.

CARDOSO, António. – *O arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. - Tese (dout.) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

Construção Moderna – Revista Quinzenal Ilustrada sob a Direcção de um grupo de Constructores – Collaborada por Distinctos Technicos da Especialidade. Lisboa: Imprensa Lucas, 1900.

Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor. Lisboa: Câmara Municipal, ed. lit., 1952.

FERNANDES, Ana Sofia Mota. – *Equipamentos de Lisboa no início do Século XX*. 2008. Relatório de estágio em Arquitectura, realizado em: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa - Integrado no projecto de investigação "Arquitecturas de Papel".

FERRÃO, Leonor; MARTINS, João Paulo – “Arquitectura e Cidadania: o Projecto da Câmara dos Deputados – VI. Serranos e Cidadinos”. In REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.) – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

FONSECA, Cristina Fonseca (design do catálogo); NOVAIS, Horácio (fotografia). – *Catálogo da Exposição comemorativa do 50.º aniversário da criação do Prémio Municipal de Arquitectura*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

LISBOA, Câmara Municipal. – *Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor* [catálogo]. Lisboa: Câmara Municipal, ed. lit., 1952.

MENDES, Elsa Maria Carneiro. – *A obra do arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919)*. Dissertação de Mestrado em História de Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

MESQUITA, Mário. – *Marques da Silva, o aluno, o professor, o arquitecto*. [catálogo da exposição]. Porto: Instituto Arquitecto José Marques da Silva e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2006.

PORTO, Universidade do – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: José Sardinha*. – [Em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20jos%C3%A9%20sardinha.

SILVA, Armando Malheiro da. “Tempo e Espaço em Miguel Ventura Terra, 1866-1919. Uma Retrospectiva Impressivo-Factualista”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

SILVA, Raquel Henriques da. “Capítulo III: Projectos Institucionais – Liceu Camões”. in REPÚBLICA, Assembleia da (org.); XARDONÉ, Tereza (coord.). – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)* [catálogo da exposição]. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2009.

SOUTO, Maria Helena. – *Arte, Tecnologia e Espectáculo: Portugal nas grandes exposições, 1851-1900*. Tese (mestr.) História da Arte Contemporânea (Sécs. XVIII-XX), Universidade Nova de Lisboa, 1999.

TOSTÕES, Ana. – “Norte Júnior [Manuel Joaquim] e o mundo da fantasia no Buçaco”, In: Monumentos: revista semestral de edifícios e monumentos nacionais. nº 20, 2004. – pp. 75-79.

VITERBO, Sousa. – *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*. 3 vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1922.

História de Portugal

ANDRADE, António Alberto Banha de. – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980-1983.

CONFHIC – *Província de Santa Cruz*. – [Em linha] [Consultado a 1 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.confhic.org.br/>.

DIÁRIO IMOBILIÁRIO – *Lisboa no virar do século XX*. (de 08 de Novembro de 2015). – [em linha] [Consultado a 26 de Novembro de 2015]. Disponível em WWW: <http://www.diarioimobiliario.pt/Banners/Semana-em-Revista/Lisboa-no-virar-do-seculo-XX>.

JACOB, João Manuel Neto; ALVES, Vítor Simões. – *Bragança. Roteiros Republicanos*. Lisboa: Quidnovi, 2010.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. – *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a
MARTINS, Oliveira. – *História de Portugal*. 3.ª Edição, Lisboa: Viúva Bertrand, 1882.

MATTOSO, José (dir.); RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, 6.ª Vol. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. Portugal – *Dicionário Histórico, Corográfico, Biographico, Bibliographico, Heráldico, Numismático e Artístico*. Vol. I – A. Vol. III – DK. Lisboa: João Romano Torres & C.ª Editores, 1907.

PINTO, António Costa (dir.); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (dir.); TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). – *História Contemporânea de Portugal: 1808-2010. A Crise do Liberalismo, 1890-1930*, Vol. 3. Lisboa: Objectiva, 2014.

PORTUGUESA, República. Ministério do Interior. Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. – *Criação de uma maternidade anexa á Faculdade de Coimbra. Decreto, com força de Lei, de 22 de Fevereiro de 1911. Publicado no Diário do Governo n.º 41, de 23 de fevereiro de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. – *História de Portugal*. 4.ª Edição, Lisboa: Esfera dos Livros, 2010 [2009].

REIS, António. – A primeira República. In SARAIVA, José Hermano (dir.). – *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Publicações Alfa, 1983.

RIBEIRO, José Silvestre. – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, Tomo X. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1882.

RIBEIRO, Victor. – *História da beneficência Pública*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907;

RODRIGUES, António Simões (coord.). – *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SERRÃO, Joel. – *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-1971. 6 vol.

História Local

ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Bragança: memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas, etimológicas, industriais e estatísticas interessantes tanto à história profana como eclesiástica do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal, 2000.

ALVES, Francisco Manuel [Abade de Baçal]. – *Moncorvo, Subsídios para a sua história ou notas extrahidas de documentos ineditos, respeitantes a esta importante villa transmontana. Separata da Illustração Transmontana*. Porto: Typogr. Occidental de Pimenta, Lopes & Vianna.

ANDRADE, António Júlio. – História Política de Torre de Moncorvo. 1890-1926. Lisboa: Âncora Editora, 2010.

FERNANDES, Adília. – *De Asylo a Fundação. 100 Anos de um agir solidário em Torre de Moncorvo*. Coimbra: Palimage, 2008.

FERNANDES, Adília. – *História da Primeira República em Torre de Moncorvo (1910-1926)*. Coimbra: Palimage, 2010.

FERNANDES, Ilda. *Torre de Moncorvo – Município Tradicional*. 2.ª Edição. Porto: Lema d'Origem, 2013.

FFAM – *Fundação Francisco António Meireles*. – [Em linha] [Consultado a 2 Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://www.ffam.pt/>.

Gente do Norte ou a História de Vila Rica. [Registo vídeo]. Realização de Leonel Brito; texto de Rogério Rodrigues; narração de Luis Brito; produção Cinequanon: Torre de Moncorvo, Abril de 1977. Suporte digital (53 min.): color., son. Apoio Fundação Calouste Gulbenkian; reeditado com o apoio da C.M. Torre de Moncorvo, Setembro de 2009. Falado em Português.

Ilustração Transmontana, Archivo pictoresco, Litterario, Artístico e Scientifico das terras transmontanas, Revista Mensal Ilustrada. Joaquim Leitão (dir.). Porto: Empreza da Ilustração Transmontana, 1908-1910.

JOSÉ, Fr. Pedro de Jesus Maria. – *Chronica da Santa, e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal, da mais estreita e regular observancia do Serafim chagado S. Francisco*, Tomo II, Livro III, Capítulo XV. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Officio, 1760.

REBELO, Pe. Joaquim Manuel. – *Convento de S. Francisco de Torre de Moncorvo*. Moncorvo: Escola Preparatória, 1992.

SALGADO, Maria da Conceição; FERNANDES, Adília. – “O papel do ensino particular na dinamização cultural de Moncorvo”. in SOUSA, Fernando de. (coord.) – *Moncorvo. Da Tradição à Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

Temas diversos

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. – *Guia de História da Arte*. 2.ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

BLOCH, Marc. – “A História, os Homens e o Tempo”. in *Introdução à História*. 4.ª Edição. Sintra: Publicações Europa-América, ca. 1980.

DIAS, Graça da Silva; DIAS, J. S. da Silva. – *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

DURÃO, Paulo. – Filantropia. In *Enciclopédia Luso-Brasileira*. Verbo. Vol. 8.º. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

FAUL MIARQ Int&Reab 2014 – *Protocolo FAUL/Câmara Municipal de Moncorvo/Fundação António Meireles* [em linha] [Consultado a 10 de Dezembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://miarq-int.fa.ulisboa.pt/index.php/protocolos/protocolo-faul-camara-municipal-de-torre-de-moncorvo>.

FERRÃO, Leonor. – “Projecto e Paixão: sobre a investigação não aplicada”. *ArtiTextos – Urbanismo, Arquitectura, Design, Moda*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, 1 (jan. 2006), pp. 11-16.

FOUCAULT, Michel. – *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70, 2013.

FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XIX*. 2 Vol. Lisboa: Bertrand Editora, 1966.

FRANÇA, José-Augusto. – *A Arte em Portugal no Século XX*. 2.ª Edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1984.

GENEALL, Portal de Genealogia – *António Caetano de Oliveira*. – [Em linha] [Consultado a 19 de Novembro de 2014]. Disponível em WWW: <http://geneall.net/pt/nome/111237/antonio-caetano-de-oliveira/>.

GENEALL, Portal de Genealogia – *Frederico Pereira Palha*. – [Em linha] [Consultado a 28 de Agosto de 2015]. Disponível em WWW: <http://geneall.net/pt/nome/171200/frederico-pereira-palha/>.

INGERSOLL, Richard. – There is no criticism, only history, an interview with Manfredo Tafuri. Revista *Casabella*. Milão. Ano LIX, n.º 619-620 (1995), pp. 97-103
GIEDION, Sigfried. – *Space, time and architecture*. Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

LEVI, Giovanni. – “On Microhistory”. In BURKE, Peter (edited by). – *New Perspectives on Historical Writing*. 2.ª Ed. Cambridge: Polity Press, 2001.

MAGALHÃES, Ana Maria. – “A família do pai”. In *Tudo Tem o Seu Tempo. Autobiografia*. Alfragide: Editorial Caminho, 2012.

MARQUES, A. Oliveira. – *Dicionário da maçonaria portuguesa*. Lisboa: Delta, 1986.

MARQUES, A. Oliveira. – *Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: D. Quixote, 1975.

QUEIRÓS, Eça de. – *A Cidade e as Serras*. 1.ª ed. Porto: Livraria Chardon, 1901.

TAFURI, Manfredo. – *Teorias e história da arquitectura*. Lisboa: Presença, 1988.

